

**ISSN: 1519-8782**

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA  
EM COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DE NASCIMENTO DE FERNANDO SABINO  
E OS 50 ANOS DE EXISTÊNCIA DA PONTE RIO-NITERÓI  
RIO DE JANEIRO, DE 28 A 30 DE AGOSTO DE 2024**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*



**CADERNOS DO CNLF, v. XXVII, n. 03,  
ANAIS DO XXVII CNLF, TEXTOS COMPLETOS,  
TOMO I**



**RIO DE JANEIRO, 2024**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos  
Rua da Alfândega, 115, Sala 108 – Centro  
20.070-003 – Rio de Janeiro-RJ  
eventos@filologia.org.br – (21) 3368-8483  
<http://www.filologia.org.br>

---

**DIRETOR-PRESIDENTE:**

*José Mario Botelho*

---

**VICE-DIRETORA PRESIDENTE:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**SECRETÁRIA:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

**DIRETORA DE PUBLICAÇÕES:**

*Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES:**

*Regina Céli Alves da Silva*

---

**DIRETORA CULTURAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**DIRETOR FINANCEIRA (INTERINO):**

*José Mario Botelho*

---

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA  
de 28 a 30 de agosto de 2024**

---

**COORDENAÇÃO GERAL:**

*José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos  
Regina Céli Alves da Silva*

---

**COMISSÃO EXECUTIVA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos  
Regina Céli Alves da Silva*

---

**COMISSÃO CIENTÍFICA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Regina Céli Alves da Silva*

---

**COORDENAÇÃO LOCAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**SECRETARIA GERAL:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

#### **EXPEDIENTE**

Os Anais das edições do Congresso Nacional de Linguística e Filologia são publicados em Cadernos específicos (ISSN 1519-8782) como este. Tais Cadernos do CNLF são ancorados no *site* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) como um periódico anual, o qual se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

#### **EQUIPE DE APOIO EDITORIAL**

Constituída pela Comissão Organizadora e Executiva de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Anne Caroline de Moraes Santos, Celina Márcia de Souza Abbade, José Mario Botelho, Leonardo Ferrira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos, que são os atuais Diretores do Círculo.

**Editor-Chefe:** José Mario Botelho

**Redator:** José Mario Botelho

**Diagramação, editoração e edição:** José Mario Botelho

Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e prévia avaliação das propostas de trabalho, cujos textos completos são encaminhadas para o Conselho Editorial e posteriormente para a publicação do *Caderno do CNLF*.

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Constituída pela Comissão Científica de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia e uma Comissão Consultiva: Aira Suzana Ribeiro Martins (CPII), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ), Anne Caroline de Moraes Santos (UVA), Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (UERJ), Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes (UFRRJ), José Mario Botelho (FFP-UERJ), Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (FFP-UERJ e UERJ), Mário Eduardo Viaro (USP), Nataniel dos Santos Gomes (UEMS), Paulo Osório (Uni. Of Beira Interior), Renata da Silva de Barcelos (UNICARIOCA).

Esta Equipe, constituída de Professores Doutores, é a responsável pela avaliação das textos completos que compõem o *Caderno do CNLF*.

## APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 03 do volume XXVII dos *Cadernos do CNLF*, com 20 textos completos das 123 atividades propostas e confirmadas até o dia 6 de agosto de 2024, que serão apresentadas no XXVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 28 a 30 de agosto deste ano de 2024, em formato híbrido na (com os dois primeiros dias com apresentações presenciais), totalizando 286 páginas neste Caderno, do XXVII CNLF.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele foi realizado, pela primeira vez, em novembro de 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo-RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando ali realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos imensamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Universidade Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi aqui que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando um dos seus fundador, Emanuel Macedo Tavares era professor de Filologia Românica nesta instituição.

Em 2018, retornamos para o ILE da UERJ e realizamos o XXII CNLF, com o apoio da Direção do Instituto de Letras. No ano de 2021, também em agosto como é de praxe, realizamos o XXIV CNLF no formato virtual, que transcorreu sem nenhum problema, pois a Equipe de Trabalho já era detentor de um *savoir faire*, adquirido dos outros três Eventos anteriores.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Em 2023, depois daquele fatídico período da pandemia da COVID, realizamos o XXVI CNLF no formato híbrido na Universidade Federal Fluminense (UFF), que transcorreu com normalidade.

Nesse ano de 2024, também em agosto, realizaremos o XXVII CNLF no formato híbrido pela segunda vez, agora na Universidade Veiga de Almeida (UVA), e esperamos oferecer à comunidade cifefiliana um evento de alto nível, como tradicionalmente vimos fazendo ao longo desses 30 anos de existência do Círculo.

Esta é, portanto, a segunda vez que este, que é o Evento principal do Círculo, foi realizado em formato virtual, que já é um conhecimento solidificado para esta Comissão Organizadora.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, editaremos o Livro de *Resumos* e de *Programação*, em suporte virtual, na página do Congresso ([http://www.filologia.org.br/xxvii\\_cnlf](http://www.filologia.org.br/xxvii_cnlf)).

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria agradece a todos pela participação e deseja a todos os Congressistas ótima semana de convívio acadêmico.

Aproveitamos para informar que a confiável Equipe de Avaliação de Periódicos da renomada Capes manteve-se firme na decisão de desvalorizar ainda mais os nossos Cadernos do CNLF, deixando de avaliá-los, por razões que só aqueles excelentes Avaliadores conhecem, apesar dos diversos Recursos impetrados por Membros da nossa grande família cifefiliana, o que põe em risco a (r)existência desta Direção, que há 28 anos vem promovendo grandes Congressos Nacionais (– Esta é o 28º edição!), sem qualquer apoio financeiro das agências existentes, e publicando as pesquisas acadêmica dos inúmeros Congressistas nos Anais do Evento nos referidos Cadernos do CNLF (<http://www.filologia.org.br/cnlf.html>). Por isso, mais uma vez vamos produzir um *e-book* com os artigos deste TOMO I e do provável TOMO II, que serão selecionados por nosso Concelho Científico.

Como Presidente do Círculo e Editor-Chefe dos Cadernos do CNLF, sinto-me desmotivado a manter vivo esse “desprestigiado” periódico do CiFEFiL. Reitero que, referentes à falta de um Parecer na última Avaliação (– Antes tínhamos Extrato C.), que *a priori* consideramos um despropositado esquecimento, esperávamos uma reconsideração, já que muitos Associados impetramos Recursos. Por hora, continuamos com a política de oportunizar aos estudantes e pesquisadores em geral o espaço para publicarem seus trabalhos, sendo que, no caso de alunos de

## XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

graduação, só podem ser aceitos os artigos assinados conjuntamente pelos respectivos orientadores. Porém, não posso garantir que voltaremos a promover Congressos Nacionais como este XXVII CNLF e publicar esses caros *e-books* por conta própria (– Não cobramos taxa extra pela publicação dos artigos selecionados!), não só porque fomos desprestigiados na avaliação daquela Instituição, que nem se dignou a nos conferir o nosso já injusto Extrato C e isso tem afastado os eventuais pesquisadores, que preferem participar de Eventos, cujos Cadernos de Anais tenham recebido uma boa avaliação, mas principalmente porque essa injustiça acaba com o ânimo de qualquer Promotor de Eventos e Editor de Anais, ainda que ele se caracterize por ser totalmente dedicado ao seu mister.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2024.

  
Editor-Chefe dos Cadernos do CiFEFiL

**SUMÁRIO**

<b>Apresentação.....</b>	<b>5-7</b>
<i>José Mario Botelho</i>	
<b>1. A linguagem como resistência cultural: A manutenção da memória social coletiva em Armação dos Búzios.....</b>	<b>10-24</b>
<i>Manuela Chagas Manhães, Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira e Marcia Siqueira Cordeiro</i>	
<b>2. A produção dramaturgica de lúcia Di Sanctis: Dimensões materiais, sociopolíticas e culturais.....</b>	<b>25-40</b>
<i>Débora de Souza</i>	
<b>3. Ancestralidade e linguagem: A construção da memória social e coletiva como patrimônio imaterial de comunidades tradicionais pesqueira.....</b>	<b>41-51</b>
<i>Manuela Chagas Manhães, Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira e Marcia Siqueira Cordeiro</i>	
<b>4. As artes plásticas como fonte informativa para a arte médica...52-63</b>	
<i>Edina Regina Pugas Panichi</i>	
<b>5. Avaliação como diagnose do ensino de leitura literária na Educação Básica.....</b>	<b>64-80</b>
<i>Vanessa Costa de Melo e Maria do Socorro Vieira Coelho</i>	
<b>6. “Cada conto um canto, cada conto um encontro”: O léxico de base indígena (re)existindo à invisibilidade em contos de Kawany Fulkaxó.....</b>	<b>81-92</b>
<i>Maria Ionaia de Jesus Souza e Maria da Conceição Reis Teixeira</i>	
<b>7. Das restrições de acesso às telas ao reforço da desigualdade digital: Contributos para um debate sobre a educação digital nas escolas públicas.....</b>	<b>93-99</b>
<i>Tamara Cecília Rangel Gomes e Crisóstomo Lima do Nascimento</i>	
<b>8. Diálogos intertextuais com o cordel.....</b>	<b>100-9</b>
<i>Maria Isaura Rodrigues Pinto e Aline Souza dos Santos</i>	
<b>9. Edições fac-similar e semidiplomática do capítulo “Abandono”, do romance “O alambique”.....</b>	<b>110-24</b>
<i>Manoel Oliveira de Jesus e Patrício Nunes Barreiros</i>	



10. **Estratégias hermenêuticas na pesquisa histórica de toponímia.....125-41**  
*César Nardelli Cambraia*
11. **Gestos de criação nos textos de teatro de Ildásio Tavares....142-59**  
*Rosa Borges*
12. **Norma culta em foco: Análise sociolinguística de produções escritas de estudantes universitários.....160-75**  
*Fatiny Moura e Vivian Antonino*
13. **O conceito de sílaba nas gramáticas de João de Barros (1540) e de anchieta (1595) .....176-89**  
*Leonardo Ferreira Kaltner*
14. **O jeitinho brasileiro e o perigo dos estereótipos: Breves reflexões à luz da Análise de Discurso Francesa.....190-201**  
*Patrícia Rebouças Oliveira*
15. **O papel das preposições complexas na progressão textual...202-18**  
*Carla Barbosa de Farias Santos e Marcos Luiz Wiedemer*
16. **Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da linguística histórica.....219-40**  
*José Mario Botelho*
17. **Por uma paleta de cores de Minas Gerais.....241-57**  
*Ludmila Reis Pinheiro*
18. **Reflexões teóricas e discursivas da abordagem semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.....258-67**  
*Antonio Cílrio da Silva Neto, Maria Vitória Sousa Franco de Carvalho, Paulina da Silva Sena e Rebeca Campos Silva*
19. **Sobre o esforço na *recensio* da obra de Moacyr de Almeida em periódicos.....268-75**  
*Mario Newman de Queiroz*
20. **Um olhar inédito sobre o mundo: Aspectos singularizadores de Cesário Verde no poema “Num bairro moderno”.....276-86**  
*Lírian Daniela Martini*

**A LINGUAGEM COMO RESISTÊNCIA CULTURAL:  
A MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL COLETIVA  
EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

*Manuela Chagas Manhães* (UNESA e UENF)

[manuchagasmanhaes@gmail.com](mailto:manuchagasmanhaes@gmail.com)

*Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira* (UNF)

[sulamitaribeiro16@gmail.com](mailto:sulamitaribeiro16@gmail.com)

*Marcia Siqueira Cordeiro* (UVA)

[dramarciacordeiro@gmail.com](mailto:dramarciacordeiro@gmail.com)

**RESUMO**

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. Com isso, buscamos analisar as múltiplas formas de linguagem como mecanismos de resistência cultural em Armação dos Búzios, município do Estado do Rio de Janeiro. Focalizando-se na compreensão de como essas linguagens contribuem para uma legitimação cultural das comunidades tradicionais, frente às dinâmicas impostas pelo sistema vigente, a investigação explora como a comunidade pode se utilizar das narrativas orais, escritas e fotográficas para a preservação dos seus saberes e fazeres locais, tomando-as como formas de resistência. Tais práticas culturais verbais e não-verbais desempenham um papel significativo na manutenção da identidade e na memória social coletiva da comunidade. A fotografia, em especial, se destaca como ferramenta para a ressignificação da memória, registrando e divulgando as histórias e experiências dos nativos, e desafiando as representações dominantes. O estudo evidencia a importância das práticas culturais e das representações simbólicas na luta pela legitimação e valorização das culturas tradicionais, mostrando como a memória coletiva pode ser preservada e fortalecida através de estratégias de resistência cultural.

**Palavras-chave:**

Memória. Linguagem oral. Resistência cultural.

**ABSTRACT**

This article is the result of research funded by the Environmental Education Project (PEA) Pescarte, which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA. In this context, we seek to analyse the multiple forms of language as mechanisms of cultural resistance in Armação dos Búzios, a municipality in the state of Rio de Janeiro. Focusing on understanding how these languages contribute to the cultural legitimisation of traditional communities, in the face of the dynamics imposed by the current system, the investigation explores how the community can utilise oral, written, and photographic narratives for the preservation of their local knowledge and practices, taking them as forms of resistance. Such verbal and non-verbal cultural practices play a significant role in maintaining the identity and social collective memory of the community. Photography, in particular, stands out as a tool for the re-signification of memory, recording and disseminating the stories and

experiences of the natives, and challenging dominant representations. The study highlights the importance of cultural practices and symbolic representations in the struggle for the legitimisation and valorisation of traditional cultures, showing how collective memory can be preserved and strengthened through strategies of cultural resistance.

**Keywords:**

Memory. Cultural resistance. Oral language.

## ***1. Introdução***

É sabido que os saberes tradicionais e fazeres tradicionais são conhecimentos vivenciados pelos membros de comunidades tradicionais, ganhando sentido e representação dos modos de vida e ancestralidade. E nesse aspecto, que a linguagem se faz presente, como instrumento que permite não só o preparo das gerações, mas também, permite que haja uma confluência desses saberes, constituindo a memória social e coletiva e, conseqüentemente, favorecendo que haja resistência no dia a dia dessas comunidades tradicionais.

Assim, nossa reflexão se debruça sobre as comunidades de pesca artesanal do município de Armação dos Búzios/Região dos Lagos, as quais nos deparamos com um grande acervo fotográfico e histórias narradas que remetem a rememoração entre os membros da comunidade, provocando o fortalecimento dos laços afetivos, do sentimento de pertencimento.

De maneira geral, há a compreensão de que a relação dialógica expressa marcas culturais, além de definições fundamentais, como determinados bens primários, para a organização da comunidade. Por isso, entendemos que a narratividade está entrelaçada à memória coletiva, e ambas são intermediadoras do processo de socialização dos membros dessa comunidade, sendo, portanto, referências na construção social da identidade e da própria realidade social.

Em vista disso, a partir do sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade, existe a possibilidade da autoidentificação, contribuindo não só para o reconhecimento social na dimensão comunitária, mas também societária. É nesse sentido que evidenciamos, por outro lado, os conflitos que são estabelecidos devido a disseminação dos *Habitus* de uma classe dominante hegemônica que dissemina seu modo de vida, padronização a vida social e cultural nesse território, expulsando os membros das comunidades de seus territórios, corroendo suas tarefas sociais, seus significados e memórias. Tal fato, passa a ser vivenciado desde as questões materiais às questões imateriais, subjugando aquelas comunidades a

invisibilidade social e precarização do trabalho, o que provoca o silenciamento e o apagamento social.

No entanto, vislumbramos as memórias sociais e coletivas no meio social entre os membros das comunidades, de maneira que é estipulada uma relação intergeracional e novos sentidos e espaços passam a ser constituídos, como elementos integrados que trazem em seu bojo a linguagem como forma de comunicação, criação e rememoração. Assim sendo, as comunidades constituirão novas formas de se reconhecer, num jogo de imagens que permite que seus membros se auto identifiquem e possam resistir diante dos desafios e dificuldades enfrentadas ao longo da história, reafirmando seus saberes e fazeres tradicionais, além de sua ancestralidade, territorialidade e representação social.

## **2. Estudos da hegemonia e a resistência**

O processo de socialização cultural, consolidado pela sistematização da identidade, é caracterizado por uma luta política, onde há uma contínua disseminação do *habitus* das classes dominantes que influencia diretamente a hegemonia tanto no campo político quanto cultural. Nesse processo, a atuação dos intelectuais orgânicos associados à elite regente é imprescindível para a manutenção da ordem burguesa, construindo um consenso social onde as classes dominantes desempenham um papel histórico de autoridade, representando a totalidade da sociedade.

Esse consenso é estruturado ideologicamente na sociedade civil através da direção política dos diversos recursos materiais, ou seja, dos aparelhos privados de hegemonia (Cf. GRAMSCI, 2006). Esses aparelhos são os principais instrumentos utilizados pela classe dominante para difundir e legitimar sua ideologia na sociedade civil, a fim de que essa concepção de mundo seja internalizada pelas classes subalternas, fazendo com que adotem esse *habitus*.

Além da consolidação de um consenso social, a formação de uma opinião pública nos meios midiáticos também é moldada pelos intelectuais, que a conduzem de acordo com a vontade e ação da elite e do próprio poder público, invisibilizando as ações e reivindicações das classes subalternas, buscando sempre desestruturar o coletivo. A disputa pelo domínio cultural na sociedade civil está diretamente ligada ao controle, legitimação e eficácia dos aparelhos privados de hegemonia (Cf. GRAMSCI, 2014).

Essa disputa pelo domínio cultural também permeia o complexo campo social da memória. Esta se estende aos fatos evocados pelos sujeitos históricos, desempenhando um papel essencial na realização de objetivos de longo prazo para a classe trabalhadora, podendo influenciar a percepção da sociedade, sua história e seus próprios papéis nela.

A memória, assimilada como manifestação de uma estruturação social de classes são, necessariamente, uma memória coletiva que reflete as divisões de classes presentes na sociedade. Quando o agente social vive e se insere em uma sociedade que não apresenta uma proeminente diferenciação de classe, devido aos conflitos e oposições estruturais, esse agente não consegue escapar de ser moldado pelo seu processo de reprodução em suas relações com o coletivo (Cf. SANTOS, 2021). A memória, como produto desse meio, é fortemente marcada pelas particularidades que compõem a sociedade estratificada quando incorporado ao sujeito social.

O processo de apagamento da memória pela classe dominante e de rememoração pelas classes dominadas, deve ser analisada considerando as influências das imposições históricas que ordenam qual a memória que deve ser valorizada e evidenciada. Essa capacidade está relacionada a visão individualizada de um agente acerca de uma ação particular e como essa ação impacta de forma negativa sua compreensão e consciência e sua relação com a memória.

Os fatores históricos influenciam diretamente o interior da memória, que pode ser alterado quando relacionado a experiências materiais vivenciadas pelos agentes sociais. Contudo, observa-se que os conflitos sociais afetam o processo de rememoração, devido as suas frequentes modificações geradas pelas constantes imposições das representações memoriais da elite.

A transformação constante do lugar, fundamentado numa reconfiguração histórica, cultural sustentado por representações físico-simbólicas, influem na disseminação da memória legítima. O esquecimento pode acontecer quando as memórias perdem o seu significado, seja para sociedade, seja para o agente social (Cf. HALBWACHS, 2006). O perdem devido a uma estrutura econômica, política e cultural de dominação que impõe estigma e invisibiliza as matrizes das comunidades tradicionais. A marca deixada pela classe dominante isola os agentes sociais, destitui as relações coletivas, importantes para imposições de dominação, possibilitando sua legitimação e dominação desses sujeitos sociais.

As memórias em disputa, caracterizadas por uma memória sensível, desempenham uma função central na luta pelo controle dos processos de transformações sociais que ocorrem na sociedade. Essas memórias, continuamente associadas aos acontecimentos históricos e relatos implicadas direta e indiretamente nas organizações sociais, exercem uma profunda influência e dominação sobre o habitus dos agentes sociais e da comunidade tradicional (Cf. SANTOS, 2021).

O meio social contribui com os princípios geradores que o ator social carrega consigo, esquemas individuais construídos de forma coletiva, a reprodução do habitus, seja por meio de ações pedagógicas ou implantação de sistemas socioeconômicos, legitima cada vez mais a hegemonia cultura de classe e invisibiliza os saberes e fazeres comunitário. A reprodução da discriminação da fala, segregação socioespacial dos agentes sociais que compõe a comunidade só faz ratificar a cultura dominante, internalizando-as, passando a não mais transferir as práticas culturais e histórica para a geração seguinte, um extenso processo de apagamento da identidade. Ribeiro, Santos e Maeso (2010) afirmam que “toda lógica dos sistemas repressivos se dirige não só para o apagamento da identidade, mas também para a produção da exclusão e do esquecimento absoluto”.

A narrativa histórica se depara por duas perspectivas: a vulnerabilidade afetiva da memória e arbitrariedades associadas ao controle e deturpação da história. As estruturas e dinâmicas sociais, normas culturais e relações de poder apresentam uma contínua transformação e impacta diretamente o modo como os agentes sociais vivenciam e analisam os acontecimentos históricos, alterando o processo de rememoração, visto que, a memória é suscetível a influências emocionais e afetivas que dificulta a ação evocativa.

A manipulação e controle da história, compreendida como uma disputa hegemônica cultural, é instrumento fundamental sob o controle das classes dominantes para consolidar e preservar sua dominação política cultural sobre a sociedade. Ela desempenha uma função primordial na formação da identidade coletiva e na constante legitimação das posições de poder, que promove o habitus da classe dominante e conseqüentemente o apagamento e esquecimento da memória social coletiva genuína.

Os sistemas ideológicos atuam como bloqueios a manifestação de uma mudança significativa para a sociedade, visto que eles produzem interpretações rígidas e permanentes para os fatos, invalidam as oposições e impedem qualquer perspectiva de transformação da realidade social em

prol dos interesses da classe dominante (Cf. ANSARA; DANTAS, 2015, p. 2).

Quando a memória apresenta um conjunto de elementos ideológicos, suas narrativas se tornam inertes, institucionalizadas e passam a perdurar por toda a história, perpetuando um olhar único do passado (Cf. CHAUI, 2007). Isso decorre pelo fato de a ideologia atuar como um poder reacionário que busca preservar a conjuntura, impossibilitando questionamentos críticos das estruturas sociais estabelecidas pela elite.

a memória se assemelha a uma construção individual, que se caracteriza por uma negação de sua ancestralidade e sua função como portador e transmissor dessa ideologia. Lima (2003) afirma que os agentes sociais possuem a frequente ilusão de que são autores de suas narrativas e lembranças as quais difundem. Entretanto, na realidade, eles são condutores das representações inscritas na história e cultura. No processo ideológico, os reais autores das narrativas são submetidos ao esquecimento e sujeitos a uma posição de insignificância e inexistência.

A narrativa histórica, promovida pela autoridade dominante na sociedade, desempenha a função de mobilização de ideologias ocultando os conflitos fundamentais à estrutura social de classes e negando a existência da memória coletiva dos grupos dominados. A retórica da harmonia social e do sistema coeso para manutenção da estrutura é construído a partir da manipulação da memória e da imposição do esquecimento aos atores sociais apoiado na destituição da força de sua narrativa histórica.

O silenciamento imposto aos sujeitos sociais é um plano ideológico que promove o apagamento das comunidades tradicionais, sua cultura e seu esquecimento. Assim como essa profunda dinâmica de poder contribui com a consolidação dos interesses da classe dominante, também implica no isolamento do sujeito gerando a ausência de consciência em relação a sua própria identidade e identidade do outro.

### **3. *Linguagem oral e sua memória***

A linguagem oral é compreendida como forma de resistência e consolidação dos agentes sociais enquanto instrumentos geradores e saberes significativos a sua comunidade. Funcionam enquanto ferramentas de comunicação essenciais intrínsecas ao sujeito e presentes em toda a sociedade, desafiando as estruturas de poder e sua dominância.

As narrativas formam uma área de saber diversa, onde os agentes narradores desempenham um papel crucial em preservar a coesão do grupo social ao qual pertencem, ao mesmo passo que reforçam continuamente o sentimento de identidade e pertencimento ao local onde vivem.

O ato de narrar reflete o estar no mundo, assim como a forma de interagir com ele, onde as vivências são reinterpretadas. Ao narrar, as pessoas mobilizam suas histórias e elaboram seus próprios relatos sobre a realidade, recriando-a. Paul Zumthor (2010, p. 52) argumenta que elementos como memórias, sonhos, mitos, lendas e histórias de forma conjunta, representam as formas pelas quais os sujeitos e comunidade buscam se situar no mundo. Não é somente uma expressão cultural, mas um mecanismo a qual os agentes constroem e afirmam suas identidades e posicionamentos sociais. Tais narrativas orais desempenham uma importante função na manutenção da coesão social e sua resistência contra as estruturas de poder hegemônicas, possibilitando que grupos marginalizados articulem o prisma de sua realidade reforçando seus laços internos.

A ampliação do repertório imagético e das experiências comunicáveis responsáveis por estabelecem conexões entre diferentes tempos é realizado no ato da fala e da escuta entre os agentes. As narrativas localizam-se entre o vivido, a memória e o narrado, em que o narrado está intimamente ligado à experiência de vida do contador, às suas interpretações de mundo e às expectativas do ouvinte (Cf. DURÃES; RAMOS. 2021, p. 7). Dessa maneira, a narrativa torna-se um espaço de interseção ente o passado e o presente, onde as memórias e vivências individuais são ressignificadas e compartilhadas, criando uma compreensão coletiva da realidade. Esse processo não somente a coesão social, como assente a construção de identidades coletivas constantemente compartilhadas, promovendo uma dinâmica de resistência mnemônica.

Para Bosi (1994), as narrativas dispõem de uma dimensão coletiva, pois são confeccionadas por múltiplas vozes perpetuadas ao longo de gerações, constituindo novas histórias cujos fios se entrelaçam, puxados por diferentes mãos. Esse “tecido” forma uma estrutura de saberes e produção de sentido. Ao contar, o contador de história incita memórias individuais que viabiliza e reforça a manutenção da memória coletiva.

O grupo social, ao qual o narrador pertence, desempenha um função essencial no processo de rememoração, pois o que é rememorado está profundamente conectado com o coletivo do qual o sujeito participa. Contudo, é importante reconhecer que, apesar da importância da memória coletiva, é o agente social que realiza o ato de recordar. Cada pessoa atua



como agente mnemônico, selecionando e interpretando fragmentos do passado que possuem significados próprios para si dentro de um patrimônio compartilhado (BOSI, 1994, p. 411).

Essa relação entre o campo da memória pessoal e coletiva revela uma interação complexa entre o indivíduo e o grupo na formação das narrativas. As memórias pessoais, moldadas e influenciadas pelas experiências e histórias do grupo social, contribuem para a memória coletiva, trazendo suas próprias interpretações e significados pessoais para o conjunto. Esse processo reflete como as identidades são construídas e negociadas, e como as narrativas do passado desafiam estruturas de poder e contribuem com a construção de identidades no presente.

A memória, conforme argumenta Bosi (1994, p. 74-5), permite a conexão entre o corpo presente e o passado, ao mesmo tempo em que afeta as representações atuais. O que é rememorado não é um componente fixo e imutável, mas sim um fenômeno dinâmico e relacional. Quando os elementos transmitidos através das narrativas perdem a relevância para o coletivo, ocorre o que Bosi descreve como espoliação das memórias. Para a autora, narrar é um processo contínuo de retroalimentação das memórias, uma vez que a narração da própria vivência representa o testemunho mais significativo das formas individuais de recordar. Assim, a memória é vista como um espaço em constante movimento e transformação.

A memória, é definida por Nora (1993, p. 9 *apud*. DURÃES; RAMOS. 2021) como a própria vida, um conceito que reflete a sua natureza dinâmica e em constante evolução. Ela é sempre sustentada por grupos vivos e, portanto, está em contínua mudança, sujeita à dialética entre memória e esquecimento. Inconsciente das suas variações sucessivas e vulnerável a inúmeros usos e manipulações. Além disso, a memória também pode experimentar longo períodos de latência e repentinas estimulações, evidenciando sua flexibilidade e adaptação às novas realidades e contextos.

Mediante a atividade rememoração, o narrador desempenha um papel quase mitológico de ser, carregado de memória viva e com a autoridade de quem a presenciou em todos os sentidos. Pereira (1996, p. 13) sublinha a função central do narrador no contexto social, onde ele transcende o papel de um simples contador de histórias, tornando-se um guardião e mediador da memória coletiva. Este possui uma epistemologia situada, fundamentada na experiência direta e na oralidade vivencial, o que lhe confere uma credibilidade incontestável.

Existe uma centralidade do intercâmbio de experiências como a base fundacional das narrativas orais, que funciona como um processo dialógico e dinâmico, através do qual as práticas cotidianas são elevadas ao status de narrativas culturalmente significativas. A referência a atos simples mostra como ações ordinárias são transformadas em relatos dotados de uma dimensão ontológica e epistemológica rica que lhes confere uma profundidade de sentido.

A narrativa oral, ao transformar experiências vividas em discursos significativos, opera como um mecanismo pedagógico e normativo, disseminando valores morais, orientações pragmáticas e prescrições comportamentais. Assim, a tradição oral possui uma função instrumental que transcende a simples conservação da memória coletiva, atuando como um sistema de ensino e normatização que é essencial para a coesão social (Cf. DURÃES; RAMOS, 2021, p. 8).

A narração oral cumpre uma atribuição social central ao instilar nas gerações subseqüentes um método de entendimento entre o novo e o antigo, até mesmo o arcaico, idealizando uma colagem que sugira os caminhos do que é percebido como moderno sem o abandono do passado (DURÃES; RAMOS, 2021, p. 9). Este processo pedagógico-cultural se configura como uma dinâmica dialética que permite a transmissão e preservação de tradições e saberes por meio de uma articulação entre temporalidades diversas, assegurando a continuidade e a adaptação da herança cultural às demandas contemporâneas.

A interação social torna-se imprescindível no contexto narrativo, que ocorre na relação interpessoal, possibilitando o encontro entre narrador e ouvinte, onde é imperativo que um se silencie para dar lugar à voz do outro. Esse processo dialógico é fundamental para a realização da comunicação, como destacado por Zumthor: “O emprego da dupla dizer/ouvir tem por função manifesta promover (mesmo que ficticiamente) o texto ao estatuto do falante e designar sua comunicação como uma situação de discurso *in praesentia*” (ZUMTHOR, 1993, p. 29). A relação dicotômica entre dizer e ouvir não apenas estrutura a narrativa oral, mas também define seu caráter performativo e situacional, enfatizando a presença física e a co-presença dos interlocutores.

A linguagem oral deve, portanto, ser abordada em sua complexidade inerente, contemplando tanto a riqueza do conteúdo narrativo quanto a mobilização dos recursos expressivos pelo narrador durante sua atividade. Esta complexidade envolve a competência do narrador em empregar elementos vocais, gestuais e contextuais para engajar e impactar o ouvinte,

criando uma experiência comunicativa multifacetada e rica. A representação do narrador transcende a mera transmissão de informações, constituindo um ato de criação e recriação de significados que reflete e molda as dinâmicas sociais e culturais do grupo.

A tradição oral não apenas preserva a memória coletiva, mas atua como um mecanismo de perpetuação, resistência e renovação cultural. Através de suas narrativas, o narrador funciona como um agente mediador que integra a continuidade histórica com a inovação cultural, assegurando que os conhecimentos e valores da comunidade sejam continuamente revitalizados e transmitidos. Este processo de mediação cultural sublinha a importância da oralidade como um portador dinâmico e adaptável, essencial para a coesão e a identidade social da comunidade tradicional.

#### ***4. Linguagem audiovisual: o aparelho de resistência e afirmação cultural***

A linguagem audiovisual emerge como instrumento básico de compartilhamento das vivências, em parte devido à sua potencialidade em unificar som e imagem em movimento, propiciando ao espectador uma densa imersão sensorial no universo apresentado. Essa confluência é permeada pela sensibilidade de quem filma e edita, bem como o faz por intermédio das limitações tecnológicas que oferecem e influenciam a reprodutibilidade dos sons e imagens.

Essa linguagem, de maneira geral, é capaz de dispor uma série de estímulos sensoriais que fomentam uma compreensão significativa entre o espectador e o conteúdo. Tais estímulos modalizam desde conteúdos imagéticos que evocam encanto ou choque a sons que retratam memórias antigas, músicas, cantigas que tocam emocionalmente o sujeito, até mesmo a intrínseca expressão corporal dos narradores, manifestadas em seus gestos, olhares e entonação vocal. Em conjunto, esses elementos conferem ao audiovisual um notável poder de síntese, permitindo o acesso a conteúdos diversamente sutis, garantindo maior plenitude da narrativa, ao capturar e transmitir os diversos aspectos que formam o universos dos agentes que a expressam oralmente (Cf. MACHADO; VIOLA; LOPES, 2017).

A abordagem dos saberes tradicionais, enquanto meios de informação que encontram sua legitimidade plena quando estão profundamente arraigadas no contexto cultural ao qual pertencem – quando situam-se intrinsecamente ligadas às práticas cotidianas à experiência empírica de vida – sublinha a importância de reconhecer que sua reprodução oral é

sustentada por um conjunto de elementos materiais e simbólicos inerentes a um cosmo cultural específico.

A preservação desses saberes na forma escrita enfrenta restrições, sendo, em muitos casos, impraticável. É relevante destacar que, mesmo com tais limitações, a linguagem audiovisual pode expandir a capacidade de exterioridade dos segmentos culturais que ordenam as narrativas, conferindo-lhe maior densidade aos saberes e fazeres nelas contido. Essa linguagem fornece um ambiente mais robusto para a apropriação desses saberes e fazeres por outros agentes sociais, especialmente se o agente que busca essa apropriação pertence a uma construção cultural que compartilha signos comuns, permitindo que ele reconheça, naqueles materiais expressos em áudio e vídeo, situações que poderiam ser aplicáveis à sua própria vivência dentro de sua conjuntura.

Onde os protagonistas são os próprios sujeitos da ação e as comunidades tradicionais guardiãs desses saberes, mesmo que geograficamente dispersos, a linguagem audiovisual pode constituir-se como um vetor de articulação entre os diferentes modos de saberes tradicionais, inseridos em uma construção dialógica. A interposição que exerce essa linguagem assume o papel de um instrumento de amplificação das possibilidades de um encontro produtivo e dialógico entre essas diversas formas e a interação simbólica entre os divergentes universos culturais envolvidos.

Cada elemento do aparelho – saberes tradicionais, linguagem audiovisual e cultura – possui o potencial de se interconectar de forma a não apenas preservar o conhecimento, mas também evitar seu apagamento. Essa articulação assegura o dinamismo indispensável para conduzir o movimento de transformação cultural, próprio às comunidades ao longo da história, mas que enfrentam uma pressão acentuada e risco elevado em decorrência do constante aumento do processo de modernização.

Com o agravamento do processo de modernização e intensificação da ofensiva neoliberal, caracterizada pela apropriação privada dos recursos naturais por conglomerados multinacionais, que expende sua imposição de maneira urgente no cenário atual em toda a América Latina, o dinamismo das culturas tradicionais, sem se desvencilhar com suas raízes, torna-se ainda mais crucial (MACHADO; VIOLA; LOPES, 2017). Isso se deve ao fato de que a natureza coercitiva da modernização estimula de forma compulsória as transformações culturais, trazendo consigo o risco iminente de desintegração dos territórios e subsequente expropriação das comunidades, que acaba por resultar em um inevitável apagamento dos seus saberes e fazeres (Cf. CONTE; SOUZA, 2013, p. 421).

A tentativa de harmonização entre a cultura tradicional e modernização se configura como um desafio constante enfrentado pela maioria das comunidades tradicionais. A articulação entre os mecanismos da modernização e os da cultura tradicional sempre se deu de forma obstruída, troncada, ruidosa e conflituosa, muito marcada por embates dos quais muitos culminam em violência e produzem consequências negativas para as comunidades envolvidas.

Essa condição de marginalização a que essas comunidades são submetidas, intensifica ainda mais sua vulnerabilidade. A negligência, no campo midiático, perpetua narrativas estigmatizantes, sustentadas pela falta de conhecimento e pela insipiência disseminada entre o grupo sobre a história e os modos de vida dessas comunidades. A discriminação reforça essa invisibilidade social, o que, em última instância, culmina na apatia e na indiferença da sociedade frente às opressões e às violações de direitos que essas comunidades tradicionais podem vir a sofrer.

A constância de resistência e luta dessas comunidades possuem uma temporalidade histórica extensa, onde cada estratégia implementada é dotada de uma trajetória particular, com justificativas e significados que são construídos a partir de uma dialética entre memória coletiva e práxis social, dispondo a matriz fundante de suas narrativas. Para Bosi (1994), a construção dessas estratégias está diretamente ligada à experiência vivida, e, por conseguinte, aqueles que não a partilham de forma direta carecem da legitimidade necessária para contestá-las ou deslegitimar sua validade epistemológica. Para os sujeitos que interagem com esses grupos, torna-se imperativo buscar modos de fortalecer essas práticas de resistência, introduzindo novos componentes informativos, frequentemente negados a essas comunidades, para que possam, por meio de uma reapropriação criativa, reformular e adaptar suas estratégias e dinâmicas de resistência territorial às suas demandas e realidades específicas.

A linguagem audiovisual se revela como um aparelho carregado de elementos essenciais para a emancipação e autonomia das comunidades tradicionais que enfrentam repressões. Por meio dessa linguagem, torna-se viável a explicitação de conflitos, a exposição dos impactos socioambientais e violações de direitos, bem como a construção de narrativas contra-hegemônicas, oriundas das vozes dos próprios sujeitos que vivenciam processos de resistência imprescindíveis.

Essas narrativas contra-hegemônicas, produzidas pela linguagem audiovisual, não apenas se configuram como veículos de denúncia, mas também se articulam com a proclamação e a disseminação de traços

culturais e modos de vida tradicionais, os quais são portadores de uma beleza simbólica e sensibilidade ímpares. Tais características têm o potencial de transcender barreiras da discriminação e de fomentar a empatia necessária para desarticular as narrativas dominantes que perpetuam a marginalização dessas comunidades. A linguagem audiovisual não só expõe as adversidades enfrentadas, como também atua como um meio para reconfigurar as percepções sociais, facilitando a construção de um espaço de reconhecimento e de resistência cultural.

## **5. Conclusão**

Evidenciou-se que os membros das comunidades tradicionais pesquisadas trazem consigo suas memórias sociais e coletivas que são ressignificadas no dia a dia, diante de seus saberes, historicidade e interpretações. Nesse sentido, tais membros são os próprios sujeitos da ação mesmo que geograficamente dispersos, o sentido de territorialidade ganha representação social intermediado por diferentes tipos de linguagens, entre elas, a linguagem audiovisual.

Assim sendo, a linguagem audiovisual pode ser considerada não só um meio de interrelacional, mas também, de se reconhecer entre os membros, permitindo que as significações possam ter um movimento endógeno, fortalecendo o sentido de estar no mundo e ancestralidade, ultrapassando o reconhecimento social comunitário para ganhar novos espaços no reconhecimento societário.

Portanto, há a articulação entre os diferentes modos de saberes tradicionais, inseridos em uma construção dialógica. A interposição que exerce essa linguagem assume o papel de um mecanismo que permite a interação simbólica, a constituição dos elementos estruturantes significativos, determinantes dos seus modos de vida. Nessa lógica, a relação dialógica, pelos diferentes tipos de linguagem, traz inúmeras possibilidades de um encontro produtivo entre os divergentes universos culturais envolvidos, que se reconhecem enquanto comunidades tradicionais e suas novas necessidades para se reafirmar diante do sistema neoliberal, de uma classe dominante, que há tempos tenta apagar e silenciar tais comunidades.

Isso significa que por meio de tais linguagens, a comunicação ganha novas funções e espaços, entre elas, a organização comunitária a partir das particularidades dos modos de vida, pelo significação de ancestralidade, saberes e fazeres tradicionais e pela constituição da representatividade social. Tais pontos se tornam fundamentais no dia a dia, para que

sejam vivenciados, compreendidos, para que assim, seja possível o engajamento no contexto de justiça social e ambiental, possibilitando não só a sua existência, mas também, a resistência diante da exclusão social, da invisibilidade social e negação de direitos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athena digital: revista de pensamiento e investigación social*, v. 15, n. 1, p. 207-23, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 1985.

CONTE, I. I.; SOUZA, M. I. Saberes da vida: os camponeses fora da escola. *Revista Roteiro*, v. 38, n. 2, p. 413-30, Joaçaba, jul./dez., 2013.

DE AVELAR MACHADO, Rodrigo; DE VIOLA, Paolo Marti GP; DE SOUZA LOPES, Leandro. Da memória oral ao audiovisual: os saberes agroecológicos salvaguardados pelas lentes. *Cadernos de Agroecologia*, [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 12, n. 1, 2017.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

DOS SANTOS ALVES, Diego; DE MELO, Beatriz Medeiros. *Rompendo silêncios: pedagogia freiriana, linguagem audiovisual e visibilização da história e memória quilombola no ensino médio integrado*.

DURÃES, Nelcira Aparecida; RAMOS, Jarbas Siqueira. Saberes em Narrativas de uma comunidade tradicional: oralidade e decolonialidade. *Educação, Escola & Sociedade*, v. 14, n. 16, p. 1-17, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

KAPLÚN, M. *Comunicación entre grupos: el método del cassette-foro*. Ottawa, Ont.: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

LIMA, Maria Emília A. T. (2003). Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. *Psicologia em Revista*, 9(13), 76-88.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, p. 07-28, São Paulo, 1993.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesanão da memória no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG/ PUC Minas, 1996.

RIBEIRO, António Sousa; SANTOS, Cecília MacDowell; MAESO, Silvia Rodríguez. Violência. Memória e representação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88 | 2010, 5-7.

SANTOS, Alexandre de Jesus. As lutas de classes no campo da memória. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências*, v. 10, n. 01, p. 27-42, 2021.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: Literatura medieval*. Trad. de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo horizonte: UFMG, 2010.



**A PRODUÇÃO DRAMATÚRGICA DE LÚCIA  
DI SANCTIS: DIMENSÕES MATERIAIS,  
SOCIOPOLÍTICAS E CULTURAIS**

*Débora de Souza* (ILUFBA)  
[debora.souza@ufba.br](mailto:debora.souza@ufba.br)

**RESUMO**

Propomos tecer uma leitura filológica acerca de parte da produção dramaturgical negra de Lúcia Maria Dias dos Santos / Lúcia Di Sanctis (30 de junho de 1946 – 01 de julho de 2013), com ênfase em suas dimensões materiais, sociopolíticas e culturais. Para tanto, adotaremos pressupostos teóricos da Filologia, em diálogo com outros saberes, e procedimentos metodológicos das críticas textual e sociológica. Serão tomados como objeto de análise textos escritos para o palco, datados das décadas de 1960 e 1970, considerando os processos de produção e transmissão, em sua relação, sobretudo, com documentos da imprensa e da Censura provenientes de diferentes instituições de guarda. Por meio desse material temos construído um conhecimento sobre a poética, a política e a experiência teatral de Lúcia Di Sanctis, bem como acerca de sua atuação, na Bahia, à época, no que tange, principalmente, à luta em favor da profissionalização dos artistas de teatro, da institucionalização da carreira docente em arte/teatro, do acesso infanto-juvenil a espetáculos teatrais, do respeito e da difusão quanto à cultura, história e memória afro-brasileira.

**Palavras-chave:**

Filologia. Dramaturgia negra. Lúcia Di Sanctis.

**ABSTRACT**

We propose a philological reading of part of the black dramaturgical production of Lúcia Maria Dias dos Santos / Lúcia Di Sanctis (June 30, 1946 – July 01, 2013), with an emphasis on its material, sociopolitical and cultural dimensions. For this purpose, we will adopt theoretical assumptions from Philology, in dialogue with other fields of knowledge, and methodological procedures from textual and sociological criticism. Texts written for the stage, dating from the 1960s and 1970s, will be taken as the object of analysis, considering the processes of production and transmission, in their relationship, above all, with press and Censorship documents from different institutions. Through this material, we have built up knowledge about Lúcia Di Sanctis' poetics, politics and theatrical experience, as well as about her work in Bahia, at the time, mainly with regard to the fight for the professionalization of theatre artists, the institutionalization of teaching career in art/theatre, access for children and young people to theatre shows, and respect for and dissemination of Afro-Brazilian culture, history and memory.

**Keywords:**

Philology. Black dramaturgy. Lúcia Di Sanctis.

## **1. Considerações iniciais**

No âmbito da Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), vinculada ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizamos uma pesquisa científica no campo da Filologia, em diálogo sobretudo com a Sociologia dos Textos e a Arquivologia, acerca de textos, sobretudo teatrais, produzidos nas décadas de 1960, 70, 80 e 90. Voltamos nosso olhar para diferentes dramaturgias e práticas teatrais negras desenvolvidas no estado da Bahia, naquela época, o que tem nos permitido atuar no processo de revisão e de descentramento da literatura/dramaturgia brasileira.

Para tanto, temos construído o Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), arquivo composto por mais de sessenta acervos virtuais de teatrólogos baianos e de pessoas que viveram e produziram na Bahia, a exemplo dos acervos Nivalda Costa (ANC) e Lúcia Di Sanctis (ALS), nos quais reunimos documentos referentes à produção e atuação de Nivalda Silva Costa (1952–2016) e de Lúcia Maria Dias dos Santos (1946–2013). O que denominamos “arquivo” é uma “coleção”, “[c]onjunto de documentos com características comuns, [provenientes de diferentes arquivos públicos e privados], reunidos intencionalmente” (ARQUIVO..., 2005, p. 52) para fins de pesquisa científica, preservação da história e atualização da memória.

A partir desse trabalho, temos dado a conhecer e a ler parte da literatura dramática realizada na Bahia, sobretudo, em tempos ditatoriais, colocando em cena, por conseguinte, diferentes sujeitos, homens e mulheres, por meio de edição de textos, “[...] [c]onjunto de operações filológicas necessárias para preparar um texto, inédito ou édito (...), para ser publicado” (DUARTE, L., 2019, p. 384), e crítica filológica, concebida como “[...] laboratório de produção de sentido (...), atitude crítica, (...) espaço de produção histórica, linguística, sócio-cultural e política” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 46-47).

## **2. Filologia, Sociologia dos Textos e Arquivologia: documento, leitor e conhecimento histórico**

A Filologia pode ser compreendida, conforme Marquilhas (2009), como

[e]studo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. [...] [D]isciplinada concentrada

na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto [...]. (MARQUILHAS (2009, p. [1])

Analizamos o texto a partir de investigação de suas dimensões material, linguística, literária, sócio-histórica e político-cultural, desenvolvendo uma “leitura ativa” (SAID, 2007 [2004]), “(...) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra (...)” (ZANCARINI, 2008, p. 11).

Em perspectiva interdisciplinar, constituímos dossiês, descrevemos, transcrevemos, editamos e interpretamos textos, tomando-os como tecido, trama de fios composta por materiais e linguagens diversas. No diálogo com a Sociologia dos textos (MCKENZIE, 2018), adotamos texto em sentido amplo, considerando (i) a relação entre forma, função e significado simbólico, aspectos que têm impacto na maneira como o texto é lido e editado; (ii) os processos de produção, transmissão, circulação e recepção textuais; (iii) os agentes socioculturais, produtores e mediadores, envolvidos nestes contextos.

Compreendemos texto também como documento, do latim *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar” (LE GOFF, 1990). “O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter.” (CHAGAS, 1994, p. 34). É a partir do gesto de leitura do pesquisador, que o texto, resultado de um tempo e um espaço específicos, torna-se documento e pode vir a figurar como monumento (LE GOFF, 1990).

Assim,

[u]m documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. (CHAGAS, 1994, p. 35)

Embora “documento” possa ser compreendido como “(...) unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato (...)” (ARQUIVO..., 2005, p. 73), cabe ao pesquisador, partindo de vestígios encontrados na materialidade textual, os quais são importantes na compreensão de aspectos imateriais (envolvendo práticas, processos e sujeitos), construir a história do documento, tomando-o como “indivíduo histórico” (PÉREZ PRIEGO, 1997), o qual tem uma biografia (Cf.

KOPYTOFF, 2008), uma trajetória que o torna único em meio à diversidade e à pluralidade textual/documental.

Realizamos essa análise, historicamente condicionada, considerando ainda relações (i) entre documentos; (ii) entre documentos e sujeitos; e (iii) entre passado, presente e futuro, não tentando remontar o passado, mas buscando compreender o passado pelo presente por meio de pesquisa filológica.

A pesquisa, compreendida como produção de conhecimento pode PARTIR do documento, mas pode também CHEGAR a definir novos documentos. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espaco, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação. (CHAGAS, 1994, p. 39, grifo do autor)

No trabalho filológico realizado a partir de documentos do ATTC, atuamos nos eixos (i) da pesquisa, desenvolvendo estudos críticos dos supracitados documentos, na graduação e na pós-graduação; (ii) da preservação, salvaguardando os textos-documentos por meio de diferentes modelos editoriais; e (iii) da comunicação, em atividades e ações socioculturais, fora e dentro do universo acadêmico, subsidiando o acesso aos textos por parte de pessoas comuns e especialistas, possibilitando a difusão da literatura e do teatro, viabilizando a produção de outros usos e sentidos.

Ao construir o ATTC, lugar de memória e poder (NORA, 1993), artefato crítico, constituímos, por conseguinte, um espaço de relação “(...) a serviço do desenvolvimento social, na compreensão (...) da memória como direito de cidadania e não como privilégio de grupos economicamente abastados” (CHAGAS, 2006, p. 35). Lembremos que “(...) a memória (...) é construção e não está aprisionada nas coisas e sim situada na dimensão inter-relacional entre os seres, e entre os seres e as coisas (...)” (CHAGAS, 2006, p. 33).

Constituímos, inicialmente, uma massa documental acumulada formada por documentos digitalizados e reunidos em pastas de arquivo do *drive*, identificados quanto à autoria, data e proveniência, por exemplo, da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Série Teatro) (COREG-AN-DF (DCDP)), do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia (NAEXB), do *Nós, por exemplo* – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha, do Setor de Documentação e Pesquisa do Teatro Castro Alves, do acervo da Escola de Teatro da UFBA, do Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e de arquivos pessoais.

Em seguida, trabalhamos na organização, catalogação e inventariação dos documentos. Atualmente, temos refletido sobre planejamento estratégico e gestão documental, o que envolve pensar em (i) hospedar no servidor institucional as hiperedições/os arquivos hipertextuais resultados de dissertações e teses; (ii) revisar a classificação proposta considerando a distinção entre espécie e tipo documental; (iii) otimizar o processo de suplementação, sistematização e catalogação dos documentos; (iv) ampliar o acesso aos documentos e estudos para fins diversos; (v) estabelecer estratégias para identificação e mitigação de possíveis riscos àquelas plataformas virtuais.

Participamos de práticas humanísticas pelo viés do texto/documento, problematizamos narrativas e cânones literários/dramatúrgicos e apresentamos outras orientações de leitura, assumindo nosso lugar de filólogos, editores, críticos e mediadores. Reivindicamos o direito à história e à memória por parte da população afro-brasileira, principalmente, intelectuais, artistas, negras e negros, historicamente, marginalizados, os quais tiveram/têm suas produções, em sua maioria, inviabilizadas por mecanismos de apagamento/ocultamento. Neste sentido, analisamos, em uma perspectiva filológica, neste trabalho, parte da produção dramatúrgica da artista negra Lúcia Di Sanctis, bem como sua atuação em Salvador – Ba, nas décadas de 1960 e 1970, a partir de documentos do ALS-ATTC.

### ***2.1. Lúcia Di Sanctis e sua produção dramatúrgica***

No âmbito do Acervo Lúcia Di Sanctis (ALS – ATTC), até o momento, reunimos documentos referentes a nove (09) textos teatrais, *A formiguinha professora* (testemunhos datados de [1968], [1977] e 1997); *A oncinha peteleca* (1973 e 1984); *As aventuras da Mônica* (1979); *O gato de botas* ([1978]); *O peixinho que não sabia nadar* (1972); *O pequeno polegar / O pequeno polegar e a bota de sete léguas* (1969 e 1985); *O ratinho astronauta* (1970); *O ursinho e a máquina do tempo* (1971) e *Pinóquio* ([1968]), provenientes NAEXB, da COREG-AN-DF (DCDP) e da Biblioteca da Creche UFBA (BCUFBA).

Esses textos teatrais são datiloscritos, à máquina mecânica ou elétrica, em alguns casos, reproduções, os quais apresentam marcas formais da ferramenta utilizada, como substituição por sobreposição, letras elevadas por falha das teclas, supressão com uso de “X”, dentre outros. Apresentam também marcas de grampo enferrujado e perfurações, à margem esquerda; inscrições autorais (à mão, a maioria relativa a campanhas de

revisão, à caneta esferográfica azul, preta e/ou vermelha) e não autorais; e carimbos (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – Bahia (SBAT), da DCDP e da FCEBA – Departamento de Teatro / Banco de Textos, da Cia Bahiana de Comédias), referentes a processos de circulação e arquivamento.

Tais textos, criados (“A formiguinha professora”; “A oncinha Peleca”; “O peixinho que não sabia nadar”; “O ratinho astronauta”; “O ursinho e a máquina do tempo”) ou adaptados (“As aventuras da Mônica”; “O pequeno polegar”/“O pequeno polegar e a bota de sete léguas”; “O gato de botas”; “Pinóquio”) por Sanctis, datam de 1968 a 1997. Estão organizados, da seguinte maneira, à primeira folha: a) título, centralizado, em caixa alta; b) registro quanto à especificidade da peça (infantil), ao número de atos (um ou, geralmente, dois atos) e à autoria ou adaptação; c) lista de personagens, centralizada ou à esquerda; d) indicação, com breve descrição, do cenário e/ou contextualização quanto à situação inicial; e) em alguns textos, há registro de fala do “Narrador”, o qual estabelece um primeiro contato com a plateia e faz uma introdução/apresentação da história, convidando/despertando o público. À última folha, há o registro “FIM”, centralizado ou à esquerda.

Essa organização/sistematização na apresentação/escrita dos textos pode ser associada à atuação de Sanctis, em sua carreira como artista e educadora, quanto ao projeto de profissionalização do teatro, à tentativa de configuração de uma singularidade/identidade aos seus textos, ao seu trabalho. Esses textos foram encenados, em diferentes momentos, na Escola de Teatro da UFBA, no Teatro Castro Alves, em sua maioria, e no Teatro Vila Velha, com direção de Sanctis, conforme registrado em jornais e em documentos censórios.

As publicações de imprensa reunidas no ALS, são provenientes, principalmente, do Setor de Periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Elas foram veiculadas no *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia* e podem ser classificadas como guia/roteiro, comentário, fotolegenda, nota, notícia (assinadas (por Francisco Barreto, Guido Guerra e Roberto Machado, por exemplo) ou não) e reportagem conforme glossário apresentado por Campos (2018). Nesses documentos registram-se, de forma regular, informações sobre Sanctis no que se refere à sua atuação na cidade, elaboração de textos, produção de espetáculos e recepção por parte do público comum e críticos de teatro.

Em algumas publicações, há fotografia e registro da opinião da artista, por meio de citação direta e indireta, sobre teatro, teatro baiano,

dificuldades enfrentadas e estratégias para superá-las. Nesses registros, fica patente que Sanctis teve tanto seu trabalho reconhecido em vida pela crítica teatral e pelo público, conforme afirmou Ribeiro<sup>1</sup>, em 2021, quanto sua atuação ativa, diversa e engajada em diferentes frentes, projetos, atividades e movimentos sociopolíticos, educativos e culturais, sobretudo, no que tange à profissionalização do artista e do professor de teatro e ao direito de acesso à arte/cultura por parte de crianças e adolescentes.

Em relação aos documentos de Censura, reunimos documentos (reproduções de datiloscrito) acerca de sete (07) processos, datados de 1969 a 1985, compostos por capa, requerimento, ofício, texto teatral, laudo/parecer, memorando, radiograma, ficha de protocolo e certificado de Censura. Não foram encontrados na COREG-AN-DF (DCDP) processo a respeito das adaptações feitas por Sanctis quanto aos textos *Pinóquio* e *O gato de botas*. Em alguns casos, os documentos são relativos a mais de um momento de submissão, por exemplo, em relação a “A formiguinha professora” (em que a submissão ocorreu em 1969 e em 1977) e “A oncinha Peteleca” (em 1973 e 1984), uma vez que o certificado era válido por cinco (5) anos.

Ao analisar tais documentos, em especial, requerimentos, laudos/pareceres e certificados, podemos tecer considerações ainda acerca da leitura empreendida pelos órgãos de Censura quanto à produção e artista (SOUZA, 2022), bem como ter alguma noção acerca do período de efervescência na produção de Sanctis, considerando a data de submissão dos textos, alguns no mesmo ano (por exemplo, em janeiro e maio de 1969, respectivamente, “A formiguinha professora” e “O pequeno polegar”), outros submetidos mais de uma vez no mesmo ano (“O ursinho e a máquina do tempo” em setembro e novembro de 1971).

A respeito do nome artístico, “Lúcia Di Sanctis”, lemos nos requerimentos um movimento de constituição/afirmação dessa autoria: em “O pequeno polegar”, há “Lucia Maria Dias dos Santos, em arte Lucia di Sanctis” (REQUERIMENTO, 1969); em “O ratinho astronauta”, “Lucia Maria Dias dos Santos”, “com o pseudônimo (LÚCIA DI SANCTIS)” (REQUERIMENTO, [1970]); em “A formiguinha professora”, “LÚCIA MARIA DIAS DOS SANTOS (Lúcia Di Sanctis)”, em um papel timbrado da empresa “LÚCIA DI SANCTIS PRODUÇÕES” (REQUERIMENTO, 1977).

---

<sup>1</sup> Informação obtida em entrevista concedida por Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro, em 27 de maio 2021, à pesquisadora Débora de Souza, em Salvador.

Essa construção da autoria está atrelada também à responsabilidade quanto à produção, o que se registra nos certificados de Censura. No verso desse documento, nos campos “Original de” e “Produção de”, registram-se “Lúcia Maria Dias dos Santos”, “Lúcia Di Sanctis”, “A autora”, “Lúcia Maria Dias Santos Machado” ou “Lúcia Di Sanctis Produções – Ba”.

No texto “Sobre a autora”, parte do livro “A Formiguinha professora” (SANCTIS, 1997), publicado pela Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), testemunho proveniente da Biblioteca da Creche UFBA (BRANDÃO; SOUZA, 2024, no prelo), Robério Marcelo (1997) contextualiza o leitor quanto à trajetória da artista, sua construção como escritora e autora, o estímulo dos colegas para que ela escrevesse seus primeiros textos e o “batismo” quanto ao seu nome artístico.

Ele promove reflexões sobre as diferentes instâncias que viabilizaram, ou não, a produção, transmissão, publicação e recepção textuais, bem como acerca do preconceito vivenciado por se tratar de uma mulher, negra, da periferia. Em entrevista à ETTC, em 2021, Ribeiro reiterou essa informação ao afirmar a decisão de “(...) mudar [o] (...) nome [da artista] porque preto na Bahia não tem sucesso (...). Seu nome agora é Lúcia Di Sanctis (...). Ela sofria muito a questão do preconceito (...)”.

Nos laudos/pareceres censórios, os técnicos indicam a liberação, sem corte e restrição etária, condicionada ao exame do ensaio geral, por julgar que o texto “(...) ajuda a desenvolver o raciocínio da criança (...)” (LAUDO..., 1969a), “(...) estimula o respeito pelos valores familiares, sentimento de fraternidade e enaltecimento para as boas ações (...)” (LAUDO..., 1969b), tem “(...) valor educativo: instrutivo (...)” (PARECER, 1970), “(...) mensagem positiva (...)” (PARECER..., 1973), não existindo “(...) quaisquer implicações contrárias à formação da criança” (PARECER..., 1973).

No ALS, há ainda dois (02) cartazes das peças *A formiguinha professora* e *O ratinho astronauta*, datados de 1969 e de 1970, respectivamente, provenientes do arquivo pessoal de Sanctis, consultado por Caroline de Carvalho Sousa (2022) ao realizar sua dissertação de mestrado; uma (01) folha datiloscrita com informações sobre profissionais envolvidos no espetáculo *O gato de botas*, em 1978; um (01) cartaz de *A formiguinha professora*, datado de 1978, e uma (01) fotografia da peça *O gato de botas*, em preto e branco, medindo 30x40cm, todos esses provenientes do Setor de Documentação e Pesquisa do Teatro Castro Alves.



A produção dramaturgical de Lúcia Di Sanctis é herdeira do Teatro Experimental do Negro (TEN) (SOUZA, 2023), parte de poéticas, políticas, manifestações e experiências teatrais negras, as quais estão ancoradas “(...) na experiência, memória e lugar do sujeito” (MARTINS, 1995, p. 25). A experiência existencial tem relação direta quanto ao ponto de vista adotado pelo artista em seus projetos e escritas, sobretudo, na produção afrobrasileira (DUARTE, E., 2011).

Lúcia Di Sanctis, mulher negra, nascida e criada no bairro da Gamboa, periferia de Salvador, atuou como esportista (corredora e jogadora de basquete da seleção baiana (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4)), publicitária, atriz, diretora teatral, dramaturga, autora, adaptadora, produtora/empresária e professora. Coursou Direção pela Escola de Teatro da UFBA, na década de 1960, e Artes pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (SANCTIS, 1997).

Paralelamente ao estudo que fez de Teatro, ela começou também escrevendo, produzindo e dirigindo. Com estas atividades sentiu muita falta de ajuda dos órgãos oficiais para completar o seu plano de levar ao teatro as crianças de famílias de renda menos favoráveis. (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10)

Como docente, atuou no Colégio de Aplicação da UFBA, na Escola de Teatro da UFBA, no curso Formação de Ator, no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) e na Escola Parque. Participou da Diretoria da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), como representante dos professores do 1º e 2º graus, e da coordenação do Teatro ICEIA, sendo responsável pelo *1º Festival de Música Afro-Baiana* (SANCTIS, 1997). Criou e dirigiu o *Grupo de Teatro Negro da Bahia* (TENBA), em 1968 (SOUZA, 2023), e, posteriormente, o *Grupo Folclórico Katendê* (SANCTIS, 1997), no âmbito do ICEIA, base para desenvolver encenações teatrais com adolescentes de diferentes bairros periféricos de Salvador.

Ao longo de sua vida, dedicou-se ao teatro infantil, em uma perspectiva pedagógica e política, escrevendo e dirigindo para crianças, por sua “pureza” e “sinceridade”, produzindo em média uma peça por ano (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10).

Em relação a “A formiguinha professora” (SANCTIS, 1969), a dramaturga

[...] explica que nesse texto procurou mostrar uma formiguinha desgarrada do formigueiro e as dificuldades que é forçada a enfrentar longe de sua

coletividade, conseguindo superar o problema quando encontra outros animais da floresta e com eles passa a trabalhar construindo uma escolinha. (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4)

No processo de adaptação, a dramaturga costumava empreender algumas mudanças quanto às obras originais, a exemplo da adaptação do conto “O gato de botas”, do escritor francês Charles Perrault. A tradição do texto teatral é composta por dois testemunhos, ambos arquivados no NAEXB, os quais apresentam distinções quanto ao enredo e a marcas dos processos de circulação. Dentre as distinções, destacamos a inserção da personagem “Bruxa”, mulher do “Gigante mágico”, às folhas 6 e 7, do testemunho não submetido aos órgãos de Censura. À folha 6, temos:

BRUXA – Há...Ha...Há... hoje o dia está lindo! [O]s relâmpagos e os trovões me deixa muito contente. Hoje eu vou fazer 1001 maldades! Com a minha vassoura a jato visitarei os quatro cantos do mundo e distribuirei a minha terrível feitiçaria atômica (canta e dança a música Bate Macumba). (SANCTIS, [1978], f. 6)

Na música “Bat Macumba”, dos compositores Gilberto Gil e Caetano Veloso, no âmbito do movimento Tropicalista, datada de 1968, inspirada na poesia concreta, há um jogo de palavras e sons, envolvendo o espaço gráfico, em que se alude ao personagem americano Batman, ao som persuasivo do tambor e ao candomblé, explorando e arriscando sentidos.

De acordo com E. Duarte (2011),

[...] a afro-brasilidade tornar-se-á visível já a partir de uma discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua. (DUARTE, 2011, p. 18)

Ao remeter à referida canção, no texto teatral, Sanctis teceu uma crítica à ideia cristalizada/preconceituosa de “negritude”, tradicionalmente atrelada à imagem da “bruxa”, uma mulher “feia, velha e malvada”, promoveu uma reflexão acerca de questões ligadas à raça, dança, música e religiosidade negras, combatendo estereótipos e atuando na construção de identidade e autoestima de afrodescendentes.

Em relação à formação de um público, na literatura afro-brasileira, “(...) o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade” (DUARTE, E., 2011, p. 20). No que se refere a Sanctis, por meio de notícias em jornais é possível refletir acerca do seu posicionamento, de sua articulação social e gesto político, na tentativa de criar espaços de relação, atividades socioeducativas, indo ao encontro de muitos artistas, que,

à época, estavam comprometidos quanto a demandas de ordem artística, aspectos pedagógicos e questões sociais (Cf. LEÃO, 2009).

Em texto de Francisco Barreto (1969), publicado no “A Tarde”, há informação sobre os propósitos de Sanctis quanto à construção de um teatro. Leiamos:

(...) Na Guanabara, Lúcia tratará de diversos assuntos referentes ao teatro, inclusive no Serviço Nacional de Teatro onde discutirá, com Felinto Rodrigues, diretor do SNT, um plano no sentido de montar uma casa de espetáculo. Os entendimentos na Bahia, neste sentido, já vão bem adiantados. Apesar do sigilo em que vem trabalhando, conseguimos apurar que Lúcia conseguiu, de um estabelecimento bancário, financiamento para instalar o seu teatro. (BARRETO, 28 jun. 1969)

Embora esse plano não tenha se tornado realidade (considerando a falta de informação sobre isso em outros documentos), é relevante destacar a iniciativa, coragem e articulação de Sanctis para empreender e suprir uma lacuna existente na cena baiana do período. Faltavam professores e espaço para experimento, aprendizado, criação e crítica condizentes com a realidade nacional.

Na notícia intitulada “Lúcia Di Sanctis: um grande teatro para pequenos”, Sanctis enfatiza o papel do teatro como meio de comunicação e as dificuldades vivenciadas, tais como a falta de bons atores e de casas de espetáculos, uma que “(...) [s]ó existem o Castro Alves, o Vila Velha e a Escola de Teatro, enquanto muitas peças aguardam em longas filas a vez e serem montadas (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Além disso, destaca a ajuda superficial do governo e a “(...) falta de um melhor entendimento e união entre as pessoas que fazem teatro (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4).

Ainda nesse momento, quando questionada sobre a relação entre sua produção e os textos/as peças de Maria Clara Machado<sup>2</sup>, Sanctis respondeu: “[f]rancamente, não vejo nenhuma influência de Maria Clara Machado em meus textos. Meu estilo é completamente diferente no que tange a espetáculo (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Perguntaram ainda se ela pretendia “(...) deixar a Bahia por outro centro artístico mais avançado (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Tais questionamentos orientam reflexões acerca da importância de Sanctis na cena baiana.

Em defesa do direito de acesso à arte por parte de crianças e adolescentes, sobretudo, aqueles de camadas mais carentes da população,

---

<sup>2</sup> Cf. [https://www.ebiografia.com/maria\\_claro\\_machado/](https://www.ebiografia.com/maria_claro_machado/).

Sanctis posicionou-se criticamente ainda sobre a relevância da educação e da arte para a formação de crianças e, por conseguinte, transformação da sociedade. Em notícia intitulada “Diretora teatral quer a criança na nova plateia”, de Guido Guerra (1969), publicada no *Diário de Notícias*, registra-se a recepção dos colegas de teatro e do público em relação às produções de Sanctis, as dificuldades enfrentadas para realizar os espetáculos e os propósitos da artista:

Foi há pouco mais de um ano que Lúcia [D]i Sanctis, aluna da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, resolveu topar uma parada indigesta pra [sic] cachorro: fazer teatro sem medir consequências, sacrifícios, nada. No começo, poucos lhe deram crédito. Em geral, os homens sérios olhavam-na e sorriam:

– Esse fogo de palha passa...

Lúcia [D]i Sanctis provou exatamente o contrário. Afirmou-se como valor. (...)

Ao propor-se a produzir e dirigir peças infantis, Lúcia [D]i Sanctis não o fez por simples diletantismo. Há um empenho mais sério, porque existe um compromisso para com o público. Cada trabalho que se nos apresenta essa jovem de talento, tem objetivos marcados: atingir ao público com um espetáculo de nível e formar uma nova plateia. Ou, por outra: tenta colocar a criança na magia do teatro através de projeções[,] sons, ao mesmo tempo em que a prepara para pensar sobre a história e a participar dela através das situações e dos personagens que põe em constante movimento.

(...) (GUERRA, 5 dez. 1969, p. 6)

Buscando superar dificuldade, Sanctis fundou a empresa “Lúcia Di Sanctis Produções”, por meio da qual dirigiu e produziu diversos espetáculos, seus e de outros artistas. Participou do Plano Piloto Classe Teatral Organizada (CLATOR), coordenado por João Augusto, Carlos Petrovich e Jesus Chediak (Cf. LEÃO, 2009). Ainda na Escola de Teatro, atuou no processo de profissionalização de professores de artes/teatro, junto ao diretório acadêmico, quando estudantes matriculados e já diplomados realizaram movimento visando melhores perspectivas junto à Secretaria e Conselho da Educação do Estado quanto aos critérios usados na contratação de professores de teatro (Cf. BARRETO, 17 jan. 1969).

Além disso, buscando seguir seu programa de arte/educação, seu projeto de vida, Sanctis candidatou-se a vereadora três vezes pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (Cf. SANCTIS, 1997), “(...) fez um projeto para a FUNARTE (...)” (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10), presidiu a Associação dos Produtores de Teatro da Bahia durante dez anos (Cf. SANCTIS, 1997) e integrou a Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (ALADA), provavelmente, entre 2001 e 2005, conforme informou, em dezembro de 2023, Belmiro Deusdete, atual diretor administrativo e financeiro da instituição.

Em relação à atuação política, ela candidatou-se pela primeira vez em 1976, tendo dois temas principais em sua plataforma de trabalho:

[...] lutar em benefício da cultural afro-brasileira, defendendo, principalmente, a preservação dos candomblés e dos costumes afro-baianos, que, para ela [Lúcia Di Sanctis], encontram-se em fase de extinção (...). Outro assunto que será defendido por Lúcia [...] está relacionado diretamente [à] criança, principalmente sua liberdade e os seus direitos. (A TARDE, 19 jun. 1976, p. 5)

### 3. *Considerações finais*

Por meio de leitura crítico-filológica de diferentes documentos reunidos no ALS-ATTC, em seus aspectos materiais e histórico-culturais, é possível realizar edições e estudos, dando a ler e a conhecer parte da produção dramaturgic de Sanctis, bem como sua atuação na sociedade, à época, impulsionando outras pesquisas a respeito de dramaturgias e teatros negros na Bahia e de práticas de resistência negra.

Sanctis atuou nos campos do teatro e da educação, em palcos e escolas, de forma paralela, em defesa da profissionalização do professor e do artista de teatro, bem como da igualdade de direito e espaço para criação. Nesse sentido, ela participou de diversos projetos e atividades, impulsionou a cena artística baiana e movimentou o processo de ensino-aprendizagem, comprometida na luta em defesa da arte, cultura e educação para todos; do reconhecimento e respeito quanto à arte e cultura afro-brasileira; do direito de acesso à arte por parte de crianças.

A pesquisa filológica permite-nos colocar em cena, em outro tempo e espaço, parte da produção artística desta intelectual negra, assim como refletir sobre sua atuação engajada apesar de forte repressão e preconceito, o que implica participar de processos de (re)construção da história e atualização da memória do povo afro-brasileiro, de revisão historiográfica, de construção de políticas de presença.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br). Acesso em: 16 nov. 2018.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R. *et al.* *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59

BRANDÃO, Aline de Novais; SOUZA, Débora de. *O fazer teatral político-pedagógico de Lúcia Di Sanctis em “A formiguinha professora”*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 11., 2024, Feira de Santana (no prelo).

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Recortes de jornal: da prática social aos arquivos*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04042019-125418/publico/2018\\_JoseFranciscoGuelfiCampos\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04042019-125418/publico/2018_JoseFranciscoGuelfiCampos_VCorr.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.

CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Museologia*, n. 2, p. 29-47. 1994. Disponível em: <https://revistas.uluso-fona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>. Acesso em: 05 set. 2024.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno. In: \_\_\_\_\_. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006. p. 31-38

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 31, 2011, p. 11-23. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9430>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DUARTE, Luiz Fagundes. Breviário de termos da Crítica Textual. In: \_\_\_\_\_. *Os Palácios da memória: ensaios de crítica textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 377-400. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/92994>. Acesso em 06 set. 2019.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

LEÃO, Raimundo Matos de. *Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARCELO, Robério. Sobre a autora. In: SANCTIS, L.D. *A formiguinha professora: conto e texto para o teatro (infanto-juvenil)*. Salvador: APUB, 1997. p. 9

MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Filologia. In: CEIA, C. (Org.). *E-Dicionário de termos literários*. 2009. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MARTINS, Leda Maria. *A cena em sombras*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: USP, 2018.

PÉREZ PRIEGO, M. Á. El proceso de transmisión de los textos. In: \_\_\_\_\_. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997. p. 21-42

SACRAMENTO, Arivaldo; SANTOS, Lucas de Jesus. A Filologia como ética de leitura. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 129-68, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/articulo/download/52291/32218>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SAID, Edward. O regresso à filologia. In: \_\_\_\_\_. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007 [2004]. p. 80-109

SANCTIS, Lúcia Di. *A formiguinha professora: conto e texto para o teatro (infanto-juvenil)*. Salvador: APUB, 1997.

SOUSA, Caroline de Carvalho. *Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa: trajetórias de mulheres negras no teatro baiano de 1966-1979*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos indígenas e Culturas Negras) – Departamento de Ciências Humanas, Campus I, Universidade do Estado da Bahia. Salvador-BA, 2022.

SOUZA, Débora de. Acervos Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa: uma proposta de estudo crítico-filológico de Teatros Negros na Bahia. In: SOUZA, Arivaldo Sacramento; MAGALHÃES, Lívia Borges Souza; MOTA, Mabel Meira (org.). *Por uma ética nos estudos filológicos: críticas, corpora, edições*. Salvador: Segundo Selo, 2023. p. 399-421

\_\_\_\_\_. Materialidade, texto e censura: leitura crítico-filológica do texto “A formiguinha professora”, de Lúcia Di Sanctis. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 25., 2022, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, n. 3., t. II, p. 438-53, 2022. Disponível em: <http://filologia.org.br/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ZANCARINI, Jean-Claude. Uma Filologia Política: os tempos e as mãos das palavras (Florença, 1494-1530). In: DESCENDRE, R.; FOURNEL, J. L.; ZANCARINI, J. C. *Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres: Unemat; Lyon, ANR – Triangle; Campinas: RG, 2008. p. 7-20

Outras fontes:

BARRETO, Francisco. Homenagem a Cacilda Becker. *A Tarde*, Salvador, 28 jun. 1969. Seção Teatro. p. 8.

\_\_\_\_\_. Alunos da ETUFBa vão reivindicar. *A Tarde*, Salvador, 17 jan. 1969, Seção Teatro. p. 8.

GUERRA, Guido. Diretora teatral quer a criança na nova platéia. *Diário de Notícias*, 05 dez. 1969, p. 6.

LAUDO censório. Brasília, 27 jan. 1969a.

LAUDO censório. Brasília, 24 jan. 1969b.

MACHADO, Roberto. Lúcia Di Sanctis: um grande teatro para pequenos. *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1969. p. 4.

PARECER nº. 589/73. Brasília, 31 jan. 1973.

PARECER. Brasília, 28 fev. 1970.

REQUERIMENTO. Salvador, 15 ago. 1977.

REQUERIMENTO. Salvador, 09 set. 1971.

REQUERIMENTO. Salvador, [fev. 1970].



## ANCESTRALIDADE E LINGUAGEM: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRA

*Manuela Chagas Manhães* (UNESA e UENF)

[manuchagasmanhaes@gmail.com](mailto:manuchagasmanhaes@gmail.com)

*Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira* (UNF)

[sulamitaribeiro16@gmail.com](mailto:sulamitaribeiro16@gmail.com)

*Marcia Siqueira Cordeiro* (UVA)

[dramarciacordeiro@gmail.com](mailto:dramarciacordeiro@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA e apoiado pelo Programa de Pesquisa e Produtividade da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Nossa pesquisa traz como tema central a relação da ancestralidade, linguagem e territorialidade, especificamente, das comunidades tradicionais de pesca de Armação dos Búzios, Região do Lagos-RJ. Na diversidade cultural brasileira, encontramos um enorme acervo formador de diferentes identidades culturais, por meio de contexto sócio-histórico espacial específico. Nesse sentido, nesse artigo, refletimos sobre algumas variáveis da pesquisa em andamento, tendo como sujeitos da ação os membros das comunidades tradicionais pesqueira de Armação do Búzios-RJ. Logo, traçamos a formação das comunidades tradicionais, suas particularidades, ancestralidade, e como, ao longo do século XX, há transformações, dilemas, desafios que são enfrentados a partir da memória social e coletiva, a qual é formada por meio de diferentes tipos de linguagem, a saber: verbal, não verbal, possibilitando a continuidade do sentido dos diferentes modos de vida, e assim, a organização comunitária, a autoidentificação. Tais linguagens permeiam o cotidiano dos membros da comunidade, em sua territorialidade, representando a ancestralidade e a resistência, para que haja o pleito do direito à cultura. Para além disso, alicerçamos nossas pesquisas em determinados pressupostos, como reconhecimento social, *habitus*, direito dos povos originários entre outros, os quais permeiam a constituição da representatividade de comunidades tradicionais, sua cultura enquanto modo de vida e o sentimento de pertencimento.

### Palavras-chave:

Ancestralidade. Linguagem e oralidade. Sentimento de pertencimento.

### ABSTRACT

This article is the result of research funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), which is a mitigation measure required by Federal Environmental licensing, conducted by IBAMA and supported by the Research and Productivity Program of Universidade Estácio de Sá (UNESA). Our research has as its central theme the relationship of ancestry, language and territoriality, specifically, of the traditional fishing communities of Armação dos Búzios, Lagos Region-RJ. In Brazilian cultural diversity, we find a huge collection of different cultural identities, through a specific

socio-historical spatial context. In this sense, in this article, we reflect on some variables of the ongoing research, having as subjects of action the members of the traditional fishing communities of Armação do Búzios-RJ. Therefore, we trace the formation of traditional communities, their particularities, ancestry, and how, throughout the 20th century, there are transformations, dilemmas, challenges that are faced based on social and collective memory, which is formed through different types of language, namely: verbal, non-verbal, enabling the continuity of the meaning of different ways of life, and thus, community organization, self-identification. Such languages permeate the daily lives of community members, in their territory, representing ancestry and resistance, so that the right to culture can be claimed. Furthermore, we base our research on certain assumptions, such as social recognition, habitus, rights of original peoples, among others, which permeate the constitution of the representativeness of traditional communities, their culture as a way of life and the feeling of belonging.

**Keywords:**

**Ancestry. Feeling of belonging. Language and orality.**

## **1. Introdução**

A análise da territorialidade e da socialização nas comunidades tradicionais oferece uma perspectiva rica e complexa para entender como as relações sociais e econômicas moldam e são moldadas pelas práticas culturais e pela estrutura das instituições sociais. Essas comunidades representam microcosmos onde as dinâmicas de poder, resistência e identidade são expressas de maneira palpável. A territorialidade, neste contexto, não se refere apenas ao espaço físico ocupado, mas também às relações sociais e econômicas que se desenrolam e se manifestam nesse espaço. É um campo de disputa onde a luta pela preservação dos modos de vida tradicionais confronta as forças capitalistas que buscam mercantilizar e controlar esses territórios.

A socialização nas comunidades tradicionais é um processo fundamental que vai além da mera transmissão de conhecimentos e valores. É através das instituições sociais, como a família, as associações de pescadores e as práticas comunitárias, que os indivíduos são formados para viver em sociedade. Este processo de formação é intrinsecamente ligado às condições materiais de existência e às relações de produção que prevalecem nessas comunidades. A socialização não só perpetua as tradições culturais, mas também fortalece a coesão social e a resistência coletiva contra a marginalização econômica e social imposta pelo sistema capitalista.

Dentro dessa perspectiva, a territorialidade e a socialização se entrelaçam de maneira inseparável na constituição da identidade coletiva e da solidariedade comunitária. A territorialidade não se limita à ocupação geográfica, mas envolve a interação entre os habitantes e seu meio

ambiente, moldando as práticas culturais, econômicas e sociais que sustentam a comunidade. Este espaço vivido é carregado de significados simbólicos e materiais, sendo constantemente negociado e redefinido através das práticas cotidianas e das resistências às intervenções externas. A luta pela manutenção e defesa do território é, portanto, uma luta pela preservação da autonomia cultural e econômica frente às pressões capitalistas.

Este artigo explora como a territorialidade e a socialização funcionam como eixos centrais na formação dos membros das comunidades tradicionais, analisando a interseção entre as práticas culturais, as relações de poder e as condições materiais de existência. Além disso, discute-se como as especificidades culturais e a luta pelo reconhecimento social se manifestam no cotidiano dessas comunidades, oferecendo uma visão crítica sobre as dinâmicas de exclusão e resistência que caracterizam sua relação com o sistema capitalista dominante. Com isso, busca-se compreender as formas pelas quais essas comunidades articulam sua resistência e afirmam sua identidade coletiva, contribuindo para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista que respeitem e valorizem a diversidade cultural e a justiça social.

## **2. *A territorialidade e a socialização como eixos na formação dos membros das comunidades tradicionais***

Segundo Berger & Luckmann (1985), o ser humano está em um processo de tornar-se humano, o qual é efetuado a partir do meio em que vive. Considera esse meio como um lugar comum etnológico, já que há inúmeras maneiras de se tornar humano, assim como são numerosas as culturas humanas. Ou seja, “a humanização é variável em sentido sociocultural” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 72). Para os autores, a forma específica em que esta humanização se molda é determinada pelas condições socioculturais, por isso, termos uma variedade de formações, processos sociais e identidades sociais. Assim:

A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas [...] assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza ambiente humano. O ser humano solitário é um ser no nível animal (que, está claro, o homem partilha com outros animais). Logo que observamos fenômenos especificamente humanos entram no reino do social. A humanidade

específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 74-75)<sup>3</sup>

Para tanto, consideramos o protagonismo dos sujeitos sociais na dinâmica vivenciada. Definindo a relação dos espaços (territorialidade) e tempos (períodos históricos) diferentes, especificamente, na constituição de um mosaico de comunidades locais<sup>4</sup>, nas quais são identificadas as especificidades e as particularidades, os tipos de atividades específicas, como as narrativas que são intermediadoras da formação e manutenção da memória coletiva, tradições, elementos socioculturais e morais. Ou seja, encontramos um grande acervo de universos simbólicos, que são definidores e representativos para as diferentes comunidades, contribuindo para a existência da diversidade e diferentes dimensões de reconhecimento social, entre elas a dimensão comunitária e societária (Cf. RIBEIRO, 2016).

Tais dimensões são determinadas por aquelas condições que envolvem os atores sociais e seu reino social e, também, as instituições sociais e passam a ser compartilhadas pelos membros, garantindo a sua existência, sua manutenção, a sua significação e sua transformação. A diversidade traz as diferenças entre os grupos, constituindo diferentes realidades objetivas e subjetivas, econômicas e socioculturais. Isso se deve às particularidades que intermedeiam a formação do próprio grupo social, com seus elementos estruturantes que permeiam o reconhecimento social numa primeira dimensão (afetiva), e, posteriormente, numa segunda (jurídica).

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente [...] o mundo da vida cotidiana não somente dotada de sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e nas ações dos homens comuns [...] (BERGER; LUCKAMNN, 1985, p. 35-6)

O fato é que o processo de socialização em geral acontece de geração para geração e entre as gerações, desde a primeira infância, efetuando nos indivíduos uma interiorização de normas de conduta, valores que regem as ações e relações sociais. Há um preparo do indivíduo a partir de sua realidade, na vivência do seu cotidiano para estar, interagir e viver em comunidade o que favorece a definição da segunda dimensão do reconhecimento social: direito e a dimensão comunitária. Encontramos nessa dimensão o respeito e o autorrespeito como bens primários fundamentais,

---

<sup>3</sup> Sic em Beger & Luckmann no seu livro *A construção social da realidade* (1985).

<sup>4</sup> Termo utilizado por *Zygmunt Bauman* em seu livro *Comunidades: a busca por segurança no mundo atual* (2003, p. 114).

além das normas e regras para a manutenção do convívio social entre os membros da comunidade tradicional.

É dessa forma que a socialização tem um papel primordial na formação dos membros de uma comunidade. Para Berger & Luckmann (1985, p. 175-6), a socialização primária fornece para o indivíduo a estrutura básica de toda socialização secundária. Isto é, o indivíduo nasce numa estrutura específica, determinada e, por isso, objetiva. Assim, após o reconhecimento na dimensão afetiva, está apto para convivência social na comunidade. Nesta, há interação social, na qual, já existe a definição de normas, regras e elementos simbólicos, além das significações e representações.

### 3. *Comunidades tradicionais: culturas, modos de vida e diferenças*

Diante de nossas reflexões, outro ponto que não pode deixar de ser pensado é a existência de diferentes culturas e modos de vida já que temos uma formação multicultural. A relevância da existência da diferença justifica-se quando entendemos como ela tem sido usada perversamente para explicar a hierarquização social de diferentes culturas. Tal fato contribui para que as comunidades tradicionais, de maneira geral, permaneçam à margem da estrutura social dita como democrática. Isso é uma tradução da negação do que Honneth (2009) define como reconhecimento social, e, também, um reflexo da negação do sentido de justiça como equidade de Rawls (1997) e dos bens primários. Em suma, quando não há a aceitação das diferenças culturais, ou seja, das diferentes culturas e dos modos de vida não há o respeito social. Logo, não há constituição do autorrespeito e autoestima nas diferentes comunidades. Ou seja, o não reconhecimento social. Por fim, o que se efetiva é o desrespeito social em suas distintas significações honnethianas, na dimensão societária.

Logo, tal fato elucida como a diferença ainda é uma maneira de tornar a sociedade excludente e, contudo, traz a importância da ética da alteridade (Cf. LEVINÁS, 1997). Tal afirmação demonstra que, embora a diversidade cultural seja uma realidade da sociedade brasileira, essa ainda é percebida pela ideia de verticalização cultural, ou seja, por paradigmas que determinam uma cultura sobre a outra. É perceptível, então, que o paradigma da modernidade precisa urgentemente ser repensado, para que possamos tratar do reconhecimento social numa perspectiva multicultural, atenta ao microrregionalismo, comum na vastidão de nosso país.

Dessa forma, a diversidade cultural seria valorizada na dimensão societária e não teríamos um impasse provocado pela distorção conceitual que determina o não reconhecimento das diferenças, como tem sido feito e vivenciado por comunidades tradicionais. Isso significa dizer que quando pensamos na sociedade em sua totalidade, há diversas identidades culturais, já que existem diferentes comunidades, modos de vida, definidos em diferentes espaços. Em todas as comunidades são perceptíveis especificidades no seu cotidiano.

#### **4. *Quem é o pescador e pescadora tradicional: interfaces de relatos do campo***

##### **4.1. *O Pescador Artesanal***

Muito se questiona quem é o pescador artesanal de fato, questiona-se o tamanho da sua embarcação, se faz ou não uso de equipamentos tecnológicos, e o quanto isso seria capaz de descaracterizá-lo como pescador artesanal, como se o uso dessas tecnologias o afastasse da sua maior característica que é o acesso ao pescado e a sua capacidade de capturá-lo.

A pesca artesanal existe desde que as comunidades litorâneas se formaram, a pesca como caça existe desde que o homem teve necessidade de se alimentar e, observando que havia vida nas águas, e que podia se utilizar dela para garantir a sua subsistência. As Vilas que se formaram ao longo do litoral trazem a forma do pescador que se aventurou mar a fora passando a ter a sua característica física marcadas pelo sol e o sal. Enquanto, os que exploravam rios e lagos dividiam a sua força de trabalho entre a pesca e a agricultura, podendo prover o sustento da sua família da água e da terra. Não diferente de outros povos originários, os pescadores artesanais foram oprimidos e afastados das margens durante a colonização.

No ano de 1919, a Marinha brasileira criou as Colônias de Pesca, onde cadastrou os pescadores artesanais e os classificou como reserva de guerra. Dessa maneira, utilizou a sua mão de obra e conhecimento para aprimorar a sua capacidade de navegar pelas águas brasileiras. Anos depois a Marinha deixou de ser responsável pelos pescadores e as colônias passaram a ser presididas por seus filiados. As colônias de pesca organizavam minimamente os pescadores, especialmente os pescadores artesanais marítimos. O reconhecimento da cadeia produtiva da pesca foi um processo vagaroso tendo como legislação mais recente a lei 11959/2009,

que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca.

#### ***4.2. Localidade e habitação***

Ao longo do litoral brasileiro vamos identificar facilmente as comunidades pesqueiras, porém as cidades que sofreram com turismo predatório e a especulação imobiliária, afastou a moradia desses pescadores e pescadoras do seu local cultural e tradicional, que antes era de trabalho e de desenvolvimento familiar.

Hoje é possível identificar comunidades tradicionais pesqueiras, que resistem ou são protegidas por unidades de conservação, localidades de pesca, onde há embarque e desembarque mas não há moradia, e comunidades que reúnem famílias de pescadores, mas não há atividades pesqueiras.

As inúmeras mudanças no cenário da territorial da pesca artesanal dificultam a sua caracterização, e o acesso a políticas públicas de afirmação e investimento. Com isso as comunidades tendem a ser notadas na ocorrência de tragédia resultantes de crimes ambientais.

O processo de Licenciamento Ambiental brasileiro, determinou a necessidade de estudos de viabilidade técnica, operacional, e executora dos empreendimentos. Com a necessidade de atender, mitigar e compensar os impactos causados principalmente pela exploração e produção de petróleo e gás, se fez necessário, após os insucessos de projetos, realizar um mapeamento das comunidades que foram direta e indiretamente impactadas pela atividade e quais foram esses impactos.

Como exemplo de mapeamento, ocorreu em 2014 no 1º Diagnóstico Rápido Participativo, realizado pela empresa SOMA Desenvolvimento & Meio Ambiente, que elencou as comunidades pesqueiras, lideranças de pesca, e os macro impactos gerados pela atividade petrolífera. Os resultados gerados, apontou um novo norte para a implementação de projetos de compensação (PCAP) e Projetos de Educação Ambiental (PEA) que tiveram como cartilha a nota técnica 01/2010 do IBAMA.

Porém toda essa estrutura legislativa, montava-se sem uma relação consolidada entre Poder Público, empresas e comunidades, e ainda que contenham diretrizes para a elaboração e execução dos projetos compensatórios e mitigatórios, as características são divergentes entre as comunidades.

## **5. Inserção da Educação Ambiental nas Comunidades Pesqueiras – Comunidade do Chavão**

Os PEAs formam um novo tipo de impacto, trazendo para as comunidades de pesca uma nova relação com as empresas P&G e os pescadores artesanais. Nos últimos anos a atuação desses projetos vem esbarrando na realidade de um “campo vivo” e de constante desenvolvimento e renovação de seus pares, dos atores e das lideranças identificadas nas grandes e pequenas comunidades de pesca.

A princípio os projetos de mitigação, usando em sua maioria a educação popular e os parâmetros da educação freiriana, colocaram-se na posição de escuta iniciando assim um processo acadêmico de pesquisa, levando em consideração todo o conhecimento e experiência de vida dos pescadores artesanais. Com isso nos últimos anos foi possível desenvolver experiências exitosas, que incentivam a autonomia e a incidência política na pesca.

No ano de 2019, com auxílio da Casa do Pescador e Colônia de Pescadores Z4 Cabo Frio, dois PEAs (Pescarte e Rede Observação) foram apresentados aos catadores de Guaiamum da comunidade do Chavão, localizada no segundo distrito da cidade de Cabo Frio/RJ:

Em relação a área geográfica, trata-se do território próximo ao manguezal do rio São João, abrangendo dois municípios do Estado do Rio de Janeiro (Brasil): Casimiro de Abreu e Cabo Frio. Esses territórios estão inseridos em áreas legalmente protegidas e instituídas como Unidades de Conservação, sendo elas a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, gerida por órgão federal e Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, cuja gestão de dá em âmbito municipal. (MARIA FONSECA et al., 2022)

No primeiro contato com a comunidade foi possível destacar as suas fragilidades no que dizia respeito ao acesso a políticas públicas, educação e saúde de qualidade, na contramão desse cenário, uma comunidade organizada, que atuam em conjunto na cata e venda do Guaiamum e também atuavam nas fazendo na época de colheita da aroeira.

Os moradores da comunidade do Chavão, estiveram sob risco de despejo, sem direito a indenização pela prefeitura de Cabo Frio, que compreendia os habitantes como invasores da área pertencentes a unidade de conservação. E todo o território identificado como Chavão seria extinto e classificado como Parque Veneza, mesmo nome da comunidade vizinha.

Os PEAs junto a Colônia de Pescadores, elaboraram uma série de documentações, amostra censitária, depoimentos das famílias, a fim de



montar um documento em defesa da permanência definitiva das famílias no Chavão.

Utilizaram como base a lei dos Povos Tradicionais (Decreto nº6040/2007), e os relatórios para comprovar que existiam 3 ou mais gerações na mesma localidade: “Na casa onde vivo hoje com meu esposo, filha e neto, foi a mesma casa em que eu nasci, eu já tenho 54 anos, nasci ali dentro.” (Depoimento pessoal Catadora de Guaiamum Adriana, 2022).

Em 2022 os Catadores de Guaiamum fundaram a Associação de Catadores de Guaiamum e Moradores do Chavão, primeira instituição representativa do local, junto a essa organização conquistaram junto a prefeitura de Cabo Frio a realização do georreferenciamento do Chavão, onde demarcaram a comunidade, com o acordo conhecido como “porteira fechada” (sem autorização para novos moradores). Ainda receberam do poder público municipal autorização para construção da sede da Associação, na praça pública do bairro.

Outra conquista nesse mesmo ano foi a proximidade com o ICM-Bio, para a criação em conjunto do Plano de Manejo do rio São João, com a intenção de se fazer um cadastro local dos pescadores e catadores de Guaiamum das comunidades no entorno do rio.

A intenção da mitigação é compensar a longo prazo os impactos sofridos pelas atividades exploratórias, a linha A da Nota técnica do IBAMA prevê a atuação dos projetos no apoio e fortalecimento da Organização comunitária, desse modo exemplos como da comunidade do Chavão se multiplicaram nos últimos anos ao longo do litoral norte e Sul Fluminense, furto da valorização do saber dos pescadores artesanais.

## **6. Conclusão**

A análise das comunidades pesqueiras tradicionais revela um cenário de resistência cultural e luta por autonomia em face das pressões socioeconômicas. A figura do pescador artesanal emerge como símbolo de uma prática ancestral que transcende a mera atividade econômica, incorporando elementos de identidade, territorialidade e coesão social. No entanto, as transformações impostas pelo avanço do sistema vigente, especialmente através da especulação imobiliária e da exploração de recursos naturais, ameaçam desestruturar essas comunidades, forçando deslocamentos e fragilizando os laços culturais e sociais que as sustentam.

Essas comunidades têm enfrentado um processo contínuo de marginalização, exacerbado pela inadequação das políticas públicas que, apesar de reconhecerem a importância da pesca artesanal, frequentemente falham em fornecer proteção efetiva e apoio necessário. A atual legislação, embora avançada em alguns aspectos, ainda é insuficiente para abordar as necessidades específicas dos pescadores artesanais e suas comunidades, resultando em um acesso desigual a recursos e oportunidades. Essa disparidade é evidenciada na luta constante por reconhecimento e direitos, muitas vezes negligenciada em face das demandas do desenvolvimento econômico.

Os projetos de educação ambiental, inseridos nas comunidades como forma de mitigação dos impactos das atividades exploratórias, oferecem um vislumbre de esperança e resistência. Através da valorização do conhecimento local e da promoção de práticas sustentáveis, esses projetos têm o potencial de reforçar a organização comunitária e fomentar a autonomia dos pescadores. A experiência da comunidade do Chavão exemplifica como a mobilização comunitária, aliada ao apoio institucional, pode resultar em conquistas significativas, como a regularização fundiária e o fortalecimento da identidade cultural.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, MARILIA *et al.* O guaiamum no rio São João e a gestão das áreas protegidas: diversidade de atores aos conflitos locais, Rio de Janeiro, 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOMES, Carla Silene; CARDOSO, Lisbôa Bernardo. *Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça* / Carla Silene Cardoso Lisbôa Bernardo Gomes; orientador: Florian Fabian Hoffmann. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.
- HOBBSAWM, Eric *et al.* *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831). *Fenomenologia dos Espíritos*. Trad. de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes: Bragança paulista: Universitária São Francisco, 2011. p. 142-51
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Revista; Campinas-SP: Unicamp, 2013.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaio sobre alteridade*. Trad. de Pivitto, Pergentino Stefano (Coord.); Kuiava, Evaldo Antônio; Nedel, José; Wagner, Luis Pedro; Pelizzoli, Marcelo Luiz. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RIBEIRO, Elton Vitoriano. Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 43, n. 137, p. 387-400, Belo Horizonte: FAJE, set./dez.2016.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

**AS ARTES PLÁSTICAS COMO FONTE INFORMATIVA  
PARA A ARTE MÉDICA**

*Edina Regina Pugas Panichi (UEL)*  
[edinapanichi@sercomtel.com.br](mailto:edinapanichi@sercomtel.com.br)

**RESUMO**

O médico e memorialista Pedro Nava, quando não dispunha de uma fotografia que pudesse ajudá-lo a evocar as lembranças, costumava desenhar os seus personagens para depois descrevê-los, indicando as patologias de cada um. Os seus desenhos estão preservados sob a guarda do Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), no Rio de Janeiro, e servem como material de pesquisa sobre o processo de criação do autor que se valia de seus conhecimentos de arte e sua especialidade médica, a Reumatologia, para o direcionamento de sua escrita. A pintura é outro foco desse artigo que demonstra como uma tela pode servir para o estudo de certas doenças, pois a partir da observação da imagem, é possível se chegar a um diagnóstico. Um outro tópico explorado por esse estudo aponta para a importância das pinturas dos azulejos da Igreja de São Francisco, em Salvador, Bahia, que exhibe em dois de seus painéis patologias que suscitam a curiosidade dos visitantes e enaltecem a importância dessas pinturas para os registros da Medicina.

**Palavras-chave:**

Desenhos de Pedro Nava. Tela de Edvard Munch. Painéis da Igreja de São Francisco.

**ABSTRACT**

The physician and memoirist Pedro Nava, when lacking a photograph to help him recall memories, would often draw his characters before describing them, indicating each one's pathologies. His drawings are preserved under the care of the Brazilian Literature Museum Archive (AMLB) in Rio de Janeiro and serve as research material on the author's creative process, which utilized his knowledge of art and his medical specialty, Rheumatology, to guide his writing. Painting is another focus of this article, demonstrating how a canvas can be used to study certain diseases, as it is possible to reach a diagnosis by observing the image. Another topic explored in this study highlights the importance of the tile paintings in the Church of São Francisco, in Salvador, Bahia, which display pathologies on two of its panels that arouse visitors' curiosity and underscore the significance of these paintings in medical records.

**Keywords:**

Edvard Munch's painting. Pedro Nava's drawings.  
Panels from the Church of São Francisco.

**1. Introdução**

Pedro Nava (1903–1984), médico e memorialista brasileiro, em seu livro “Capítulos da História da Medicina no Brasil”, escrito originalmente

em forma de artigos publicados na *Revista Brasil Médico Cirúrgico*, em 1948, e reeditado em 2003, chama a atenção, dentre outras vivências, da necessidade dos conhecimentos sobre belas-artes na investigação e no estudo interpretativo das ideias médicas. Segundo o autor:

Telas, murais, afrescos, painéis, vasos iluminados, baixos-relevos, frisos e estátuas contam-se às centenas, saídos das mãos de grandes mestres escultores e pintores, tendo por objeto cenas que interessam à patologia, ao exercício profissional, à cirurgia, ao ensino da arte, à farmácia e à higiene. (NAVA, 2003, p. 16)

É muito antiga a integração entre a arte e a medicina. Leonardo da Vinci (2012), por exemplo, costumava dissecar corpos humanos e de animais para ter uma visão mais apurada daquilo que pretendia retratar. Para Pedro Nava, conhecer a obra de grandes mestres possibilita compreender melhor a anatomia humana, reconhecer sintomas e desenvolver qualidades importantíssimas como a capacidade de observação e a habilidade de enxergar detalhes.

Pinturas e esculturas foram e são um instrumento poderoso de informação, uma vez que em muitas delas foram registradas doenças, mesmo antes de terem sido descritas clinicamente, segundo ao autor (2003). Nava ressalta a importância das artes plásticas como fonte informativa da Medicina no que diz respeito a cenas que registram as mais variadas patologias, a relação médico-paciente, a vestimenta utilizada, o ambiente hospitalar e a acomodação dos doentes nas enfermarias. Também coloca em evidência o ambiente de ensino, ou seja, o posicionamento dos professores na cátedra, revelando o interesse daquele que ensina e daquele que busca aprender.

Pedro Nava apresenta em sua prosa memorialística um elemento altamente positivo, ou seja, o seu espírito visual e a sua memória fotográfica que usava como recurso para registrar os seus personagens. Revela ainda uma capacidade de evocação muito grande, apresentando-nos retratos admiráveis de pessoas com quem conviveu, não omitindo nenhum detalhe, aplicando sua ciência à língua. Para isso valeu-se de desenhos, que ele mesmo fazia e arquivava, para futura utilização, com o intuito de reavivar as lembranças.

A atenção aos detalhes foi aguçada pelos longos anos dedicados à Medicina, como revela o autor numa entrevista à revista *Isto É*: “Aprenda a olhar, a ver como médico, Temos que usar os nossos sentidos de maneira absoluta, tirar deles tudo o que possam render. Modéstia à parte, sei observar.” (WERNECK; BARBOSA, 1983). A sua obra literária não deixa de

ser obra de médico. Pode-se perceber o médico em cada página, na sua experiência de observação do ser humano, interesse já revelado no gosto pela anatomia e morfologia humanas quando ainda estudante de Medicina.

A escolha da Reumatologia como especialidade médica – foi o introdutor da Reumatologia no Brasil – talvez tenha sido pela ideia estética que o autor fazia do corpo, das perfeições e imperfeições, da busca pela melhoria, influência direta do desenhista. A sua aguda percepção levava-o a lançar mão do desenho para, através dele, a percepção visual se transformar em texto, numa concretização de seu ideal estético.

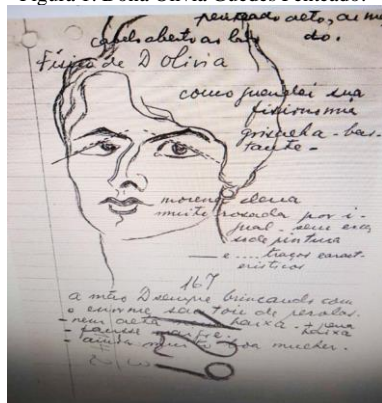
A narrativa de Pedro Nava se baseia fortemente na sua relação visual com o mundo, o que nos permite acompanhar como os signos visuais e verbais se conectam na construção de sua narrativa. Baseado no traço caricaturesco, Nava materializa a imagem que pretende descrever. Os seus desenhos arquivados, denominados pela Crítica Genética como “documentos de processo” (Salles, 2011, p. 26), são os registros que amparavam documentalmente a sua escrita.

## **2. Método de trabalho**

O próprio Pedro Nava, pintor bissexto, costumava indicar, em desenhos, algumas patologias de seus personagens. Para descrevê-los valeu-se da simbiose arte-literatura associando sombras, luzes e movimentos, emprestando ao texto dinâmica, expressão e perspectiva, o que resulta na concretização de um pensamento marcadamente visual.

O gosto pelo plástico explica um de seus métodos de trabalho – o desenho como anotação – ponto de partida para a descrição com palavras. Dona Olívia Guedes Penteadó, no registro abaixo, apresenta um desequilíbrio na função dos músculos oculares, fazendo com que os olhos não fiquem paralelos. Em relação a Dona Olívia, trata-se de um caso de estrabismo convergente em que o olho afetado está desviado em direção ao nariz, num desvio do eixo ocular.

Figura 1: Dona Olívia Guedes Penteadó.



Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

Dona Olívia Guedes Penteadó (1872-1934) foi uma das principais apoiadoras do modernismo no Brasil. Possuía um acervo considerável de obras modernistas em sua casa, em São Paulo, e era uma incentivadora das artes. Pedro Nava a conheceu em 1924, quando a Caravana Paulista, integrada por Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Dona Olívia Guedes Penteadó, Gofredo Teles e o suíço-francês Blaise Cendrars percorreu as cidades históricas mineiras, passando por Belo Horizonte (NAVA, 1979). O grupo tinha o intuito de promover uma maior nacionalização do movimento da Semana de Arte Moderna deflagrada em 1922.

No óleo sobre tela pintado pelo francês Henri Gervex, em 1911, o artista retrata Dona Olívia, de lado, posição possivelmente escolhida para minimizar o seu olhar estrábico. Embora a caricatura de Dona Olívia registre essa disfunção ocular, ao descrevê-la Pedro Nava omite tal detalhe. Ao referir-se aos olhos de Dona Olívia, o autor utiliza uma adjetivação múltipla, de efeito ascendente, de forma que cada sílaba a mais acentua a representação do conteúdo significativo captada pelo traço do caricaturista que consegue aplicar, com precisão, os adjetivos (LAPA, 1998). Para realçar os olhos da personagem se entrelaçam adjetivos de duas, três e quatro sílabas num efeito crescente de qualidades positivas: “Eram negros, líquidos, brilhantes, movediços, expressivos (...)” (NAVA, 1979, p. 183-4).

Figura 2: Retrato de Dona Olívia pintado por Henri Gervex



Fonte: <https://images.app.goo.gl/EoYMca6x3yKgr2Wr8>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Outro personagem das memórias de Pedro Nava e que mereceu o registro de uma patologia foi o poeta Ascânio Lopes, figura pertencente à turma de amigos de Belo Horizonte. Segundo Nava, o poeta era um jovem de aparência infeliz, pois tinha “olhos muito grandes de comissura externa mais baixa que a interna o que, com o corte amargo da boca, acentuava a tristeza do seu riso” (NAVA, 1979, p. 232). A observação do médico no que diz respeito ao ponto de união das pálpebras no canto dos olhos do amigo acentua a sua aparência melancólica. Da mesma forma, ao descrever a boca do personagem, o autor mistura ordens sensoriais (visão + paladar), reforçando a representação com base numa sinestesia.

Ascânio Lopes apresentava uma deformação craniana caracterizada pelo maior comprimento da cabeça, principalmente na região da testa, e seu estreitamento, (provocando o alongamento do crânio), evidenciada no detalhe do desenho esboçado por Nava, quadro que pode ter contribuído para a morte prematura do poeta, aos 23 anos incompletos: “Não era cabeçudo, mas acentuadamente dolicocefalo e seu occipital retrodominava.” (NAVA, 1979, p. 232).

Figura 3: Ascânio Lopes.



Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).



O professor de Clínica Propedêutica Médica da faculdade de medicina em que Nava estudava, Marcelo Libânio, era portador de desvio de septo, o que levou o memorialista a registrar tal anomalia aproximando a figura do professor às pinturas de Picasso: “Fisicamente o Marcelo era magro (...) e tinha um nariz posto de lado como o dos boxeurs – o que inseria sempre um perfil no seu rosto olhado de frente – como acontece em certas figuras das fases finais de Picasso” (NAVA, 1979, p. 203). Picasso se fez notável por sua pintura cubista que rompeu com as convenções da pintura tradicional, fragmentando e geometrizando as formas, num gesto de abandono da perspectiva linear.

Figura 4: Professor Marcelo Libânio.

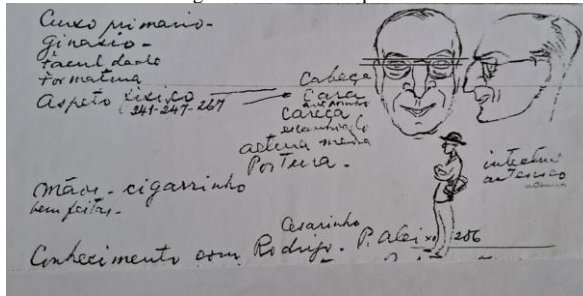


Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

Milton Campos foi um outro amigo de juventude que também mereceu a observação do médico e memorialista. A raiz do nariz do personagem, ao invés de ficar, horizontalmente, na posição entre os olhos, ficava um pouco acima, como observa Pedro Nava no detalhe da caricatura: “Era um moço magro e de rosto fino que chamava a atenção visto de frente, pela inserção da raiz do nariz e por esta ficar ligeiramente mais alta que a linha das pupilas” (NAVA, 1979, p. 166).

Milton Campos também apresentava outras patologias que não passaram despercebidas pelo memorialista e que podem ser observadas no desenho de corpo inteiro, registrado logo abaixo da caricatura: “(...) apresentava ligeira queda de ombros, discreta cifose dorsal, leve projeção da bacia para diante e joelhos um pouco curvos” (NAVA, 1979, p. 166).

Figura 5: Milton Campos.



Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

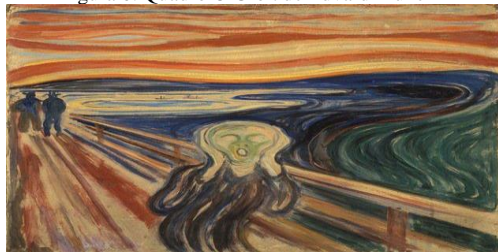
Já a arte aplicada aos estudantes de medicina como uma complementação curricular – atividade desenvolvida no Brasil em algumas instituições – procura aprimorar a capacidade de observação, pois ao analisar as obras de arte, os alunos buscam interpretar as patologias ali registradas e, com isso, constatar nos pacientes sinais físicos típicos de certas doenças. Assim, aprendem a analisar sinais e sintomas em todas as suas características, ou seja, sinais notórios, expressão facial, gesticulação etc., para chegar a possíveis diagnósticos. Tais observações também permitem que se percebam incongruências em determinadas telas, o que serve para aprimorar o olhar clínico dos futuros médicos.

Comprovando a teoria de Nava, o neurologista brasileiro José Geraldo Speciali (2010), professor da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, especialista em dor de cabeça, utiliza pinturas em suas aulas para desenvolver nos alunos a capacidade de observação e a habilidade de enxergar detalhes para um perfeito diagnóstico. Em uma de suas viagens, diante da pintura “O Grito”, do pintor norueguês Edvard Munch, o médico percebeu que a expressão do personagem retratado revela uma dor de cabeça muito forte, produzida pela cefaleia em salvas, um dos piores tipos de dor e que costuma vir em fortes ondas. Segundo Speciali, a pálpebra caída da figura retratada, também revela outra característica da cefaleia em salvas.

Importante observar que o quadro apresenta quatro versões, ou seja, a primeira versão é de 1893 e está na Galeria Nacional de Oslo. A segunda versão, também de 1893, pertence ao acervo da mesma Galeria. A terceira versão, de 1895, pertence atualmente a um colecionador particular. A quarta versão, de 1910, está igualmente na Galeria Nacional de Oslo, na Noruega. Todas elas mostram a mesma figura agoniada, com as mãos

segurando a cabeça como se estivesse em desespero. As formas distorcidas do quadro, como se fossem ondas, revelam a sensação de dor extrema.

Figura 6: Quadro O Grito de Edvard Munch



Fonte: <https://www.culturagenial.com/quadro-o-grito-de-edvard-munch/>.  
Acesso em: 05 ago. 2024.

O depoimento de um paciente acometido pela cefaleia em salvas, registrado pelo Doutor Alexandre Feldman (2016), deixa claro o sofrimento que as crises provocam:

Enquanto as punhaladas vigorosas continuam dessa maneira, uma crescente dor ‘surda’ vai tomando conta da região do olho e da têmpora, ocupando a área de um palmo. Essa área vai gradualmente se estreitando, ao mesmo passo em que a intensidade da dor vai se magnificando. Percebo estar inclinando meu pescoço para baixo, levemente, como se minha cabeça estivesse sendo discretamente empurrada de trás. Meu pescoço, na região da base do crânio, encontra-se enrijecido. A sensação é a de estar usando um colar cervical. (FELDMAN, 2016)

E a crise atinge o seu grau máximo de dor quando

[...] ao olhar no espelho, uma face lúgubre, pegajosa e pálida perscruta em retorno. Minha pálpebra direita encontra-se levemente abaixada [...]. Por sentir dificuldade em ficar no mesmo lugar por muito tempo, deixo o espelho para continuar minha alternância de andar e sentar. [...] Como de costume, encontro-me dominado pelo temor adicional de que a dor nunca passará. Contudo, eu descarto completamente essa possibilidade, uma vez que, se fosse esse o caso, eu certamente me mataria. A dor, agora localizada em algum ponto atrás e acima do meu olho, piora. Essa dor pode ser melhor descrita como sendo uma ‘força’ empurrando meu olho para fora com poder tão incrível que minha cabeça parece estar se movendo para trás, para produzir resistência. A ‘força’ vai e vem, porém, a duração das exacerbações sucessivas parece aumentar. A ‘salva’ encontra-se agora em seu pico, o qual é celebrado por uma torrente de lágrimas do meu olho direito somente.

A pintura de Munch, feita com pinceladas em ondas, apresenta uma figura que aparenta estar em profundo sofrimento, provavelmente causado pela dor intensa. As mãos levadas à cabeça, os olhos esbugalhados e a boca

aberta parecem revelar o clímax da dor, completamente ignorado pelos transeuntes que sequer imaginam a situação de desespero vivida pelo personagem.

Já no claustro do Convento de São Francisco, em Salvador, prédio adjacente à igreja de São Francisco, encontram-se inúmeros painéis decorando as paredes. O conjunto mais significativo fica na parte térrea do claustro, onde estão 37 painéis que retratam cenas baseadas em gravuras do pintor holandês Otto van Veen. No painel 16 temos um exemplo de politelia bilateral. A pintura representa uma mulher com 4 mamas, uma sobre a outra, sendo que as mamas regulares são maiores que as mamas supranumerárias. Esses azulejos foram pintados em grande parte à mão, na cor azul, entre os anos 1749 e 1752 pelo mestre da azulejaria do século XVIII, Bartolomeu Antunes de Jesus, e trazidos de Lisboa em 1753. Os painéis representam uma importante contribuição da azulejaria portuguesa para o Brasil. Cada um deles traz uma epígrafe latina extraída do poeta e filósofo Horácio. O de número 16 exhibe o seguinte princípio: *Natura Moderatrix Optima* (A natureza é a melhor moderadora).

Figura 7: Painel 16 – Igreja de São Francisco



Fonte: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Em um outro painel vamos encontrar um caso de ginecomastia, ou seja, o aumento da mama na pintura que representa um soldado posicionado à esquerda, no painel 32, que traz a seguinte máxima: *Pecuniae Obediunt Omnia* (Tudo obedece ao dinheiro).

Figura 8: Painel 32 – Igreja de São Francisco



Fonte: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Os azulejos da Igreja de São Francisco reproduzem patologias não muito comuns e suscitam a curiosidade dos inúmeros visitantes que passam pelo Pelourinho, em Salvador, representando uma grande fonte informativa para o estudo da História da Medicina.

### 3. Considerações finais

Pode-se perceber que Pedro Nava, ao utilizar o desenho para amparar as suas descrições, consegue tornar perceptíveis as patologias de cada personagem, pois a imagem tem a capacidade de condensar informações que sofrerão expansão no decorrer da escritura. Importante salientar

que os livros do memorialista não eram ilustrados. Os desenhos serviam apenas como um mapa de orientação quando o autor não dispunha de uma fotografia na qual se basear (PANICHI, 1986).

Da mesma forma a pintura de Edvard Munch é um exemplo de como a arte pode ajudar os estudantes de Medicina a analisarem o paciente de forma mais ampla, observando atentamente os sinais que, embora nem sempre sejam completamente evidentes, são passíveis de serem percebidos para um diagnóstico mais seguro. No que diz respeito às pinturas presentes no claustro do Convento de São Francisco, podemos concluir que são uma comprovação da importância da arte não apenas como forma de deleite, mas também como fonte de informação para a arte médica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FELDMAN, Alexandre. <https://www.enxaqueca.com.br/cefaleia-em-salvas-relato/06/09/2016>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MODIGLIANI, Amedeo. *Grandes mestres*. São Paulo: Abril S.A., 2011.
- NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia-SP: Ateliê Editorial; Londrina-PR: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Beira-mar: memórias* 4. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- PANICHI, Edina. *Um Pedro Nava inédito*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 13 maio 1986, p. 21.
- SALLES, Cecília Almeida. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. 5. ed. São Paulo: Intermeios, 2011.
- SPECIALI, José. [https://istoe.com.br/38641\\_A+ARTE+AJUDA+A+MEDICINA/08/01/2010](https://istoe.com.br/38641_A+ARTE+AJUDA+A+MEDICINA/08/01/2010). Acesso em: 20 jul. 2024.
- VINCI, Leonardo da. *Os cadernos anatômicos de Leonardo da Vinci*. Tradução do italiano para o inglês, comentários e introdução: Charles D. O'Malley e J. B. de C. M. Saunders. Tradução para o português de Pedro Carlos Piantino Lemos e Maria Cristina Vilhena Carnevale. Cotia: Ateliê Editorial / Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

WERNECK, Humberto; BARBOSA, Ricardo Corrêa. O minerador do tempo. *Revista Isto É*. São Paulo, 08. 06.1983, p. 54.

Outra fonte:

Igreja e Claustro do Convento de São Francisco. <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

## **AValiação como Diagnose do Ensino de Leitura Literária na Educação Básica**

*Vanessa Costa de Melo* (Unimontes)

[vanessailais@gmail.com](mailto:vanessailais@gmail.com)

*Maria do Socorro Vieira Coelho* (Unimontes)

[soccoelho@hotmail.com](mailto:soccoelho@hotmail.com)

### **RESUMO**

Neste artigo, apresentam-se resultados da pesquisa diagnóstica realizada com alunos do ensino fundamental na Escola Estadual de Boa Vista, Januária, Minas Gerais. Constatou-se, por meio de observação aleatória, que alguns adolescentes gostavam de ler obras literárias, enquanto outros não, ou mesmo apresentavam resistência à leitura deste gênero textual. Para tanto, utilizou-se como aporte teórico obras que tratam da relevância do incentivo à leitura de obras literárias; narram sua história a partir do século XVII, época durante a qual se lia em latim, mas apenas tendo como meta a decodificação, sem considerar a compreensão; enfatizam a leitura não apenas como processo de decodificação, mas também de construção de sentidos, o que só pode acontecer por meio da compreensão textual, sendo esta, por sua vez, consequência do hábito de leitura. A metodologia usada incluiu as pesquisas bibliográfica e quantitativa. A primeira por abordar autores cujas obras delinearão a importância do hábito da leitura, sua relação com a aprendizagem escolar e o papel do professor como mediador no incentivo à leitura de obras literárias. A pesquisa quantitativa auxiliou a análise e discussão de dados tabulados a partir do resultado de um questionário diagnóstico com 12 questões sobre leitura aplicado a todos os 67 alunos dos Anos Finais da referida escola. Os resultados deste trabalho evidenciaram a relevância do papel da escola e da família no incentivo à leitura, e apontaram que a escola em tela precisa adaptar suas práticas para sanar as dificuldades com a decodificação, fluência e compreensão leitora, condições indispensáveis para se formar um leitor assíduo e competente.

### **Palavras-chave:**

**Diagnose. Educação Básica. Hábito de leitura.**

### **RESUMEN**

En este artículo presentamos resultados de una investigación de diagnóstico realizada con estudiantes de la escuela primaria de la Escola Estadual de Boa Vista, Januária, Minas Gerais. Se encontró, a través de observación aleatoria, que a algunos adolescentes les gustaba leer obras literarias, mientras que a otros no, o incluso mostraban resistencia a la lectura de este género textual. Para ello se utilizó como aporte teórico trabajos que versan sobre la relevancia de incentivar la lectura de obras literarias; narran su historia desde el siglo XVII en adelante, época en la que se lee latín, pero sólo con el objetivo de decodificar, sin considerar la comprensión; enfatizar la lectura no sólo como un proceso de decodificación, sino también de construcción de significado, lo que sólo puede ocurrir a través de la comprensión textual, que, a su vez, es una consecuencia del hábito lector. La metodología utilizada incluyó investigación bibliográfica y cuantitativa. El primero se centra en autores cuyas obras exponen la importancia del hábito de lectura, su relación con el aprendizaje escolar y el papel del docente como mediador



en el fomento de la lectura de obras literarias. La investigación cuantitativa ayudó al análisis y discusión de datos tabulados a partir de los resultados de un cuestionario de diagnóstico con 12 preguntas sobre lectura aplicado a los 67 estudiantes de los últimos años de esa escuela. Los resultados de este trabajo resaltaron la relevancia del papel de la escuela y la familia en el fomento de la lectura, y señalaron que la escuela en cuestión necesita adaptar sus prácticas para superar dificultades en la decodificación, la fluidez y la comprensión lectora, condiciones esenciales para convertirse en una lector diligente y competente.

**Palabras clave:**

**Diagnóstico. Educación Básica. Hábito lector.**

## ***1. Introdução***

O presente artigo tem por finalidade fazer a diagnose acerca dos motivos que levam os alunos da Escola Estadual de Boa Vista<sup>5</sup> a se tornarem leitores. Para esse fim, a metodologia utilizada incluiu a pesquisa bibliográfica em obras que abordavam a importância do hábito da leitura literária, sua função e influência na aprendizagem escolar, suas contribuições para a formação intelectual, social, o amadurecimento cognitivo do indivíduo, e seus benefícios para o desenvolvimento dos conteúdos de diversas áreas do conhecimento, além de discutir sobre o papel do professor como mediador no processo de incentivo à leitura.

Além disso, utilizaram-se teorias que versam sobre as etapas básicas do desenvolvimento do hábito de leitura, como a alfabetização, incluindo o processo de decodificação de palavras, a assimilação de informações explícitas e implícitas do texto e a interação do leitor com o texto. As obras selecionadas destacam, ainda, os meios e maneiras como a escola e o professor podem atuar para criar um ambiente que paulatinamente forme o hábito de leitura.

Na sequência, são apresentados os resultados e a discussão a respeito das respostas ao questionário sobre leitura aplicado aos 67 alunos da referida escola e avaliados os resultados obtidos.

### ***1.1. O hábito de leitura literária e aprendizagem escolar***

Séculos atrás, em que apenas uma pequena elite decodificava sinais gráficos sem a necessidade da compreensão, esse exercício era realizado

---

<sup>5</sup> Essa escola está localizada no Bairro Boa Vista da cidade de Januária, possui atualmente 37 servidores, 225 alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, e iniciou suas atividades em 1988.

em público e oralmente. Mas, conforme Menezes (2010), a partir do século XVII, no Ocidente, deu-se o início à leitura, que auxiliava o processo de democratização, porém, devido ao fato de os textos serem escritos em latim, as crianças não compreendiam o que liam.

Atualmente, o conceito de leitura engloba, principalmente, a compreensão do que se lê, além, obviamente, da alfabetização e do letramento literário, sendo que este, segundo Coenga (2010), refere-se às habilidades desenvolvidas pelo leitor, com as quais ele utiliza o texto literário para finalidades específicas, dentro do contexto social em que está inserido, e com uma visão crítica e letrada do que lê.

Similarmente, Silva (2011, p. 23) ressalta que “ler não é, pois, decodificar, traduzir, repetir sentidos dados como prontos, é construir uma sequência de sentidos a partir dos índices que o sentido do autor quis dar a seu texto”. Ler, portanto, é um processo ainda mais complexo que envolve a cognição do indivíduo em sua busca pela construção de sentidos. Por isso, o professor de Língua Portuguesa precisa, primordialmente, focar seu ensino no desenvolvimento do raciocínio e do pensamento crítico ao que se lê, tarefa árdua e inviável quando o sujeito não compreende o texto, fato consequência, muitas vezes, da precária atuação do leitor durante o processo de decodificação.

Nesse sentido, para se formar leitores críticos, é necessário que eles leiam com frequência, adquiram fluência leitora e tenham boa compreensão dos textos. Porém, a pouca frequência na leitura é o principal obstáculo para o letramento, pois ninguém se torna assíduo em uma tarefa na qual não encontra prazer, bem como ninguém consegue gostar daquilo que não compreende.

Logo, a compreensão é o primeiro requisito para se criar o gosto pela leitura, mas não o único, porquanto, também a decodificação é importante neste processo, uma vez que a leitura silabada pode prejudicar a compreensão do que se lê, obviamente, porque o indivíduo se concentra nas letras e sílabas, e não em entender. É nessa direção que a escola, por meio do processo alfabetizador, pode oferecer ao aluno maiores chances de ser um leitor, de fato, habituado à leitura.

Mas, afinal, o que é hábito? É toda ação repetida, de forma que se torne um costume ou mesmo um “vício”. No que tange à leitura literária, ela pode ser considerada, então, o costume de ler obras de literatura. Nesse viés, Neves (2010, p. 48) afirma que “para nos tornarmos leitores é preciso aprender a ler fluentemente, isto é, de forma a ser capaz de decodificar e

atribuir significado às palavras, e querer ler. As duas condições têm de se verificar: competência leitora e vontade”.

Por outro lado, sendo o hábito de leitura importante também para a formação cognitiva e afetiva do indivíduo, faz-se necessária também a colaboração dos pais neste processo, uma vez que, como salienta Menezes (2010), os filhos compreendem a relevância da leitura e tendem a se tornar leitores assíduos, quando observam seus pais que leem e valorizam os livros.

Nesse sentido, a contação de histórias é um meio de incentivo à leitura que pode ser utilizado pelos pais. Apesar de pouco aplicada atualmente, esta atividade pode despertar o gosto pela leitura desde a mais tenra idade, auxiliar no desenvolvimento cognitivo, e influenciar, positivamente, em outras aprendizagens subsequentes, o que, para a escola, é de grande valia.

Sobre o papel da escola, Silva (2011) afirma que o leitor que a escola deve formar precisa ser capaz de extrair inferências, ou seja, aquele que consegue absorver as informações implícitas do texto, a partir dos elementos explícitos para construir seu sentido.

Mas, para atingir este grau de competência leitora, o aluno precisa interagir com o texto, habilidade adquirida, principalmente, em consequência do seu hábito de leitura, atividade que este costume pode tornar agradável e que deve ser adquirido na escola, de tal maneira que não pareça ao aluno uma imposição. Se assim for, contribuirá para o desenvolvimento de competências relacionadas ao letramento literário.

Nessa linha de pensamento, Magalhães (2008) afirma que o gosto pela leitura é o primeiro requisito para o letramento literário, que consiste na autonomia do indivíduo, tanto durante o processo de leitura, no que diz respeito à fruição textual, às habilidades inerentes à leitura e ao prazer de ler, quanto na autonomia do indivíduo nas suas escolhas de leitura. Além disso, o cultivo do imaginário é necessário para o desenvolvimento do ser humano, por isso, a escola precisa oferecer ocasiões em que a leitura seja praticada rotineira e descontraidamente, para que o hábito de ler se torne uma consequência natural.

Também Menezes (2010) ressalta que a leitura é a principal ferramenta de aquisição do conhecimento e aprendizagem dos conteúdos curriculares, além de ser essencial à interação social e à formação linguística e a da personalidade.

Desta maneira, é fundamental que a escola invista no aprimoramento da leitura, que compreende a decodificação, fluência, compreensão e o desenvolvimento de um leitor crítico. Esses fatores fazem parte do processo de formação do hábito de leitura e, conseqüentemente, do processo de aprendizagem do indivíduo, como afirma Silva (2011, p. 28):

Ler é básico para o progresso na aprendizagem de qualquer assunto: velocidade e fluência para ler são essenciais. Há um processo cíclico na leitura fluente, rápida e eficiente: a criança que lê com desenvoltura se interessa pela leitura e aprenderá mais facilmente, e a criança interessada em aprender se transformará num leitor capaz. (SILVA, 2011, p. 28)

Sanar dificuldades de fruição, como identificação e articulação dos fonemas na leitura é imprescindível, ao mesmo tempo em que é preciso oferecer atividades que despertem a curiosidade e o interesse pelo livro, como contação de histórias, teatro, piquenique, visita de escritores, chá poético, saraus, clube do livro, atividades que podem auxiliar nessa tarefa. Somando a vontade de ler à desenvoltura e velocidade da leitura, é possível despertar o gosto pelo ato de ler e concretizar o processo de aprendizagem de conteúdos curriculares dos quais a leitura é o principal critério de exigência.

Em síntese, a leitura é de grande relevância para o sucesso escolar, já que ela é a base para a aquisição de grande parte dos conhecimentos a serem adquiridos. Além disso, tarefas relacionadas à fluência são imprescindíveis para o ato de ler e para a aquisição do hábito de leitura, visto que muitas são as ocasiões de leitura na sociedade atual que exigem tais habilidades.

### ***1.2. A importância do incentivo à leitura***

A leitura é necessária às diferentes esferas da sociedade moderna, como a Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, o desenvolvimento pessoal, entre outras áreas. Não apenas por ser uma habilidade através da qual se adquirem/ conhecimentos, mas também por auxiliar o desenvolvimento individual e coletivo, além de assegurar o direito que todos têm ao saber legítimo, e ler é um deles. Porém, atualmente, a leitura é disponibilizada em diferentes formatos, além dos tradicionais livros impressos.

Menezes (2010) afirma que a atividade de leitura atual se insere na tecnologia e nas mudanças de formatos e dimensões dos livros que possibilitam ler em qualquer lugar. Além disso, as leituras digitais oferecem às crianças uma grande variedade de informações e imagens que ocupam o

tempo e a memória, que concorrem abertamente com os livros impressos. Dessa forma, é preciso encontrar alternativas que viabilizem a leitura em meio à grande variedade de atividades que a tecnologia oferece. O grande desafio, porém, está em oferecer situações em que a leitura seja de fato um ato de prazer.

Em tempo de pós-pandemia, com a proliferação de dispositivos móveis e o acesso facilitado às redes sociais, ocorreu também o crescimento de barreiras para a leitura de livros e outros conteúdos impressos, uma vez que, apesar de ser munida de recursos visuais atrativos, a tecnologia condiciona o gosto por conteúdos curtos que fragmentam a atenção de seus usuários, dificultando, em parte, o desenvolvimento cognitivo que exige leitura mais atenta, prolongada e reflexiva, condições necessárias para a formação de um leitor crítico.

Além de poder contribuir para a formação do leitor crítico, a leitura exerce influência na formação intelectual, amplia o vocabulário, estimula a imaginação e a capacidade de se expressar, de forma clara e assertiva. Por essa razão, nesse sentido, todos, a escola, a família e o Estado têm grande responsabilidade para com as crianças, sujeitos em processo de formação. À família, compete incentivar, por meio de visitas frequentes a bibliotecas, da aquisição de livros adequados ao gosto e à faixa etária das crianças, contação de histórias, ambiente propício à leitura e ser exemplo de leitor. Ao Estado, cabe criar programas de incentivo à leitura, capacitar professores, disponibilizar livros aos estudantes e adequar as bibliotecas.

À escola cumpre, conforme sugere Menezes (2010), oferecer ocasiões de acesso à leitura para que o estudante tenha oportunidade de desenvolver as capacidades básicas do ato de ler, a fim de se tornar um leitor fluente e um usuário competente e crítico de textos e de sua língua.

Concomitantemente, o leitor competente a que cabe à escola formar, como sugere Menezes (2010), é aquele dotado de capacidades básicas de precisão e rapidez no ato de ler que lhe permitem compreender adequadamente o texto, interagir com ele e utilizá-lo a seu favor.

Ser leitor competente, nesse sentido, implica interagir com o texto nos mais diversificados gêneros em que ele se apresente. Leitura crítica pode ser compreendida como estar capacitado para utilizar a linguagem de maneira eficiente, de forma a desenvolver habilidades inerentes ao exercício da cidadania e à atuação do indivíduo na sociedade, além de ser fundamental para a manifestação de opiniões e para a tomada de decisões acertadas. Além do mais, o domínio da linguagem, tanto oral quanto

escrita, possibilita ao cidadão se utilizar da comunicação de forma consci-ente e benéfica nos âmbitos pessoal e profissional.

A leitura crítica também facilita ao leitor inferir, tirar suas próprias conclusões, competência que aponta para uma interpretação adequada do que se lê, para o desenvolvimento cognitivo e induz o raciocínio lógico que, por sua vez, auxilia na resolução de problemas. A leitura de variados gêneros textuais, nesse sentido, permite o contato com diferentes áreas do conhecimento produzido e circulando na sociedade e, conseqüentemente, com diferentes formas de expressão da linguagem humana, possibilitando, assim, o aumento do repertório sociocultural. Por isso, é importante que a educação oportunize diferentes formas de leitura reflexiva, com o intuito de contribuir para a formação de cidadãos que possam atuar satisfatoriamente, por meio da linguagem, especificamente, da leitura, na sociedade contemporânea. Certamente, ser leitor competente está muito mais relacionado à forma como se lida com o texto do que com o simples ato de ler e escrever. Ler de forma competente é também saber extrair benefícios da leitura para utilizá-los no meio social em que se vive. É quase uma forma de sobrevivência na sociedade.

Em outras palavras, Pereira (2006) certifica que o leitor autônomo desenvolve uma série de habilidades que afloram no contato com o texto, como: inferir, concordar, discordar, relacionar diferentes possibilidades leitoras, dentre outras, que, devido à sua importância, tornam-se um direito que deve ser garantido ao aluno.

Outrossim, a leitura amplia o conhecimento, a criatividade e a visão de mundo, uma vez que estimula a interpretação, compreensão e análise, habilidades que podem ser inacessíveis de outra forma, mas que estimulam a capacidade crítica e a reflexão, fatores imprescindíveis atualmente. Por isso, ler não deve ser visto apenas como entretenimento, mas como um direito que deve ser garantido a todas as camadas sociais.

Portanto, é preciso que os órgãos responsáveis busquem garantir o direito à leitura, incentive o seu hábito, no intuito de formar leitores competentes que saibam interagir de forma autônoma, independentemente de sua condição econômica. Esse deve ser o maior objetivo do sistema educacional, porquanto o efeito positivo que o hábito de leitura exerce na vida de qualquer cidadão é incomensurável.

### 1.3. O papel do professor no incentivo à leitura

O professor é um importante mediador do incentivo à leitura de livros, independentemente da disciplina que ministra. A esse respeito, Lajolo (2005) recomenda utilizar o espaço escolar para que os discentes realizem experiências de leitura que os tornem capazes de discernir as diferentes necessidades que poderão surgir ao longo da vida e, assim, saberem buscar nos livros a satisfação de suas demandas, quando se tratar da busca de informações, da aprendizagem ou do lazer. Por isso, o professor deve buscar, ou criar, estratégias para cativar seus alunos para a leitura.

É imprescindível, portanto, que, primeiramente, o professor ofereça oportunidades para que o aluno supere as dificuldades de decodificação, assimile todas as competências relacionadas aos fonemas e adquira fluência na leitura. Depois, é preciso auxiliar o aluno no processo de compreensão do que lê, na reflexão crítica e, ainda, desenvolver grande número de oportunidades de acesso à leitura para que o aluno se acostume e, naturalmente, crie uma rotina de leitura, até despertar nele o hábito de ler. Nesse sentido, Silva (2011) ressalta a disponibilidade de suportes como uma importante ferramenta de motivação para a leitura, mas para tornar a prática da leitura uma ação exercida sem pressão, o professor pode recorrer a estratégias realizadas durante as aulas, como sugerir um livro específico, a fim de despertar a curiosidade para a sua leitura, ao utilizar atividades pré-leitura, como abordar o assunto da obra ou explorar imagens, título, o *design* ou narrar um trecho interessante do livro. Dessa maneira, o aluno se sentirá livre para realizar suas escolhas de leitura, mas, ainda que não leia a obra sugerida, será instigado a escolher um título.

Pimentel (2007) também ressalta as características daquele que pode incentivar a leitura na escola: aproximar o livro do aluno de maneira prazerosa, além de compartilhar com o leitor aquilo que ele próprio vivencia, o prazer de ler e de mergulhar no mundo da leitura. Pereira (2006, p. 46) acrescenta também que o mediador deve se colocar como ponte para auxiliar o aluno a estabelecer relação com o texto.

Em outras palavras, o professor, para ser um incentivador da leitura, deve ser habituado a ela e usar a criatividade, para apresentar situações para que o aluno se sinta atraído e contagiado pelo ato de ler, caminho seguro que aproximará o aluno do livro. Afinal, atividades criativas podem atingir diferentes públicos, e gostos diversos podem ser contemplados, ao mesmo tempo em que se tente aproximar esse leitor da vida real.

Nesse viés, Pereira (2006) salienta que é importante aproximar a leitura na sala de aula das situações reais de seu uso, daquelas realizadas em sociedade, e, cabe aos profissionais da educação cumprir essa tarefa. Para isso, a depender da tipologia textual escolhida e da finalidade pretendida, ao utilizar esses instrumentos sociais de informação, o professor poderá ajudar o aluno a criar e desenvolver suas próprias estratégias de leitura.

Efetivamente, é preciso que o professor mediador deixe a cargo do aluno que ele próprio elabore diferentes estratégias de leitura, oferecendo-lhe diversificadas formas de proceder a essa leitura com as mais variadas finalidades e com o maior número possível de gêneros de textos existentes.

O professor-mediador pode utilizar diferentes gêneros multimidiáticos, como *blogs*, *memes*, *jingles*, anúncios publicitários, resenhas críticas, artigos de opinião, cartas do leitor, dentre outros, para formar o hábito de leitura, utilizando-se deles para instigar a leitura de obras literárias, como, por exemplo: criar um desses gêneros, baseando-se na obra lida, ou no personagem principal da obra, ou num trecho do livro; criar uma *hashtag* nas redes sociais, para que os alunos possam fazer publicações sobre a obra lida, dentre outras infinitas possibilidades de ação.

Igualmente, Lajolo (2005) defende que a escola deve buscar incentivar a leitura através de estratégias dinâmicas e criativas, porém, primeiramente, precisa ter uma biblioteca organizada com livros separados por tema, para facilitar a busca dos alunos, e apropriados para a faixa etária atendida. Depois, é preciso organizá-los no espaço em que eles ficarão expostos. Sendo uma biblioteca ou não, é preciso ter um espaço acolhedor, aconchegante, limpo e organizado para receber leitores e não leitores.

É preciso que os livros fiquem ao alcance das mãos para que sejam manuseados, folheados e emprestados e, como afirma Pimentel (2007), por contribuir para o enriquecimento cultural de seus usuários, a biblioteca deve disponibilizar aos jovens suportes com poesias, histórias em quadrinhos, romances, crônicas, piadas, receitas, dentre outros. Uma vez que adolescentes estão sempre em busca de novidades, é interessante que a escola ofereça livros com o maior número possível de temas que lhes interesse, e sempre renove seu estoque.

Como prática de incentivo à leitura, Lajolo (2005) sugere que a escola realize um dia dedicado à leitura, a fim de envolver toda a comunidade escolar, para contar aos alunos suas experiências de leitura, além de promover rotineiramente, em dias da semana preestabelecidos, momentos



exclusivos para essa prática, pois segundo a autora, “é quando vemos e ouvimos pessoas lendo, quando participamos de ambientes em que livros e leituras se fazem presentes, que nos tornamos leitores” (LAJOLO, 2005).

Por sua vez, é importante que o professor seja um intermediário desses momentos de leitura, que conte histórias, leia em voz alta para seus alunos com entonação de voz apropriada a cada gênero, conheça os livros do acervo da escola e os indique aos seus alunos. Mas, para isso, é importante preparar um ambiente confortável, acolhedor e que, além de realçar, convide à leitura e organize o tempo e o espaço da leitura, de acordo com a disponibilidade de ambientes oferecidos pela escola, e incentivar os alunos a lerem individualmente, em dupla ou em grupo, a fim de ensiná-los a se concentrarem e a ouvirem respeitosamente os colegas (Cf. LAJOLO, 2007).

## **2. Metodologia da Pesquisa**

Nesta diagnose, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a quantitativa. A primeira, com a abordagem de obras cujos autores apontaram a importância do hábito de leitura, sua relação com a aprendizagem escolar e o papel do professor como mediador no incentivo à leitura de obras literárias. A segunda, a pesquisa quantitativa, possibilitou coletar as respostas às perguntas do questionário que foram somadas e sistematizadas em gráficos para a análise e discussão dos dados, mas que não serão reproduzidos neste texto, devido ao espaço limitado.

O questionário, que se encontra no apêndice deste artigo, é composto de 12 (doze) questões que buscaram, além dos dados pessoais, conhecer os gostos literários dos envolvidos, suas práticas de leitura, condições para sua realização, disponibilidade de acesso aos livros na escola e em casa, dentre outras práticas. Foi aplicado a todos os 67 alunos dos Anos Finais da Escola Estadual de Boa Vista, em Januária, Norte de Minas Gerais, na própria escola, durante um período de 1 (uma) hora/aula em cada turma.

## **3. Resultados e Discussão**

Dividido em duas partes, o questionário solicitava dados de identificação do aluno e sobre seus hábitos de leitura.

Nas respostas à primeira pergunta (Você gosta de ler?), constatou-se que 21% gostam muito e 59% gostam pouco, em detrimento de 11% que alegaram não gostar de ler, mas reconheceram ser uma habilidade necessária, e 9% que não afirmaram não gostar de ler, mas também que não querem ler mais.

Dentre os 20% que, para responder à primeira pergunta, alegaram não gostar de ler, atribuíram as seguintes razões: 42% por ser uma atividade cansativa, 33% não encontravam livros do seu gosto, 9% ocupavam o tempo com atividades mais interessantes, 8% leem devagar e, por isso, perdem a paciência e 8% deram outros motivos.

À pergunta “Para você, como é sua leitura?” as respostas foram organizadas separadamente: os que disseram gostar de ler em comparação com os que disseram não gostar. Quanto aos que afirmaram gostar de ler, 48% leem rapidamente, 45% vagorosamente, 7% silabando e nenhum com muita dificuldade. Dos que alegaram não gostar de ler, 46% leem rapidamente, 46% vagorosamente, 8% silabando e nenhum com muita dificuldade.

Quanto ao diagnóstico com relação à compreensão do que se lê, à pergunta (Você entende o que lê?), 60% disseram que sim, 37% às vezes e 3% não compreendem sua leitura.

Tendo em vista conhecer a rotina de leitura dos pesquisados, foi-lhes feita a pergunta “Quantos livros você leu nos últimos 3 meses?”, à qual 57% responderam ter lido entre 1 e 5 livros, 10% entre 5 e 10 livros, 8% mais de 10 e 25% não leram livro algum nesse período. Com o objetivo de saber a quantidade de livros existentes em casa, 36% disseram possuir entre 1 e 10 livros, 27% mais de 10 e 37% nenhum livro para ler em casa, e 38% afirmaram não ter um espaço adequado em casa para ler, estudar ou fazer tarefas escolares, enquanto 62% alegaram ter esse espaço. Por isso, 72% disseram que leem na cama, 21% no sofá, 1% na cadeira, nenhum na rede e 6% em outros ambientes. Porém, apesar de a maioria possuir poucos livros em casa, 64% disseram que seus pais sempre os incentivam a ler, 30% afirmaram que esse incentivo ocorre às vezes e 6% nunca receberam o incentivo dos pais para lerem. Esse incentivo é atribuído: 54% aos pais, 28% aos professores, 6% ao professor da biblioteca da escola, nenhum incentivo dos colegas e 12% não receberam incentivo algum.

Dentre os que leem, escolhem um livro da seguinte forma: 51% pelo título, 18% pela capa, 12% pelas imagens que possui o livro, 9% por indicação do professor, 6% pela grossura do livro e 4% por indicação de

um colega. Atribuíram ainda as seguintes razões para a leitura de livros: 42% para aprender mais, 24% porque gostam, 21% para passar o tempo, 7% são obrigados por alguém e 6%, porque os professores pedem.

Ao analisar os dados, constatou-se que o número de adolescentes que gostam de ler estava abaixo do desejável, que deveria ser 100%, número necessário, dado ao fato que a leitura é um direito de todos por influenciar significativamente a vida pessoal e profissional dos cidadãos.

As razões que motivaram 20% dos alunos a não gostarem de ler, pode se dever ao fato de que quase a metade dos entrevistados impacientam-se durante a leitura, porque leem vagarosamente (46%) ou silabando (8%). Sendo a fluência leitora essencial para que a compreensão do que se lê se estabeleça, uma vez que esta é a base para a criação do hábito de leitura, pode ser esta a principal razão para que 20% dos entrevistados tenham alegado não gostarem de ler. Este dado revela, ainda, que esta escola necessita desenvolver estratégias para melhorar a fluência leitora de seus alunos, para aqueles que gostam e para os que não gostam de ler, uma vez que os que alegaram gostar de ler também revelaram ler vagarosamente (45%), ou silabando (7%).

Além disso, é preciso aumentar o número de aulas com que se trabalha o incentivo à leitura em sala de aula, o que pode ocorrer por meio da indicação mais frequente de livros e da organização do acervo da escola por temas e a disponibilização desses livros para empréstimo, já que se constatou que, estranhamente, são os pais (54%), e não o professor (28%), os apontados como maioria no incentivo à leitura, e por grande parte dos entrevistados (33%) alegarem não conseguir localizar livros com temas que gostariam de ler.

Também, é preciso que esta escola utilize mais aulas com estratégias que auxiliem a compreensão textual, porque quase metade (40%) dos alunos afirmaram ter dificuldade para compreender o que leem, habilidade necessária para desenvolver o hábito de leitura.

Em relação à família, apesar de ser apontada como a maior incentivadora da leitura (54%), não oferece as condições apropriadas, como livros e lugar adequado para se ler (38%), aspecto que revela que o incentivo é feito apenas através de conselhos e não de ações. Por outro lado, a escola possui as ferramentas adequadas, porém, não utiliza estratégias satisfatórias para desenvolver o hábito de leitura, nem despende tempo com a motivação para se ler, fator essencial para mudar o cenário atual da leitura no

país, que, ainda trava uma guerra quase imbatível com as tecnologias e redes sociais.

#### **4. Considerações finais**

Esta diagnose apontou a família como a principal responsável pelo incentivo à leitura de 80% dos alunos que disseram gostar de ler livros literários. Em contrapartida, revelou que grande parte das famílias não possui locais apropriados para estudos ou leitura em casa, nem livros literários. Por outro lado, a escola, apesar de ser apontada como a segunda incentivadora, detém os recursos materiais adequados como o suporte livros literários e biblioteca, mas precisa se utilizar de estratégias para mudar o cenário de 81% dos alunos que ainda escolhem os livros pela capa.

Além disso, os resultados deste trabalho evidenciaram a relevância do papel da escola e da família no incentivo à leitura, e apontaram que esta escola precisa adaptar suas práticas para sanar as dificuldades com a decodificação, fluência e compreensão leitora, condições indispensáveis para se formar um leitor assíduo e competente, já que há indícios de que tanto alunos que gostam quanto os que não gostam de ler são habituados à leitura ainda que o façam silabando. Por outro lado, a família, grande incentivadora da leitura, não consegue formar leitores assíduos sem o auxílio da escola, porque não possui os recursos básicos necessários, como os livros. Dessa maneira, a escola precisa adaptar seu trabalho para enfrentar os empecilhos à leitura e mostrar aos alunos que esta pode ser uma prática prazerosa e não somente necessária à aprendizagem.

Em suma, esta pesquisa revelou que as principais razões que influenciam alunos a não gostarem de ler se deve à falta de incentivo à leitura por parte da escola, às dificuldades com a fluência durante a leitura, dificultam a compreensão, bem como aos poucos recursos oferecidos pela família necessários à prática de leitura, como livros do seu gosto e locais apropriados para a leitura.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COENGA, Rosemar. *Leitura e letramento literário: diálogos*. Cuiabá, MT: Carlini & Camato, 2010.

LAJOLO, Marisa. *Meus alunos não gostam de ler... O que eu faço?*. Ministério da Educação. Cefiel/IEL/Unicamp, 2005–2010.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *A importância das leituras de livre escolha na formação do leitor*. Universidade Federal de Tocantins. Via Atlântica, nº 14, dezembro, 2008.

MENEZES, Isilda Maria Santos Leitão. *Hábitos de leitura de alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e impacto na aprendizagem: Concepções de alunos, professores e professores bibliotecários*. Lisboa, 2010.

NEVES, Sónia Fernandes Silva. *Hábitos de leitura e sucesso escolar – um estudo de caso em alunos no final do ensino básico*. Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, 2010.

PEREIRA, Andréa Kluge. *Biblioteca na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. *Biblioteca escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, José Aroldo. Artigo de estudos de linguagem – Discutindo sobre leitura. *Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Curso de Letras-UNIFAP*, v. 1, n. 1, Janeiro a Junho de 2011.

## Apêndice

Questionário 01: Questionário aplicado aos alunos da pesquisa, elaborado pelas pesquisadoras.

1 – Dados sobre o aluno

1.1 – Qual é o seu nome? \_\_\_\_\_.

1.2 – Qual é a sua idade? \_\_\_\_\_.

1.3 – Em que série você está estudando atualmente (2019)? \_\_\_\_\_.

1.4 – Qual é o seu sexo? \_\_\_\_\_.

2 – Dados sobre a leitura

2.1 – Você gosta de ler?

( ) Sim, muito.

( ) Sim, um pouco.

( ) Não, mas, gostaria.

( ) Não, e não gostaria de ter que ler.

OBSERVAÇÃO: Se você respondeu SIM, à questão anterior, responda:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Que livro você mais gostou de ler? \_\_\_\_\_.

OBSERVAÇÃO: Se você respondeu NÃO, assinale a resposta nas opções a seguir.

Por quais motivos você não gosta de ler?

- Ler é cansativo. (Ou atividade cansativa.).
- Ocupo meu tempo com atividades mais interessantes.
- Não encontro livros do meu gosto.
- Leio muito devagar, por isso perco a paciência.
- Outros: \_\_\_\_\_.

2.2 – Como você classificaria seu modo de ler? Leio

- rapidamente.
- vagarosamente.
- silabando.
- com muita dificuldade.

2.3 – Você entende o que lê?

- Sim.
- Não.
- Às vezes.

2.4 – Quantos livros você leu nos últimos 03 meses?

- Nenhum.
- 1-5
- 5-10
- Mais de 10.

2.5 – Como você escolhe um livro para ler?

- Por indicação do professor.
- Por sugestão de colega.
- Por seu título.
- Por sua capa.

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

Pelo número de páginas.

Por suas imagens.

2.6 - Em geral, por que você lê?

Porque me obrigam a ler.

Porque gosto.

Porque quero aprender mais.

Para passar o tempo.

Porque os professores exigem.

2.7 – Quantos livros há na sua casa?

Nenhum.

1-10.

Mais de 10.

2.8 – Em sua casa há um espaço para estudar, ler ou fazer as atividades extraclasse?

Sim.

Não.

2.9 – Se respondeu NÃO à pergunta anterior, onde você costuma ler em casa?

Na cama.

No sofá.

Na rede.

Na cadeira.

Outros: \_\_\_\_\_.

2.10 – Seus pais incentivam você a ler?

Sim, sempre.

Sim, às vezes.

Não, nunca.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

2.11 - Em geral, quem incentiva você a ler?

- ( ) Meus pais.
- ( ) O professor(a) de português.
- ( ) A professor(a) da biblioteca da escola.
- ( ) Os colegas.
- ( ) Ninguém.

2.12 – Que livros você gostaria que a biblioteca da escola tivesse?

Local: Escola Estadual de Boa Vista.

Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.



“CADA CONTO UM CANTO, CADA CONTO UM ENCONTRO”:  
O LÉXICO DE BASE INDÍGENA (RE)EXISTINDO À  
INVISIBILIDADE EM CONTOS DE KAWANY FULKAXÓ

*Maria Ionaia de Jesus Souza* (UNEB)

[misouza@uneb.br](mailto:misouza@uneb.br)

*Maria da Conceição Reis Teixeira* (UNEB)

[conceicaoreis@terra.com.br](mailto:conceicaoreis@terra.com.br)

RESUMO

Durante muito tempo os livros didáticos apresentaram uma visão estereotipada da figura indígena no processo de formação da sociedade brasileira. O indígena, que deveria ser o protagonista de sua própria história, foi silenciado e o olhar ocidental disseminou uma história forjada, camuflando os saberes e a cultura dos povos originários. O apagamento da cultura indígena é uma constante e não acontece apenas no âmbito territorial. As artes, a língua, a religião, o trabalho e as festas têm sido alvo de tentativas de eliminação. Na direção contrária a essa realidade, a indígena Kawany Fulkaxó, pertencente à comunidade Kariri-Xocó, tem publicado contos que buscam preservar e disseminar a cultura do seu povo. E, numa ação de sobrevivência e resistência, ela dissemina conhecimentos indígenas milenares. A partir do levantamento lexical preliminar, o recorte feito para esta apresentação tem o objetivo de pontuar as primeiras impressões sobre o léxico de base indígena que a autora utiliza em seus contos e apresentar o contexto de produção da obra. Para atingir o objetivo proposto, tem-se como aporte teórico os estudos de Coseriu (1977), as reflexões de Abbade (2006, 2015) e Biderman (2001). Recorre-se às obras de Grondin e Viezzer (2021) e Paiva (2015), para compreensão da história linguística e cultural sobre o povo Kariri-Xocó.

Palavras-chave:

Léxico Contos indígenas. Povos originários.

ABSTRACT

For a long time, textbooks presented a stereotyped view of the indigenous figure in the formation of Brazilian society. The indigenous person, who should have been the protagonist of their own history, was silenced and the Western gaze disseminated a history, camouflaging the knowledge and culture of the original peoples. The erasure of indigenous culture is a constant and it doesn't just happen in territorial sphere. The arts, language, religion, work and festivals have been the target of elimination attempts. In the opposite direction to this, Kawany Fulkaxó, a member of the Kariri-Xocó community, has published short stories that seek to preserve and disseminate the culture of her people. And, in an act of survival and resistance, she disseminates millennia-old indigenous knowledge. Based on a preliminary lexical preliminary lexical survey, the selection made for this presentation aims to point first impressions of the indigenous lexicon that the author uses in her short stories and to present the context in which the work was produced. In order to achieve the proposed objective, the following theoretical framework is used: studies by Coseriu (1977), the reflections of Abbade (2006, 2015) and Biderman (2001). The works of Grondin and Viezzer (2021) and Paiva (2015), to understand the linguistic and cultural history of the Kariri-Xocó people.

**Keywords:**

**Lexicon. Indigenous tales. Native peoples.**

### **1. *Para começar, eu conto***

O legado de luta e resistência é uma ação recorrente entre os povos originários e não poderia ser diferente com o povo Kariri-Xocó, classificado pelo colonizador de Tapuias, no sentido de rebelde, “brabo”, e se esse termo generalizava as etnias de índole e procedências diametralmente opostos ao que pregava o colonizador, vale ressaltar que os indígenas eram os donos da terra e viviam livres, respeitando a terra e em sintonia com a ancestralidade. Além do mais, ser diferentes dos invasores era uma característica genuína aos povos originários.

Dentro da dinâmica de revitalização cultural e perpetuação dos costumes ancestrais, está a indígena Denízia Cruz, nome civil de Denízia Kawany Fulkaxó<sup>6</sup>. Para entender a potência dessa mulher, é preciso traçar um pouco da sua trajetória dentro do contexto onde ela se insere.

### **2. *Sobre a autora e sua obra***

Denízia Kawany é indígena do povo Fulkaxó, da aldeia Fulkaxó, situada na cidade de Pacatuba, em Sergipe, e do povo Kariri-Xocó, da cidade de Porto Real do Colégio, em Alagoas. Mulher, mãe, professora, pedagoga, especialista em Desenvolvimento infanto-juvenil, com enfoque psicoeducacional, bacharela em Direito, mestre em História (Educação Africana, Povos Indígenas e Culturas Negras), escritora e contadora de histórias. É ativista na defesa dos povos originários, do meio ambiente e dos direitos humanos. Nasceu em 1980, na Aldeia Kariri-Xocó, na cidade de Porto Real do Colégio, em Alagoas, possui militância voltada à cultura e história dos povos indígenas, onde defende os interesses coletivos de suas comunidades. Com uma trajetória pautada pela autorreflexão, Kawany está empenhada nas questões que envolvem a organização social, econômica e cultural das pessoas da comunidade em que vive. Ela verbaliza que o seu povo viveu conflitos intensos, enfrentando, desde sempre, o preconceito e a violência, sendo confrontado e confrontando a sociedade não indígena, esta, por sua vez, não entende, não aceita e, muito menos,

---

<sup>1</sup> Explicação dada por Denízia: “Kawany, que significa folha em Tupi, foi escolhido para proteger minha espiritualidade e Fulkaxó significa a junção de três etnias: Fulnio-ô, do estado de Pernambuco; Kariri, do estado de Alagoas; Xocó, do estado de Sergipe.”

respeita a cosmologia dos povos originários. Ressalta que a busca de entendimento, aceitação e respeito à causa indígena é uma luta diária para reversão de um imaginário distorcido e estereotipado, criado pelos invasores e mantido pelos seus descendentes, o que fez do seu povo, e dela, aquilo que se autodenomina: aldeia de “índios fortes”. E pontua Cruz (2022):

Os elementos da natureza sempre fizeram parte de minha vida. Terra, fogo, água e ar estiveram sempre presentes em minha vida social, cultural e espiritual. A terra do sagrado Ouricuri enraizou em mim os princípios fundamentais da ancestralidade familiar. A abundância da água do rio Opará que desagua no mar, que nunca morre e, na sua exuberância, alimenta a vida. (CRUZ, 2022, p. 23)

Nas palavras de Denízia Cruz pode-se perceber a relação forte que os indígenas têm com a natureza, sendo a terra de suma importância por diversas razões que se entrelaçam e refletem a essência de sua relação com o ambiente. Um aspecto gira em torno da cosmovisão, pois, refere-se ao conjunto de crenças, valores, ideias e percepções que o indígena possui sobre o mundo e a existência. Outro aspecto diz respeito à espiritualidade já que para o indígena é na terra que se busca os saberes ancestrais.

A imagem a seguir é da indígena Denízia Kawany Fulkaxó, autora dos contos indígenas que são estudos neste trabalho.

Figura 1: Foto da indígena Denízia Kawany Fulkaxó.



Fonte: Denízia Cruz, 2022.

Nos contos escritos por Kawany, a importância que a terra tem para os povos indígenas tem destaque, e a concepção que se atribui à interpretação de “índios na visão dos índios” possui um significado diferenciado, como aponta o indígena Daniel Munduruku (2016):

Quando me veio a ideia de escrever, foi uma tentativa de contribuir para diminuir o preconceito e o desconhecimento que as pessoas tinham a respeito da cultura indígena. Minha primeira inspiração era também oferecer

um material educativo, que as pessoas pudessem aprender sobre a cultura indígena, mas que não fosse um livro só didático, que tivesse também elementos da literatura, a mágica das populações indígenas, para que pudessem ver um pouco como é a cultura indígena escrita por um de seus membros. É uma leitura da sociedade indígena que procura mostrar à sociedade não indígena como é a nossa vida, nossas tradições de aldeia. Esse livro foi importante por conta disso, criou um marco na relação com a sociedade brasileira, que ouvia falar dos índios a partir de escritores não indígenas e nunca tinha ouvido falar dos indígenas a partir do olhar de um de seus membros. (MUNDURUKU, 2016)

A indígena Kawany Fulkaxó segue na mesma direção do que aponta Munduruku; assim, seus escritos literários apresentam um teor narrativo que dissemina e fortalece a cultura do seu povo, pautado no respeito ao conhecimento ancestral. Os seus contos podem contribuir para desmistificar interpretações equivocadas acerca do indígena no cenário brasileiro e, como bem escreveu Caetano Veloso, “aquilo que nesse momento se revelará aos povos, surpreenderá a todos, não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto, quando terá sido o óbvio”<sup>7</sup>.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Histórias e espelhos: memórias de vida, relatos e experiências de uma educadora indígena”, Kawany (2022) apresenta um trabalho autobiográfico e, na condição de educadora, relata que sempre esteve preocupada com uma educação que pudesse contribuir com a história do seu povo. Na seção denominada “Narrativas e memórias de um povo”, ela inicia sua abordagem falando sobre a postura do colonizador:

Os portugueses chegaram ao litoral do que hoje é conhecido como Brasil no século XVI. As histórias contadas pelos colonizadores ao longo do tempo foram forjadas pelos interesses econômicos e financeiros de uma sociedade eurocêntrica, invasora, gananciosa e escravocrata, que formou um imaginário falso e cruel sobre os povos aqui encontrados. Assim, esses povos foram submetidos à escravidão, tiveram suas terras invadidas e suas culturas apagadas, além, é claro, de esses europeus iniciarem um processo de genocídio em larga escala que quase dizimou os povos originários no Brasil. (KAWANY, 2022)

Partindo dessa exposição, ela expõe que o processo de educação do povo Kariri-Xocó é iniciado desde o momento que se descobre a gestação e os ensinamentos ancestrais acompanham esse nascituro. Assim, os conhecimentos que são transmitidos na oralidade vão sendo perpetuados na comunidade. É questiona a referida autora:

Como pensar em uma Educação Escolar Indígena sem inserir esses ensinamentos que fazem parte das nossas tradições? Qual o sentido da vida se não

---

<sup>7</sup> Versos da música *Um índio*, do cantor Caetano Veloso.

respeitarmos as formas que cada povo vive? Como inserir a educação formal nas escolas das aldeias, se não pensarmos em como as aulas serão executadas, inserindo os aspectos da educação dentro de cada cultura? (KAWANY, 2022)

A autora pontua que, embora não seja possível apagar as marcas deixadas pelo colonizador, alguns direitos foram conquistados e existe um longo caminho a percorrer, no sentido de dar “voz e vez” ao seu povo. Pode-se aqui citar como exemplo, o direito a uma educação escolar intercultural, específica e diferenciada, assegurada pela Lei nº 10.172<sup>8</sup>, que em 9 de janeiro de 2001 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) em que inclui o respeito pelas epistemologias particulares relacionadas aos povos originários.

Foi pensando na revitalização dos costumes e do saber ancestral do seu povo que a indígena Kawany Fulkaxó buscou uma alternativa para intervir em torno do conjunto de relações concretas vivenciadas na comunidade como forma de perpetuar saberes ancestrais, costumes e modos de viver, a partir da reconstrução dos espaços e experiências em torno das memórias dos mais velhos. Essa contribuição se concretiza a partir da escrita de contos indígenas infantis, publicados pela Editora Sesc<sup>9</sup>, nos quais podem ser vistos hábitos culturais do povo Kariri-Xocó sendo explicados e justificados numa linguagem atraente para o segmento infantil. Além do respeito à ancestralidade, os textos reúnem vocábulos da linguagem usada pela comunidade. Nesse movimento de (re)existência e sobrevivência, a autora procura maneiras de evitar que a identidade de seu povo seja apagada. Esses contos estão reunidos em 4 volumes e, na seção seguinte, serão apresentados numa descrição mais detalhada.

### **2.1. “*Quem conta um conto, aumenta um ponto*”: a produção literária de Kawany Fulkaxó**

Partindo do entendimento de que a língua é uma construção social, ao escrever em seus contos vocábulos usados pelo povo Kariri-Xocó, Kawany está na direção do que escreveu Silva (2000):

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo

---

<sup>8</sup> LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

<sup>9</sup> Segmento *editorial* voltado à publicação de livros nas áreas de artes e ciências humanas.

cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 76)

A partir dessa citação, entende-se que os vocábulos Kariri-Xocó que aparecem nos contos, e compartilhados num movimento que envolve a coletividade, contribuem para disseminar, não apenas as manifestações culturais, mas também linguísticas, do grupo, numa ação que promove o não esquecimento de hábitos dessa comunidade.

Durante topo o período colonial, e mesmo depois dele, a presença do indígena não foi vista, ou considerada, pelas instituições sociais, exceto aquelas ligadas à repressão, ao domínio, e os indígenas estiveram sempre subjugados aos interesses do colonizador. Pouco mais de duzentos anos após a chegada do branco, a situação do indígena torna-se decadente: lutando pelo direito de possuir a terra, ele passa a viver na condição de rebelde fugitivo. Com poucas alternativas de vida, sem o direito assegurado, ainda que registrado em lei, o indígena precisava se valer da bondade alheia para a sobrevivência, e, muitas vezes, recluso em cativeiros, como relata Ribeiro (2006):

Milhares de índios foram incorporados por essa visão à sociedade colonial. Incorporados não para se integrarem nela na qualidade de membros, mas para serem desgastados até a morte, servindo como bestas de carga a quem deles se apropriava. Assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativo doméstico. (RIBEIRO, 2006, p. 89)

Diante de todo o cenário de destruição a que os indígenas foram, e são, submetidos, as medidas que poderiam garantir uma reparação para o grupo ainda são insuficientes e temporárias. Atualmente, é uma realidade comum o fato de que a população indígena enfrenta uma lacuna significativa em diversos níveis de inclusão social, marcada por um histórico processo de negação e invisibilidade social que remonta ao período colonial.

No entanto, essa realidade não se sobrepôs ao sentimento de resistência presente no olhar da indígena Kawany Fulkaxó. Para desconstruir e superar a invisibilidade social historicamente construída pelo colonizador, ela evidencia em seus contos marcas linguísticas e culturais da sua comunidade, numa representatividade pautada pelo conhecimento ancestral do seu povo. Na mesma direção dessa ação, Kawany vê no conhecimento formal garantido pela educação uma possibilidade relevante para a conquista do espaço social e, em seu trabalho de mestrado, ressalta a importância da academia no processo de construção de conhecimentos e saberes:

Dentro da grande maioria das comunidades indígenas, nos dias de hoje existe a consciência da necessidade dos nossos jovens buscarem conhecimentos e saberes que possam ser agregados e adaptados aos sistemas culturais de cada povo. Nesse sentido, os jovens são incentivados a irem buscar esses conhecimentos dentro do meio acadêmico, de forma que possam contribuir para o processo de busca de autonomia desejado por cada povo, mantendo as suas tradições e seus princípios ancestrais. (KAWANY, 2022)

A invisibilidade social foi uma das motivações, dentre tantas outras, que fez de Kawany uma defensora e protetora das questões que envolvem o seu povo. Isso porque, numa sociedade múltipla e complexa, aceitar o outro com todas as suas características representativas é uma condição natural e os argumentos que são postos na contramão dessa lógica são frágeis, não se sustentam.

Se para Pinto de Sá (2008)<sup>10</sup>, “o invisível tende a significar o insignificante”, Kawany rompe as barreiras em torno desse conceito e em seus contos, numa busca desbravadora, dissemina comportamentos culturais e usos linguísticos que fazem parte da identidade do seu povo. Assim, sobrevive a linguagem, sobrevive a cultura!

Kawany publicou 4 volumes da coleção *Kariri Xocó: Contos Indígenas* e essa coleção integra o projeto “Música e Histórias da aldeia Kariri Xocó” realizado pelo Sesc São Paulo. Os volumes foram publicados no intervalo de 2019-2023 e os contos são destinados para o público infantil. Para divulgação da sua obra, ela participa em feiras literárias e eventos culturais em diversas localidades no Brasil. A seguir, alguns registros dessa divulgação:

---

<sup>10</sup> De Sá Pinto Tomás (2008) entende o fenômeno da invisibilidade social sobre uma perspectiva fenomenológica onde este é um sintoma de uma sociedade do espetáculo na qual vivemos. O desprezo social e o não reconhecimento dão origem ao sentimento de invisibilidade. Nessa sociedade tida como sociedade do espetáculo na qual nós vivemos, o invisível tende a significar o insignificante. Com efeito, múltiplos sentimentos estão ligados ao sentimento central de ser invisível para os outros: a vergonha, a paranoia, a impressão de insucesso pessoal, o isolamento, a clandestinidade, a insignificância.

Figura 2: Card de divulgação da Feirinha Talismã.



Fonte: Feirinha Talismã.

Figura 3: Card de divulgação da FLIPF.



Fonte: Festa Literária Internacional de Praia do Forte.

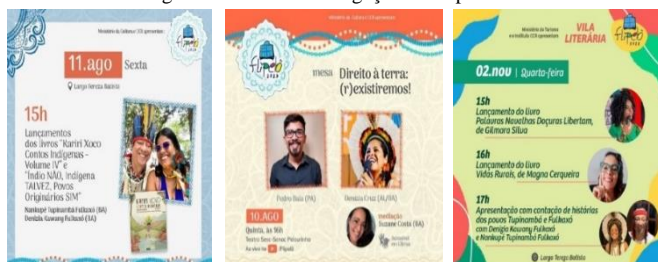
Figura 4: Convites de lançamento.



Fonte: Livraria Escariz.



Figura 5: Cards de divulgação da Flipelô.



Fonte: Festa Literária Internacional do Pelourinho.

Figura 6: Card de divulgação da Fligê.



Fonte: Feira Literária de Mucugê.

Nesses eventos de divulgação, Kawany procura fortalecer a cultura da comunidade indígena, enfatizando que a sociedade, em geral, precisa conhecer algumas manifestações culturais que, muitas vezes, são estigmatizadas por quem não compreende a importância dos rituais baseados no conhecimento ancestral.

A seguir, será apresentada uma tabelada em que os contos são agrupados por algumas categorias temáticas.

Quadro 1: Tabela de divisão dos contos por grupos temáticos.

GRUPOS TEMÁTICOS	TÍTULO DO CONTO	V.
Contos que enfatizam a relação com a terra	<i>Vovó Ivete e a terra Fulkaxó</i>	3
	<i>Mydzé e a bancada do cocar</i>	4
	<i>Mutirão da Vida de Souré</i>	1

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Contos que expressam o papel dos mais velhos	<i>Tunyrã e a História do Angiqueiro</i>	2
	<i>A roda dos mais velhos</i>	3
Contos que ressaltam os ancestrais	<i>O Canto da Dondonzinha</i>	1
	<i>A Cura do Mundo: Povos da Floresta</i>	2
	<i>O pawí e o sagrado</i>	3
	<i>Wakay o guerreiro da água II</i>	4
Contos que apresentam brincadeiras e instrumentos sagrados	<i>Kamurim e as Brincadeiras Indígenas</i>	1
	<i>A Maraca e a História dos Astros</i>	2
Contos que trazem pássaros	<i>Tawanã e o Pássaro Vi-Vi</i>	1
	<i>A dança do Pássaro Akauã</i>	1
	<i>O canto do papa pimenta</i>	4
Contos que apresentam plantas sagradas	<i>Kamurim Mensageiro da Planta Sagrada</i>	2
	<i>Kamurim e as Árvores Heié Sutu Sagradas Santoá</i>	3
	<i>O Pajé Suíra e a árvore sagrada</i>	3
Contos que trazem atividades profissionais	<i>Barro Buyê e a Olaria Kariri Xocó</i>	2
	<i>Tawanã o pintor da aldeia</i>	3
Contos que apresentam o mundo contemporâneo	<i>Mydzé e o marco da vida</i>	3
	<i>Emany e a vacina</i>	3
	<i>Kamurim no mundo digital</i>	4
	<i>Buyê no mundo das línguas</i>	4
Contos que expressam a divindade	<i>Wakay – O guerreiro da Águia</i>	1
	<i>Nhenety Memboré Urubu Mirim Seririte</i>	1
	<i>Amor dos Deuses</i>	4
Contos que enfatizam a relação com a natureza	<i>Yanawá e a Família da Natureza</i>	1

	<i>Rio Opará, que Deságua no Mar Nunca Morre</i>	2
--	--	---

Elaboração: Maria Ionaia de Jesus Souza, 2023.

Em seus contos, Kawany procura ressaltar aspectos que valorizam a cultura indígena, dentro de uma narrativa que intercala conhecimentos linguísticos e culturais do povo Kariri-Xocó e da sociedade atual. Não se pode negar que o multiculturalismo representa uma demanda urgente na contemporaneidade e conhecer a literatura indígena é de fundamental importância no sentido de proteger e preservar os conhecimentos culturais dos povos originários e, para além dessa preservação, é preciso se respeitar, para valorizar e para se permitir aprender com visões de mundo, de tempo e espaço bastante distintos do pensamento ocidental tradicional. A produção literária de Kawany ratifica a consciência que a mesma tem em relação à necessidade de preservar o patrimônio cultural do seu povo e salvá-lo não somente do olvido como também do silenciamento imposto por uma educação pautada no olhar eurocêntrico.

### 3. *Considerações provisórias*

O reconhecimento da pluralidade cultural dos povos originários é a condição primeira para desestabilizar o olhar eurocêntrico que se naturalizou em torno dos indígenas na sociedade brasileira. Com um saber peculiar a cada povo, a palavra não escrita tem um diferencial, pois faz parte do acervo pessoal de cada indivíduo, por isso a literatura oral em contraponto com a literatura escrita não concorre, elas coexistem.

Este trabalho pode contribuir para ressaltar a (re)existência linguística do povo Kariri-Xocó, além de apontar informações relevantes para que se possa compreender como a produção literária poderá auxiliar na preservação e sobrevivência da cultura indígena.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, C. M. de S. *Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais*. In: ISQUERDO, A.N; SEABRA, M.C.T. de (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012. v. VI. p.145.

BIDERMAN, Maria Tereza C. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1986 [1977].

CRUZ, Denízia. *História e espelhos: memórias de vida, relatos e experiências de uma educadora indígena*. il. 2022. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2022. 172f.

MUNDUKURU, Daniel. *Para ver o mundo pelos olhos nativos*. Blog das letrinhas: 20 dez. 2016. Disponível em: <https://www.blogdaletrinhas.com.br/conteudos/visualizar/Para-ver-o-mundo-pelosolhos-nativos>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, A. D. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília-DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013.

SILVA, Christiano Barros Marinho da. Índios do Nordeste: temas e problemas 2. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de *et al.* (Orgs). *Os índios fortes: aspectos empíricos e interpretativo do xamanismo Kariri-Xocó*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 316

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEZZER, Moema. *Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

**DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO ÀS TELAS AO REFORÇO  
DA DESIGUALDADE DIGITAL: CONTRIBUTOS  
PARA UM DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO DIGITAL  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

*Tamara Cecília Rangel Gomes* (UENF)

[tamaracrange@gmail.com](mailto:tamaracrange@gmail.com)

*Crisóstomo Lima do Nascimento* (UENF)

[crisostomoln@gmail.com](mailto:crisostomoln@gmail.com)

**RESUMO**

O objetivo do presente artigo foi refletir teoricamente as ações referentes às restrições de acesso às telas adotadas por Secretarias de Educação sob justificativa de reduzir possíveis prejuízos aos discentes. Apresenta-se para este debate as contribuições de Žižek (2011; 2014), Pimentel (2023), Navarro e Malavasi (2022). Dessa forma, é explicada os contributos dos usos da tecnologia para a educação e os enfrentamentos referentes às ações que restringem, abruptamente, o acesso às telas e o quanto estas ações corroboraram para o agravamento da desigualdade digital, notadamente durante e posteriormente a pandemia de Covid-19.

**Palavras-chave:**

Desigualdade Digital. Educação pública. Restrição às telas.

**RESUMEN**

El objetivo de este artículo fue reflejar teóricamente las acciones en materia de restricciones de acceso a pantallas adoptadas por los Departamentos de Educación bajo la justificación de reducir posibles daños a los estudiantes. Para este debate se presentan los aportes de Žižek (2011; 2014), Pimentel (2023), Navarro y Malavasi (2022). De esta manera, se explican los aportes de los usos de la tecnología a la educación y los enfrentamientos en torno a acciones que restringen abruptamente el acceso a las pantallas y cómo estas acciones corroboran el agravamiento de la desigualdad digital, particularmente durante y después de la pandemia de Covid-19.

**Palabras clave:**

Desigualdad digital. Educación pública. Restricción a las pantallas.

**1. Introdução:**

Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação produzido pela UNESCO (FRANÇA, 2023) o acesso contínuo às telas por crianças e adolescentes produz prejuízos relativos aos processos de ensino, aprendizagem e bem-estar físico e mental (aumentando a suscetibilidade a crises de ansiedade, depressão e estabilidade emocional).

Embora o mencionado relatório apresente benefícios sobre o uso da tecnologia em sala de aula, a queda no desempenho acadêmico potencializada pela distração trazida pelo uso dos dispositivos eletrônicos reverbera e ecoa em diferentes campos da sociedade contemporânea e digitalizada.

Nesta acepção, alguns estudos elucidam em pormenores os problemas de saúde que podem ser ocasionados mediante o uso de telas por crianças e adolescentes. Navarro e Malavasi (2022) ponderam que há um uso inadequadas destas mídias, suas pesquisas apresentam recortes por idade e apontam que desde a tenra idade alguns bebês já passam parte do dia em contato com um smartphone e que há ausências de informação e/ou advertência de médicos pediatras quanto a prevenção dos problemas que podem vir relacionados a padrões de sono, desempenho cognitivo, prejuízos neurológicos, fototoxicidade e na atenção ou hiperatividade.

Corroborando com as discussões sobre o tempo de uso de tela, Cunha *et al.* (2023) também apresentam reflexões sobre o uso da tecnologia desde a primeira infância mediados ou não pelos próprios pais ou demais possíveis cuidadores das crianças.

Tem-se notícias, no entanto, de manifestações do Senado norte americano (Brasil, 2024c) sobre a exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade severa, que incluem automutilação e exploração sexual.

Apesar de todas estas questões que versam negativamente para o uso da tecnologia, o exercício de práticas pedagógicas demanda leitura crítica em nossa contemporaneidade e, de igual forma, demanda que professores transversalizem a leitura crítica em meios digitais e com meios digitais, de forma interdisciplinar com vistas a transdisciplinaridade.

Isto posto, cabe nesta discussão a relevância do exercício da cidadania dentro e fora do ambiente escolar, dentro e fora do ambiente digital, haja visto o fato de ser amplamente difundido nossa experiência enquanto sociedade digital. Oportunizar a ocupação de espaços na internet e suas linguagens repercute na concepção de seus usos de forma segura, ética e crítica, não nos esquecendo dos excluídos digitalmente.

A discussão sobre os usos da tecnologia por crianças e adolescentes mantém a margem os excluídos, reforçando processos de desigualdade social e digital. Este debate reafirma nossa curiosidade científica em compreender formas, estratégias e mecanismos que podem pautar uma

educação digital emancipadora, crítica e transformadora, para muitos ou quicá para todos.

## 2. *As ações governamentais brasileiras: Das proibições e bloqueios das secretarias de educação*

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro publicou a uma semana de início do ano letivo de 2024, decreto proibitivo do uso de celulares nas dependências escolares de sua rede, apontando que somente os alunos matriculados na EJA (Educação de Jovens e Adultos) poderiam ter acesso ao celular durante os intervalos.

Por exceções à regra de proibição de uso adverte, no entanto, a possibilidade de proposição por parte dos professores de atividades de teor pedagógico onde o uso de equipamentos tecnológicos se fizer necessário, o uso por parte de alunos com necessidades especiais ou quando o Centro de Operações do Rio de Janeiro classificar que a cidade se encontra em estágio operacional entre 3 e 5, circunstância típica de riscos de alagamentos provocados por temporais.

A fim de validar tal decreto, a Secretaria Municipal de Educação prestou por informação (LISBOA, 2024) que foi realizada consulta pública com 83% de aprovação da proibição, justificando os prejuízos pedagógicos advindos do uso excessivo de telas.

Concomitante a isto, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo efetuou bloqueio ao acesso à aplicativos e streamings nos *links* de conectividade disponibilizados nas unidades escolares para uso administrativo e pedagógico, *Wi-Fi* e/ou cabeados. Dentre os aplicativos encontram-se Redes Sociais como *TikTok*, Instagram, Facebook e outros (BRASIL, 2024a). A justificativa do bloqueio tange as escusas de otimização de infraestrutura tecnológica e desenvolvimento pedagógico dos alunos.

Impedir o acesso a um conteúdo, bloquear alguns aplicativos em específico foi a ação adotada por uma instituição do executivo que se autodenomina como a maior rede de ensino do país. Este bloqueio afeta (BRASIL, 2024. b) trezentos e quinze mil servidores (250 mil professores e 65 mil funcionários) e 3,78 milhões de alunos matriculados nas suas 5,3 mil escolas. Este é o “tamanho” da rede estadual de educação de São Paulo e do número de pessoas que, à revelia de sua vontade, sofreram abruptamente o impedimento de acesso a quaisquer tipos de redes sociais e

streamings em ambiente escolar sob o pretexto de se evitar o uso inapropriado e/ou excessivo destes aplicativos por estudantes e servidores.

Tecendo um contraponto, observamos que, curiosamente, a rede municipal do Rio de Janeiro ponderou ser um problema os alunos estarem com um aparelho de telefone móvel em ambiente escolar enquanto a rede estadual de São Paulo ponderou que o problema não é o aparelho em si, mas o acesso a determinados conteúdos.

No século XVI, o *Index Librorum Prohibitorum* (grifo nosso) consistia numa lista de livros proibidos cuja circulação e divulgação era controlada pela Inquisição, a partir de suas intenções e motivações de contenção de difusão de uma possível Reforma. Dadas as devidas proporções, deveria causar-nos estranheza que em pleno século XXI estejamos diante de proibições e bloqueios de acessos de equipamentos, conteúdos e informações.

As ações governamentais que implementam as mencionadas restrições (quer seja de equipamento, quer seja da conectividade, quer seja do acesso específico a determinados aplicativos com seus respectivos conteúdos) ignoram os dados de quantos e quais alunos e/ou funcionários não possuem acesso digital em outros espaços.

Isto posto, cabe considerar que o estudante ou servidor público que não possui as ferramentas necessárias para acesso à informação em outro ambiente, em outro espaço, também não possuirá no espaço escolar, independente das motivações para este acesso: para uso pedagógico ou busca por alguma informação complementar.

A prática governamental de proibição, naturalizada enquanto ação hegemônica, desconsidera e reforça as condições de desigualdade digital, por vezes associada à desigualdade social. Os custos relativos a aquisição de equipamentos e de contratação de conectividade podem entrar em disputa por prioridade com os custos com alimentação, medicamentos, fornecimento de energia, água e aluguel de moradia da família.

Elencar o que é prioridade quando a renda familiar é mínima ou inexistente, ou quando todos os recursos que a família tem a sua disposição são oriundos, ainda que circunstancialmente, a algum programa de transferência de renda é tão violento quanto receber a notícia de que o franqueamento de uso da conectividade no espaço público da escola foi proibido.

Estas proibições seguem reproduzindo violências (ZIZEK, 2014) e reiteram exemplos concretos de violência não explícita, simbólica quando



alguns outros têm acesso a digitalização da oferta de serviços privados e públicos.

Desconsideram-se possibilidades de desigualdade digital para efeito de marcação de consultas e exames médicos, operações bancárias de toda ordem, inscrições relativas à matrícula escolar, utilização de aplicativos para compras de mercado e farmácia. A marginalização de alguns grupos pode reforçar hierarquias existentes e perpetuar a opressão.

Se alguém defendesse a legitimidade do estupro, seria um triste sinal ter de argumentar contra ele – pareceria simplesmente ridículo. O mesmo deveria ser verdade no caso da tortura. É por isso que as maiores vítimas da tortura publicamente admitida somos todos nós, o público informado. Deveríamos todos ter a consciência de que uma parte preciosa de nossa identidade coletiva perdeu-se irrecuperavelmente. Estamos no meio de um processo de corrupção moral: os que estão no poder tentam literalmente quebrar uma parte da nossa coluna vertebral ética, amolecer e desfazer a realização que, com justiça, é a maior da civilização, o crescimento de nossa sensibilidade moral espontânea”. (ZIZEK, 2011, p. 59)

O cerceamento das condições de acesso as informações por parte da população e, por consequência quase que imediata, do compartilhamento destas informações para outrem corroboram concomitantemente para o reforço e construção dos processos de alienação coletivos. Vítimas da violência, da tortura subjetiva que exclui através de ações governamentais planejadas e em plena execução, colocam na prática – a curto, médio e longo prazo – o silenciamento e o apagamento de um público informado. São vozes que se calam diante da negativa de prestação de serviços básicos.

### 3. *Considerações finais*

Os dados apresentados por avaliações externas como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, corroboram com o debate de que o acesso irrestrito às telas pode afetar os resultados educacionais dos estudantes.

No entanto, o relatório do Pisa (PIMENTEL, 2023) não aponta para a efetiva proibição do uso de telas, mas que sejam promovidas interações entre o uso da tecnologia e o desenvolvimento da aprendizagem, desde que sejam diminuídas o tempo de exposição dos estudantes.

Indubitavelmente é considerável que se amplie o debate sobre a mediação tecnológica que de forma efetiva aponte para uma educação digital e que se fomentem estudos sobre redução de danos de mal-estar

emocional/mental advindos de práticas de cyberbullying ou de conteúdos cujo teor denunciem sugestões desafiadoras de automutilação, suicídio, pornografia, pedofilia e exploração sexual.

Em tempos de cancelamentos virtuais e de compartilhamentos de mensagens de ódio e *haters* (grifo nosso), resta-nos o entendimento de que a educação digital carece de discussões acerca da necessidade de legislações para regulação das empresas de mídias sociais, com presença de conselhos tutelares, pais, responsáveis, professores e gestores escolares pela busca da aprovação e execução de ações específicas que zelem pela segurança online de usuários.

No entanto, para além de todo cuidado que há se atentar sobre o conteúdo e o tempo que alunos de Educação Básica estejam vulneravelmente expostos e os seus impactos cognitivos e emocionais, faz-se mister o entendimento de que estamos fazendo referência, exclusivamente, aos alunos que, no mínimo, possuem um celular com acesso à internet. Nossa sociedade apresenta lacunas sensíveis de estudos quanto a desigualdade digital e seus desdobramentos em tantos outros enfrentamentos.

Não se vislumbrou nos estudos da Unesco e do Pisa considerações razoáveis acerca das circunstâncias em que se encontram os estudantes que não dispõem de material escolar (inclusive tecnológico, quer seja para uso em casa ou na escola) como dos demais contemplados nas suas apresentações e nas reverberações que as mesmas tiveram, positiva ou negativamente, relativas à gestão da educação pública. Estes alunos não foram contemplados não somente por estes estudos. Também não são contemplados cotidiana e reiteradamente em suas questões, em suas razões e em suas existências. A invisibilidade, o silenciamento e o apagamento coletivo e individual precisam gerar discussões do que se tem e do que se espera por Educação Digital.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Governo de SP bloqueia acesso ao TikTok, Instagram, apps e streamings sem fins educativos em escolas estaduais*. G1. 2024. a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/02/05/governo-de-sp-bloqueia-acesso-ao-tiktok-instagram-apps-e-streamings-sem-fins-educativos-em-escolas-estaduais-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. *Maior rede de ensino do país, a educação paulista conta com 315 mil servidores*. São Paulo. 2024b. Disponível em: <https://www.Educacao.sp.gov.br/servicos-professores>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. *O pedido de desculpas de Mark Zuckerberg a famílias de crianças prejudicadas por redes sociais*. 2024c. Disponível em: O pedido de desculpas de Mark Zuckerberg a famílias de crianças prejudicadas por redes sociais | Tecnologia | G1 (globo.com). Acesso em: 01 fev 2024.

CUNHA, Claudilene Maria da *et al.* *Entre atrações, brincadeiras e limite ao acesso: reflexões sobre as telas na primeira infância*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPE. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=acesso+as+telas&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=acesso+as+telas&btnG=). Acesso em: 05 fev 2024.

FRANÇA. *Relatório de monitoramento global da educação*. A tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem? UNESCO. 2023. Disponível em: Relatório de monitoramento global da educação, resumo, a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem? – UNESCO Digital Library. Acesso em: 02 fev. 2024.

LISBOA, Vinícius. *Prefeitura do Rio proíbe uso de celulares em sala de aula e no recreio*. 2024. Disponível em: Prefeitura do Rio proíbe uso de celulares em sala de aula e no recreio | Agência Brasil (ebc.com.br). Acesso em: 02 fev. 2024.

NAVARRO, Larissa Gabrielle Ramos; MALAVASI, Abigail. Implicações da exposição de alunos do ensino fundamental I às telas digitais na pandemia de covid-19 durante o ensino remoto. *Rev. Reflex*, v. 30, n. 3, p. 171-84, Santa Cruz do Sul, set. 2022. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-99492022000300171&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492022000300171&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 05 fev. 2024. Epub 19-Jun-2023. <https://doi.org/10.17058/rea.v30i3.17223>.

PIMENTEL, Carolina. *Uso excessivo de dispositivo digital afeta desempenho dos alunos*. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-12/pisa-uso-excessivo-de-dispositivo-digital-afeta-desempenho-de-alunos>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011. \_\_\_\_\_ . *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

## **DIÁLOGOS INTERTEXTUAIS COM O CORDEL**

*Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP-UERJ)*

[m.isaura27@gmail.com](mailto:m.isaura27@gmail.com)

*Aline Souza dos Santos (FFP-UERJ)*

[infalineuerj@gmail.com](mailto:infalineuerj@gmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho, inscrito no âmbito do projeto de extensão Leitura na CORDEL-TECA da FFP, propõe-se a apresentar uma reflexão sobre a literatura de cordel, pautada na noção de intertextualidade. Para tanto, são examinados filmes, samba-enredo, poema e música, que mantêm com o cordel diálogos intertextuais. São eles: os filmes “Auto da Compadecida” e “A Luneta do tempo”, dirigidos, respectivamente, por Guel Arraes (2000) e por Alceu Valença (2014); o samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, escola vencedora no carnaval de 2023; o poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira (2013), e a música “Pavão misterioso”, composta por Ednardo Soares (1974). No que diz respeito à fundamentação teórica, utilizam-se os pressupostos de Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes e Mônica Magalhães Cavalcante (2008), relativos ao conceito de intertextualidade, bem como conhecimentos específicos sobre a literatura de cordel, veiculados em renomadas obras que tratam do assunto. O estudo busca evidenciar como se realiza a interconexão textual, no processo de releitura dos folhetos de cordel, no que tange a questões sociais, a aspectos regionais e de identidade nacional e a características do gênero.

#### **Palavras-chave:**

Intertextualidade. Gênero textual. Literatura de cordel.

### **RESUMEN**

Este trabajo, incluido en el ámbito del proyecto de extensión Lectura en CORDEL-TECA del FFP, tiene como objetivo presentar una reflexión sobre la literatura cordeliana, a partir de la noción de intertextualidad. Para ello se examinan películas, samba-enredo, poemas y música, que mantienen diálogos intertextuales con el cordel. Se trata de: las películas “Auto da Compadecida” y “A Luneta do tempo”, dirigidas, respectivamente, por Guel Arraes (2000) y Alceu Valença (2014); el samba-enredo de Imperatriz Leopoldinense, escuela ganadora en el carnaval 2023; el poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira (2013), y la canción “Pavão misterioso”, compuesta por Ednardo Soares (1974). En cuanto a la fundamentación teórica, se utilizan los supuestos de Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes y Mônica Magalhães Cavalcante (2008), en relación con el concepto de intertextualidad, así como conocimientos específicos sobre la literatura cordel, transmitidos en obras reconocidas que abordan el tema, en el proceso de relectura. los folletos de cordel, en lo que respecta a cuestiones sociales, aspectos identitarios regionales y nacionales y características de género.

#### **Palabras clave:**

Intertextualidad. Gênero textual. Literatura de Cordel.

## 1. *Introdução*

O intuito desta pesquisa é examinar, comparativamente – filmes, samba-enredo, poema e música – produções que mantêm com o cordel diálogos intertextuais. Busca-se reconhecer proximidades e distanciamentos instaurados no diálogo entre as obras. Para isso, observamos aspectos sociais, identitários e temáticos, tendo em vista o processo de releitura efetuado. Durante o estudo, procuramos apontar, de forma sucinta, aquilo que é adaptado e mantido, além de indicar o arranjo intertextual que consolida a transformação de um texto em outro, bem como perceber as formas que orientam tais alterações e manutenções.

A abordagem de pesquisa escolhida, neste caso, é qualitativa, pois a metodologia empregada para estudar o tema envolve a análise de dados derivados do referencial teórico designado. Para esse exercício de investigação, na primeira parte, apresentamos alguns conceitos de intertextualidade, a fim de esclarecer o significado de termos que designam formas de diálogo. Na segunda parte, examinamos o diálogo de diversas expressões artísticas com o cordel, desde o cinema até a música. Para finalizar, temos as Considerações Finais.

## 2. *Intertextualidade*

O conceito de dialogismo bakhtiniano aborda a estreita relação entre um enunciado, de qualquer natureza, com o que fora dito anteriormente. Essa relação dialógica é concebida pela assimilação e reorganizada de acordo com o contexto, o destinatário e as intenções do falante. Seguindo os passos de Mikhail Bakhtin (1997), Julia Kristeva (1969), na década de 1960, propõe a extensão do conceito de dialogismo à intertextualidade, termo que se refere à complexa rede de relações entre os textos. A autora reconhece que todo texto é um complexo de influências, referências e citações de outros textos. Seus estudos ressaltam que a criação textual é um ato interativo, sendo cada texto construído em diálogo com textos anteriores. É a partir da seguinte colocação que a autora introduz a definição inicial de intertextualidade: “(...) cada texto é construído como um mosaico das citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 2005, p. 68).

Atuando dentro dessa perspectiva, a Linguística Textual incorpora o postulado de que todo discurso é fundamentalmente dialógico, pois representa uma manifestação atualizada de discursos já existentes. Diante do exposto, um folheto de cordel, que serve como fonte de inspiração, seja

para filmes, seja para músicas, entre outros gêneros textuais, ao ser recriado, revisitado, participa de um diálogo entre textos.

Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes e Mônica Magalhães Cavalcante (2008) apontam dois tipos de intertextualidade: a *stricto sensu* segundo a qual “(...) em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores (...)” (p. 17) e a *lato sensu*, que se refere aos diálogos construídos entre textos de gêneros discursivos distintos. (p. 85). A abordagem mais ampla da intertextualidade permite uma compreensão mais holística e dinâmica das relações entre os textos e ressalta a complexidade e a riqueza da comunicação textual.

Segundo as autoras, a intertextualidade *stricto sensu* possui diversas classificações. São elas: (1) “intertextualidade temática”, que pode ser identificada em textos científicos, jornalísticos ou em textos literários. Além de estar presente na relação entre um livro e sua adaptação para televisão ou cinema; (2) “intertextualidade estilística”, em que se estabelece uma conexão entre textos por meio da paródia ou da repetição de variações linguísticas. Nesse contexto, os elementos estilísticos de um texto são reproduzidos, imitados ou reinterpretados em um novo contexto textual, com o intuito de criar humor ou até mesmo efeitos críticos; (3) “intertextualidade explícita”, como o nome sugere, realiza-se quando a fonte do intertexto é diretamente mencionada, isto é, existe uma referência explícita a um texto anterior dentro do novo texto, quer por meio de citações literais, paráfrases, quer por outras formas de indicação direta da origem do intertexto; (4) “intertextualidade implícita” ocorre quando a fonte do intertexto não é explicitamente mencionada no texto principal. Devido a isso, o diálogo entre os textos não possui uma referência direta à origem do intertexto. Os elementos intertextuais apresentam-se por meio de alusões, referências veladas, temas recorrentes ou estilos linguísticos similares, tendo, como pré-requisito, a necessidade de inferências feitas pelo leitor, a fim de identificar as conexões entre os textos. (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 18-30). As releituras das histórias de folheto de cordel são muitas e se inserem em diferentes tipos de intertextualidade, pois existem diversas formas de adaptação e de reinterpretação, seja para filme, seja para samba-enredo e para outras produções artísticas. Neste trabalho, não pretendemos nos aprofundar em questões relativas à classificação do tipo de intertextualidade, o que se impõe, sobremaneira, à nossa consideração no momento, é o reconhecimento de como ocorrem alguns dos expedientes instauradores do diálogo entre as obras.

### 3. *Diálogos entre o cordel e diferentes produções artísticas*

“Auto da Compadecida” (1955), peça teatral de Ariano Suassuna, foi escrita tendo como inspiração o cordel. Posteriormente, no ano de 2001, a peça foi transformada no filme “O Auto da Compadecida” (2000), dirigido por Guel Arraes. Em sua elaboração, a obra de Suassuna reúne três folhetos, dois pertencentes ao cordelista Leandro Gomes de Barros, “O cavalo que defecava dinheiro” (1976) e “O dinheiro” ou “O testamento do cachorro” (1909) e um de autoria de Silvino Pirauá de Lima, “O castigo da soberba” (1953), como veremos mais detidamente adiante.

O cordel foi trazido pelos colonizadores para o Brasil e, no século XIX, adquiriu força no Nordeste, expandindo-se, depois, para inúmeras regiões brasileiras. Essa forma de produção literária, advinda da Europa, ganhou, em solo brasileiro, novas temáticas sociais e aspectos regionais ao longo do tempo. Hoje o cordel do Brasil é tido como uma expressão artística tipicamente nordestina.

A literatura de cordel brasileira surgiu de maneira tardia, porque antes da vinda da Corte Portuguesa, em 1808, era proibida a existência de prelos aqui no Brasil. A poesia popular oral ou manuscrita, que já existia desde os tempos de Agostinho Nunes da Costa, seus filhos Nicandro e Hugolino do Sabugi, Inácio da Catingueira e Romano da Mãe D’água, só viria a se servir dos tipos móveis quando o poeta Leandro Gomes de Barros mudou-se da Vila do Teixeira, na Paraíba, para Vitória de Santo Antão (PE), e passou a editar os primeiros folhetos nas tipografias de Recife. (VI-ANA, 2006, p. 10).

O cordel é um poema narrativo, cuja estrutura composicional envolve o uso de rimas, versos e estrofes. Dentre suas principais características está o caráter satírico, regional e social. Para confeccionar as capas dos folhetos, são feitas incisões em madeiras, a fim de construir uma espécie de carimbo, isso recebe o nome de técnica de xilogravura. Em face dessa estrutura, percebe-se que a adaptação do cordel para o audiovisual vai além da mudança de gênero textual e inclui também a não subordinação ao “texto-fonte”, como pontua Robert Stam (2006) ao referir-se à impossibilidade de fidelidade literal ao texto relido. Dessa forma, analisar uma adaptação não é apenas compará-la ao seu “original”, mas também entender como ela responde ao texto relido e dialoga com o contexto em que foi produzida. É a partir do postulado de Bakhtin, somado à contribuição de Kristeva, que se abandona a ideia de um texto original e exclusivo.

Inicialmente, com o intuito de ilustrar, de forma abreviada, como pode se dar a interação entre as duas obras (a “original” e a adaptada), focalizaremos alguns aspectos do processo de adaptação que dizem respeito tanto ao auto de Suassuna, quanto à versão fílmica de Arraes.

Na esfera dos folhetos humorísticos, Ariano Suassuna deparou-se com o personagem emblemático que moldaria sua dramaturgia, João Grilo, o qual, durante o seu processo de aculturação, adquiriu traços semelhantes aos de outro personagem astuto de herança ibérica, Pedro Malazarte. Esse mesmo João Grilo foi ressignificado na peça do poeta parai-bano.

Por sua vez, o folheto “O cavalo que defecava dinheiro” (1976), de Leandro Gomes de Barros, reaproveitado por Suassuna, é um poema narrativo que mostra como um homem astuto, no estilo de João Grilo, consegue ludibriar um duque invejoso, ao convencê-lo de que um cavalo é capaz de realizar o feito descrito no título. Tanto na peça, quanto na sua versão para o cinema, o cavalo foi substituído por um gato. Esse folheto apresenta questões como a ambição e as consequências inesperadas da busca pela facilidade de enriquecimento. Ao longo da narrativa, os personagens são confrontados com situações que testam seus valores e levam a pensar sobre o verdadeiro significado da riqueza e da felicidade.

O outro cordel de Leandro Gomes de Barros revisitado por Suassuna é “O dinheiro” ou “O testamento do cachorro” (1909). O poema narra, em versos rimados, uma história cômica sobre um cachorro que deixa um testamento inusitado antes de morrer, repartindo seus bens com os que conviviam com ele. O texto mistura elementos da cultura popular com críticas sociais. Na peça e, conseqüentemente, no filme, percebe-se, nitidamente, a influência desse cordel na cena em que o padre e o bispo recebem a incumbência de realizar o enterro do cachorro em latim, a fim de serem beneficiados com uma suposta herança.

Como foi dito, também serviu de inspiração a Suassuna o folheto “O castigo da soberba” (1953), de Silvino de Pirauá de Lima (alguns dizem ser de autoria desconhecida). Trata-se de uma narrativa poética enriquecida pela forte presença de referências medievais que permeiam a obra de Gil Vicente, uma outra fonte de Suassuna. Os personagens alegóricos enfatizam a influência da moralidade na vida das pessoas e na religião. Dentre os personagens arquetípicos extraídos do folheto supracitado, temos: Nossa Senhora desempenhando o papel de advogada, Jesus atuando como juiz e o Diabo, como acusador. Durante o tribunal celestial, João Grilo e seus companheiros são submetidos ao juízo divino. O Diabo tenta



incriminá-los, mas é confrontado pela intervenção da *Compadecida*, que os protege e intercede a favor deles. Jesus, então, livra as suas almas do inferno. Como se pode ver, diversos intertextos provenientes da literatura de cordel permeiam tanto o auto quanto a sua versão fílmica.

O filme “*A luneta do tempo*”, lançado em 2014, é um longa-metragem concebido e dirigido por Alceu Valença. Seu roteiro mescla elementos de romance e cangaço, incorporando músicos violeiros e artistas circenses. Utilizando uma narrativa inspirada na tradição do cordel e na improvisação poética, o filme põe em destaque a figura emblemática do cangaceiro brasileiro, Virgulino Lampião, o que confere à obra uma aura épica. Entretanto, na urdidura de sua trama não se destaca, especificamente, nenhum folheto de cordel como fonte de inspiração (diferentemente, do que ocorre em *Auto da Compadecida*) e sim, elementos temáticos e recursos composicionais inerentes a esse gênero textual e a sua formatação. Nesse sentido, alguns expedientes são utilizados, a saber: os diálogos são versificados, os personagens têm o cordel como profissão, episódios da vida de Lampião e Maria Bonita servem de argumento para a obra. Nesse cordel cinematográfico, utiliza-se uma variedade de formas poéticas ao longo do roteiro, incluindo as clássicas quadras e oitavas, que são tradição da cantoria.

No contexto da poesia de cordel, destaca-se o uso frequente da composição de estrofes de dez versos decassilábicos, com tônicas nas sílabas 3, 6 e 10 e esquema de rimas ABBAACDDC, além da presença essencial da sextilha. Ao longo do filme, observa-se a incorporação dos recursos poéticos do cordel e da cantoria, juntamente com o uso de instrumentos da cultura nordestina, os quais compõem o rico universo musical do diretor. Conclui-se que a intertextualidade com o cordel funcionou, mais uma vez, como fator de inspiração à sétima arte.

Leandro Vieira, carnavalesco da Imperatriz Leopoldinense, escola de samba campeã do Carnaval de 2023, utilizou dois folhetos de cordel como ponto referência temática para escrever o samba-enredo vencedor. São eles: “*A chegada de Lampião no Inferno*” e “*O grande debate de Lampião e São Pedro*”, ambos de autoria do cordelista José Pacheco. As duas narrativas se completam, visto que o cangaceiro não é bem recepcionado pelo diabo no inferno e nem pelo santo no céu. Com isso, sem juízo de valor, Vieira reescreve o destino de Lampião e o revela na Marquês de Sapucaí com o tema “*O aperreio do cabra que o excomungado tratou com má-querença e o Santíssimo não deu guarida*”, além de propagar o estilo do cordel por meio das fantasias, música, dança e literatura. Com o intuito

de ilustrar a interação entre as produções referidas, será fornecido, a seguir, um quadro comparativo contendo fragmentos das obras.

<p>Fragmento do cordel <i>A Chegada de Lampião no Inferno</i>, de José Pacheco</p> <p>Não senhor, Satanás disse Vá dizer que vá embora Só me chega gente ruim Eu ando muito caipora Eu já estou com vontade De botar mais da metade Dos quem tem aqui pra fora</p>	<p>Fragmento do cordel <i>O Grande Debate que Teve Lampião com São Pedro</i>, de José Pacheco</p> <p>Você não entra, atrevido! (São Pedro lhe disse assim) Ingresso a quem é ruim Nesta porta é proibido Não sabes que és bandido Roubador da vida humana Alma ferina e tirana Coração cruel e perverso Como queres o ingresso Nesta mansão soberana?"</p>	<p>Fragmento do samba-enredo Nos confins do submundo onde não existe inverno</p> <p>Bandoleiro sem estrada pe- diu abrigo eterno Atiçou o cão catraz, fez fur- dunço E Satanás expulsou ele do in- ferno O jagunço implorou um lu- gar no céu Toda santaria se fez de bedel Nem rogando a Padim Ciço ele teve salvação</p>
--	--	--

O folheto *Viagem a São Saruê* (1956), de Manoel Camilo dos Santos, apresenta, em seus versos, a história de um lugar perfeito e idealizado. Segundo a história, é um lugar, onde é possível viver desfrutando de simpatia, de amor e prazer. Além de ser o espaço ideal para se recitar poesia, como afirma o eu lírico.

O folheto possui dez páginas e é constituído por trinta e uma sextilhas e duas décimas, estrofes em décimas e com versos decassílabos. São 212 versos com esquema de rima BABABA. Nessa linha temática, Manuel Bandeira escreve um poema sobre o desejo de ir embora para Pasárgada, um espécie de paraíso perdido, onde não há problemas. Trata-se de um lugar perfeito para escapar do peso da realidade. Abaixo, está, por meio de fragmentos, a comparação entre as obras, a fim de indicar o diálogo intertextual.

<p>Fragmento do cordel <i>Viagem a São Saruê</i>, de Manoel Camilo dos Santos</p> <p>Lá não se vê mulher feia e toda moça é formosa bem educada e decente bem trajada e amistosa é qual um jardim de fadas repleto de cravo e rosa. [...] É um lugar magnífico onde eu passei muitos dias bem satisfeito e gozando prazer, saúde, alegrias todo esse tempo ocupei-me em recitar poesias. Lá existe tudo quanto é beleza</p>	<p>Fragmento do poema "Vou-me embora pra Pasárgada", de Manuel Bandeira</p> <p>Vou-me embora pra Pasárgada Lá sou amigo do rei Lá tenho a mulher que eu quero Na cama que escolherei Vou-me embora pra Pasárgada</p> <p>Vou-me embora pra Pasárgada Aqui eu não sou feliz Lá a existência é uma aventura De tal modo inconsequente Que Joana a Louca de Espanha Rainha e falsa demente Vem a ser contraparente Da nora que nunca tive</p>
---	---

<p>tudo quanto é bom, belo bonito parece um lugar santo e bendito ou um jardim da divina Natureza: imita muito bem pela grandeza a terra da antiga promessa para onde Moisés e Aarão conduziam o povo de Israel, onde dizem que corriam leite e mel e caía manjar do céu no chão.</p>	<p>E como farei ginástica Andarei de bicicleta Montarei em burro brabo Subirei no pau-de-sebo Tomarei banhos de mar! E quando estiver cansado Deito na beira do rio Mando chamar a mãe - d'água Pra me contar as histórias Que no tempo de eu menino Rosa vinha me conta</p>
---	--

Tanto o folheto “Viagem a São Saruê” (1956) quanto o poema “Vou-me Embora pra Pasárgada” (2013) descrevem um paraíso, onde é possível encontrar felicidade e realização. Ambas as obras aludem a uma fuga da realidade cotidiana em direção a um local imaginário e utópico. No primeiro, o protagonista viaja em busca de São Saruê, um lugar mítico, onde a vida é melhor e mais prazerosa. Já no poema "Vou-me Embora pra Pasárgada", o eu lírico expressa a sua vontade de fugir para Pasárgada, uma terra idealizada onde ele espera encontrar liberdade, diversão e realizar seus desejos. Os dois poemas refletem a aspiração humana por um refúgio, um lugar ideal, onde possa viver plenamente e sem restrições.

A música “Pavão Misterioso” (1974), de Ednardo Soares e o folheto “O romance do Pavão Misterioso” (2011), produção de José Camelo de Melo Rezende estão interligados por meio da história folclórica do personagem lendário, o pavão misterioso. Na produção musical, prevalecem a exaltação à beleza do pássaro e o tom misterioso que circunda esse símbolo arquetípico de animal alado. O pavão misterioso é enaltecido, na canção, como sendo um representante fascinante da liberdade. Essa metáfora se configura em forma da denúncia contra a ditadura militar no Brasil. Por outro lado, no folheto, a ave desempenha um papel central nas ações do protagonista.

Ela o auxilia no resgate da princesa e o ajuda a conquistá-la como esposa. Determinado, o jovem decide sequestrar a donzela a qualquer custo, visto que está presa na torre do palácio. A trama é permeada por momentos de heroísmo, culminando no emocionante escape dos amantes. Conclui-se que as duas obras contribuem para a preservação e difusão da folclórica figura do pavão misterioso, símbolo, na cultura nordestina, de ousadia e liberdade. Nesse caso, a intertextualidade temática contribui para manter viva a lenda e os elementos culturais relacionados ao pavão misterioso, que é uma figura icônica dentro do imaginário popular da região nordeste. De modo geral, os diálogos intertextuais com o cordel auxiliam na promoção da sua valorização e continuidade.

#### 4. Considerações finais

A reinterpretação, a partir do processo de intertextualidade, serve como meio de promoção do conhecimento da literatura de cordel. Este gênero é uma potente fonte de inspiração, pois aborda fatos do cotidiano, aspectos regionais e da identidade nacional e características sociais, muitas vezes, comuns aos seus leitores.

A partir das reflexões realizadas, foi possível identificar semelhanças e diferenças entre os folhetos e suas adaptações audiovisuais e poéticas. Observou-se que, no contexto intertextual estabelecido pela adaptação, as reinterpretações foram inseridas em moldes e valores regionais e, no processo de transposição de um gênero para outro, o conteúdo temático geral do texto(s) primeiro(s) (com exceção do filme “A luneta do tempo”) permaneceu (permaneceram) no texto novo, ainda que de forma atualizada.

Em suma, a análise da intertextualidade revela-se importante para a compreensão das relações entre textos literários, culturais e sociais. Com o ato de identificação das influências entre diferentes gêneros e obras, é possível aumentar o conhecimento de mundo e enriquecer a compreensão sobre arquétipos e significados que formam nossa cultura. Ademais, a intertextualidade permite que reflexões sobre autoria, originalidade e interpretação sejam realizadas, desafiando-nos a investigar os fundamentos da criação artística. Diante disso, ao examinarmos os caminhos que circundam o processo de referenciação e citações que conectam os textos, ampliamos o nosso senso crítico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAES, Guel. *O Auto da Compadecida*. São Paulo: Globo Filmes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BANDEIRA, Manuel. *Vou-me Embora pra Pasárgada*. Libertinagem. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BARROS, Leandro Gomes de. *O Dinheiro ou o Testamento do Cachorro*. Folheto de cordel. Recife: [s.n], 1909.
- \_\_\_\_\_. *O Cavalo que Defecava Dinheiro*. Folheto de cordel. Fortaleza: [s.n], 1976.

EDNARDO, Soares. *Pavão Misterioso*. No álbum “Pessoal do Ceará”, Estúdio A da RCA, São Paulo, 1974.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Ana Cristina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Trad. de Lúcia Helena França Ferraz. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA, Silvino Pirauá de. *O Castigo da Soberba*. Folheto de cordel. [s.n], 1953.

PACHECO, José. *A hegada de Lampião no Inferno*. Folheto de Cordel. [s.n], 1954.

\_\_\_\_\_. *O grande debate de Lampião e São Pedro*. Folheto de Cordel. Mossoró-RN, Coleção de Cordel, 2005.

RESENDE, J. C. M. *O romance do Pavão Misterioso*. Fortaleza: ABC-Academia Brasileira de Cordel; Tupinanquim, 2011.

SANTOS, Manoel Camilo dos. *Viagem a São Saruê*. Campina Grande: [s.n], 1956.

STAM, Robert. *Teoria e Prática da Adaptação: da fidelidade à intertextualidade*. Ilha do Desterro, n. 51 p. 19-53, Florianópolis, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://periodico.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/File/2175.../9004>.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 34. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

VIANA, Arievaldo Lima. *Acorda Cordel na sala de aula*. Fortaleza: Tupynanquim Editora Queima Bucha, 2006.

#### Outra fonte:

*A Luneta do Tempo*. Direção: Alceu Valença. Produção de Yanê Montenegro, Jaime A. Schwartz. Brasil: Distribuição própria, 2014. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=bReHiHx0aFA>]

**EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO  
CAPÍTULO “ABANDONO”, DO ROMANCE “O ALAMBIQUE”**

*Manoel Oliveira de Jesus* (UEFS)<sup>11</sup>

[mannoel.oliveira@hotmail.com](mailto:mannoel.oliveira@hotmail.com)

*Patrício Nunes Barreiros* (UEFS)<sup>12</sup>

[patricio@uefs.br](mailto:patricio@uefs.br)

**RESUMO**

Estamos apresentando a edição filológica do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim. Esse romance, publicado na década de 1930, tematiza a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, na primeira metade do século XX. Este trabalho está correlacionado à pesquisa de doutoramento intitulada *O vocabulário de Clóvis Amorim*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais, Filologia e Acervos de Escritores, coordenado pelo Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros. A pesquisa está sendo desenvolvida com vistas a trazer à tona a representação histórica, cultural e sociolinguística do Recôncavo Baiano, constante nas obras de Clóvis Amorim. No plano da edição, o trabalho está lastreado especialmente nos pressupostos teóricos da Crítica Textual (CAMBRAIA, 2005; SPINA, 1994), sob uma perspectiva de abordagem em torno da filologia pragmática, histórica e social, dando ênfase à sociologia do texto e ao papel do editor-leitor-autor – o filólogo, à luz de teóricos como McKenzie (2018) e Barreiros P. (2017). O processo metodológico está pautado nos critérios de edição empregados por Barreiros (2018), dando destaque aos escritores não vistos como canônicos.

**Palavras-chave:**

Clóvis Amorim. Crítica Textual. Edição filológica.

**ABSTRACT**

We are presenting the philological edition of the chapter “Abandono”, from the novel “O Alambique”, written by the writer Clóvis Amorim. This novel, published in the 1930s, focuses on sugarcane culture in Bahian Recôncavo, in the first half of the 20<sup>th</sup> century. This work is correlated to the doctoral research entitled *O vocabulário de Clóvis Amorim*, developed within the scope of the Postgraduate Program in Linguistic Studies, at the State University of Feira de Santana, linked to the Center for Interdisciplinary Studies in Humanities Digital, Philology and Writers' Collections, coordinated by Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros. The research is being developed with a view to bringing to light the historical, cultural and sociolinguistic representation of the Bahian Recôncavo, constant in the works of Clóvis Amorim. In terms of editing, the work is based especially on the theoretical assumptions of Textual Criticism (CAMBRAIA, 2005;

---

<sup>11</sup> Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fomento (CNPq).

<sup>12</sup> Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fomento (PQ-2).

SPINA, 1994), from an approach perspective around pragmatic philology, historical and social philology, emphasizing the sociology of the text and to the role of the editor-reader-author – the philologist, in the light of theorists such as McKenzie (2018) and Barreiros (2017). The methodological process is based on the editing criteria used by Barreiros (2018), highlighting writers not seen as canonical.

**Keywords:**

Clóvis Amorim. Philological edition. Textual Criticism.

## ***1. Introdução***

O presente artigo está pautado na edição parcial do romance “O Alambique”, do escritor Clóvis Amorim, publicado no ano de 1934. O romance tematiza a cultura da cana-de-açúcar e da produção de aguardente no Recôncavo Baiano, na primeira metade do século XX e exibe uma verdadeira representação do cotidiano das fazendas da região de Santo Amaro-BA e da atual cidade de Amélia Rodrigues-BA. A edição foi realizada com vistas a trazer à tona a representação histórica, cultural e sociolinguística do Recôncavo Baiano, existente na referida obra.

O texto está lastreado nos pressupostos teóricos da Crítica Textual, assentado nos critérios empregados pela equipe de pesquisadores que estuda e edita as obras de Eulálio Motta, sob uma perspectiva de abordagem da filologia pragmática, histórica e social, dando ênfase à sociologia do texto e ao papel do filólogo-editor-autor, à luz de McKenzie (2018) e Barreiros P. (2014; 2017). Trata-se de um artigo ligado à Pesquisa de Doutorado intitulada *O vocabulário de Clóvis Amorim*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. A pesquisa comporta-se dentro da área de concentração *Linguagem e Sociedade*, vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais, Filologia e Acervos de Escritores, da UEFS, coordenado pelo Prof. Dr. Patrício Barreiros.

Para a realização deste trabalho, buscou-se dar visibilidade ao texto editado, explorando o seu contexto de produção e circulação, numa proposta de reposicionar a obra do escritor Clóvis Amorim na cena literária e histórica que, de certa forma, ficou à margem dos estudos literários no Brasil. A proposta metodológica deste artigo pautou-se, mais especificamente, nos métodos da Crítica Textual empregados por Barreiros L. (2012; 2017) e Barreiros P. (2013; 2018). Nessa perspectiva, os textos foram selecionados, depois digitalizados, compilados e, posteriormente, convertidos para o formato PDF.

No contexto da edição filológica, vale destacar que os acervos de escritores figuram como genuínas fontes de memórias, que contribuem significativamente para preservar e difundir a história de um povo. Nesse panorama, as práticas editoriais no contexto dos trabalhos filológicos têm cada vez mais explorado o universo dos acervos de escritores. Desse modo, um dos trabalhos do editor, todos críticos em sua essência, é examinar as relações contextuais entre os textos que compõem tais acervos, a fim de possibilitar, ao leitor, sua compreensão ampla, através do conhecimento acerca dos contextos de circulação, recepção e apropriação desse texto.

Quando se trata de uma prática editorial no âmbito dos acervos de escritores, por exemplo, faz-se imprescindível pensar que esse arquivo documental não apenas remete à imagem, lembrança e memória do escritor, mas também reflete sua(s) identidade(s) e de uma dada comunidade. A edição de textos de escritores, a exemplo dos textos de Clóvis Amorim, requer do filólogo uma ação para além dos limites visuais do texto, fazendo-se necessário um olhar que transcende os sentidos explícitos nas linhas do texto.

## **2. *Filologia e Crítica Textual***

De acordo com Cambraia (2005, p. 294), “a crítica textual é um campo do conhecimento com nítida afinidade à filologia (ambas têm o texto como objeto de estudo), embora o objetivo daquela (restituir a forma genuína de um texto) seja mais restrito do que o desta (explorar um texto de forma global)”. Ele destaca que Filologia é um termo técnico longo, que remonta à Grécia antiga e, em virtude do desenvolvimento dos estudos linguísticos, ao longo dos séculos, o termo tornou-se polissêmico.

O termo Filologia sempre esteve vinculado à língua e, nesse aspecto, Cambraia (2005) defende o emprego do referido termo para designar o estudo global de um texto, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto, sejam eles linguísticos, literários, crítico-textuais, históricos, sociológicos, dentre outros. Nesse viés, o trabalho filológico desenvolvido em torno das obras do escritor Clóvis Amorim configura-se como de enorme relevância para o aprofundamento do estudo textual aqui pretendido, buscando abarcar principalmente seus aspectos históricos, sociais e culturais. Não existe método específico e único para o exercício da filologia, de modo que cada um dos aspectos a serem explorados no trabalho filológico faz juz à eleição ou escolha da teoria e do



método que melhor atenda às suas especificidades. Logo, o crítico textual, o filólogo-editor-autor, no exercício da edição filológica, pode ocupar-se de um mesmo texto de forma ampla e autônoma.

A Filologia é uma ciência histórica que trabalha com documentos que têm como processo a crítica e possibilita o estudo da língua em sua amplitude, no tempo e no espaço, ocupando-se do processo histórico dos textos em seus processos de produção e transmissão. Desse modo, a Filologia contribuiu significativamente para o estudo aqui proposto, a partir da exploração das obras do escritor Clóvis Amorim, especialmente em suas dimensões social e histórica. Nessa conjuntura, Spina (1994) argumenta que História é a disciplina que mantém maior diálogo com a Filologia. Corroborando, Barreiros P. (2017) acrescenta:

Diversas áreas de conhecimento dialogam com a filologia, mas a história é indispensável ao seu exercício, pois toda escrita está inserida num passado (longínquo ou imediato). O ato da escrita é gerido pela lógica do passado, escreve-se porque existe uma continuidade temporal que justifica a necessidade do texto para comunicar algo numa possível ausência. Como disciplina histórica, cabe à filologia compreender a escrita num determinado tempo e isso, naturalmente, implica em conhecer as práticas de produção, circulação e usos dos textos. (BARREIROS P., 2017, p. 402)

Para Morais (1789 *apud* CASTRO, 1995, p. 603), o termo “Philologia” era definido como a “Arte, que trata da inteligência e interpretação crítica gramatical, ou Rhetorica, dos autores, das antiguidades, histórias, etc.”. Segundo Castro (1995), no século XVIII a Filologia era tratada como a arte que, conjuntamente, se ocupava dos sentidos, da língua e do estilo dos autores clássicos e também da literatura antiga em geral, através dos seus textos escritos. Ainda segundo o autor, duzentos anos mais tarde a definição ainda continuava, praticamente, a mesma, com enfoque disciplinar historicista, mantendo associados os estudos de uma língua e da literatura nela produzida.

O termo Ecdótica ou Edótica, frequentemente utilizado quando se pensa na hermenêutica e exegese textual, é, por vezes, empregado como sinônimo de Crítica Textual. Conforme Cambraia (2005), quando um crítico textual restitui a forma genuína de um texto e o material produzido nesse processo é organizado de forma coerente e consistente para posterior e oportuna divulgação ao público leitor, os procedimentos técnicos utilizados para realizar essa divulgação, normalmente realizados pelo próprio crítico textual, estão no domínio da Ecdótica, razão pela qual os termos Crítica Textual e Ecdótica entram em sinonímia, por exemplo.

Segundo Spina (1995) a Edótica pode ser periodizada em quatro momentos: uma *Edótica clássica*, que se aplica aos códices de textos clássicos gregos e latinos, até o fim do período helenístico e da latinidade; uma *Edótica medieval*, para os códices pertencentes à Alta e Baixa Idade Média; uma *Edótica moderna*, para o texto impresso, desde os primeiros incunábulo até os textos do século XIX e uma *Edótica contemporânea*, que contempla a realidade dos dias atuais. A edição de texto é competência da Crítica Textual e ocorre através de determinados modelos. No contexto das edições baseadas na forma de estabelecimento do texto, existem duas grandes classes consagradas: as monotestemunhais e as politestemunhais (CAMBRAIA, 2005). As edições monotestemunhais dividem-se em quatro tipos, a saber: fac-similada, diplomática, semidiplomática e interpretativa.

A edição fac-similada ocorre através de processo fotográfico ou equivalente, sem retoques, com grau zero de mediação por parte do crítico textual. A edição diplomática reproduz em transcrição bastante conservadora, mas em composição tipográfica moderna, o texto tal como ele se encontra em determinado suporte, com baixo grau de mediação, preservando todos os elementos presentes no texto, tais como sinais abreviativos e de pontuação, paragrafação, separação vocabular, dentre outros. A edição semidiplomática ocorre com um grau médio de mediação por parte do crítico textual. Nesse tipo de edição, o texto passa por modificações em seu processo de reprodução, a fim de torná-lo mais compreensível a um público não especializado em decodificar certas características do texto original, tais como os sinais abreviativos.

A edição interpretativa é a que admite o “grau máximo de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 97), por parte do crítico textual, permitindo que o texto passe por um forte processo de uniformização gráfica, além de intervenções que exprimem o texto do que seria sua forma genuína. Nesse tipo de edição, assim como na semidiplomática, é cabível o desenvolvimento de conjecturas. Desse modo, a edição interpretativa possibilita a apresentação de um texto mais apurado e acessível a um público amplo, visto que os elementos estranhos à presumível forma genuína do texto aparecem claramente assinalados.

Já as edições politestemunhais são divididas em dois tipos: a crítica e a genética. A edição crítica caracteriza-se pelo confronto de mais de um testemunho, geralmente apócrifos, no processo de estabelecimento do texto, com o objetivo de reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado e ocorre através de dois componentes. Um deles oferece a

transcrição, conservadora ou normalizada, de um texto, a qual pode combinar lições de dois ou mais suportes e pode ainda incorporar emendas conjecturadas pelo editor – texto crítico. O outro, em separado, apresenta os grupos de variantes dentro dos quais o editor escolheu as formas que fixou no texto - aparato crítico. A edição genética, por sua vez, assim como a edição crítica, ocorre através da comparação de mais de um testemunho, porém, geralmente autógrafos e/ou idiógrafos, com o objetivo de registrar as diferenças entre a forma preliminar que um texto apresenta e a forma final dada pelo seu autor.

Nesse contexto, é notável a extrema importância do filólogo, o crítico textual, o filólogo-editor-autor, para o estabelecimento do texto, e a suma importância do seu papel nesse processo filológico-crítico-editorial. Para Marquilhas (2010), o trabalho do crítico textual sempre foi, desde o século XIX, o de resgatar a memória do texto original, graças a um paciente trabalho de comparação e reconstrução, chegando a um texto cuja forma alcançava o estado mais próximo de sua origem. Nesse viés, a execução deste trabalho envolve uma série de atividades, por vezes extremamente complexas e que requerem apurado conhecimento da língua, de sua história e também da tradição literária de uma dada época, mais especificamente a década de 1930, período em que as obras de Clóvis Amorim começaram a figurar no cenário da literatura, a partir de sua publicação.

Nesse horizonte, Barreiros P. (2017) pondera que a escrita tem uma força de ação criadora e, como “língua fabricada”, reflete a sociedade de onde ela nasce, bem como representa os sujeitos, suas identidades, sua cultura, ou seja, reflete a imagem do homem e da sociedade. Assim procede a escrita de Clóvis Amorim, pois as narrativas de suas obras suscitam um retrato do dia a dia das fazendas da região de Santo Amaro - BA, bem como refletem, nas falas dos personagens, a linguagem do povo do Recôncavo Baiano. Nessa perspectiva, nota-se que todos os aspectos das sociedades modernas sofrem, direta ou indiretamente, alguma interferência da escrita. Desse modo, é cabível afirmar que a escrita viabiliza o registro do cotidiano, assim como propicia o desenvolvimento de práticas sociais, as quais são, essencialmente, um dos pilares das sociedades desenvolvidas.

Por isso, não dá para dissociar texto e dimensões histórica e social, ou seja, não dá para manipular um texto sem levar em consideração toda sua historicidade e suas condições de produção, circulação e apropriação. Nesse sentido, ressalta-se aqui o pano de fundo histórico e social da obra “O Alambique”, marcado pelo debate da questão social, em meio à cultura da cana-de-açúcar e as explorações humanas diversas em torno do seu

cultivo, da sua colheita e da produção de aguardente. Assim, toda abordagem e manipulação em torno do texto, seja ele manuscrito ou impresso, requer a compreensão dos seus significados e de suas condições histórica, social e também material. Nessa perspectiva, Barreiros P. (2017) pondera:

Nesse sentido, o texto escrito exige uma interpretação histórica desde o primeiro momento de sua existência porque ele é testemunho da experiência humana, forjado no cotidiano e se relaciona com práticas sociais peculiares de sujeitos historicamente constituídos. Esses sujeitos, por sua vez, também se inventam a partir das relações estabelecidas com os textos, entendidos como práticas escriturísticas. Essa é uma questão deveras complexa e diz respeito a todas as disciplinas que adotam o texto escrito como objeto de estudo. (BARREIROS P., 2017, p. 391)

Barreiros P. (2017) ainda considera que foi através da escrita que se constituiu a ideia ou noção de homem histórico. Dessa maneira, ela tornou-se um dos fenômenos mais importantes da humanidade, no contexto de sua evolução cultural e como sociedade, e para o processo de civilização humana. Nesse panorama, a escrita apresenta sua face social, onde suas práticas ecoam as identidades, as culturas, as histórias dos sujeitos na sociedade. Fala-se, aqui, da Sociologia do Texto, crucial para o processo de inovação e exploração das potencialidades do texto, a partir de sua concepção com um construto histórico, social, cultural e linguístico. Ela busca extrair sentido de como os textos “ganham vida” na sociedade, à luz da história das práticas de escrita e de leitura de tal sociedade.

Em “O Alambique”, por exemplo, que na década de 1930 trazia à tona a realidade política e social da época, vê-se que, nesse sentido, o texto está essencialmente submerso no contexto das denúncias das mazelas e da vida quase desumana encaradas por parte da sociedade brasileira daquela época, especialmente pelos povos africanos escravizados.

A Sociologia do Texto busca dar conta de uma análise mais profunda do texto, como um produto social, levando em consideração o contexto cultural, político e social em que o texto foi produzido. Segundo McKenzie (2018), a principal relação entre a Sociologia do Texto e a Crítica Textual é que ambas se dedicam ao estudo e análise dos textos, a despeito de suas diferenças quanto às abordagens. A Sociologia do Texto, pois, toma o texto como um construto material de signos sociais, que responde a aspectos históricos e culturais. Já a Crítica Textual concentra-se na análise das versões e variantes de um texto ao longo do tempo, buscando estabelecer o texto original e sua autenticidade.

Nesse contexto, o crítico textual, na manipulação do texto, seja ele manuscrito ou impresso, cópia ou original, toma-o como testemunho

histórico capaz de lançar luz ao entendimento de como ele foi escrito, disseminado e utilizado. A obra “O Alambique”, por exemplo, foi escrita e editada num período de reafirmação dos valores culturais da época, pensado, escrito e publicado numa perspectiva de apresentar uma realidade nacional, de maneira “nua e crua”.

De acordo com Barreiros (2014), as práticas escriturísticas apresentam diferentes significados, em cada tempo e em cada lugar. Desse modo, o crítico textual ampara-se em todas as informações extralinguísticas e paratextuais, bem como nos documentos que, de alguma forma, apresentam alguma relação com o texto, a fim de que seu trabalho alcance o resultado mais completo, autêntico e fidedigno possível. Assim, o filólogo-editor-autor compreende que:

Os erros de impressores, as várias edições e testemunhos, as notas marginais e demais marcas de cada “encarnação” do texto têm uma história que interessa conhecer, principalmente porque revelam o modo como os sujeitos de um determinado tempo se relacionaram com os textos e imprimiram suas marcas neles [pois] os significados dos textos não estão apenas nos aspectos alfanuméricos que os transmitem, mas também nos suportes, nas formas materiais que garantem a sua existência, nas relações que mantêm com os seus diferentes testemunhos e nos usos que se fizeram deles ao longo do tempo. (BARREIROS P., 2017, p. 405, 407)

Ainda conforme o autor, ao adotar uma postura crítica diante do texto, o filólogo compreende sua materialidade, o modo como ele foi lido e também as condições políticas e culturais que permitiram com que esse texto chegasse ao leitor final. Assim, os “operários do texto”, conforme Barreiros P. (2017, p. 408) “decidem desde o tipo de letra, a disposição do texto na página, o tipo de papel, a encadernação, a capa e tomam decisões sobre palavras e trechos”.

Esses operários são editores e também autores, especialmente no contexto das Humanidades Digitais, das hiperedições, das tecnologias de produção e difusão do texto, das edições digitais. Para isso, o filólogo faz uso dos seus conhecimentos sobre o texto, amparado em todos os elementos dispostos no próprio texto, ou extratextuais, e em seus suportes, físicos ou digitais. Nessa perspectiva, Barreiros pontua:

A depender do contexto, a escrita digital converte-se numa mídia a que, além dos elementos da cultura impressa, agregam-se som e movimento e, quando disponibilizada na internet, ganha conotações culturais bastante amplas, sendo necessário expandir a noção de texto, editoração, autoria e acesso à informação. (BARREIROS, 2014, p. 38)

As edições digitais, sobretudo as hiperedições, exigem enorme atenção e rigor do filólogo-editor-autor, considerando todo o trabalho que

envolve o processo que resultará na estrutura final do texto, seja na tela de um computador, celular ou tablet. Desse modo, o editor “cria menus, ícones e o layout, aplica técnicas de design gráfico, ou seja, determina como tudo irá funcionar, desde a aparência às funções mais simples” (BARREIROS, 2014, p. 48). Nesse plano, é o filólogo-editor-autor quem toma as decisões acerca da aparência dos textos e é quem define quais códigos bibliográficos devem ser preservados. É ele quem deve assumir a autoria da editoração, direcionando e hierarquizando as informações, a partir do seu conhecimento sobre o texto e suas relações de valor linguístico, histórico, social e cultural.

Dentro dessa realidade digital, o filólogo-editor-autor consegue realizar todo o trabalho de edição, desde o labor filológico primordial até a entrega do texto final, ou seja, ele passa a ser o editor em todos os aspectos. Todavia, “editar textos que foram produzidos e lidos no contexto da cultura impressa exige perícia filológica e profundas reflexões acerca do modo de produção, circulação e recepção desses textos...” (Barreiros, 2014, p. 34). Ainda segundo o autor, o meio digital estabelece uma nova forma de pensar o trabalho do editor, trazendo à tona um novo paradigma editorial que pode ser considerado como uma nova “idade de ouro” da Crítica Textual. Nesse sentido, a Crítica Textual ganha espaço no campo da interpretação, buscando compreender e estabelecer o texto em seus aspectos social, histórico e cultural.

### **3. Edição filológica do capítulo *Abandono***

Nesta seção, apresenta-se a edição fac-similar e a edição semiplomática do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim. Trata-se de um trabalho filológico que visa à reprodução de um texto impresso, componente de uma obra da década de 1930. A edição está disposta conforme as páginas do documento e a transcrição segue o mesmo viés. O fac-símile foi produzido com vistas a disponibilizar, ao público, uma representação fiel dos aspectos da materialidade do texto. A transcrição foi realizada com baixo grau de intervenção em alguns aspectos do texto, buscando manter sua identidade e fidedignidade.

Além da reprodução e transcrição do texto, a edição explora outros elementos ligados a ele, tais como o contexto de sua produção, circulação, recepção e disseminação. O trabalho filológico e editorial com acervos de escritores possibilita o conhecimento mais aprofundado acerca de suas

histórias e realidades pessoais, suas vidas, comunidades, culturas e seus contextos sociais. Também, abre caminho para discussões e reflexões acerca da historicidade e materialidade do texto e considerações importantes sobre a escrita. Para isso, faz-se necessário conhecer os contextos de produção e difusão do texto, nos mais diversos aspectos: históricos, sociais, culturais e econômicos, por exemplo.

A edição aqui utilizada seguiu os critérios filológicos utilizados pela equipe de pesquisadores que estuda e edita as obras de Eulálio Motta, buscando preservar os principais aspectos linguísticos do documento e dos elementos necessários à compreensão do texto. A transcrição considerou a escrita do texto, em seus aspectos de materialidade e contexto, além de outros elementos que constituem parte da sócio-história do texto.

### ***3.1. Contexto sócio-histórico da obra***

*Abandono* é um dos primeiros capítulos do romance que é considerado o de maior sucesso do escritor Clóvis Amorim: “O Alambique”. Ambientado na região do Recôncavo Baiano, esse capítulo está situado no início da narrativa literária do romance que retrata parte da história da primeira metade do século XX. A obra teve sua 1ª edição publicada no ano de 1934 e a 2ª edição no ano de 1980, tendo como pano de fundo a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, marcada pelo cultivo da cana e pela produção de aguardente. Trata-se de uma obra que é uma verdadeira representação do cotidiano das fazendas da região de Santo Amaro - BA e Amélia Rodrigues - BA.

Clóvis Amorim foi um escritor ameliense que começou a figurar no cenário da literatura baiana a partir da década de 1930, com a publicação de suas obras de maior sucesso: “O Alambique” e “Chão de Massapé”. Natural do município de Amélia Rodrigues-BA (antigo distrito de Lapa, pertencente ao município de Santo Amaro da Purificação-BA), Clóvis Amorim é um legítimo representante da literatura local e também nacional.

Em “O Alambique”, Clóvis Amorim rompeu com os cânones da literatura vigente, especialmente no que dizia respeito à linguagem e à estrutura da escrita. Clóvis Amorim extraiu, na fala do povo, o material e a mão-de-obra necessários à estrutura narrativa de suas obras. Esse romance foi um verdadeiro divisor de águas entre o realismo naturalista e o realismo crítico, onde suas narrativas deram ao seu autor a fama de acusador público, levando ao debate questões de ordem social e denunciando o que

havia de falso e desumano em sua comunidade local e na sociedade brasileira, da época, como um todo.

Retratando uma realidade política e social, mas sem compromisso de natureza política ou doutrinária, a obra impunha uma tomada de consciência ante uma realidade carente não só de ser mostrada, mas, sobretudo, de ser denunciada. Nesse panorama, o capítulo *Abandono* apresenta parte da contextualização inicial da narrativa que expunha as condições sub-humanas em que viviam os trabalhadores dos canaviais, dos engenhos, dos alambiques e das usinas do Recôncavo Baiano nas décadas de 1920 e 1930.

### **3.2. Critérios adotados na edição**

A edição semidiplomática foi realizada à luz dos seguintes critérios:

1. Os fac-símiles constam à esquerda e as transcrições à direita;
2. As linhas das transcrições estão numeradas de 5 em 5;
3. Os números das páginas constam à margem direita superior;
4. Os textos apresentam-se em fonte Times New Roman padrão Word, de tamanho 11, justificados à margem esquerda;
5. Os títulos estão transcritos como se encontra no original;
6. Estão mantidos os lapsos do autor, as interpolações, a ortografia, a acentuação, o uso de maiúsculas, a pontuação e registram-se todas as correções e acréscimos, através da utilização de símbolos;
7. A grafia dos nomes próprios está apresentada como consta no original.

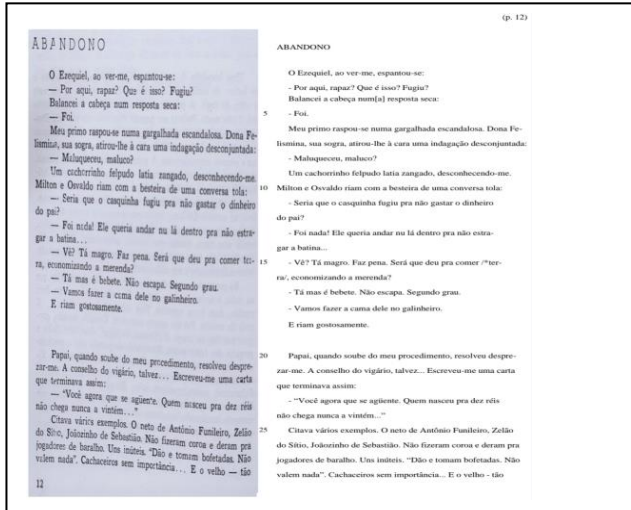
Os símbolos utilizados foram os seguintes:

1. [ ] Acréscimo no curso da linha;
2. / \* / Leitura conjecturada.



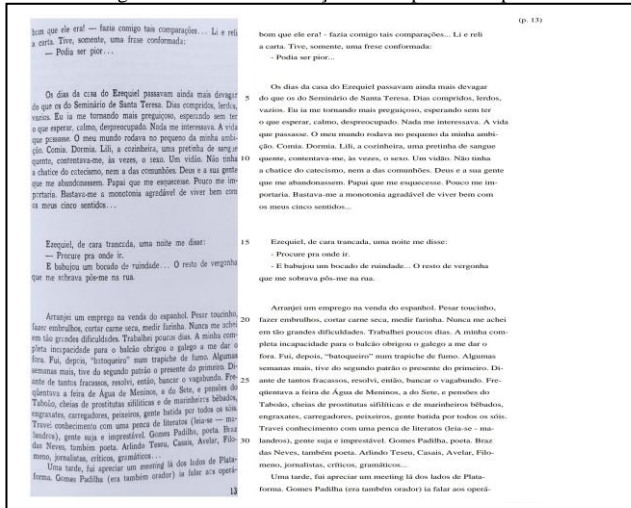
3.3. As edições fac-símile e semidiplomática do capítulo *Abandono*

Figura 1: Fac-símile e edição semidiplomática p. 12.



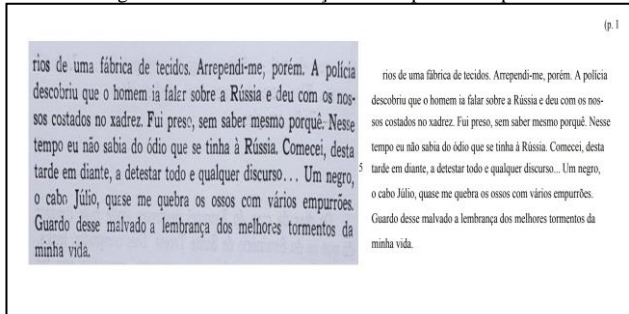
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2: Fac-símile e edição semidiplomática p. 13.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 3: Fac-símile e edição semidiplomática p. 14.



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4. Considerações finais

A edição do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim, abriu espaço para uma breve, mas importante, discussão em torno da Filologia, em termos mais pragmático, histórico e social, com ênfase na sociologia do texto, na importância do trabalho filológico e no papel do filólogo-editor-autor. A edição, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da Crítica Textual, apresenta um verdadeiro recorte da identidade sociolinguística do Recôncavo Baiano, representada pela escrita de Clóvis Amorim, através de sua obra literária.

Uma das atividades que competem ao filólogo é possibilitar, ao público interessado, o acesso a documentos que dificilmente estariam à sua disposição, pelas mais diversas razões. A edição realizada neste trabalho acadêmico, alcançou uma de suas principais funções, que é dar disponibilidade, acesso, de forma autêntica e fidedigna, a um texto do passado e tentar facilitar sua leitura, tanto aos leitores atuais como também às gerações futuras.

Trata-se de um trabalho considerável, não pela sua extensão, mas pela delicadeza e grandeza que é transcrever, estudar, editar um manuscrito capaz de revelar, em diversos contextos, aspectos históricos, sociais, culturais e linguísticos da época em que ele foi escrito e da região nele retratada. Um estudo que possibilita ao pesquisador, e aos leitores, adentrar e passear pelos momentos históricos e socioculturais da vivência de um indivíduo e de um povo. Através deste artigo, é possível discutir, trazer à tona e compartilhar parte das riquezas cultural e histórica

do Recôncavo Baiano, representadas nas obras de Clóvis Amorim, buscando valorizar ainda mais as identidades cultural e sociolinguística dessa região. Além disso, a discussão em torno da Crítica Textual e da edição filológica reforça a importância da Filologia e do papel do filólogo-editor-autor.

Enfim, ao longo de muitos anos, a Crítica Textual esteve voltada para uma abordagem do texto focada mais em seus aspectos linguístico e literário, em razão de sua estreita relação com a linguística e a literatura. No entanto, os estudos e as reflexões hodiernos em torno do texto suscitam um novo pragmatismo filológico, para além dos aspectos ligados apenas à linguística e à literatura, uma abordagem filológica que dialogue com outras disciplinas, outras áreas e que considere o texto como um produto sócio-histórico-cultural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Liliane Lemos Santana. *Bahia Humorística de Eulálio de Miranda Motta*: edição e estudo lexical de causos sertanejos. 181f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

\_\_\_\_\_. *O vocabulário de Eulálio Motta*. 359f. Tese (doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2017.

BARREIROS, Patrício Nunes. Novas práticas culturais da escrita, novas perspectivas da Crítica Textual: rumo às hiperedições. *Linguística e Filologia Portuguesa*, v. 16, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O pasquineiro da roça*: edição dos panfletos de Eulálio Motta. 325f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem da história cultural das práticas de escrita na edição de textos. *ALEA*, v. 19/2, p. 389-414, Rio de Janeiro, mai-ago, 2017.

\_\_\_\_\_. Princípios e critérios para edições digitais de documentos de acervos literários. In: ALMEIDA, I.S. de; BARREIROS, P.N; SANTOS, R.B. dos (Orgs). *Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana: EDUEFS, 2018. p. 281-317.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção leitura crítica)

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

CASTRO, Ivo. Filologia. In: Enciclopédia Verbo das literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, 1995. p. 602-9

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, F.M. *et al.* (Org.). *Filologia, Memória e Esquecimento*. Act. 20. Lisboa: Húmus, 2010. p. 355-67

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. São Paulo: USP, 2018 [1986].

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.

## ESTRATÉGIAS HERMENÊUTICAS NA PESQUISA HISTÓRICA DE TOPONÍMIA

*César Nardelli Cambraia* (UFMG)  
[nardelli@ufmg.br](mailto:nardelli@ufmg.br)

### RESUMO

A recuperação da referência de topônimos atribuídos em épocas mais pretéritas da Cidade de Belo Horizonte coloca desafios metodológicos, uma vez que é realizada fundamentalmente através de dedução. A ausência de parâmetros bem definidos para esse processo costuma resultar em análises pouco sistemáticas, muito dependentes da intuição do pesquisador. Discute-se aqui adoção de estratégias hermenêuticas baseadas em princípios de estruturação da toponímia urbana segundo a abordagem de toponímia histórica proposta por Cambraia e Seabra (2024). A aplicação prática dessa abordagem é ilustrada tomando como base os princípios da unicidade, da unidade temática e da pertinência, bem como os critérios da cronologia e da saliência.

### Palavras-chave:

Toponímia. Linguística Histórica. Cidade de Belo Horizonte.

### ABSTRACT

The recovery of the reference of toponyms attributed in earlier periods of the City of Belo Horizonte poses methodological challenges, since it is carried out fundamentally through deduction. The absence of well-defined parameters for this process usually results in unsystematic analyses, very dependent on the researcher's intuition. It is discussed here the adoption of hermeneutic strategies based on principles of structuring urban toponymy according to the historical toponymy approach proposed by Cambraia and Seabra (2024). The practical application of this approach is illustrated based on the principles of uniqueness, thematic unity and relevance, as well as the criteria of chronology and salience.

### Keywords:

Toponymy. Historical Linguistics. City of Belo Horizonte.

## 1. *Introdução*<sup>13</sup>

Topônimos são nomes próprios de lugar. O conjunto de topônimos de uma localidade forma sua toponímia. A toponímia é o objeto de estudo da toponomástica, um dos ramos da onomástica, que se ocupa do estudo de nomes próprios de forma geral.

---

<sup>13</sup> Este trabalho se insere em um conjunto de estudos vinculados ao Projeto “Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte”, em realização na Faculdade de Letras da UFMG, do qual também participa a colega Maria Cândida Seabra.

Topônimos têm a função primária de *orientação espacial*: dar nome a um lugar é uma forma criar pontos de referência no espaço, de mapear o espaço. A referência a um ponto na superfície terrestre pode ser feita de forma técnica com as coordenadas de latitude (com referência à distância da linha do Equador) e de longitude (com referência à distância do meridiano de Greenwich): assim, por exemplo, uma pessoa pode informar que se encontra em um ponto na latitude de 19°55'08,9" ao sul da linha do Equador e na longitude de 43°56'18,9" a oeste do meridiano de Greenwich. Mas essa referência pode ser feita de forma mais simples através de outro recurso: um topônimo. No caso em questão, a pessoa diria que se encontra na Praça Sete de Setembro da Cidade de Belo Horizonte ou, mais informalmente, na Praça Sete de Beagá.

Esse mesmo topônimo já evidencia que existe uma outra função muito relevante para esse tipo de recurso linguístico: a de *memória social*. Nomear um lugar é também uma forma de perenizar, na memória de uma comunidade, pessoas, lugares, eventos, dentre outros. No caso de *Praça Sete*, perenizou-se na memória dos habitantes da cidade a data da declaração da Independência do Brasil por D. Pedro I em 1822.

Mas não são apenas essas as funções, porque topônimos refletem também outras dimensões da vida humana. Consistem não raramente em palco de disputas ideológicas, como se viu no contexto da Cidade de Belo Horizonte da década de 1910 (CAMBRAIA; SEABRA, 2022b). Isso significa que o estudo de topônimos é de grande importância, não apenas para a linguística, já que se trata de formas linguísticas com funções peculiares que se estruturam em um complexo sistema, mas também para a história, para a geografia, para a antropologia, para a sociologia e para tantos outros domínios do saber humano.

Não resta dúvida, portanto, sobre a importância do estudo dos topônimos. Mas como fazê-lo?

Antes de adentrar a questão principal da presente discussão, que é de natureza metodológica, convém contextualizar brevemente a história da Cidade de Belo Horizonte que é a localidade da qual serão tomados os topônimos que consistem em objeto de estudo aqui.

## **2. A formação da Cidade de Belo Horizonte: de 1895 a 1935**

Segundo Barreto (1996, v. I, p. 91), o primeiro assentamento na região da atual Cidade de Belo Horizonte foi resultado da chegada do

bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz (falecido em 1730), genro de Bartolomeu Bueno da Silva (1672–1740), o Anhanguera. Em 1701, Ortiz constituiu uma fazenda conhecida como *Cercado* nessa região e a ele foi concedida, em 19 de janeiro de 1711, a carta de sesmaria respectiva. Junto dessa região, formou-se um povoado conhecido como *Arraial do Curral d'El-Rey*. Após a Proclamação da República, decidiu-se pela mudança da sua denominação, que passou a ser *Arraial de Belo Horizonte* (Decreto Estadual nº 36, de 12 de abril de 1890). Também logo após a Proclamação da República, houve uma mobilização para mudança da capital do Estado, então Ouro Preto (ex-Vila Rica): foram consideradas as localidades de Barbacena, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Paraúna (hoje Costa Sena) e Várzea do Marçal. Foi escolhido o Arraial de Belo Horizonte em 1893 e foi constituída a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro paraense Aarão Reis (1853-1936) em 1894. Através do Decreto Estadual nº 817, de 15 de abril de 1895, aprovou-se “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1895). A inauguração da nova capital foi oficializada pelo Decreto Estadual nº 1.805, de 12 de dezembro de 1897. A nova capital passou a ser denominada oficialmente *Belo Horizonte* através da Lei Estadual nº 302, de 1º de julho de 1901.

No plano da CCNC, a cidade era dividida em três regiões: *área urbana* (dentro dos limites da Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno), *zona suburbana* e *sítios*. A partir de 1899, foram aprovados seis núcleos coloniais (ou colônias): *Núcleo Colonial Carlos Prates*, *Núcleo Colonial Américo Werneck*, *Núcleo Colonial Bias Fortes*, *Núcleo Colonial Adalberto Ferraz*, *Núcleo Colonial Afonso Pena* e *Colônia da Vargem Grande*. Entre 1911 e 1923 se deu a emancipação dessas colônias e, a partir de 1912, essas colônias foram sendo incorporadas à zona suburbana. Em 1919, aprovou-se a criação de vilas, loteadas geralmente fora do perímetro da zona suburbana: a primeira foi a Vila Bela Vista, aprovada em 31/03/1925, na região que era a antiga Fazenda do Pastinho. Entre 1925 e 1935, foram aprovadas em torno de 63 vilas.

### 3. *A questão da referência*

Quando se prioriza, no estudo da toponímia, a sua função de memória social, é imprescindível recuperar a referência do topônimo, ou seja, a que ele se refere. Trata-se certamente de um dos tópicos mais problemáticos do ponto de vista metodológico.

No que tange à história recente, a questão da identificação da referência dos topônimos é menos problemática, pois a norma que regula o processo de outorga de denominação a próprio público na Cidade de Belo Horizonte – Lei Municipal no 9.691, de 19 de janeiro de 2009 – exige um “relato explicativo sobre o nome indicado”, que é justamente onde se esclarece a referência para o topônimo proposto, como se vê, p. ex., no art. 24, referente a outorga por lei:

- Art. 24 – O processo de outorga de nome oficial por lei a próprio público ou a passagem será instruído com:
- I – indicação do próprio público ou da passagem;
  - II – indicação do nome que se pretende outorgar;
  - III – *relato explicativo sobre o nome indicado*;
  - IV – informação sobre a identificação, a localização, a oficialização e a regularidade do próprio público ou sobre a caracterização como passagem;
  - V – informação sobre os nomes de bairro nos quais o próprio público ou a passagem se localizem;
  - VI – códigos do Cadastro Técnico Municipal. (BELO HORIZONTE, 2009, redação de 23/09/2009, itálicos nossos)

No que se refere à história mais pretérita, a questão é mais problemática, porque não havia uma formalização sistemática do processo: a outorga era feita por instrumentos muitos diversos, como leis, decretos, resoluções e portarias. Eventualmente se informava, na parte introdutória (o *caput*) da norma, a referência, como no caso do Decreto Estadual nº 43, de 7 de setembro de 1929, promulgado justamente no aniversário da declaração da Independência do Brasil:

- O Prefeito de Belo Horizonte, usando de atribuições legais e considerando que a historia patria não registra episodio mais relevante para a vida nacional que o de sua *independencia da metropole portugueza*:  
Considerando que nelle e para elle pelejaram denodadamente a cultura, a tenacidade, a intelligencia e a grande expressão de *José Bonifacio de Andrada e Silva* e de seus irmãos *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva* e *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*;  
Considerando terem sido *José Joaquim da Rocha* e o *padre Belchior Pinheiro* mineiros ilustres cujo patriotismo se poz ao serviço da mesma causa;  
Considerando que é um dever civico perpetuar, por toda forma, na lembrança publica, os nomes de todos quantos luctaram pela alforria politica brasileira; decreta:
- Art. 1º – Passa a dominar-se *Independencia* a nova *praça* situado no cruzamento da avenida Tocantins com a rua da Bahia;
- Art. 2º – Chamar-se-á *Andradas* a *avenida* marginal do Arrudas, no trecho compreendido entre a rua Guaycurús e a avenida do Contorno;
- Art. 3º – A *rua* marginal do correjo do Leitão, no trecho compreendido entre a avenida Paraopeba e a rua Santa Catharina, passará a se denominar *Padre Belchior*;



Art. 4º – Denominar-se-á *Conselheiro Rocha* a rua que partindo da avenida Araguaya, margeando as linhas da Central do Brasil, vem ter a Itambé. (BELO HORIZONTE, 1929) (itálicos nossos)

No entanto, na grande parte das normas até o ano de 1935 consultadas, não constam informações dessa natureza. De forma que a identificação da referência na grande maioria dos casos tem de ser feita por *dedução*. Exemplos ajudam a evidenciar a complexidade dessa questão.

Por um lado, tem-se na toponímia da Cidade de Belo Horizonte a forma *Avenida Afonso Pena*. Nesse caso, não há nenhuma dificuldade para recuperar a referência do topônimo. Ele já constava do conjunto documental cartográfico elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital e aprovado pelo Decreto Estadual nº 817, de 15 de abril de 1895. Esse topônimo se refere Afonso Augusto Moreira Pena (Santa Bárbara/MG, 30/11/1847 – Rio de Janeiro/DF, 14/06/1909), que foi advogado, professor e político; foi também o primeiro Presidente do Estado de Minas Gerais (14/07/1892 – 07/09/1894), Vice-Presidente do Brasil (17/06/1903 – 15/11/1906) e Presidente do Brasil (15/11/1906 – 14/06/1909) (MONTEIRO, 1994, v. 2, p. 512-14). Foi durante o mandato de Afonso Pena como Presidente do Estado de Minas Gerais que ocorreram a aprovação do antigo Arraial de Belo Horizonte como localidade para a nova capital e a constituição da Comissão Construtora. A preservação de sua memória na toponímia da cidade era certamente um imperativo, dada a sua importância nesse processo.

Por outro lado, tem-se também na toponímia da Cidade de Belo Horizonte a forma *Rua Mucury* (considerando a grafia original). Qual é a referência desse topônimo, que também já constava do conjunto documental cartográfico da Comissão Construtora? Consultando-se a obra *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil* (PINTO, 1894–1899) elaborada em época próxima à da construção da nova capital, constata-se que o topônimo *Mucury* tinha 11 referências possíveis (PINTO, v. 2, 1896, p. 581):

- (1) “MUCURY. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni”;
- (2) “MUCURY. Arraial do Estado das Alagôas, no mun. da União”;
- (3) “MUCURY. Log. do Estado da Bahia, á margem do rio Pojuca”;

- (4) “MUCURY (S. José do). Log. do Estado de Minas Geraes no dist. de Theophilo Ottoni”;
- (5) “MUCURY. Estação no kil. 122 ela E. de F. Bahia e Minas no lugar denominado Páo Alto<sup>14</sup>”;
- (6) “MUCURY. Igarapé do Estado do Amazonas”;
- (7) “MUCURY. Rio trib. da margem dir. do Purús<sup>15</sup>”;
- (8) “MUCURY. Riacho do Estado do Piauí”;
- (9) “MUCURY. Rio do Estado da Bahia”;
- (10) “MUCURY. Era assim antigamente denominado o rio Vianna, que atravessa o Estado do E. Santo”; e
- (11) “MUCURY. Grande rio, cujas origens estão no Estado de Minas (mun. de Philadelphia ou Theophilo Ottoni)”.

A qual dessas 11 possibilidades se vinculava o topônimo *Rua Mucury* do conjunto documental cartográfico da Comissão Construtora?

Esse caso exemplifica a principal questão a ser discutida aqui: como se identifica a referência de um topônimo?

#### **4. Princípios de estruturação da toponímia urbana**

Em estudo recente (CAMBRAIA; SEABRA, 2024), foi proposta uma análise da toponímia urbana com base em princípios de estruturação, que apresentam uma complexa relação de interação. Foram apresentados e discutidos 16 princípios:

a) *Princípio da unicidade*: um topônimo não deve apresentar duplicidade;

b) *Princípio da universalidade*: todo logradouro deve apresentar topônimo;

c) *Princípio da estabilidade*: um topônimo deve ser permanente, exceto em certas circunstâncias;

---

<sup>14</sup> Pau Alto era um povoado no município de Viçosa no Estado da Bahia.

<sup>15</sup> O Rio Purus fica banha os estados do Amazonas e do Acre.

d) *Princípio da extensão limitada*: um topônimo deve ter extensão curta;

e) *Princípio da impessoalidade*: um topônimo não deve se referir a pessoa viva;

f) *Princípio da moralidade*: um topônimo não deve se referir a pessoa que tenha tido conduta reprovável;

g) *Princípio da significância*: um topônimo não provisório deve apresentar um significado;

h) *Princípio da legibilidade*: um topônimo deve ser legível pela população;

i) *Princípio da legalidade*: um topônimo é provisório até que seja oficialmente outorgado;

j) *Princípio da pertinência*: um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade;

l) *Princípio da continuidade*: um mesmo topônimo deve ser aplicado a todo o trajeto de uma via pública se ela não apresentar interrupção;

m) *Princípio da unidade temática*: topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática;

n) *Princípio da supletividade*: a ausência de topônimo de um tema deve ser suprida com a adoção de topônimo correlato;

o) *Princípio do vetor antropotopônimo*: topônimos novos devem ser antropotopônimos;

p) *Princípio da relação biotópica*: antropotopônimos devem a ser atribuídos a logradouro com vínculo com a biografia do homenageado;

q) *Princípio da resiliência*: tipos diferentes de logradouros apresentam graus diferentes de resistência à mudança toponímica.

Esses princípios foram deduzidos não só do comportamento da toponímia da Cidade de Belo Horizonte ao longo de sua história, mas também de estudos de outras localidades e sobretudo de normas que trataram do tema no ordenamento jurídico referente à cidade.

São esses princípios que constituem as principais estratégias hermenêuticas para a identificação da referência dos topônimos da Cidade de Belo Horizonte: eles foram deduzidos de casos incontroversos e são

aplicados na resolução de casos controversos. Alguns desses princípios serão debatidos na análise que se segue.

### 5. *Hermenêutica guiada por princípios: aplicação prática*

A única diretriz hermenêutica que a CCNC externalizou para a compreensão da referência dos topônimos da cidade planejada consta do Ofício nº 26 (23/03/1895) emitido por Reis:

Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos *nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União*, e, bem assim, *de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo*. (CCNC, 1895, v. II, p. 60) (itálicos nossos)

Essa diretriz era limitada, porque havia, no plano da cidade, topônimos que não se encaixavam nas categorias mencionadas, como os descritivos: p. ex., *Avenida do Commercio*. Então é necessária uma reflexão para interpretar as referências de forma geral.

Um primeiro aspecto que deve ser observado na identificação da referência de um topônimo é a questão da *cronologia*. Assim, por exemplo, na toponímia da zona suburbana presente no conjunto documental cartográfico elaborado pela CCNC, constavam topônimos como *Rua do Beryllo* e *Rua da Turmalina*. Como existem hoje as cidades mineiras de Berilo e Turmalina, poder-se-ia pensar que se tratava de referência a essas cidades: Reis havia mencionado “nomes de cidades” como categoria no seu ofício. Mas as cidades de Berilo e de Turmalina receberam essa denominação apenas com a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, pois, antes, ainda como distritos apenas, se chamavam, respectivamente, *Água Limpa* e *Nossa Senhora da Piedade*. Como a decisão de adotar esses topônimos se deu ainda na época da CCNC (ainda que tenham sido atribuídos só um pouco mais tarde<sup>16</sup>), a referência não poderia ser a essas cidades: trata-se, portanto, de referência a minerais, decisão em perfeita consonância com a história do Estado de Minas Gerais. Note-se, a propósito, que os minerais são uma das categorias que não foram citadas explicitamente no ofício de Reis.

---

<sup>16</sup> O parcelamento que deu origem à atual Rua Turmalina foi aprovado em 11/06/1913 (CP 042-022-I) e o que deu origem à antiga Rua Berilo foi aprovado em 20/06/1907 (CP 026-058-M). CP é o croqui de parcelamento cadastrado no Sistema de Informações Urbanísticas e Endereços (SIURBE) da Subsecretaria de Regulação Urbana (SUREG) da Prefeitura da Belo Horizonte (PBH).

Também é muito importante observar o *princípio da unidade temática* (topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática) na tomada de decisão sobre a interpretação de uma referência toponímica. Observando o nome das praças da zona suburbana, constatam-se os seguintes topônimos: *Praça da Turqueza*, *Praça da Esmeralda*, *Praça do Topazio*, *Praça do Rubim*, *Praça da Amethysta*, *Praça da Saphira* e *Praça da Opala*. É bastante evidente que há um traço em comum entre essas denominações: referirem-se a minerais que são considerados gemas ou pedras preciosas. A presença desse traço comum é manifestação do princípio da unidade temática, pois se verifica que, no parcelamento da zona suburbana, havia efetivamente unidade temática entre as praças. Entretanto, existia, na mesma zona suburbana, outros tantos topônimos, mas da categoria de rua, que também apresentavam o traço comum de se referirem a minerais: *Rua do Cristal*, *Rua do Graphito*, *Rua da Cerusa*, etc. Esses dados evidenciam que o traço comum de muitos topônimos da zona suburbana era, na verdade, serem minerais, e não necessariamente gemas (embora ocorressem de forma sistemática no nome de praças). Havia, no entanto, alguns casos controversos relacionados a minerais, como o topônimo *Rua da Prata*. No ano de 1895, quando foi aprovada a planta da cidade de Belo Horizonte (na verdade, plantas, porque foram encaminhadas quatro delas na época), já existia no Estado de Minas Gerais a cidade de Prata: o distrito de Carmo de Morrinhos foi elevado à categoria de vila com a denominação de *Prata* pela Lei Provincial nº 668, de 27 de abril de 1854 e à condição de cidade pela Lei Provincial nº 2002, de 15 de novembro de 1873. Então *Rua da Prata* poderia ter como referência um mineral ou uma cidade do Estado de Minas Gerais, categoria esta que também era muito frequente na zona suburbana. Para esse caso controverso, é justamente o princípio da unidade temática que vai apresentar uma solução. A maioria das ruas que tinham contato com o logradouro chamado de *Rua da Prata* era de fato com topônimo referente a minerais (*Rua do Ouro*, *Rua do Ferro*, *Rua do Cobre* e *Rua do Chumbo*), além de uma paralela imediatamente abaixo (*Rua do Nickel*). As demais em contato eram: *Rua do Pico* (que era direcionada ao pico da Serra do Curral), *Rua dos Andes* (referente a cadeia montanhosa da América do Sul), *Rua do Rio das Velhas* (referente à cidade mineira de Santa Luzia do Rio das Velhas), *Rua Monte Alegre* (referente a cidade mineira) e *Rua de Palmas* (também referente a cidade mineira), além de uma paralela imediatamente acima nomeada *Rua Palmyra* (igualmente referente a cidade mineira). Sendo assim, há mais topônimos relativos a minerais no entorno do logradouro chamado *Rua da Prata* do que, p. ex., relativos a cidades mineiras. É, portanto, racional admitir que a sua referência fosse a mineral, e não se tratava de mineral

genericamente, mas especificamente de elementos químicos que são classificados como metais de transição: ouro, prata, chumbo, ferro, cobre e níquel.

O princípio da unicidade (um topônimo não deve apresentar duplicidade) também contribui na resolução de casos controversos. Assim, por exemplo, consta, no *Indicador de Ruas do Almanak Laemmert de 1935*, que havia duas ruas diferentes com a mesma denominação na cidade: (*Rua*) *Aliança* na Vila Bela Vista (mais precisamente, na Vila Santa Rita, adjacente à Vila Bela Vista) e *Rua Aliança* na Vila Minas Gerais. Teriam esses dois topônimos uma única e mesma referência? Segundo o princípio da unicidade, não, pois resultaria em caso de duplicidade evidente. Se não tinham a mesma referência, então qual seria a de cada um deles? No caso da Vila Minas Gerais, a resolução é bastante simples: esse parcelamento tinha observado nitidamente o princípio da unidade temática, porque seus topônimos faziam referência a cidades mineiras – *Rua Alvorada*, *Rua Bom Retiro*, *Rua Ypiranga*, *Rua Bello Valle*, *Rua Campo Alegre*, etc. – e o próprio nome da vila – *Minas Gerais* – tornava evidente o tema de seus topônimos. Mas, no caso da Vila Santa Rita, a questão era mais complexa, porque ela não observava rigorosamente o princípio da unidade temática: havia topônimos referentes a cidades mineiras (*Rua Bemfica* e *Rua Mendanha*), a elementos positivos (*Rua Graça* e *Rua Felicidade*) e de natureza diversa (*Rua Águias*, ave; *Rua Bonaparte*, general francês; *Praça Rialto*, estação ferroviária fluminense; e *Rua Rosais*, árvore). Se se interpreta o topônimo *Rua Aliança* na Vila Santa Rita com referência a cidade mineira, há violação do princípio da unicidade, mas, se se interpreta com referência a elementos positivos, há observância a esse princípio. Como, em qualquer uma dessas hipóteses, o topônimo faria parte de um dos conjuntos temáticos da própria vila (cidades mineiras ou elementos positivos), então o princípio da unidade temática não é resolutivo *per se*: é o da unicidade que apresenta a melhor solução. Convém salientar que não se tratava de caso inédito de topônimos com mesma forma mas com referências diferentes: era o que se passava com *Rua Porto Alegre* na Vila Palmital (com referência à capital brasileira) e *Rua Porto Alegre* no Bairro Carlos Prates (com referência à cidade mineira). Mas o princípio da unicidade acabou pesando para além da referência apenas e atualmente não existem mais essas duas homonímias: a antiga *Rua Aliança* da Vila Santa Rita se chama hoje *Rua Conde de Prados* e a antiga *Rua Porto Alegre* da Vila Palmital se chama hoje *Rua Miracema*. A *Rua Aliança* da Vila Minas Gerais acabou desaparecendo em função da construção do antigo Aeroporto Carlos Prates no

ano de 1943 e hoje desativado, mas ainda há *Rua Porto Alegre* do Bairro Carlos Prates.

Segundo o *princípio da pertinência*, um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade. Um exemplo de sua aplicação está no topônimo *Rua Cardoso*, que foi aberta em um parcelamento na zona suburbana. No seu entorno, havia *Ruas Guandú* e *Maracanã* (referentes a rios fluminenses), *Rua Fuchsita* (referente a mineral), *Rua Soledade* (referente a cidade mineira) e *Avenida Mem de Sá* (referente a administrador colonial): vê-se, portanto, que, neste caso, o princípio da unidade temática não tinha expressão forte (senão pelos rios fluminenses) e, além disso, o item *Cardoso* não é claramente associável à referência de nenhum desses topônimos. Onde buscar então uma resposta? Na pertinência, ou seja, em algum aspecto relacionado à localidade. A região em que o logradouro foi aberto ficava relativamente próxima ao marco do Cardoso, um dos pontos notáveis estabelecidos pela CCNC para a delimitação da nova capital. Esse marco tinha esse nome pelo fato de situar-se na região de mesmo nome, o qual remontaria ao de um antigo proprietário do terreno segundo Barreto (1996, v. I, p. 270). Essa região, ademais, era atravessada pelo Córrego do Cardoso. Como a Rua Cardoso era paralela a um trecho do percurso desse córrego, desfaz-se assim a dúvida: o topônimo *Rua Cardoso* tinha como referência o Córrego do Cardoso, ou seja, a referência era à geografia da localidade. A referência a córregos da cidade não foi incomum na história de sua toponímia: *Rua Cercadinho*, *Rua Tombador*, *Avenida do Navio*, *Avenida do Pastinho*, etc. No caso das avenidas, a denominação tinha a particularidade de se dever ao fato de seu trajeto acompanhar o percurso do córrego, cujo curso se situava no centro da avenida.

Nem sempre os princípios parecem ser suficientes, porque sua aplicação pode continuar levando a mais de uma possibilidade. Justamente por isso, considerou-se que se deveria trabalhar também com a noção de *saliência*. Até o momento, não se pode ter conhecimento da fonte exata de onde os administradores públicos (no caso dos funcionários da prefeitura responsáveis pela avaliação dos projetos de loteamento) e os proprietários dos terrenos extraíram as formas dos topônimos adotados em cada caso. Entretanto, sabe-se que tinha sido externalizada a orientação de se contemplarem os nomes de cidades mineiras que estavam sendo criadas, como se constata na seguinte manifestação do então prefeito Olinto Meirelles no relatório referente ao ano administrativo de 1910/1911:

Lembraria a essa illustrada corporação a conveniencia de auctorizar o Prefeito a dar a essas ruas *os nomes das villas recentemente creadas pelo Congresso do Estado e os das antigas ruas existentes antes da creação das*

Essa informação aponta para a necessidade de se considerarem as leis que estabeleceram a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais em cada época para identificar a origem dos topônimos. Assim, por exemplo, atribuiu-se o topônimo *Rua Antônio Dias* a um logradouro aberto na 6ª seção suburbana no ano de 1924 (CP 026-038-B, 12/12/1924). Consultando-se a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, constata-se a existência de dois distritos chamados de *Antônio Dias*: um que pertencia ao município de Ouro Preto e um que pertencia a município homônimo (desmembrado em época anterior do município de Itabira). Diante dessa dupla possibilidade, o critério da saliência indica que se deve optar pelo distrito pertencente a município homônimo como referência para o topônimo em questão. Ser nome de município dá ao topônimo mais visibilidade: em documentos cartográficos antigos figuram geralmente os nomes de municípios, e não os de distritos; na Lei Estadual nº 843, nome de município ocupa lugar superordenado na organização do texto. Então se foi consultado um mapa ou a referida lei para se escolher o topônimo, era com referência a município que ele teria mais visibilidade.

A aplicação de princípios como os da unicidade, da unidade temática e da pertinência e a de critérios como o da cronologia e da saliência são expedientes para conferir mais sistematicidade à identificação da referência de topônimos. Mas naturalmente eles não substituem a necessidade de aprofundamento no conhecimento do processo de atribuição dos topônimos de cada região. Há referências que são recuperáveis apenas por uma investigação mais verticalizada, de natureza histórico-biográfica. Assim, por exemplo, no loteamento da Vila Mauá, constava originalmente o topônimo *Rua Arthur Rocha* (BALEEIRO, 1929, p. 62). A recuperação dessa referência exigiu um exame mais detalhado da documentação disponível. No relatório do engenheiro-chefe da seção responsável pela análise dos projetos de loteamento, consta que a Vila Mauá teve seu loteamento aprovado em 31/05/1929, sendo de propriedade de Faria, Rocha & Cia. Ltda. (BALEEIRO, 1929, p. 53). A coincidência entre o nome do proprietário e parte do topônimo (*Rocha*) mostrou o caminho. Como, no croqui de parcelamento (31/05/1929, CP 104-001-I), o nome dos proprietários aparece por extensão, foi possível conhecer mais amplamente a sua composição familiar através de consulta aos dados do SINEC<sup>17</sup> (Sistema de Necrópoles do município de Belo Horizonte) e da base do *Family*

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://sinec.pbh.gov.br>.



*Search*<sup>18</sup>. Pode-se apurar que Antônio da Rocha Diniz, um dos proprietários, era filho de Artur Alexandrino Rocha: tratava-se, portanto, de topônimo com referência a um membro da família. Topônimos com referência a familiares não eram incomuns: basta lembrar aqui o caso emblemático existente na Vila Maria Brasilina (parte do atual Bairro Sagrada Família): *Rua Stela de Souza*, *Rua Célia de Souza*, *Rua Vicentina de Souza*, *Rua Genoveva de Souza* e *Rua João Gualberto Filho*, todos de ruas próximas. Consta nos croquis de parcelamento (16/10/1935, CP 115-001-M; 18/10/1935, CP 115-002-M) que um dos proprietários do terreno era João Gualberto de Souza: João Gualberto de Souza era cônjuge de Maria Brasilina (nome da vila) e pai de Stela (nome de rua), Célia (nome de rua), Vicentina (nome de rua), Genoveva (nome de rua) e João Gualberto Filho (nome de rua).

## 6. Para encerrar

A fim de não deixar a dúvida inicial no ar, volta-se ao ponto de partida: qual é a referência para o topônimo *Rua Mucury* da Cidade de Belo Horizonte? Assinalou-se já que há 11 possibilidades.

Aplicando-se o princípio da *pertinência*, são excluídas todas as oito opções que não dizem respeito ao Estado de Minas Gerais, restando apenas três:

- (1) “MUCURY. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni”;
- (2) “MUCURY (S. José do). Log. do Estado de Minas Geraes no dist. de Theophilo Ottoni”;
- (3) “MUCURY. Grande rio, cujas origens estão no Estado de Minas (mun. de Philadelphia ou Theophilo Ottoni)”.

Aplicando-se o princípio da *unidade temática*, são excluídas as opções que se referem a localidades mineiras, porque os topônimos referentes a estas estavam restritos, na zona urbana, à 8ª e à 12ª seção e o topônimo *Rua Mucury* era de logradouro situado na 14ª.

Reiteram esse resultado os critérios da *cronologia* e da *saliência*, porque, na divisão administrativa do Estado de Minas Gerais de 1891 estabelecida pela Lei Estadual nº 11, de 13 de novembro de 1891 (a vigente na época da CCNC, que selecionou o topônimo em questão), Mucuri não

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.familysearch.org>.

constava como localidade com estatuto de cidade, diferentemente das outras presentes na toponímia da 8ª e da 12ª seção urbana, que efetivamente constavam: Ouro Preto, Paracatu, Juiz de Fora, Barbacena e Uberaba<sup>19</sup>.

Sendo assim, com base na hermenêutica principiológica<sup>20</sup>, a referência para *Rua Mucury* é o Rio Mucuri, situado no leste do Estado de Minas Gerais e com bacia de grande importância para esse Estado. Trata-se de interpretação em perfeita harmonia com a descrição de Aarão Reis sobre a toponímia escolhida: “nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas *mais importantes do Estado de Minas e da União*” (itálicos nossos). Em seu dicionário da toponímia da zona urbana de Belo Horizonte, Gomes (1992, p. 148) apresenta uma descrição com marca de hesitação: “O nome, *provavelmente*, é uma homenagem ao Rio Mucuri, que banha os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia” (itálicos nossos). Uma abordagem principiológica como a apresentada aqui permite a supressão do modalizador *provavelmente* da descrição.

Não se deve pensar, no entanto, que essa hermenêutica principiológica resolve a totalidade dos casos controversos, porque há situações que, de tão complexas, acabam exigindo a admissão de mais de uma referência. Um caso emblemático é o referente a *Rua São José*. Esse topônimo foi atribuído na Vila São João, aprovada em 1925, e, seguindo o princípio da unidade temática, se trata de nome de cidade mineira que é nome de santo<sup>21</sup>. Mas, na já referida Lei Estadual nº 843, há 11 distritos com essa forma como parte do seu nome: *São José da Barra, São José da Lagoa, São José da Varginha, São José das Perobas, São José do Alegre, São José do Barroso, São José do Congonhal, São José do Jacuri, São José do Paraopeba, São José do Picu e São José dos Paulistas*. Como todos esses nomes são apenas de distritos, e não de algum município, o princípio da saliência, segundo o qual, nesse caso, se deve selecionar a referência que seja município em preferência à de apenas distrito, não é resolutivo. Até que se identifiquem novos princípios que possam vir a resolver casos como

---

<sup>19</sup> Não se considera aqui como cidade mineira o caso de *Araguary*, porque, na planta manuscrita de 1895, se tratava de avenida, categoria reservada para rios e não para cidades. Na planta impressa de 1897, no entanto, houve a mudança de avenida para rua, o que poderia levar a se pensar em cidade, mas, se se considera a gênese do processo, *Araguary* se referia a rio (CAMBRAIA; SEABRA, 2022a, p. 32).

<sup>20</sup> Esta hermenêutica principiológica é a que foi adotada no estudo recém-finalizado e atualmente no prelo referente ao já citado *Indicador de Ruas do Almanak Laemmert* de 1935, dentro do quadro do Projeto “Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte”.

<sup>21</sup> Os nomes de santo na toponímia, na maioria dos casos, faziam referência ao padroeiro da cidade (ou *orago*).

este, a decisão mais recomendável é a de informar as 11 possibilidades de referência, e não escolher arbitrariamente apenas uma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALEEIRO, Jefferson Fernandes. Terceira Secção. In: PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de outubro de 1929 e relatórios anexos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929. p. 42-63. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1928-1929-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memoria historica e descriptiva*. Belo Horizonte: Rex, 1936. 2 v. (v. 1, História antiga; v. 2, História média). [2. ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos, 1996. 2 v. (v. 1, História antiga; v. 2, História média)]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CAMBRAIA, César Nardelli; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte. *Investigações*, v. 35, p. 1-36, Recife, 2022a. DOI: <http://dx.doi.org/10.51359/2175-294x.2022.254329>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/254329>. Acesso em: 27 ago. 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A batalha dos topônimos: reversão toponímica nos primórdios da Cidade de Belo Horizonte. *Humanidades & Inovação*, v. 9, p. 84-100, Palmas, 2022b. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7713>. Acesso em: 27 ago. 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Princípios de estruturação da toponímia urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro trintênio da Cidade de Belo Horizonte. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 68, p. e18222, São Paulo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e18222>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/18222>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MEIRELLES, Olyntho Deodato dos Reis. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1911-1912-Olyntho-Meirelles.pdf>. Acesso: 27 ago. 2024.

MONTEIRO, Norma de Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionario geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1887–1888. 4 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242759>. Acesso em: 27 ago. 2024. [2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894-1899. 3 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518636>. Acesso em: 27 ago. 2024].

#### Outras fontes:

BELO HORIZONTE. *Decreto nº 43, de 7 de setembro de 1929*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/43/1929>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009*. Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/9691/2009>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CCNC [COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL]. *Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatistica, feita com autorisação do governo do estado, sob a direcção do engenheiro chefe Francisco Bicalho: II. Agosto de 1895*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1895. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/revista/339997>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INDICADOR de ruas. *In: ALMANAK Laemmert (guia geral do Brasil) fundado em 1844, edição para 1935 (91º ano)*. Rio de Janeiro: Empreza Almanak Laemmert Limitada, 1935. V. II, p. 67-83. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/313394/115956>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 36, de 12 de abril de 1890*. Regula o disposto no art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4695>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895*. Aprova a planta geral da Cidade de Minas, futura capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/817/1895>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 1805, de 12 de dezembro de 1897*. Declara instalada a Cidade de Minas e para ela transferido o governo. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/1085/1897>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891*. Divisão judiciária e administrativa do Estado. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4699>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 302, de 1º de julho de 1901*. Muda para “Belo Horizonte” a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/302/1901>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923*. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/843/1923>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei Provincial nº 668, de 27 de abril de 1854*. Restaura a Villa do Carmo de Morrinhos com a denominação de Villa do Prata. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3165>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei Provincial nº 2002, de 15 de novembro de 1873*. Lei que cria diversas comarcas, altera a organização de outras; eleva a categoria de cidade as villas do Prata e Bom Sucesso; cria a parochia do Pão Grosso, incorpora a freguezia da Contagem o districto do Bom Jardim, e a do Curvello o districto do Morro da Graça. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3538>. Acesso: 27 ago. 2024.

**GESTOS DE CRIAÇÃO NOS TEXTOS DE TEATRO  
DE ILDÁSIO TAVARES**

Rosa Borges (UFBA)  
[rosaborges@ufba.br](mailto:rosaborges@ufba.br)

**RESUMO**

No Acervo Ildásio Tavares localizado no Espaço Lugares de Memória, da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, encontram-se vários textos da produção deste sujeito múltiplo, um homem de muitos papéis. Ildásio Tavares, nascido a 25 de janeiro de 1940 e falecido a 31 de outubro de 2010, atuou como tradutor, professor, letrista, ensaísta, poeta, contista, romancista, dramaturgo, colunista, Obá de Xangô no terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá. Dentre os documentos do referido acervo, selecionei os que estão reunidos na *Série 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral*, para, em perspectiva filológica, expor sobre os textos de teatro em seus diversos testemunhos e peculiaridades, examinando as vias e os modos particulares através dos quais se desenvolveram os processos de produção, circulação e recepção de cada texto, em suas diferentes versões, observando as intervenções de Ildásio Tavares, ao revisar, reescrever e modificar seu texto, bem como as de outros agentes que deixaram na materialidade textual as marcas de sua atuação, dentre outros aspectos que possam interessar ao estudo de tais textos.

**Palavras-chave:**

Acervo. Materialidade Textual. Gestos de criação.

**ABSTRACT**

In the Ildásio Tavares Collection, located in the Espaço Lugares de Memória at the Reitor Macedo Costa University Library, there are several texts produced by this multifaceted individual, who was a man of many roles. Ildásio Tavares was born on January 25th, 1940, and passed away on October 31st, 2010. He worked as a translator, teacher, lyricist, essayist, poet, short story writer, novelist, playwright, columnist, and Obá de Xangô at the Candomblé temple Ilê Axé Opô Afonjá. Among the documents in the aforementioned collection, I selected those gathered in *Series 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral* (Production in theater, music and other arts, subseries b – theatrical creation) with the goal of discussing the texts in their various testimonies and peculiarities from a philological perspective, examining the particular ways and means in which the processes of production, circulation and reception of each text were developed, in its different versions, observing the Ildásio Tavares' interventions by revising, rewriting and modifying his text as well as of other subjects who left marks of their performance in the textual materiality, besides other aspects that may be of interest to the study of such texts.

**Keywords:**

Collection. Creation features. Textual Materiality.

### 1. *Críticas filológica e genética para leitura de um acervo*

Comprometidos com a preservação da memória literária contemporânea, filólogos e geneticistas textuais investem na coleta, guarda, conservação, restauração e publicação desses “papéis” (testemunho-documento-monumento) que se encontram em arquivos, bibliotecas, entre outras instituições. Preservar acervos de escritores para que sirva de fonte documental aos diversos investigadores é algo que somente aos poucos foi se inscrevendo nos estudos da cena literária.

Segundo Eneida Souza (2008, p. 121):

[...] O destino material e analítico desse acervo literário [Coleção Archivos] passou a ser uma das maiores metas da crítica filológica e genética, no sentido de se considerar a obra não mais como objeto fechado e acabado, mas sujeita a modificações e transformações interpretativas. Se o trabalho de recuperação do texto original exige do pesquisador exame exaustivo das diferentes edições e mudanças processadas pelo autor ou causadas pelos erros de edição, a crítica genética revela o lado inconcluso e incompleto da criação, permitindo que a abordagem dos documentos não mais se restrinja ao texto publicado e ao seu estatuto de objeto intocável e inerte. (SOUZA, 2008, p. 121)

Desse modo, crítica textual e crítica genética trabalham juntas, embora com métodos e fins distintos.

Nos documentos que integram os arquivos pessoais ou públicos, a materialidade dos textos mostra as ações de vários sujeitos, desde o autor/escritor ao colega, amigo, revisor, editor, censor, entre outros, que deixam os rastros de sua intervenção nos suportes que transmitem o texto/a obra. Manuscritos, datiloscritos, provas gráficas e impressos evidenciam as características próprias de cada situação textual, além das condições técnicas e materiais de produção e difusão dos impressos. Nesse momento, a crítica genética e a sociologia dos textos fazem-se relevantes para a crítica textual, pois darão conta de analisar o processo genético e social de produção e transmissão do texto, produto cultural em constante mudança, considerando a dimensão social e disseminação literárias.

No teatro, o texto é escrito, sobretudo, para a encenação, mas também para ser publicado. Na produção do texto cênico, durante os ensaios, na relação com o diretor e os atores, o autor pode modificar uma rubrica, alterar diálogos, encadeamentos, transformar o texto de uma réplica, fazer anotações que podem resultar de uma conversa entre autor e diretor, de comentários do diretor, de colegas ou amigos, das sugestões de atores, produtores etc. O texto também é modificado para a publicação impressa. Deve-se considerar, no entanto, que o gênero teatral, para além do texto e

suas transformações, envolve outros elementos do “universo cênico (autores, vozes, gestos, cenário, espaço, iluminação)” (GRÉSILLON, 1995, p. 271).

Em sua forma manuscrita<sup>22</sup>, o texto permanece aberto e móvel, e resulta de um acúmulo de funções por parte de uma mesma pessoa, o escritor/dramaturgo, autor, revisor, crítico etc., ou ainda de uma produção coletiva, colaborativa. Os documentos do Acervo Ildásio Tavares (AIT) testemunham registros manuscritos do próprio Ildásio Tavares e intervenções de outros sujeitos que propõem reformulações, anotações, reescritas, levando em conta a escolha dos atores, os imperativos da cena, a mudança de alguma palavra, supressão de outra, as indicações cênicas, detalhes sobre a construção da cena, figurinos, cenários, entre outros.

Dentre os vários documentos que integram o AIT, um deles, chamou-me à atenção, o documento intitulado “O arquivista”<sup>23</sup>, sobretudo pela importância atribuída pelo escritor aos materiais que ele havia produzido ao longo dos anos, ao fazer a doação, em vida, de seus manuscritos ao, à época, Acervo de Manuscritos Baianos, hoje, Lugares de Memória. Cito alguns trechos a seguir:

O Arquivista

Ildásio Tavares

Sempre fui um sistemático arquivista, tentando congelar o passado, num processo sentimental amoroso. [...].

[...] Ora, no afã de enxugar, eu, às vezes, esterilizava cerebralmente; mas, ao percebê-lo, retornava à forma mais discursiva. Por isso, não destruo nada. Tudo guardo. O passado é um grande mestre. [...]

O surgimento da crítica genética foi-me uma grata surpresa, porque eu a fazia comigo mesmo; com a minha gaveta; “avant la lettre”.

Doei meus originais ao Acervo de Manuscritos baianos justamente para socializar esta minha tortura individual pela palavra, pela expressão exata do sentir/pensar, percurso – exaustivamente árduo (e humilde) de 43 anos, 5 livros de poemas, 2 romances e um livro de ensaios editados, três peças e uma ópera (libreto) encenadas e 26 títulos na gaveta, além de 40 músicas gravadas. Espero que esta dedicação, este empenho, este esforço, este

---

<sup>22</sup> Na filologia e na crítica genética, manuscrito (moderno) é qualquer documento produzido da mão do autor ou supervisionado por ele. Assim, os textos datilografados, revisados e modificados pelo Ildásio Tavares, são, no nosso entender, manuscritos, independente do fato de ter sido outra pessoa a datilografar os textos.

<sup>23</sup> Depoimento de Ildásio Tavares quando fez a doação de seus manuscritos ao Acervo de Manuscritos Baianos.



carinho apaixonado no trato com o texto sirva de alguma coisa aos que estudam a literatura, e, até aos que a fazem. [...].

No referido documento, o escritor identifica-se como “o arquiteto”, ciente da responsabilidade de guardar tudo, de mergulhar no passado, de que suas produções seriam objeto de estudo da crítica genética e dos que estudam ou fazem literatura. Assumindo o compromisso com tal objeto de estudo, escolho algumas cenas de sua dramaturgia para abordar sobre os processos de produção e transmissão textuais.

## 2. *Gestos de criação em documentos do Acervo Ildásio Tavares*

No âmbito do Projeto de Pesquisa Acervo de Escritores Baianos, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Evelina Hoisel, apoiado pelo CNPq, ocupei-me do Acervo Ildásio Tavares no espaço Lugares de Memória (LM) da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, com o propósito de preparar dossiê(s) para edição e crítica filológica de texto(s) selecionado(s), a partir da massa documental organizada, sobretudo relativa aos textos teatrais. Em tal acervo, encontram-se textos teatrais, poemas, contos, romances, matérias jornalísticas, além de ensaios, traduções, resenhas, publicações em matérias de jornal, revistas e livros, material de ensino, artigos, textos acadêmicos e científicos, cartas, discursos, entre outros. Nestes documentos, identifica-se o sujeito múltiplo, o homem de muitos papéis, Ildásio Tavares, nascido a 25 de janeiro de 1940 e falecido a 31 de outubro de 2010, como tradutor, professor, letrista, ensaísta, poeta, contista, romancista, dramaturgo, colunista, Obá de Xangô no terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá.

Recorto os documentos reunidos na **Série 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral**, para expor sobre os textos de teatro em seus diversos testemunhos e peculiaridades, examinando as vias e os modos particulares através dos quais se desenvolveram os processos de produção, circulação e recepção de cada texto, em suas diferentes versões, observando as intervenções de Ildásio Tavares, ao revisar, reescrever e modificar seu texto, bem como as de outros agentes que deixaram na materialidade textual as marcas de sua atuação, dentre outros aspectos que possam interessar ao estudo de tais textos.

Quanto aos textos de teatro que se encontram no AIT, listam-se seis, se considerarmos que três deles integram um conjunto de textos, (1)

*Medo*: Três peças em um ato<sup>24</sup> (escritos 1967): *A volta/morte do agregado*, *Medo* e *Funeral doméstico* (submetidos à Censura em 1976, encenados no mesmo ano e publicados em 2004). Na sequência, temos (2) “Caramuru” (texto submetido à Censura em 1975, encenado em 1978 e publicado em 2004); (3) “O Barão de Santo Amaro”<sup>25</sup> (datado de 6 de abril de 1976 a 26 de julho de 1977); (4) “Mulher de roxo” (1987); (5) “O vendedor de joias” (1987) e (6) “Lídia de Oxum: uma ópera negra”<sup>26</sup> ([1987]; 1995). Têm-se ainda “Canção de Natal”<sup>27</sup> e “Tem-tem baiano balangandã”<sup>28</sup> (uma produção do Teatro Livre da Bahia). Destes, estão publicados na Coleção Dramaturgia da Bahia (TAVARES, 2004): “Lídia de Oxum”, “Homem e Mulher” (“A morte do agregado”, “Medo” e “Funeral doméstico”), “Mulher de Roxo”, “Caramuru” e “O Vendedor de Jóias”<sup>29</sup>.

A peça “Medo” (Três peças em um ato) ou “Homem/Mulher” (“Medo”)<sup>30</sup>

foi encenada pela primeira vez no Teatro Gamboa em 1976 em comemoração aos 200 anos da Independência dos EEUU, com o título *Medo* e em 1992 no Teatro Lauro César Alvim – Rio de Janeiro com o título – *A Beleza Oculta do Lugar Comum*, ambas montagens com direção de Eduardo Cabus. (TAVARES, 2004, p. 13)

---

<sup>24</sup> No Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), têm-se os textos submetidos à Censura, embora estejam dentro de um espetáculo, foram examinados separadamente.

<sup>25</sup> Texto de teatro retomado em 1987 por Ildásio Tavares para transformá-lo na ópera “Lídia de Oxum”, conforme depoimento do autor, gravado por Filipe Cavaliere (TAVARES, 2010). Conferir site: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPXl>.

<sup>26</sup> O texto do libreto traz a data de publicação pela Fundação Casa de Jorge Amado: 1995, porém, em depoimento de Tavares (2010), o texto fora produzido em 1987, originando-se da transformação de “O Barão de Santo Amaro” em “Lídia de Oxum”.

<sup>27</sup> “Canção de Natal” (04b01.1.001-sd (1-26)) é um vídeo de criação coletiva, com seleção de textos, roteiro e direção de Ildásio Tavares, com 26 folhas. Há anotações a lápis referentes ao espaço para datilografia do texto, em caligrafia de outra pessoa. Em tinta preta, há marcas de revisão do texto datilografado, uso de maiúsculas, separação de palavras, letras que faltam, supressão de trechos etc.

<sup>28</sup> “Tem-tem baiano balangandã” traz textos de vários autores, dentre eles, de Ildásio Tavares, com seleção, adaptação e direção de Haroldo Cardoso, conforme testemunhos que se encontram no acervo do Espaço Xisto Bahia e panfleto no AIT no LM. Tal peça foi submetida à Censura, em 1974, por “autores diversos”, encenada no Teatro Vila Velha (TVV) no mesmo ano (informação nos documentos que integram o Arquivo Textos Teatrais Censurados – ATTC).

<sup>29</sup> Na capa, os títulos se apresentam nesta ordem.

<sup>30</sup> Na Coleção “Dramaturgia da Bahia” em 2004, registra-se o título “Homem e Mulher”.

Cada texto apresenta-se em dois testemunhos (T) no LM:

- a) **A volta do agregado/A morte do agregado:** T1: 9f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 7, exceto capa e primeira folha (04b01.001-67T1); T2: 5f.; datiloscrito com alterações manuscritas; folhas numeradas ao centro, de 2 a 4. Ao final do texto, registra-se a informação: “Traduzido e adaptado por Ildásio Tavares em março de 19[67]” (há uma rasgo no papel onde deveria ter “67”) (04b01.001-[67]T2);
- b) **Medo:** T1: 4f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 3, no ângulo superior direito (04b01.002-67T1); T2: 3f. não numeradas; datiloscrito com algumas emendas manuscritas em tinta azul e vermelha; na última folha, tem-se a anotação manuscrita: “Tradução e adaptação/ Ildázio Tavares, 1967.” (04b01.002-67T2);
- c) **Funeral doméstico:** T1: 5f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 4 no ângulo superior esquerdo, trazendo ao final do texto a informação datiloscrita: “Traduzido e adaptado em 1967” (04b01.002-67T1); T2: 3f., não numeradas; datiloscrito com algumas emendas em tinta azul; ao final do texto, registra-se: “Tradução e adaptação de Ildázio Tavares [datiloscrito] 1967 [manuscrito]” (04b01.003-67T2).

Dentre as rasuras que se mostram nos testemunhos do texto da peça, destacam-se alguns exemplos: a mudança no título: “A volta do agregado” (4b01.001-67T1) para “A morte do agregado” (04b01.001-[19--]T2); alguns registros de substituição, como de “vendo” por “olhando”, “criança” por “menino”, em “Funeral doméstico” (04b01.003-67); substituição por supressão e acréscimo na entrelinha superior de “faculdade” (04b01.001.[19--]T2), em “A morte do agregado”; e supressão de “O que você disse?” e substituição à frente por “O que filho?” (04b01.002-67T2), em *Medo*.

“Caramuru”<sup>31</sup> foi submetido à Censura em 1975, encenado pela primeira vez em 1978 no Teatro Castro Alves (TCA) e publicado em 2004. “Caramuru trata da história do descobrimento da Bahia, da baía de Todos os Santos, o local onde D. Diogo naufragou, o encontro com os índios,

<sup>31</sup> No ATTC, tem-se 4 testemunhos, sendo que três deles reproduzem a mesma matriz, diferenciando-se apenas pelos registros do processo de circulação do texto ao ser encaminhado para exame censório, passando pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) e, na sequência, pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). O outro testemunho é o texto em cópia digitalizada publicado na Coleção Dramaturgia da Bahia em 2004.

donos da terra e, conseqüentemente, toda a tragédia que acompanhou a nossa história.” (“CARAMURU”..., *Jornal da Bahia*, 10 set. 1978). Trata-se de uma superprodução da Companhia Baiana de Comédias, dirigida por Jurema Penna, contando com: Leonel Nunes, Maria Luiza Mascconi, Reinaldo Nunes, Zoíla Barata, Eduardo Moraes, André Luiz Torreta, Lúcia Mascarenhas, Antônio Alcantara, Neiva Rezende, Marisilda, Moaba, Maria Auxiliadora, Jaciara Menezes, Marcos Rebu, Hamilton Lima, entre outros. O espetáculo foi concebido para ser montado ao ar livre, de preferência no Rio Vermelho. Sua montagem, porém, ocorreu no TCA, de 20 de setembro a 1º de outubro de 1978, às 21 horas (“CARAMURU”..., *Diário de Notícias*, 19 set. 1978). Contava com “(...) músicas de Caetano Veloso, Wagner, Vila Lobos, Djalma Correia e temas afros.” (“CARAMURU”..., *A Tarde*, 20 set. 1978).

No Lugares de Memória, encontram-se 6 testemunhos não datados de “Caramuru” (3 completos e 3 fragmentos, sendo que para um deles, tem-se apenas 1 folha), a saber: **T1**: 50f.; datiloscrito; folhas numerada desde a f. 1, faltam as folhas 27 e 28, da f. 26 (fim do primeiro ato) passa à f. 29 (início do segundo ato) e vai até a f. 52 (04b02.001-s/d (1-50)); **T2**: 50f.; datiloscrito; folhas numerada desde a f. 1, faltam as folhas 27 e 28, da f. 26 (fim do primeiro ato) passa à f. 29 (início do segundo ato) e vai até a f. 52 (04b02.002.s/d (1-50)). Os testemunhos 1 e 2 reproduzem a mesma matriz, porém há pequenos ajustes em T2; **T3**: 29f.; texto datiloscrito no verso do papel timbrado do jornal Tribuna da Bahia (folha para datilografar o texto dentro daquele espaço), com anotações e rasuras manuscritas autorais, revisando e fazendo ajustes ao texto (maioria a tinta e poucas a lápis); traz a informação: “Ópera baiana / de Keiler Rego<sup>32</sup> e Ildásio Tavares”; numeração manuscrita, à direita: folhas 2, 4, 5, e da 17 a 29, demais folhas trazem a numeração datiloscrita (da f. 6 a 13); a partir da f. 14, risca-se o número datiloscrito e, ao lado, coloca 17 para 14, 18 para 15, 19 para 16, depois retoma a numeração em 17, desconsiderando as alterações realizadas; na seqüência, o segundo Ato (numerado de 17 a 29). Há uma folha solta (f.4) (04b02.003.s/d (1-30)); **T4**: 6f.; trecho datilografado (f.11) e, da f.12 a 16, texto manuscrito para ser datilografado, conforme anotação manuscrita (um bilhete): “Simone: minha máquina quebrou. / Será que dá pra v. bater/ são 17 p./ it [assinatura]” (0402.004-s/d (11-16)); **T5**: 5f.; datiloscrito (fragmento), com folhas numeradas de 12 a 16 (0402.005-s/d (12-16)); **T6**: 1f.; datiloscrito em folha avulsa: “CARAMURU / ÓPERA BAI[A]NA DE KEILER REGO E ILDÁSIO

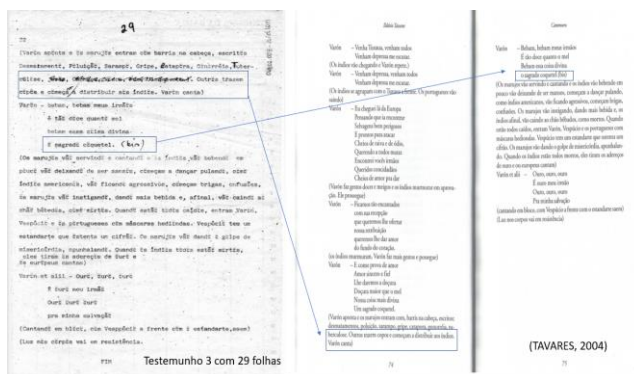
---

<sup>32</sup> Keiler Rêgo é maestro e compositor, nascido em Salvador a 16 de abril de 1954.

TAVARES”. Texto emoldurado por um desenho a lápis, com algumas rasuras manuscritas e datiloscritas (04b02.006.s/d).

Da análise dos testemunhos, observam-se rasuras de supressão, acréscimo, revisão do texto datilografado, corrigindo os erros de datilografia, enxugando o texto, que de 50 folhas passa a 29, considerando as diferenças entre os Testemunhos 1 e 2 (50 folhas) e o Testemunho 3 (29 folhas). Verifica-se a transformação do texto, de prosa em versos, objetivando a elaboração do texto de uma ópera, e assim está publicado na Coleção referida acima. Comparando a última folha dos testemunhos completos de *Caramuru*, evidenciam-se textos diferentes entre si, exceto para o Testemunho 3 (T3) e aquele publicado em 2004 (T2004), que, conforme alterações manuscritas feitas em T3 e aceitas no impresso (T2004), sugere ser T3 o texto de base da versão impressa.

Figura 1: Cotejo entre os testemunhos T3 e T2004.



Fonte: T3 no AIT no Lugares de Memória e T2004 no ATTC.

Quanto ao texto da peça “O Barão de Santo Amaro” (1976–1977), Ildásio Tavares o escreveu na época da ditadura, mas não há registro desta peça no Arquivo Nacional de Brasília, na DCDP; ao que parece não se fez a submissão do texto para exame censório. No LM, têm-se dois testemunhos desta peça: **T1**: 29f.; numeração das folhas à esquerda (2-8) e à direita (9-29), da f.2 a 29; datiloscrito com modificações autorais, datado, ao final do texto: “6 de abril de 1976 a 26 de julho de 1977”, com rasuras a tinta que resultam da retomada e revisão do texto, acolhidas na versão do

testemunho 2, trazendo alterações bastante significativas que modificam o conteúdo do texto (04b05.001-76/77); **T2**: 29f.; datiloscrito; numeração da f.2 a f. 28, à direita; primeira folha, capa; segunda, início do texto, sem numeração. Ao final do texto, data: “06.04.76 a 26.07.77”. Versão passada a limpo (04b05.002-76/77). O texto desta peça é retomado em 1987 e transformado no texto da ópera “Lídia de Oxum” (TAVARES, 2010).

“Mulher de roxo” (1987) é o texto com o maior número de testemunhos, 12 no total, que traz além das alterações autógrafas, intervenções de outros sujeitos na materialidade dos textos. São eles: **T1**: 15f.; sem data; folhas numeradas a partir da f. 2, à direita (2-15); texto datilografado em caixa alta, trazendo algumas alterações manuscritas em caixa alta (04b04.001-s/d); **T2**: 17f.; sem data; datiloscrito; anotação manuscrita “4ª versao”; folhas numeradas de [1] a 16, contando a partir de 2, sendo a f. 16 repetida (04b04.002-s/d); **T3**: 29f.; datiloscrito; folhas numeradas da f. 2 a 29, a primeira folha não traz numeração; rasuras manuscritas autorais, em tinta azul, além do realce da escrita esmaecida na cópia do texto datilografado (determinadas passagens do texto não estão nítidas). Na última folha, em tinta azul, tem-se “198/7\” (1987) (04b04.003-s/d[87]); **T4**: 18f.; sem data; numeração datiloscrita da f.2 a 17, com repetição da folha 8; datiloscrito com intervenções manuscritas em tinta verde, azul, vermelha e preta. O verso de algumas folhas tem anotações e desenhos. Uma anotação manuscrita, letra de Ildásio Tavares, f. 8: “Faça as páginas coincidir urgente/ Tem linhas sobrando/ Espiche as linhas” (04b04.004-s/d); **T5**: 18f.; sem data; datiloscrito; numeração iniciada em 2 a 17, sendo que duas folhas receberam a mesma numeração “8”; é uma cópia do testemunho anterior (T4), porém com outras intervenções (04b04.005-s/d); **T6**: 23f.; sem capa, numeração desde a primeira folha, de 1 a 23 (foi acrescentada a folha 8 que faltava), no ângulo superior direito; texto datilografado em letras maiúsculas; nos versos de algumas folhas, há anotações; uso de setas na cor vermelha para indicar onde começa e termina o texto; a folha 17 foi datilografada em outra fonte, com caracteres minúsculos (tal folha integra o documento 04b04.008-s/d (T8)). No final, traz o ano “1987” (04b04.006-1987); **T7**: 20f.; 1987; datiloscrito; folhas numeradas de 1 a 20 (folhas 1-5; 7-8; 10-20; 21-30, numeração datiloscrita; folhas 6, 9, 20A, numeração manuscrita); traz rasuras manuscritas em tinta preta e azul (com tons diferentes), esferográfica e hidrocor (04b04.007-87); **T8**: 9f.; sem data; datiloscrito; traz primeiro ato numerado de 1 a 8; há anotações manuscritas em tinta azul, vermelha e preta (04b04.008-s/d); **T9**: 31f.; 1987; datiloscrito; folhas numeradas de 1 a 30, com a inserção de uma folha 20-A; texto

submetido à apreciação de outra pessoa que destaca, comenta, faz observações manuscritas em preto e azul, e ainda se vale do uso de marcador de texto na cor rosa (04b04.009-87); **T10**: 31f.; 1987; datiloscrito; anotação manuscrita “2ª versao”; folhas numeradas de 1 a 30, incluindo a folha “20-A” (manuscrita) (04b04.010-87); **T11**: 31f.; 1987; anotação manuscrita “3ª versao”; folhas numeradas de 1 a 30, incluindo a folha “20-A” (datiloscrita); texto datilografado em caixa alta, com poucas rasuras (04b04.011-87); **T12**: 32f.; [1987]; na capa, sem numeração, há uma dedicatória a Jurema Penna; datiloscrito numerado no ângulo superior direito da f. 2 a 31; traz rasuras manuscritas em tinta preta e azul (04b04.012-[87]) (data reconstituída a partir da dedicatória). Em tais testemunhos, observam-se rasuras diversas, anotações, enumeração de versões, além de intervenção de outra mão, alguém a quem o autor tenha confiado o texto para apreciação e/ou colaboração.

O texto de “O Vendedor de jóias” (1987) apresenta-se em dois testemunhos datiloscritos: **T1**: 80f.; datado de abril de 1987; traz uma anotação manuscrita: “Primeira versão”, na capa, e, ao longo do texto, registram-se rasuras a tinta que resultam da retomada e revisão do texto; folhas numeradas de 2 a 75, sendo que depois da 21, têm-se 21A e 21B; as três primeiras folhas não foram numeradas: capa e lista de personagens (04b06.001-87); e **T2**: 89f., sem data; na capa, tem-se a informação manuscrita “2ª.versão” em tinta azul, há também uma modificação manuscrita, risca o nome de “Ildásio Tavares”, e, abaixo, escreve “Antônio Marques”, em tinta azul; folhas numeradas de 2 a 87, exceto capa e lista de personagens (datilografado em vermelho) que não trazem numeração; da folha 14 passa para 14A (“A” manuscrito em tinta azul) e retorna para 15; há algumas emendas e rasuras em tinta azul ao longo do texto (04b01.005-s/d).

Por fim, trago a tradição textual de “Lídia de Oxum: uma ópera negra” composta de 6 testemunhos (sendo 4 datiloscritos e 2 impressos): **T1**: 49f.; sem data; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 49, ao centro, com algumas rasuras manuscritas (diferentes caligrafias); o texto parece incompleto (04b03.001.s/d); **T2**: 25f.; sem data; datiloscrito; o texto não traz numeração e as folhas estão sem ordem aparente (04b03.002-s/d); **T3**: 31f.; sem data; datiloscrito; o texto não traz numeração e as folhas estão sem ordem aparente (04b03.003-s/d); **T4**: 44f.; sem data; datiloscrito; f.1 e 2, lista de personagens e ação; numeração das folhas: de 2 a 40 (folhas 13 e 13A), faltando a f.18, da 17 passa para a 19; traz anotações e rasuras manuscritas em vermelho e preto, com caligrafias diferentes (04b03.005-s/d); **T5**: 56p.; sem data; impresso com anotações manuscritas e





Libreto de Ildásio Tavares e música de Lindembergue Cardoso, assim nasceu “Lídia de Oxum”. Esta é a primeira ópera negra do Brasil escrita em português com trechos em iorubá. Aborda o tema do conflito racial, a relação entre brancos e negros. Seus autores pretendiam encená-la em 1988, em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988), mas infelizmente, não foi possível; sendo somente encenada em 1995, desta vez, para comemorar os 300 anos da morte do líder negro Zumbi dos Palmares (1695–1995), com estreia em 29 de junho, depois 30 de junho, 2 e 3 de julho, no Teatro Castro Alves, sob a direção de Paulo Dourado. Também foi encenada no Teatro Municipal de São Paulo e no Teatro Nacional de Brasília (TAVARES, 2010). Depois disso, em 1996, dias 1 e 2 de julho, com direção do próprio Ildásio Tavares, e regência do maestro Júlio Medaglia, no Parque Metropolitano do Abaeté (TAVARES, 2010). Voltou a cartaz no período de 20 a 23 de novembro de 2019 no TCA, sob a direção artística de Gil Vicente Tavares e direção geral de Ildázio Tavares Júnior, para celebrar os 80 anos de Ildásio Tavares (1940-2010) (PRIMEIRA..., 2019).

Em fevereiro de 1988, uma nota, no Jornal A Tarde, trazia: “o poeta Ildásio Tavares já concluiu o argumento da ópera “Lídia”, drama lírico de sua autoria que já está aos cuidados do maestro Lindembergue Cardoso, que irá musicá-lo” (O DUETO..., A Tarde, 2 fev. 1988), o que se confirma nesta outra matéria: “No começo deste ano [1988] o libreto já estava na mão do compositor para que fosse criada a música (...)” (GUSMÃO, A Tarde, 10 maio 1988). Lindembergue Cardoso “agora está mergulhado na criação de música para Lídia de Oxum, uma ópera um pouco mais próxima dos padrões convencionais, (...) primeira ópera negra brasileira. O libreto é assinado pelo poeta, escritor e jornalista Ildásio Tavares.” (GUSMÃO, A Tarde, 10 maio 1988).

Ainda em fevereiro de 1988 anunciava-se a estreia da peça para outubro daquele ano no Teatro Castro Alves (O DUETO..., A Tarde, 2 fev. 1988). Em matéria do Tribuna da Bahia (A ÓPERA..., 4 ago. 1988), afirma-se que a ópera afro-baiana prepara-se para estrear no dia 21 de outubro [de 1988]. Em 22 de maio de 1993, em matéria do Correio da Bahia, intitulada “Ópera inédita e memórias”, já anunciava que em breve tal ópera seria conhecida do público (PEDREIRA, 1993), mas também não se teve notícia, até a presente data, se houve ou não encenação anterior a de 1995. Sabe-se apenas que “[a] ópera Lídia de Oxum teve sua ‘avant-première’

de gala a 29 de junho de 1995, no Teatro Castro Alves, em Salvador-BA.” (TAVARES, 1995)<sup>33</sup>.

“[A] obra mistura romance e tragédia durante a luta dos escravos” (GOMES, *Tribuna da Bahia*, 15 abr. 1995). “O enredo de Lídia de Oxum se desenrola aqui no Recôncavo [Santo Amaro da Purificação] na época da abolição. Ela é filha do proprietário do Engenho Esperança, um mestiço chamado Bonfim, que aderiu a luta pelo fim de escravidão (...)” (GUSMÃO, *A Tarde*, 10 maio 1988). Lídia participa de uma rebelião de escravos e se apaixona por dois homens: o negro Tomaz de Ogum e o branco Lourenço, um europeu abolicionista (GOMES, *Tribuna da Bahia*, 15 abr. 1995).

Em documento datiloscrito com rasuras autorais, intitulado “A ópera é dos operários”, dirigido à Claudio Bandeira, em papel timbrado do jornal *Tribuna da Bahia*, Ildásio Tavares refere-se à equipe que montou pela primeira vez “Lídia de Oxum” (03a09m.044-s/d, f.1-2): direção de Paulo Dourado, regência de Júlio Medaglia, coreografia (muitas danças e dança afro) de Carlos Moraes, figurinista, Samuel Abrantes, cenógrafo, José Dias, maestro da OSBA, Paulo, solistas Amim Feres, Marcos Tadeu e Lazzo (“já escolhidos por Begue<sup>34</sup>”), Inácio e Elizeth por Paulo e Júlio. “Com esta constelação e seis ensaios de conjunto Lídia de Oxum estourou.” (TAVARES, [199-], f.2 (03a09m.044-s/d)).

Outro documento datiloscrito, não datado, intitulado “A ópera do povo”, produzido pelo próprio Ildásio Tavares, também dirigido a Cláudio Bandeira, editor do 2º. Caderno, faz referência à encenação de “Lídia de Oxum” no Parque do Abaeté, para “mais de dez mil pessoas” e faz menção aos agentes que participaram de tal produção, entre atores, coreógrafo, iluminadores e outros: Luciano Fiúza, Margareth Menezes, Inácio di Nonno, Marcos Tadeu, Geraldo Cunha, Júlio Medaglia, Carlos Moraes, Paulo Cerqueira, Serginho, Gil Vicente, Irma Vidal, João Américo, Fernando Coelho, produção da Viramundo com Marcelo Nascimento, Adrea May e Ildázio Júnior. No texto, Ildásio Tavares fala da parceria com Carlos Moraes (coreógrafo) no trabalho de direção, afirma:

[...] neste meu primeiro ~~trabalho~~ [esforço] grande de direção, o prazer de trabalhar com essa equipe maravilhosa de Lídia de Oxum. De estar lado a lado trocando ideias e aprendendo uma lição de seriedade e criatividade com este gênio que é Carlos Moraes. [...] ele é um “metteur-en-scène” da melhor qualidade e poderia, se quisesse, ter dirigido o espetáculo sozinho,

<sup>33</sup> Impresso 04b03.006-95 publicado pela Fundação Casa de Jorge Amado.

<sup>34</sup> Como Ildásio Tavares chamava Lindemberg Cardoso.

porquê, ao contrário de muitos diretores locais, Carlinhos sabe trabalhar o ator. (TAVARES, [199-?], f.1 (03a09m.044-s/d))

Em depoimento de Ildásio Tavares (2010), gravado por Filipe Cavalieri, tais informações se confirmam, além da data da encenação, 1996.

Em outro datiloscrito com rasuras autorais, Ildásio Tavares fala de seu propósito em relação à ópera “não queríamos, por um lado, fazer uma ópera tradicional, italiana, como também [...], por outro lado, [não queríamos] fazer uma ópera destrambelhada de vanguarda, vazia, hermética, tediosa e fria.” (TAVARES, [199-], f.1 (03a09m.296.s/d)). No depoimento gravado por Cavalieri, Ildásio Tavares (2010) afirma ter feito alterações que levaram em conta as diferenças de classe: a classe social opressora falava em decassílabos e o povo falava em redondilhas (TAVARES, 2010). Outras mudanças foram realizadas.

[T]ratando-se de uma ópera negra, sugeri a Lindembergue Cardoso desierarquizar os seus valores. Assim, [tradicionalmente,] o mocinho é sempre o tenor. Em Lídia de Oxum, os tenores são os negros, em sua primeira récita, Lazzo e Marcos Thadeu. [...] Outrossim, todas as partes da antiópera podem ser cantados por cantadores populares, desmi[s]tificando a ideia que só vozes operísticas, cultivadas podem projetar-se e ter boa execução na ópera. (TAVARES, [199-], f.4 (03a09m.296.s/d))

Lídia de Oxum foi, desde o início, uma peça de teatro convertida em versos, toda rubricada, com as marcações de cena todas, com as descrições das danças e até indicação dos corais, e dos toques de atabaque. Tudo escrito e roteirizado nos mínimos detalhes. Os Cânticos africanos de candomblé fui eu quem dei a Lindembergue e eles aparecem às vezes iguais, às vezes magistralmente desenvolvidos, como o tema do Olubajé e mais ainda o tema e leit-motiv de Lídia [...] que é uma canção ijexá de Oxum, [a minha pre-dileta como Ogan deste Orixá]<sup>35</sup>. [...] acima de ser um libreto, [...] Lídia de Oxum nasceu como uma peça para ser musicada [...] um drama lírico afro-brasileiro [...] (TAVARES, [199-], f.5-6 (03a09m.296.s/d), grifo do autor)

“Na montagem, muito de nossa proposta se realiza. Afora alguns momentos de besteiro que nem eu nem Lindembergue escrevemos, mas que parece ser inevitável (...)” (TAVARES, [199-], f. 6 (03a09m.296.s/d)). No final do documento, uma crítica: “Se Lídia de Oxum pecou no palco, foi por excesso e todo excesso numa ópera, inda mais uma ópera baiana, ambos grandiloquentes, é perdoável. Se bem que eu e Lindembergue nada queríamos de excessivo em nossa antiópera nem o derramamento é o nosso estilo.” (TAVARES, [199-], f. 7 (03a09m.296.s/d), grifo do autor).

<sup>35</sup> Acréscimo da mão do autor no texto datilografado.

Quanto ao texto, pronuncia-se Ildásio Tavares ([199-], f.1 (03a09m.044-s/d)):

Se o texto é coeso em sua estrutura, é arriscado nele mexer. Qualquer interferência numa parte, por menor que seja, de uma estrutura, afeta o todo e o pode descaracterizar, desfigurando a intenção original, sem criar uma verdade nova. Não a linguagem, [...] mas a essência do significado precisa ser bem lida para que o diretor possa substituir, acrescentar ou interpolar.

O que posso concluir, a partir dos gestos de criação expostos nos datiloscritos, depoimento e impressos que fizeram circular a produção dramática de Ildásio Tavares ou discorreram sobre ela, é que o autor mostra um trabalho de muita entrega, esforço, zelo e dedicação à literatura que produziu, e também é cômico dos processos que envolvem a gênese de uma obra, o processo de escritura, os agentes envolvidos com a produção, transmissão e recepção das obras, entre outros aspectos a considerar em uma análise mais aprofundada.

### **3. Tecendo os fios de uma conclusão pela filologia**

As informações trazidas a partir dos processos de produção, circulação e apropriação dos textos (adaptações e traduções), além de conectar o leitor com a tradição textual dos documentos que a compõem, fornece ao pesquisador elementos para a prática filológica, na elaboração de notas, comentários, estudos hermenêuticos e formatos editoriais próprios à tradição e transmissão textuais. Trata-se de uma ação crítico-interpretativa do filólogo que propõe para os textos estudados novos sentidos, novas leituras, bem como sua inserção no panorama de determinada literatura (BORGES, 2019).

[...] [O]s **manuscritos e outros documentos** que integram os arquivos pessoais de autores contemporâneos ora espelham o **pulsar da oficina de escrita** própria de cada criador (mostrando a gestação e o devir da sua obra), ora desvendam o especioso percurso de que foi feito o impulso, sucesso ou insucesso, de muitas **intervenções singulares e movimentos colectivos** (literários, artísticos, cívicos, etc.) **que marcaram decisivamente a nossa história cultural mais recente**. (OLIVEIRA, 2007, p. 375) (grifo meu)

Ao estudar as modificações autorais com vistas à compreensão do processo de criação de um autor, assume-se, cada vez mais, na crítica textual, o interesse pelo processo de construção do texto, conciliando, além da perspectiva filológica, orientações de outros campos do saber, da teoria literária, das críticas, literária e biográfica, da história literária e da arquivística literária. O momento em que o autor entrega sua produção aos leitores, que dá por encerrado o percurso genético, inicia, assim, outro

processo, o da recepção e interpretação. Desse modo, nos processos de produção e publicação de um texto/obra, passa-se da esfera privada à “esfera pública de circulação de bens culturais” (GRÉSILLON, 1995, p. 270), podendo ainda o autor trazer a público novas edições revistas e corrigidas. Nesse momento, nós, filólogos, atuamos no processo de transmissão como mediadores editoriais que, através da edição crítica de textos, fazemos circular uma versão do texto que contém a história de sua produção e transmissão textuais, que damos a ler por meio de uma crítica filológica ética e política.

Pelo viés da filologia, conduzi minha leitura de alguns dos documentos que integram o Acervo Ildásio Tavares no Lugares de Memória. Destaco, para finalizar meu texto, algumas das situações textuais ali verificadas: texto escrito para a encenação e para publicação; datiloscritos que registram mudanças (visando ao texto e/ou à encenação) por conta das relações entre autor, compositor, diretor, produtor e outros sujeitos não identificados; datiloscritos com rasuras autorais, alterações nas rubricas, nos diálogos, transformação do texto, enxugando-o, modificando prosa em versos; impressos com rasuras etc.. Em alguns documentos, registram-se ainda casos de modificação textual que resultam de uma escritura a várias mãos, da colaboração de outros agentes sociais e culturais, sobretudo, quando se considera a produção do espetáculo, pois “(...) o componente cênico coexiste com o texto desde o projeto inicial, embora de modo latente, não dito, até mesmo não dizível, como que recalcado pelo código da linguagem escrita.” (GRÉSILLON, 1995, p. 282). Assim, tanto no que se refere ao texto quanto ao espetáculo, Ildásio Tavares e outros colaboradores (diretor, compositor, regente, coreógrafo, atores, figurinista etc.) trabalharam juntos na construção dessa dramaturgia baiana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosa. Diálogos entre Filologia e Arquivística: acervos de dramaturgos baianos. In: XXIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFil, v. 23, n. 3. p. 180-95, 2019. Disponível em: [www.filologia.org.br/xxiii\\_cnlf/cnlf/tomo01/14.pdf](http://www.filologia.org.br/xxiii_cnlf/cnlf/tomo01/14.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.

GOMES, Márcia. Bahia leva ao palco a sua ópera negra. *Tribuna da Bahia*, [Salvador], 15 abr. 1995. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

GRÉSILLON, Almuth. Nos limites da Gênese da escritura do texto de teatro à encenação. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 269-85, 1995.

GUSMÃO, Marcus. Lídia de Oxum: Uma ópera negra. *A Tarde*, [Salvador], 10 maio 1988. Recorte de jornal.

MAESTRO Lindembergue Cardoso: Ópera Lídia de Oxum. Disponível em: [http://www.lindemberguedcardoso.mus.ufba.br/destaques\\_lidiadeoxum.htm](http://www.lindemberguedcardoso.mus.ufba.br/destaques_lidiadeoxum.htm). Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, António Braz de. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, v. 8, p. 372-82, Porto Alegre, 2007. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/arquiv%C3%ADstica\\_liter%C3%A1ria\\_notas\\_de\\_mem%C3%B3ria\\_e\\_perspectiva](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/arquiv%C3%ADstica_liter%C3%A1ria_notas_de_mem%C3%B3ria_e_perspectiva). Acesso em: 03 set. 2020.

PEDREIRA, Cláudia. Ópera inédita e memórias. *Correio da Bahia*, 22 maio 1993. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

SALVADOR monta primeira ópera negra do Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 abr. 1995. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

SANTOS, Rosa Borges dos. Literatura, teatro e história: o texto em cena. In: II SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, Feira de Santana. *Anais do II Seminário de Estudos Filológicos – SEF*. Filologia e História: múltiplas possibilidades de estudo, p. 71-82, Salvador: Quarteto, 2007.

SOUZA, Eneida Maria de. A biografia, um bem de arquivo. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-29, jan.-jun. 2008.

TAVARES, Ildásio. *A ópera é do povo*. [Salvador], [199-]. 1 f. Datiloscrito em atenção a Cláudio Bandeira (03a09m.044-s/d).

\_\_\_\_\_. *A ópera é dos operários*. [Salvador], [199-]. 2 f. Datiloscrito em atenção a Cláudio Bandeira (03a09m.044-s/d).

\_\_\_\_\_. *Ildásio Tavares comenta origem da Ópera Lídia de Oxum*. Rio de Janeiro, 2010. Depoimento gravado por Filipe Cavalieri no ano de 2010, em Copacabana-RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPrxI>. Acesso em: 12 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lídia de Oxum; Homem e mulher; Mulher de roxo; Caramuru; O vendedor de jóias*. Salvador: SCT, 2004. Coleção Dramaturgia da Bahia.

\_\_\_\_\_. *O Arquivista*. [Salvador], [198-]. 2f (f.2 escrita no averso e verso). Depoimento do escritor quando fez a doação de seus manuscritos ao Acervo de Manuscritos Baianos.

\_\_\_\_\_. *Quando decidimos...* [Salvador], [199-]. 7 f. Datiloscrito com rasuras autorais (03a09m.296.s/d).

\_\_\_\_\_; CARDOSO, Lindembergue. *Lídia de Oxum: uma ópera negra*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, [1995].

Outras fontes:

“CARAMURU” e a eliminação do índio em todo o mundo. *A Tarde*, [Salvador], 20 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

“CARAMURU” tem estréia amanhã pela Cia. Baiana de Comédias. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

“CARAMURU” vem aí e promete ser marco no teatro baiano. *Jornal da Bahia*, Salvador, 10 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

O DUETO da ópera. *A Tarde*, [Salvador], 2 fev. 1988. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

A ÓPERA afro-baiana de Lindenbergue[sic] Cardoso. [*Tribuna da Bahia*, Salvador, 04 ago. 1988]. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

PRIMEIRA ópera negra baiana será reencenada no TCA após 24 anos. *Correio* 24 horas, Salvador, 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/primeira-opera-negra-baiana-sera-reencenada-no-tca-apos-24-anos/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

**NORMA CULTA EM FOCO: ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA  
DE PRODUÇÕES ESCRITAS DE ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS**

*Fatiny Moura* (UESB)

[fatiny.moura@hotmail.com](mailto:fatiny.moura@hotmail.com)

*Vivian Antonino* (UESB)

[viviantonino2@gmail.com](mailto:viviantonino2@gmail.com)

**RESUMO**

Esta pesquisa propõe-se a analisar qualitativamente textos escritos de discentes dos 1º, 3º, 5º e 7º semestres do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié, e mapear o uso da norma culta a fim de diagnosticar os desvios recorrentes e suas motivações e verificar se de fato a norma culta é alcançada com a conclusão do curso superior. Sabendo-se que os fatores sociais são basilares para a análise linguística, nesta pesquisa, ao utilizar o conceito de língua como um sistema diferenciado, provido de heterogeneidade e sistematicidade, fez-se coleta de dados sociais dos informantes para a efetivação da análise considerando-se as vivências dos indivíduos. Tendo como objetivo o mapeamento das recorrências de desvios gramaticais e estruturais, desde a divergência com o acordo ortográfico à má estruturação de parágrafos-padrão, com períodos longos e lapsos de elementos coesivos adequados para a construção de sentido de uma unidade coesa e coerente, a hipótese inicial era de que tendências a desvios de norma culta com maiores ocorrências de base variacionista fossem mais comuns nos primeiros semestres, visto que, com o decorrer do curso, formador de docentes de Língua Portuguesa, é esperado que haja uma apropriação da variação culta.

**Palavras-chave:**

**Norma culta. Produção escrita. Variação linguística**

**ABSTRACT**

This research aims to qualitatively analyze texts written by students of the 1<sup>st</sup>, 3<sup>rd</sup>, 5<sup>th</sup> and 7<sup>th</sup> semesters of the Licentiate Degree in Letters at the State University of Southwest Bahia, Jequié campus, and to map the use of the cultured norm in order to diagnose the recurrent deviations and their motivations and verify if, in fact, the cultured norm is reached with the conclusion of university education. Knowing that social factors are fundamental for linguistic analysis, in this research, when using the concept of language as a differentiated system, provided with heterogeneity and systematicity, the informants' social data was collected to carry out the analysis, considering their individual experiences. Aiming at mapping the recurrences of grammatical and structural deviations, from the divergence with the orthographic agreement to the poor structuring of standard paragraphs, with long periods and lapses of cohesive elements suitable for the construction of meaning of a cohesive and coherent unit, the initial hypothesis was that tendencies to deviations from the cultured norm with greater occurrences of variationist base were more common in the first semesters, since, along the course, that trains portuguese



language teachers, it is expected that there will be an appropriation of the cultured variety.

**Keywords:**

**Cultured norm. Linguistic variation Written production.**

## ***1. Introdução***

Afirmar que língua e sociedade apresentam uma relação íntima e que é praticamente impossível conceber língua sem sociedade ou sociedade sem língua não é grande novidade, a partir de um olhar sociolinguístico. E se esta influência é tão certa e inquestionável, também o é o caráter variável da língua. Assim, tomando por base tal variabilidade, neste trabalho busca-se, através da observação da escrita de estudantes universitários do curso de Licenciatura em Letras, analisar se uma formação superior acadêmica traria marcas que indicassem a consolidação da norma culta na competência comunicativa dos graduandos.

Partimos da hipótese inicial de que há tendências a desvios de norma culta característicos por período, com maiores ocorrências nos primeiros semestres, provavelmente atrelados ao convívio com a linguagem urbana comum, e posterior aproximação com o padrão normativo, visto que a licenciatura forma docentes de Língua Portuguesa, os quais supostamente têm domínio das dinâmicas dos constituintes que afetam a escrita. A construção do trabalho sustenta-se no objetivo de analisar o perfil da norma culta hodierna, a fim de diagnosticar os desvios recorrentes e verificar se a norma culta, de fato, é alcançada com a conclusão do curso superior, a partir do mapeamento das ocorrências de desvios.

## ***2. Fundamentação teórica***

Sabendo-se que os fatores sociais são basilares para a análise linguística, nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de língua como um sistema diferenciado, provido de heterogeneidade e sistematicidade, como proposto pela Sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]).

Ainda, entende-se aqui o português brasileiro como produto de um cenário sociolinguístico plural e polarizado (LUCCHESI, 2015), no qual os usos linguísticos que mais se afastam do padrão normativo são reflexos de uma enorme desigualdade social que tem raízes históricas e que se

evidenciam por meio do preconceito linguístico (BORTONI-RICARDO, 2005).

Nessa perspectiva, a norma é concebida, consoante Eugenio Coseriu, como o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade, incluindo os fenômenos em variação. Aqui, então, para fins de esclarecimento, é preciso distinguir as normas linguísticas. Embora a norma linguística modelar, imposta no século XIX, receba “múltiplas denominações: norma culta, norma-padrão, norma gramatical, gramática, língua culta, língua padrão, língua certa, língua cuidada, língua literária, entre tantas outras.” (FARACO, 2008) respaldadas em concepções de língua conflitantes e equivocadas, perpetradas a partir de representações ideológicas assentadas nos processos históricos da construção política da sociedade, é preciso desmistificar o problema da terminologia: norma-padrão e norma culta não são sinônimos.

A norma-padrão é entendida como o “conjunto de regras padronizadas, descritas e prescritas pelas gramáticas normativas, inspiradas em estágios passados da língua e principalmente nas opções de um grupo restrito de escritores consagrados” (BAGNO, 2007, p. 130), sendo, portanto, idealizada e artificial; enquanto que a norma culta, embora seja a variedade que mais se aproxima do padrão normativa, diz respeito à variedade linguística real que caracteriza a fala e a escrita dos cidadãos urbanos letrados e socioeconomicamente privilegiados (BAGNO, 2007). Assim, tem-se que a norma culta, conforme estabelecido pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC), corresponde à variedade de uso corrente entre falantes com escolaridade superior completa<sup>36</sup>, em situações monitoradas, uma vez que pressupõe envolvimento com atividades relacionadas à cultura escrita (Cf. FARACO, 2008).

A expressão norma culta/comum/standard [...] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social. (FARACO, 2008, p. 71)

É válido, ainda, esclarecer que a norma culta falada e a norma culta escrita são modalidades distintas. Logo, parte-se da hipótese de que a escrita de graduandos se aproxime da norma culta, caracterizada como a

---

<sup>36</sup> Este conceito já vem sendo revisto para se adequar melhor à nova realidade social, no entanto, aqui, optamos por manter esta definição mais tradicionalmente conhecida.

norma linguística praticada por grupos economicamente e socialmente privilegiados em situações de maior grau de monitoramento, como é o caso da escrita de trabalhos acadêmicos. É válido destacar que os materiais escritos aqui analisados tinham finalidade avaliativa e foram produzidos em casa, com tempo para possíveis reescritas e acesso a editores de textos que ajudam na correção da escrita, ou seja, o contexto corrobora para uma produção altamente monitorada. Assim,

[...] esperar-se-ia o emprego de estruturas padrão dos grupos mais escolarizados e mais sensíveis à diversidade linguística em relação à necessidade de adequação dos usos alternativos em estilos e gêneros de grau diferenciado de formalidade tanto na fala quanto na escrita. (MOLLICA, 2010, p. 29)

Assim, supondo que o ensino universitário seja crucial para o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas que permitam a apropriação da norma culta, sobretudo no curso de formação de professores de Língua Portuguesa, espera-se que, com o decorrer do curso, as ocorrências de base variacionista, provavelmente atreladas ao convívio com a linguagem urbana comum, diminuam, a partir do desenvolvimento do domínio das dinâmicas dos constituintes que afetam a escrita.

## **2.1. Metodologia**

A pesquisa sociolinguística aqui realizada se propõe a uma análise quali-quantitativa de dados obtidos a partir da produção escrita de discentes do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié, em distintos momentos da trajetória acadêmica (1º, 3º, 5º e 7º semestres), escolhidos aleatoriamente. Para isto, houve autorização por parte dos discentes, através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Num primeiro momento, aplicou-se um questionário sociocultural, a fim de se compreender a realidade em que estes discentes estavam inseridos. Assim, 40 graduandos do curso de Letras, 10 de cada semestre em estudo, responderam perguntas voltadas para a sua identificação social, como gênero, faixa etária, ocupação e procedência escolar e seu comportamento estudantil, como tempo de leitura diária, quantidade de livros lidos anualmente, usos da escrita e participação em atividades complementares de leitura e/ou produção textual.

No segundo momento, recolheram-se textos produzidos com o fim avaliativo em diferentes disciplinas do curso. Foram variados os gêneros,

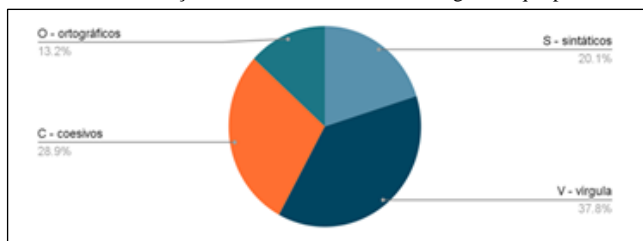
indo desde respostas dissertativas a questões até relatório de estágios. Em seguida, o material foi digitalizado e transcrito para, depois, se realizar uma primeira análise dos desvios relativos ao padrão. Após a análise preliminar, realizou-se a separação das ocorrências em quatro grandes quadros de maior recorrência: desvios sintáticos, ortográficos, estruturais e morfológicos.

Na terceira etapa, então, deu-se a codificação dos dados, bem como o seu processamento estatístico e análise, uma vez que os dados quantitativos apresentados servem de subsídio à apreciação qualitativa, com o intuito de sinalizar aspectos relevantemente concernentes ao ensino e à aprendizagem da norma culta no ambiente acadêmico.

## 2.2. Análise dos dados

Ao analisar os textos coletados, notou-se a recorrência de desvios relativos aos aspectos ortográficos (O), morfossintáticos (S), à coesão textual (C) e ao emprego da vírgula (V), especificamente, como demonstrado no gráfico 1 abaixo

Gráfico 1: Distribuição dos desvios conforme a categoria a que pertencem.



Fonte: Elaboração própria.

Pelo caráter majoritariamente qualitativo desta pesquisa, as ocorrências de desvios presentes na escrita dos estudantes serão, agora, contextualizadas, descritas e comentadas.

A categoria *O* (desvios ortográficos) subdividiu-se em: erro ortográfico, acentuação, separação silábica e emprego inadequado de trema, hífen e aspas. Em *erro ortográfico*, *acentuação* e *emprego inadequado de trema, hífen e aspas*, encontram-se vocábulos escritos de forma incongruente com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2008).

A seguir, são apresentados exemplos referentes aos desvios de ortografia presentes no *corpus*:

(1) A **perspectiva** cognitivista são estratégias e habilidades que o leitor cria e executa inconscientemente para compreender um texto.

(2) Apesar do contato entre as línguas, a língua **indígena** da mãe era a língua falada pelos filhos e pela maioria dos habitantes da região.

(3) Em termos de estruturais, O Colégio Estadual Luiz Viana Filho dispõe de salas muito amplas com ventiladores, com cadeiras de madeira, lousa e uma TV para reproduções **multi-mídia**.

(4) A **expressão** “língua geral” se definiu nos séculos XVII e XVIII, quando em São Paulo (...)

Observa-se que em (1) a grafia do termo *perspectiva* encontra-se em dissonância com os mais diversos dicionários de língua portuguesa revisados conforme a nova ortografia, ao refletir na modalidade escrita um fenômeno característico da fala urbana comum em situações de não monitoramento de apagamento do fonema /R/ em coda silábica. Em (2), vê-se a não acentuação gráfica da palavra proparoxítona *indígena*. Já em (3), nota-se que não houve atenção à alteração da regra de utilização do hífen, já que a grafia expressa no exemplo está em desacordo com a determinação de que o hífen não mais deve ser empregado na formação de palavras com os prefixos de origem grega e latina, como é o caso de *multi-*. Por fim, é possível perceber o desvio em relação à não separação das letras do dígrafo *ss* em *ex.pres.são*.

Em *S* (desvios morfossintáticos), observaram-se casos de concordâncias verbal e nominal, conjugação de tempo verbal, regência, colocação pronominal e crase. A crase, embora esteja relacionada à subcategoria de regência, por ser a fusão entre a preposição *a*, exigida pelo verbo/nome regente, e os artigos *a/as* ou pronomes *a/as/* e *aquele/a/s, aquilo*, é compreendida como uma categoria à parte por ser um fator particular à escrita, já que na modalidade oral não é possível diferenciar o *a* do *à* com o acento grave para assinalar a crase.

Seguem abaixo exemplos de ocorrências referentes aos desvios morfossintáticos:

(5) Por fim, é importante ressaltar que, as obras de Lima Barreto, não só antigamente, mas atualmente, são de grande importância para a cultura brasileira, pois **retrata** a verdadeira face da sociedade brasileira (...)

(6) O analfabetismo em todos os seus níveis (absoluto, o iletrista, o funcional, o político, entre outros) gera isto nos indivíduos, uma dificuldade de compreender o mundo e de serem pensadores críticos, os reduzindo a viverem na caverna da ignorância, **no qual** as correntes que aprisionam são os tabus e dogmas sociais (...)

(7) Os leitores sempre pode **está** indagando, quem é branco ou negro na história.

(8) Logo, as línguas Gerais surgem a partir dessa condição de contato, diferentemente do pidgin, que é uma língua emergencial que surge da necessidade do povo negro, até então, escravizado, **para** se comunicar com seus dominadores ponto (...)

(9) É fato notar que a consequência dessas limitações impostas, não pela natureza, mas sim pelo menos social, leva o indivíduo a não **alfabetizar-se**.

(10) Tudo em forma de denúncia, como já mencionado, com críticas e sátiras **a** sociedade da época.

(11) Pidgin e língua geral **tem** contextos de surgimento totalmente opostos.

Em (5), é possível perceber desvio de concordância verbal partir da relação estabelecida entre “as obras de Lima Barreto” e o verbo *retratar*; trata-se de um caso claro em que a não concordância se dá em decorrência da distância entre sujeito e verbo, interpostos por apostos, adjuntos adverbiais e orações intercaladas e subordinadas adjetivas ou adverbiais. Em (6), a ocorrência relaciona-se à não concordância nominal, já que o pronome relativo *no qual*, conjugado no masculino singular está em dissonância ao seu referente, a *caverna*. Já em (7), o verbo *estar*, verbo principal empregado na oração ao lado do verbo auxiliar *poder*, deveria estar no infinitivo, pois em construções de locução verbal apenas o verbo auxiliar é conjugado para indicar o tempo, o modo e o número. Nesse caso específico, uma possível explicação para o equívoco é o fato de que o /R/ em posição final de palavras tende a sofrer apagamento, que ocorre porque, conforme Bagno (2007, p. 121), “(...) é um traço característico de todas as variedades linguísticas brasileiras, independentemente da região ou da classe social do falante, a eliminação do R final dos infinitivos”. Assim, é possível que haja confusão na grafia de verbos no infinitivo por influência de fenômenos característicos à fala, como é o caso da apócope, isto é, a supressão, muito difundida no português brasileiro, da consoante /r/ em final de palavra, sobretudo de infinitivos verbais.

Em (8), ocorre o caso de desvio de regência nominal estabelecida entre o nome *necessidade* e a preposição *para*. Em (9), a ocorrência em análise refere-se à colocação pronominal da partícula *se*, empregada equivocadamente em posição enclítica. Conforme a norma-padrão, da qual a norma culta, sobretudo na modalidade escrita, almeja aproximar-se, se precedido de palavras ou expressões negativas, como o *não*, o pronome deve vir em próclise. Em (10), verifica-se o desvio relativo ao (não) emprego da crase e, por fim, em (11), nota-se o destaque aos casos de concordância verbal em que a diferença entre as conjugações verbais, na escrita, é determinada apenas pelo acento circunflexo, o que pode gerar confusão entre os falantes do português ao redigir um texto.

No que se refere à categoria *C* (desvios relativos a aspectos coesivos), a subdivisão contempla gerundismo e queísmo, paralelismo, pontuação, conectivos, emprego de pronomes, hipercorreção, período longo, coerência e falta de atenção na escrita, responsável por ocasionar erros tipográficos nos textos produzidos através dos meios digitais. Estes elementos de análise foram selecionados a fim de destrinchar o que, “para Halliday e Hasan (1976), diz respeito às relações de sentido que ocorrem no interior do texto, por meio das quais uma sentença se liga à outra” (KOCHE; BOFF; PAVANI, 2009, p. 31).

O gerundismo e o queísmo correspondem ao “vício de linguagem” de repetição excessiva dessas construções ao longo do período, responsável por torná-lo truncado e, não raras vezes, confuso. O paralelismo refere-se à correspondência de funções gramaticais e semânticas existentes nas orações, a qual, além de melhorar a compreensão textual, contribui para o desenvolvimento de um texto de leitura mais agradável. Já a pontuação concerne aos recursos prosódicos que conferem às orações ritmo, entoação e pausa, bem como indicam limites sintáticos e unidades de sentido.

Os conectivos referem-se aos elementos linguísticos que servem para orientar a sequência do discurso, isto é, “para determinar os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo” (KOCH, 1993, p. 104-5 *apud* KOCHE; BOFF; PAVANI, 2009, p. 31), tornando o período coeso e coerente. A parte destinada ao emprego de pronomes está embasada na utilização adequada desta classe gramatical no encadeamento de ideias das orações, com foco maior nos pronomes relativos, os quais devem estar em consonância ao seu referente. A hipercorreção, por sua vez, relaciona-se à preocupação excessiva com a correção textual, o que pode levar a usos pouco comuns na língua ou a desvios que consistem na substituição da forma correta por uma incorreta.

No que tange à análise de períodos longos, busca-se verificar como a pontuação inadequada e o excesso de informações em um único **período** são capazes de ocasionar um texto não claro e ambíguo, com falhas que comprometem o entendimento dos interlocutores. Por fim, à nível de coerência, procura-se analisar a construção de sentido dos enunciados ou a falta de lógica, de nexos entre fatos, ideias e/ou ações descritas.

(12) Por fim, percebe-se **que** a educação de jovens e adultos (EJA), é um projeto **que** visa levar uma educação de qualidade para pessoas **que** abandonaram os estudos muito cedo e **que** a leitura tem um papel transformador na vida destes indivíduos (...).

(13) Por fim, o trabalho foi concluído de forma bastante positiva, com ótimas recomendações tanto **dos** alunos, quanta **(da)** professora regente e **(da)** vice-diretora.

(14) **O conto em questão intitulado: “Carta de um defunto fico”,** extraído do livro “Os 100 melhores contos de humor da literatura universal”, Ediouro – 2001, p. 368, organização de Flávio Moreira da Costa. **Traz a figura de um aristocrata,** mesmo que, postumamente, ainda tinha algumas considerações a fazer.

(15) A produção de Lima **mesmo** nesse conto fazendo essa intertextualidade com a produção de Machado, **porém** se diferencia, da produção Machadiana que visava tratar da realidade, mesmo que tripudiando em cima da burguesia (...).

(16) Enquanto o pidgin se dá através de uma situação emergencial **onde** um dominado se vê na obrigação de aprender à força expressões da língua do dominante para sobrevivência (...).

(17) (...) a maioria dos guerrilheiros eram negros, porque essa talvez fosse a única chance de que eles **tinham** de se **libertarem** totalmente da escravidão.

(18) Para chegar a uma conclusão consistente, é preciso, então, entender qual o contexto social do período em questão; os dados demográficos dão conta de que o número de negros que vieram escravizados para o Brasil era maior que o número de índios que aqui viviam, outro fato que merece destaque é o tratamento dado aos portugueses para os índios e para o negro; em ambas as relações, havia uma força de dominação, porém, é sabido que a relação dos portugueses com os negros eram muito mais violenta, como consequência disto, os negros aprendiam o português de maneira mais abrupta que os índios, isso se constata nas formações de línguas



pidgings a língua geral; por último, vale ressaltar o processo de interiorização do Brasil, o qual os negros foram enviados nessas expedições, portanto, dados todos esses fatores podemos afirmar que os negros foram responsáveis por difundir o português popular.

(19) E era tratado com completa **importância** e com **descaso**; daí a necessidade da denúncia.

(20) Diferentemente das narrativas da estética romântica, o **canto** de Lima traz a objetividade, a descrição, os cenários urbanos, características da estética realista.

Em (12), é possível verificar o uso excessivo do *que* em um mesmo período em construções que poderiam ser substituídas, sem prejuízo coesivo, por outras capazes de deixar o texto mais harmonioso. Em (13), por sua vez, nota-se a ausência de paralelismo na utilização da expressão *tanto de... quanto de...* em decorrência da omissão da preposição *de* na sentença. Já em (14), é evidenciado como a utilização equivocada dos sinais de pontuação podem comprometer a concatenação de ideias no período: verifica-se, pois, que o ponto continuativo foi empregado no local onde deveria estar posta uma vírgula, já que a intenção era apenas isolar o aposto.

Em (15), verifica-se como o uso inadequado dos elementos coesivos *mesmo* e *porém* gerou a anulação do sentido de oposição almejado na construção do período, fazendo com que a assertiva se tornasse incoerente. Nota-se, em (16), o emprego inadequado do pronome relativo *onde*, o qual deve ser utilizado somente para substituir substantivos que exprimem a ideia de lugar. É possível perceber facilmente o fenômeno da hipercorreção, em (17), no emprego do infinitivo flexionado do verbo *libertar* logo após o verbo auxiliar *ter* já flexionado conforme a conjugação exigida. Em (18), observa-se que foi construído um período muito longo, no qual são desenvolvidas diversas ideias encadeadas por sinais de pontuação inadequados. Em (19), há um claro exemplo de incoerência, já que os termos utilizados para qualificar uma única atitude são de sentidos antitéticos: *importância* e *descaso*. Por fim, em (20), nota-se, através da confusão entre as palavras *canto* e *conto*, apenas um caso de desatenção do discente ao redigir o texto.

A categoria V (desvios relativos ao uso da vírgula) abarca o sinal de pontuação vírgula e algumas de suas respectivas regras de uso, das quais destacam-se a separação do sujeito da oração de seu predicado e a separação do verbo de seu complemento. Aqui, vale ressaltar que, embora a vírgula encaixe-se na subcategoria pontuação contida em C, as

ocorrências de tal sinal gráfico foram tão frequentes que foi preciso criar uma categoria específica para este tópico, a fim de abarcar todas as suas singularidades, já que o mal emprego deste sinal é capaz de tornar o enunciado completamente ininteligível.

A seguir são apresentados exemplos de cada uma das regras de uso de vírgula encontradas, bem como são descritas e comentadas as ocorrências de desvios encontrados:

(21) Portanto, **a diferença da língua geral para a pidgin, é que na língua geral nenhuma língua desaparece em relação a outra**, pois não existe um opressor, e no *pidgin* uma língua é deixada de lado para o benefício do dominador.

(22) Lima Barreto, diferentemente de Machado de Assis, **trazia em suas obras, exposições da vida no subúrbio do Rio de Janeiro**, criando reflexões sobre a posição do homem pobre/negro/mulato e da mulher pobre/negra/mulata, trazendo-os como protagonistas das histórias.

(23) Por outro lado, a língua geral foi uma segunda língua criada pelos Jesuítas, **que almejando compreender os dialetos nativos falados pelos índios, assimilaram o Tupi**, dialeto falado pelos Tupinambás, objetivando conquistar novos fiéis a religião católica.

(24) No conto, **a mãe de Ernesto também recebe a nomenclatura de “crioula” que, assim como outras expressões como “negrinha” e “pretinha”, eram evitadas no espaço público**.

(25) **Jeff Benzons, o atual homem mais rico do mundo** relata que grande parte do seu sucesso foi consequência do impacto da Leitura na sua vida.

(26) No texto de Moacyr Scliar, o texto ou: a vida - uma trajetória literária relata que após uma família com rotina tipicamente brasileira, à noite após a janta o pai ou a mãe diz que é para o filho Caçula dormir, logo ele protesta, **mas quando diz que vai contar uma historinha vai para a cama sem hesitar**.

(27) Em seu poema “Profissão de Fé”, um de seus sonetos mais famosos, Bilac traz a obsessão pela forma perfeita, empregando rimas ricas e impecáveis, locuções rebuscadas e complexas, **atraindo assim a elite intelectual daquela época**.

(28) A Barganha, já que os dois principais personagens, um é português e o outro se trata de um armênio, Lima mostra através de sua escrita

a veracidade dos fatos, o que realmente estar acontecendo, não se colocando como narrador personagem, **mas como alguém que experimentou, ou presenciou determinados fatos.**

(29) **As obras de Lima Barreto** apresentavam alguns aspectos literários e **o conto *Uma Conversa Vulgar*** apresenta alguns desses aspectos que não passam despercebidos.

(30) A língua pidgin e a geral ambas surgem numa situação de contato entre povos, mas toma rumos diferentes pois no pidgin existe momento de dominação de um grupo sobre o outro, **como no Brasil por exemplo**, no caso dos europeus e povos africanos, no qual a minoria branca se sobressaía obtinha o poder sobre a maioria do povo negro, criando a interrupção da sua língua materna.

(31) Além disso, outra diferença marcante entre Lima e Machado é que **o primeiro é reconhecido como um grande escritor Pré-modernista e o segundo como um escritor Realista.**

Em (21) e (22), é possível perceber o emprego da vírgula de forma inadequada, pois os verbos se encontram separados do sujeito gramatical e do complemento verbal, respectivamente. Em (23) e em (24), observa-se o não uso da vírgula “para separar as orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo” e “para separar os adjetivos e as orações adjetivas de sentido explicativo”, respectivamente (ROCHA LIMA, 2019). Já em (25), vê-se que houve o uso inadequado da vírgula “para isolar o aposto”, culminando na separação entre sujeito e predicado.

Em (26), percebe-se a não utilização da vírgula, conforme a regra estabelecida pela gramática normativa (ROCHA LIMA, 2019), “para separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não integrantes), quer antepostas, quer pospostas à principal”, enquanto que, em (27), nota-se a não utilização da vírgula para isolar as conjunções conclusivas: *assim*. Em (28), é exposto um caso em que a vírgula é empregada de forma equivocada antes de *ou*. Já em (29), não foi empregada a vírgula para, conforme Rocha Lima (2019), “separar as orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*, quando os sujeitos forem diferentes”.

Por fim, em (30) e (31), são observados casos em que a vírgula deixou de ser empregada “para isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, conclusivas” (LIMA, 2019), como *por exemplo*, e para “marcar a supressão do verbo” (KOCHE; BOFF; MARINELLO, 2014), nesta ordem.

Por possuir caráter descritivo, a análise quantitativa dos dados apresentados serve de subsídio à apreciação qualitativa da realidade observada, de modo que o objetivo primordial é mapear esta realidade e identificar o que ela pode sinalizar sobre o ensino e a aprendizagem de norma culta no curso de formação de professores de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas. Assim, tem-se que foram contabilizadas 1937 ocorrências de desvios ao padrão normativo, as quais são distribuídas nas quatro grandes categorias conforme evidencia o quantitativo geral dos desvios observados na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos desvios conforme a categoria a que pertencem.

Categorias	Ocorrências/Total	Frequência
Ortografia (O)	255/1937	13.2%
Morfossintaxe (S)	390/1937	20.1%
Coesão (C)	559/1937	28.9%
Vírgula (V)	733/1937	37.8%

Fonte: elaboração própria.

Os resultados observados demonstram a predominância de desvios ligados aos usos da vírgula, com 37,8% de frequência. A partir da análise do produto bruto da codificação, é possível inferir que o fato de o maior número de ocorrências estar relacionado ao emprego da vírgula provavelmente diz respeito, sobretudo, ao conceito vago empregado em diversas gramáticas tradicionais, que definem a vírgula como marcação de uma pausa de pequena duração, como “a vírgula marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 658). Esta tipo de abordagem conceitual dos sinais de pontuação é, pois, responsável por abrir margem para diferentes interpretações, posto que não se configura como um critério de caráter objetivo, e por, assim como a listagem excessiva de regras de uso, não revelar o funcionamento do sistema da língua.

Já em relação às ocorrências morfossintáticas, que contabilizam uma frequência de 20,1%, percebeu-se uma recorrência de variação na concordância verbal de um modo geral. Ao analisar linguisticamente as motivações para tal fato, notou-se que a maior parte de ocorrências de desvio da norma culta estão relacionados à inversão do padrão sintático aprendido no processo de aquisição da linguagem: sujeito-verbo-complemento e, sobretudo, à distância entre sujeito e verbo, interpostos por apostos, adjuntos adverbiais e orações intercaladas e subordinadas adjetivas ou adverbiais.

Sabendo-se que todas as produções textuais analisadas foram produzidas fora do espaço de sala de aula e com tempo adequado para planejamento, monitoramento e revisão dos usos da escrita, é válido mencionar que o alto índice de problemas relacionados à coesão é bastante preocupante (28,9%), estando, por vezes, relacionado a mais de um elemento, visto que esta categoria diz respeito à estruturação dos períodos e parágrafos e ao encadeamento de ideias.

Diferente do esperado, 2, pode-se observar, a partir dos dados da *Tabela*, que, com o decorrer do curso de Licenciatura em Letras, a frequência dos desvios nas amostras coletadas tende a manter-se relativamente estável, com pequenas oscilações características a cada período.

Tabela 1: Distribuição dos desvios por tipo ao longo dos semestres.

Semestres	S	V	C	O	% Total de ocor.
1º	97	169	131	56	23,40%
3º	102	187	155	97	27,90%
5º	50	94	43	51	12,30%
7º	141	283	230	51	36,40%

Fonte: elaboração própria.

A partir dados, pode-se supor que a formação acadêmica não estaria atuando de forma significativa para a construção e desenvolvimento de uma dita norma culta, ou seja, não há, como se poderia supor uma progressiva apropriação de novas habilidades e competências linguísticas e comunicativas.

É preciso que se diga, contudo, que este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica e tem um caráter preliminar. Caberia, sem dúvidas, uma ampliação do corpus e um aprofundamento das análises a fim de se poder fazer afirmações mais consistentes.

### 3. Considerações finais

Com esta pesquisa, buscou-se construir um material descritivo capaz de identificar os principais pontos de inadequação dos discentes dos 1º, 3º, 5º e 7º semestres do curso de Licenciatura em Letras da UESB, *campus* Jequié, em relação à norma culta em textos formais produzidos no âmbito acadêmico. No entanto, por compreender que a realidade da língua é dinâmica e complexa e reconhecer o *corpus* levantado como rico em material analisável, não se tem aqui a presunção de esgotar as possibilidades de discussões acerca dos usos linguísticos na modalidade escrita

monitorada; ao contrário, busca-se apenas suscitar a reflexão sobre o ensino de língua e a formação de professores de Língua Portuguesa.

Assim, a partir da análise dos dados, verificou-se que talvez a ideia de que a norma culta seja um conhecimento incorporado pelo indivíduo a partir da conclusão do ensino superior deva ser reavaliada. Só através de uma reflexão crítica a respeito do processo de ensino-aprendizagem universitário é que as instituições de ensino passarão a ser capazes de propiciar aos licenciandos uma formação acadêmica completa, tornando-os usuários da língua eficientes e seguros para transitar pelos diversos gêneros textuais, sobretudo os que exigem um grau mais elevado de monitoramento linguístico. Ao supor que os estudantes ingressam no ensino superior já com uma base sólida de conhecimento sobre a língua e as normas que regem o padrão, os cursos de formação de professores tendem a perpetuar um ensino de Língua Portuguesa ainda deficitário.

É preciso, consoante Bagno (2007), reeducar sociolinguisticamente o alunado, ampliando o repertório linguístico do aprendiz e expandindo sua competência comunicativa, de modo que seja capaz de se apropriar das regras gramaticais que não pertencem à sua variedade, sobretudo aquelas que permitirão a produção de textos escritos nos mais diversos gêneros e o emprego da língua falada em situações de interação distintas, sem desvalorizar ou deslegitimar as variedades estigmatizadas. Para que isso seja possível, faz-se necessário um trabalho conjunto entre a universidade, onde são desenvolvidas as pesquisas linguísticas e as discussões sobre os rumos da educação, e os professores da educação básica, a fim de mobilizar a reestruturação do ensino de língua: um ensino no qual o estudo da forma padrão da língua alia-se ao estudo da variação linguística, atentando-se para o desenvolvimento da capacidade linguística de adequação do discurso aos diversos espaços nos quais o falante está inserido cotidianamente.

Assim, ressalta-se a importância de o estudo do uso da linguagem ser direcionado para a adaptação do repertório ao contexto, isto é, o uso das variedades não-padrão da língua em ambientes de menor formalidade e emprego das variantes de prestígio, segundo as normas, em locais que exigem tal monitoramento, tanto na fala quanto na escrita.

Isto posto, abre-se margem para a idealização de estratégias, metodologias e ferramentas que permitam um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente para professores e estudantes, a fim de levar o educando à uma reflexão sobre sua produção linguística. Afinal, a sala de aula é o espaço em que os educandos vão adquirir e ampliar recursos comunicativos que permitem o desempenho competente e seguro em usos

especializados da língua, os quais constituem tanto práticas sociais de letramento quanto da cultura de oralidade (BORTONI-RICARDO, 2004).

Ademais, reiteramos, a partir das análises propostas, as quais podem servir de ponto de partida para a reflexão sobre a atuação docente no ensino de língua materna, a necessidade do trabalho conjunto entre a pesquisa científica amplamente difundida nos espaços acadêmicos e a prática na educação básica, para um melhor desenvolvimento de uma pedagogia da variação linguística.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Tem a sociolinguística efetiva contribuição a dar à educação? In.: \_\_\_\_\_. *Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Maria Benetti; MARINELLO, Adriane Fogali. *Leitura e Produção Textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_; BOFF, Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. *Prática textual: atividades de leitura e escrita*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LUCCHESI, Dante. A polarização sociolinguística do Brasil: formação histórica. In.: \_\_\_\_\_. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 85-121

MOLLICA, Cecília. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

**O CONCEITO DE SÍLABA NAS GRAMÁTICAS DE JOÃO DE BARROS (1540) E DE ANCHIETA (1595)**

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)  
[leonardokaltner@id.uff.br](mailto:leonardokaltner@id.uff.br)

**RESUMO**

A palestra tem por objetivo debater o conceito gramatical de sílaba na perspectiva da gramática humanística do século XVI, pela fundamentação teórico-metodológica da disciplina de Historiografia da Linguística (HL) (KOERNER, 2014; SWIGGERS, 2019). Para atingir esse objetivo desenvolvemos uma leitura historiográfica no modelo da análise koerniana dos fatos linguísticos. Temos como *corpus* de análise duas gramáticas humanísticas representativas de seus contextos: a gramática de língua portuguesa, de 1540, do humanista João de Barros, e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595, de Anchieta. O conceito gramatical de sílaba é oriundo do pensamento filosófico aristotélico e teve grande repercussão na gramatização das línguas ocidentais, tendo emprego até os dias atuais.

**Palavras-chave:**

Gramaticografia. Humanismo renascentista. Conceito de sílaba.

**ABSTRACT**

The lecture aims to discuss the grammatical concept of the syllable from the perspective of 16<sup>th</sup>-century humanistic grammar, grounded in the theoretical and methodological framework of the discipline of Historiography of Linguistics (HL) (KOERNER, 2014; SWIGGERS, 2019). To achieve this objective, we undertake a historiographical reading based on Koernian analysis of linguistic facts. Our analysis corpus includes two humanistic grammars representative of their contexts: the 1540 Portuguese grammar by the humanist João de Barros and the 1595 *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* by Anchieta. The grammatical concept of the syllable originates from Aristotelian philosophical thought and has had significant influence on the grammaticalization of Western languages, remaining relevant to this day.

**Keywords:**

Grammaticography. Renaissance humanism. Concept of syllable.

**1. Introdução: o conceito de sílaba na gramática humanística**

A presente palestra tem como objetivo central debater o conceito gramatical de sílaba, abordando-o sob a perspectiva da gramática humanística do século XVI, com base na fundamentação teórico-metodológica desenvolvida pela disciplina de Historiografia da Linguística (HL), conforme proposto por Aurox (1992), Koerner (2014) e Swiggers (2019). No



contexto renascentista, a gramática não era apenas um instrumento descritivo das línguas, mas antes era fruto de uma prática intelectual inspirada pela especulação filosófica, que buscava criar uma metalinguagem capaz de sistematizar e normatizar o uso linguístico, cujo principal técnica descritiva era a adaptação das partes da oração (*partes orationis*) da gramática greco-latina aos vernáculos modernos (AUROUX, 1992). Neste contexto, a atividade gramatical era essencialmente uma atividade de recriação da metalinguagem greco-latina para o emprego nas línguas vernaculares, ao passo que a produção poética, desenvolvida também pelos humanistas, buscava exercitar essa descrição gramatical, como se registra nas obras de Gil Vicente (1465–1536), Sá de Miranda (1481–1558) e de Camões (c. 1524–1579/1580), por exemplo, inspirados em humanistas itálicos, como Petrarca (1304–1374).

Nesse sentido, a poesia e a prosa dos humanistas do Renascimento, nas línguas vernaculares europeias, se configuravam como uma atividade epilinguística, na conceituação de Swiggers (2019), diretamente vinculadas à metalinguagem das gramáticas humanísticas, em uma prática letrada em que a linguagem era utilizada de maneira criativa e expressiva, para se repensar a própria língua, sempre em contraste com a gramática latina e com os autores da Antiguidade clássica, como cânone dos humanistas, com o objetivo de testar os limites da normatização gramatical dos vernáculos modernos. A poesia humanística dialogava diretamente com a gramática humanística e vice-versa, em um contexto em que as línguas europeias se desterritorializavam pelas navegações e os descobrimentos de rotas marítimas para o Oriente, junto à expansão das atividades mercantis comerciais dos reinos europeus na constituição de seus impérios ultramarinos (KALTNER, 2016; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d).

A criação da gramática humanística alterou a ecologia do contato de línguas, de acordo com Sylvain Auroux (1992), ao introduzir a escrita vernácula como uma prática linguística hegemônica, no Renascimento, fato linguístico que teve continuidade até a época contemporânea, quando as línguas ágrafas passaram a ser tratadas de modo estigmatizado:

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente vernáculos europeus) na base da tradição greco-latino. Esse processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. (AUROUX, 1992, p. 8-9)

Para se compreender essa dinâmica social e linguística, na formação do pensamento dos humanistas, é necessário contextualizar essa

discussão sobretudo nos séculos XV e XVI, em um contexto marcado pela redescoberta dos textos clássicos e pelo intenso interesse nos estudos filológicos e gramaticais da Antiguidade clássica (AUROUX, 1992). Nesse cenário, o conceito de sílaba, oriundo do pensamento filosófico aristotélico, assume um papel central na estruturação das línguas ocidentais, sobretudo na relação entre a fala e a escrita, pois a gramatização dependia do instrumental greco-latino para a sistematização da escrita vernacular, o que os missionários jesuítas estenderam ao Brasil do século XVI (KALTNER, 2024; KALTNER; SANTOS; 2024a; 2024b; 2024c). A sílaba, elemento fundamental da prosódia, era considerada uma das partes da gramática humanística, assim não só organizava o ritmo e a prosódia das palavras e orações, mas também desempenhava uma função central na poesia e na música, disciplinas profundamente interligadas no pensamento dos humanistas. A sílaba era, portanto, uma unidade de medida que ia além da simples divisão fonética, sendo crucial para o estudo sistemático da fala, e mesmo para a criação poética e musical humanística, no canto.

A importância da sílaba na criação poética é inegável, visto que a métrica poética da versificação humanística dependia diretamente da estrutura silábica das palavras. A contagem das sílabas em um verso define, portanto, seu ritmo e sua harmonia, elementos essenciais para a musicalidade do poema, processo que foi explorado pelos humanistas do Renascimento. Nesse sentido, a poesia do século XVI pode ser vista como uma prática epilinguística (SWIGGERS, 2019), e assim objeto de análises da Historiografia da Linguística, sendo o seu emprego poético uma situação de uso específica em que a linguagem é moldada e utilizada de maneira artística, explorando as potencialidades expressivas da língua, com uma funcionalidade estética. Já a música do Renascimento, sobretudo o canto, intimamente ligado à poesia, utilizava a sílaba como base para a construção melódica, onde cada nota correspondia ao menos a uma sílaba, criando uma relação intrínseca entre o som e sentido melódico, ou harmônico, a “*modulatio*” (modulação) da voz.

A atividade epilinguística não é restrita aos poetas, mas é uma atividade derivada da competência linguística de todos os falantes de modo geral, todavia os poetas humanistas buscam empiricamente uma reflexão em sua própria prática linguística. Auroux (1992) debate como a atividade epilinguística antecede a metalinguagem, o que podemos estender ao fato de a poesia anteceder a gramática, inclusive no contexto greco-latino:

O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é epilinguístico, não colocado por si na representação

antes de ser metalinguístico, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem. (AUROUX, 1992, p. 16)

Para explorar esses aspectos, desenvolvemos uma leitura historiográfica inspirada no modelo de análise koerniana dos fatos linguísticos que nos permitirá compreender a evolução do conceito de sílaba e sua aplicação em duas gramáticas humanísticas do período (KOERNER, 2014). Nosso *corpus* de análise é composto por duas obras representativas da gramática humanística do século XVI: a *Gramática da língua portuguesa*, publicada em 1540 pelo humanista João de Barros (1496–1570), e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595, elaborada pelo jesuíta José de Anchieta (1534–1597) (KALTNER; SANTOS, 2024a). Ambas as obras são exemplares da tentativa renascentista de sistematizar e normatizar as línguas vernáculas, aplicando os princípios da gramática latina às línguas emergentes.

A gramática de João de Barros, de 1540, é uma das primeiras tentativas de gramatização da língua portuguesa, e nela o conceito de sílaba é tratado de acordo com a descrição gramatical do Latim, em seu “horizonte de retrospecto” (AUROUX, 1992, p. 11). Barros, influenciado pela tradição latina e aristotélica, vê na sílaba não apenas uma unidade fonética, mas também um elemento estrutural crucial para a compreensão da língua, uma unidade ou elemento. Sua obra reflete a preocupação dos humanistas em dotar as línguas vernáculas de uma estrutura gramatical que lhes conferisse legitimidade e prestígio, equiparando-as às línguas clássicas, o que estava em seu “clima de opinião” (KOERNER, 2014).

Por sua vez, a gramática de Anchieta, de 1595, voltada para a língua tupinambá, representa um esforço de gramatização de uma língua indígena, utilizando os mesmos princípios da gramática latina (KALTNER, 2020a; KALTNER, 2024b), sitaundo-se como uma “gramática latina estendida” no sentido de Auroux (1992). Anchieta adapta o conceito de sílaba para uma língua que possui características fonéticas e prosódicas distintas das línguas românicas, e mesmo indoeuropeias, mostrando a flexibilidade e a universalidade do conceito. Sua obra é tida como um exemplo de como a atividade gramatical renascentista não se limitava às línguas europeias, mas buscava abarcar e sistematizar todas as línguas com as quais os europeus entravam em contato, isto é, buscava a universalidade.

O impacto do conceito de sílaba, portanto, transcende o período renascentista, influenciando a gramatização das línguas ocidentais e permanecendo relevante até os dias atuais, sendo um tema da ciência básica linguística. A sílaba continua a ser uma unidade fundamental nos estudos

linguísticos, especialmente na fonologia e na prosódia, e seu papel na poesia e na música mantém-se relevante para a compreensão dessas artes. Além disso, o estudo da sílaba é essencial para os estudos da fala, pois ela constitui a base rítmica da linguagem falada, influenciando diretamente a fluência e a inteligibilidade do discurso, isto é, a sua prosódia.

Dessa forma, ao revisitar o conceito gramatical de sílaba através da ótica da gramática humanística do século XVI e da análise historiográfica, buscamos não apenas compreender a evolução desse conceito, mas também destacar sua importância duradoura para a linguística, a poesia, a música e os estudos da fala. Através da análise das obras de João de Barros e de José de Anchieta, evidenciamos como o pensamento dos humanistas moldou a compreensão da linguagem e contribuiu para a consolidação das línguas vernáculas no cenário ocidental.

## **2. Aristóteles e o conceito de sílaba: um horizonte de retrospectão**

A sílaba era originalmente um termo vinculado à língua grega *συλλαβή* (syllabé). Seu sentido se resguarda, mesmo adaptado à língua portuguesa no século XVI, como uma unidade fundamental da linguagem, em que os vocábulos podem ser segmentados, uma unidade que desempenha um relevante papel na estruturação do discurso, tanto na fala quanto na escrita. Essa concepção foi desenvolvida a partir da concepção cultural do mundo da antiga Hélade, de língua grega, quando a escrita passou a registrar os sons vocálicos em um sistema que adotava também o silabário, afastando-se da escrita ideogramática, por exemplo. Temos a impressão de que os gramáticos gregos foram pioneiros em normatizar o emprego de sons vocálicos na língua grega antiga, e em suas variantes. Na língua grega antiga as sílabas eram categorizadas gramaticalmente por sua quantidade, ou ritmo, em breves e longas (*μακρά, βραχεία συλλαβή*), e em português, são qualificadas em tônicas e átonas.

A sílaba é um conceito central não apenas para a gramática, mas também para a prosódia e métrica poética, sendo um ponto de interseção entre as tradições filosóficas e gramaticais do Ocidente. Vejamos a concepção de sílaba de Aristóteles (384–322 AEC), que influiu nos gramáticos gregos. Essa conceituação está na obra *Categorias*, o primeiro texto do filósofo, do conjunto de obras do *Órganon*, o seu tratado de lógica:

Por este motivo, o número é quantidade discreta, e não contínua, e o mesmo é predicável da oração, que também é uma quantidade discreta. Medida em sílabas longas e breves, a oração é uma quantidade, cujas partes não têm um comum limite. Não há um limite comum para união das sílabas e cada

uma é, com efeito, uma quantidade discreta. (ARISTÓTELES, *Cat.* 4b, trad. de PINHARANDA GOMES, 1985, p. 61)

O conceito de sílaba de Aristóteles influenciou nas gramáticas de Dionísio, o Trácio (170–90 AEC), a *Tékhne Grammatiké*, e a *Ars grammatica*, do ano 350, de Donato, gramático latino (AUROUX, 1992).

Aristóteles aborda a sílaba a partir de uma perspectiva teórica filológica empiricista, tratando-a como uma “quantidade discreta”, ou seja, numérica, em oposição às quantidades contínuas, ou geométricas, como as linhas e circunferências. Para o filósofo, o número, assim como a sílaba, é uma entidade discreta, por analogia, o que implica que cada sílaba possui uma identidade única, sem limites comuns com outras, isto é, ela pode ser numerada, ou contada. Para se compreender essa oposição, elementos geométricos, por exemplo, não podem ser numerados, ou contados, pois o ponto geométrico não é um número, por exemplo. Não há como se contar a quantidade de pontos em uma linha, ou circunferência, mas há como se contabilizar o número de sílabas de qualquer oração, ou verso.

Em termos linguísticos, Aristóteles sugere que a sílaba é medida em termos de duração, distinguindo-se entre longas e breves, em sua categorização gramatical na língua grega. Essa distinção não apenas é fundamental para a métrica poética, mas também para a compreensão do ritmo na fala na Hélade clássica. A ideia de que a sílaba é uma unidade distinta com função métrica e rítmica continua a ser um aspecto central na análise poética e gramatical até os dias atuais, ainda que as quantidades de tempo da sílaba só estejam presentes no canto em língua portuguesa, parte da teoria musical do ritmo, e não em uso na língua de modo natural.

### 3. O conceito de sílaba na obra de João de Barros

João de Barros, o mais renomado e prestigiado gramático e humanista no contexto do reino de Portugal no século XVI, em sua obra *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), dedica-se a uma análise e descrição linguística detalhada da sílaba, abordando-a como uma das quatro partes fundamentais da gramática, que corresponde à prosódia, de acordo com a recepção da tradição gramatical greco-latina. Note-se que a gramática do humanista é um produto do reinado de D. João III (1502–1557), que reinou entre 1521 e 1557, e foi o responsável pela renovação cultural humanística em Portugal, com a transferência da universidade para Coimbra e com a fundação do Colégio das Artes, em 1548, em que a sua obra gramatical é contextualizada. Para Barros, a prosódia envolve tanto o acento, a língua

em uso, quanto o canto, enfatizando a natureza fonética e musical da sílaba. Ele define a sílaba como a junção de uma vogal com uma ou mais consoantes, criando uma unidade sonora indivisível, correspondente à prosódia, ou à fala. Essa definição reflete uma preocupação não apenas com a estrutura fonológica, mas também com a estética sonora da língua, que o humanista relaciona diretamente à musicalidade inerente à prosódia.

Sua definição da sílaba a apresenta com a aderência de uma letra vogal com no mínimo uma consoante, formando uma unidade, um “aiütamêto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes”:

Da syllaba e seus açidentes.

Syllaba, é hũa das quátro pártes da nõssa Grammática que corresponde á Prosodia, que quer dizer açento e canto: aqual Syllaba é aiütamêto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes, que iütamente fazê hũa só uóz. Digo hũa cõsoante, quãdo se aiütã desta maneira, li, & cõ duas, uro, & com tres, uros, que iütamête fazê este nome liuros. (BARROS, 1540, fol. 3v-4r)

Barros exemplifica a constituição da sílaba através de combinações diversas de letras vogais e consoantes, destacando uma incerteza teórica sobre a possibilidade de uma sílaba ser formada por uma vogal isolada, e afirmando serem sílabas as combinações mais complexas de consoantes e vogais. Ele utiliza dois exemplos, na segmentação de “dições” (palavras): “li” (vogal + consoante), “uro” (consoante + vogal + consoante), e “uros” (consoante + vogal + duas consoantes), culminando na formação do termo “liuros”, para ilustrar como essas combinações produzem unidades sonoras distintas, na decomposição de uma “dição” com um significado único, a palavra “livros”. Sua análise vai além da simples descrição das combinações possíveis, sugerindo que a sílaba, enquanto unidade básica da prosódia, possui uma função tanto estrutural quanto estética na língua, o que permite seu emprego na arte poética para a métrica dos versos. Note-se que o humanista não cita nenhum poeta português em sua descrição linguística, apenas o uso.

Vejamos a segunda parte dessa descrição quinhentista:

E por que ás uezes hũa só letera uogál sérue de syllaba, própriamête a esta tál nã chamaremos syllaba: mas àquella que for compõsta de uogal e cõsoãte. Os latinos fazê ás uezes hũa só syllaba com çinquo consoantes: como nestas dições, scrobs, stirps. A nõssa syllaba nam pássa de tres, como uimos nesta diçã atras, liuros, as quães ou séruem no prĩcipio, como. Prĩcipe, ou no fim, como, Raínhas. (BARROS, 1540, fol. 4r)

Ao discutir a formação das sílabas, Barros também introduz a ideia de que, embora uma vogal isolada possa funcionar como uma sílaba, ele

reserva o termo sílaba para aquelas unidades que combinam uma vogal com uma ou mais consoantes. Essa distinção entre sílabas compostas e sílabas simples reflete uma concepção mais sofisticada da fonologia, em que a combinação de sons é evidenciada como fundamental para a estrutura e o ritmo da fala, isto é, a sílaba é considerada um som em cadeia, ou sequencial, diferentemente da unidade diretamente anterior, a letra, que não é pronunciada na cadeia da fala, assim, podemos inferir que a vogal isolada era considerada pelos humanistas uma letra, e não uma sílaba. Barros reconhece, ainda, que, enquanto o latim pode formar sílabas com até cinco consoantes, o português geralmente não ultrapassa três, exemplificando isso com termos como “*scrobs*” e “*stirps*” em latim, contrastando com *li-vros* e *prín-ci-pe* em português.

Ao analisar o que é a sílaba, o humanista resgata o conceito de acidentados da gramática latina, que são consideradas as variações possíveis da sílaba, e as suas qualidades, ou propriedades como entes individuais:

Toda syllaba tem tres açidentes, Numero de leteras, Espaço de tempo, Açêto álto ou báixo. O numero de leteras, ia ô uimos pelos exemplos atras. Espaço de tẽpo, por que hũas sam curtas e outras lôgas, como nesta diçã. Bárborã, que a primeira é lôga. & as duas sã breues. Por que tâto tẽpo se gâsta na primeira, como nas duas seguintes, à semelhança dos musicos, os quaes tanto se detẽ no ponto desta primeira figura bár, como nas duas derradeiras, bo, ra. E os Latinos e Grégos, sentẽ melhor o tẽpo das syllabas, por causa do uérso, do que ô nós sintimos nas trouas: por que casi mais espéra a nóssa orelha o consoãte, que a câtidade, dado que a tẽ. O terçẽiro açidente da Syllaba, é canto álto ou baixo: por que como os musicos aleuantam & abaixã [7] a uoz cantando, assy nos temos a mesma ordem, como nesta diçã, le,mos, que na primeira Syllaba aleuãtamos, e na segunda abai-xamos. (BARROS, 1540, fol. 4r-5f)

Barros introduz os três “acidentados” da sílaba em sua descrição linguística: o número de letras, a duração do tempo e o acento. O número de letras em uma sílaba, como exemplificado anteriormente, é um fator importante na classificação e descrição das sílabas, mas é na discussão sobre a duração do tempo e o acento que Barros realmente explora a conexão entre a fonologia e a musicalidade da língua. Ele diferencia sílabas curtas e longas, utilizando o exemplo da palavra “Bár-bo-ra”, onde a primeira sílaba é considerada longa, enquanto as duas subsequentes são breves. Essa distinção, baseada no tempo de pronúncia, é comparada à maneira como os músicos tratam as notas na composição musical, gastando o mesmo tempo em uma nota longa quanto em duas notas curtas. A comparação entre a prosódia da língua e a música é central para Barros, que sugere que os latinos e gregos eram mais sensíveis à duração das sílabas devido à sua prática na poesia métrica, em contraste com a métrica das

“trovas” em português, onde a “orelha” tende a perceber mais a consoante do que a quantidade de tempo das vogais.

Na sequência, Barros aborda o terceiro “acidente” da sílaba, que é o acento, ou canto, alto ou baixo. Ele compara o movimento ascendente e descendente da voz na música com o padrão de acentuação na fala, dando como exemplo a segmentação da palavra “le-mos” em duas sílabas, onde a primeira sílaba é acentuada (alta) e a segunda é não acentuada (baixa), o que por adequação teórica (KOERNER, 2014), consideramos como tônica e átona, respectivamente. Essa abordagem, que associa diretamente a prosódia da língua ao canto, reforça a visão de Barros de que a linguagem é intrinsecamente musical, e que o estudo da sílaba é tanto uma questão de fonologia quanto de estética sonora, o que atualmente é estudado no campo da fonologia métrica.

Por fim, a análise de João de Barros sobre o conceito de sílaba revela uma visão profundamente integrada da gramática, onde a fonologia, a prosódia e a musicalidade da língua estão interconectadas. Ele trata a sílaba não apenas como uma unidade básica de som, mas como uma entidade complexa que envolve a combinação de letras, a duração do tempo e o acento, que qualifica cada sílaba individualmente. A obra de Barros reflete uma concepção renascentista da linguagem, em que a gramática é vista como uma disciplina que não apenas descreve a estrutura da língua, mas também explora sua dimensão estética e musical. Ao associar a sílaba à prosódia, ao canto e à música, Barros contribui para uma compreensão mais rica e multifacetada da fonologia da língua portuguesa, e sua análise continua a ser relevante para estudiosos da linguística e da história da língua, pois a diferença entre a fala e o canto é um tema ainda de interesse dos Estudos de Linguagem.

#### **4. O conceito de sílaba na obra de Anchieta**

O conceito de sílaba, embora não explicitamente teorizado por José de Anchieta em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), desempenha um papel crucial na estruturação e descrição da língua tupinambá, pela adaptação do modelo gramatical latino para descrever a língua indígena predominante na ecologia do contato de línguas da colonização do Brasil do século XVI. Anchieta, um jesuíta europeu e importante figura na história linguística do Brasil, foi pioneiro na sistematização da língua tupinambá através de uma “gramática missonária” (*missionary grammar*) (ZWARTJES, 2002) que buscava adaptar conceitos e



metodologias da gramática humanística latina para a língua falada pelos povos indígenas (KALTNER; SANTOS, 2023a; 2023b).

O estudo sistemático das gramáticas missionárias foi iniciado pelo naturalista e filólogo alemão Julius Platzmann (1832–1902), que reeditou contemporaneamente no século XIX diversas obras gramaticais sobre línguas indígenas da América latina, e foi o autor da obra *Verzeichniss einer Auswahl Amerikanischer Grammatiken, Wörterbücher, Katechismen, u.s.w.* (Lista de uma seleção de gramáticas, dicionários, catecismos americanos etc.), publicada em 1876, que formou o cânone das gramáticas, léxicos e catecismos missionários para o estudo das línguas indígenas no período da colonização. Julius Platzmann enquadra-se no papel do historiógrafo da linguística pioneiro, que desenvolve o cânone, ou o *corpus* de trabalho para o estudo da história do pensamento linguístico no âmbito da Linguística Missionária. A obra gramatical de Anchieta foi tema de suas pesquisas.

Em sua obra, Anchieta adota o termo “síllaba” de acordo com a tradição gramatical latina, utilizando-o para descrever as unidades básicas de som na língua tupi, tanto para segmentar a fala quanto o canto na língua indígena. Embora ele não teorize ou ofereça uma definição explícita do termo, seu emprego do conceito de síllaba está em consonância com as práticas gramaticais latinas, evidenciando a influência da gramática humanística. A grafia “syllaba”, por exemplo, segue o padrão estabelecido por gramáticos como João de Barros, o que demonstra a continuidade e adaptação de tradições europeias no estudo das línguas indígenas americanas:

¶ B. P. in medio, vel fine dictionis, quasi sempre se muda em, m. ou, mb. quando precede na vltima fyllaba, til, ou, m ou, n. ainda que este o n. no fim da penultima, vt Anga. [...]

¶ R. mudafe em, n. onde præceder til. m. ou, n. in vltima fyllaba, vt in futuro conjunctiui, nupa, nupâneme, pro nupâreme, irumô, irumôneme, & fic de cæteris vt fuprà. [...]

¶ Oa. Oe, sempre são monofyllabos, ou contractos se são simples precedente confoante, vt coára, poéra difyllabos. Nos præteritos tambem se efcreue, ve, como oe, composto, vt ocuéra timbuéra, &c. [...]

Excipe, coema, moéma, que são trifyllabos, & fi quæ sunt alia. [...] (Anchieta, 1595, Cap. 2, fol. 3f)

Anchieta descreve as palavras em tupinambá como sendo compostas por monossílabos, dissílabos, trissílabos e quadrissílabos, categorizando-as de acordo com o número de síllabas que as compõem, um dos acidentes das palavras, ou “dições” (*dictiones*). Essa classificação é

semelhante àquela encontrada em gramáticas latinas e reflete uma tentativa de mapear a estrutura da língua tupinambá utilizando as ferramentas conceituais disponíveis em sua época, em seu “clima de opinião” (KOERNER, 2014), a tecnologia gramatical greco-latina, conforme Auroux (1992). A divisão de sílabas, como realizada por Anchieta, segue as regras da prosódia latina, que era uma parte fundamental do ensino gramatical renascentista, focando na prescrição linguística, na correta acentuação e ritmo das palavras, e na divisão dos sons da fala articulada (*vox articulata*), isto é, aquela que transmite o significado.

No entanto, a aplicação desses conceitos latinos à língua tupinambá envolveu desafios únicos, sobretudo em relação ao vocalismo da língua em contraste com o latim, e o português. O tupinambá, uma língua aglutinante da família tupi-guarani, possui características fonológicas e morfológicas distintas das línguas indo-europeias, como o latim, e mesmo das línguas românicas que derivaram do latim. As palavras no tupinambá são frequentemente compostas por raízes e sufixos que, juntos, formam unidades de significado, o que pode resultar em palavras longas e complexas, muitas vezes contendo várias sílabas, o que dificulta a segmentação silábica. Nesse contexto, a divisão silábica realizada por Anchieta segue não apenas as convenções da prosódia latina, mas também busca capturar a estrutura fonológica própria do tupi.

Anchieta também lidou com a transformação de sons dentro das palavras, as mudanças de fones, ou metaplasmos (*metaplasmis*) na teoria gramatical humanística greco-latina, descrevendo, por exemplo, como certas consoantes mudam dependendo do contexto silábico em que se encontram. Em sua gramática, ele observa que a consoante “b”, o fonema /b/, quando aparece no meio ou no final de uma palavra, frequentemente se transforma no fone [m] ou [mb], quando precedida por uma sílaba terminada em /n/ ou /m/, como em “Anga” (An-gá, alma). Essas observações mostram um esforço de Anchieta em adaptar as regras fonológicas europeias para descrever fenômenos específicos do tupinambá, compreendendo a dinâmica da língua indígena.

A influência do conceito de sílaba na poesia tupinambá, como exemplificado nos poemas escritos em redondilha por Anchieta, também é notável. O missionário, ao compor versos em tupi, uma variação do tupinambá, para serem recitados ou cantados, como na fala de Guaixará no auto *Na Festa de S. Lourenço*, emprega a métrica e a rima de maneira que reflete tanto a musicalidade da língua indígena quanto os padrões poéticos europeus. O uso das sílabas no poema para estabelecer uma métrica

versificada revela uma atenção cuidadosa à prosódia e ao ritmo, com as sílabas sendo distribuídas de forma a criar uma cadência natural na fala dos personagens, enquanto preserva a métrica necessária para a recitação poética no modelo da redondilha menor de Gil Vicente.

Vejam a primeira estrofe do segundo ato do texto teatral, segmentados quanto à divisão silábica:

*Xe moa-jú ma-ran-ga-tú*, (Me deixa zangado a “bondade”)  
*Xe moy-rõe-te-ka-tu-á-bo* (Me irritam demais)  
*Ai-pó te-kó py-as-sú* (Essas vidas novas)  
*A-bá se-rã o-gue-rú* (Que homens, talvez, a trouxeram)  
*Xe re-tá-ma mo-mo-xyá-bo?* (Para arruinar a minha terra) (ANCHIETA, 1989 [1954], p. 689 *apud* Kaltner; Santos 2024b)

Os versos “*Xe moa-jú ma-ran-ga-tú*” e “*Xe moy-rõe-te-ka-tu-á-bo*” mostram a utilização do conceito de sílaba para recriar uma estrutura métrica regular, facilitando a memorização e a recitação oral, que eram essenciais na transmissão cultural e religiosa no contexto colonial. Além disso, o emprego das sílabas na poesia de Anchieta reflete uma tentativa de integrar a estética poética europeia com as tradições orais indígenas, criando um hibridismo cultural que foi uma característica marcante do período missionário no Brasil.

Dessa forma, o conceito de sílaba em Anchieta, embora não explicitamente teorizado, desempenha um papel fundamental em sua abordagem gramatical e poética. Ele utiliza as sílabas como unidades básicas tanto para a análise linguística do tupi quanto para a composição de versos poéticos, adaptando métodos gramaticais europeus para descrever e sistematizar uma língua indígena. Anchieta demonstra uma habilidade notável em conciliar diferentes tradições culturais e linguísticas, utilizando a gramática como um meio de conectar a prosódia latina com a estrutura fonológica do tupinambá, ao mesmo tempo em que cria uma forma de expressão poética que reflete a complexidade cultural do Brasil colonial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

\_\_\_\_\_. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Apresentação Dr. Carlos Drummond e aditamentos de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

ARISTÓTELES. *Categorias; Periérmeneias*. Trad., pref. e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. Campinas-SP: Unicamp. 1992.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.

\_\_\_\_\_. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso-SJ (1906–2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n. 1, p. 01-15, 2020a.

\_\_\_\_\_. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena, 2020b.

\_\_\_\_\_. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-31, Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2020c.

\_\_\_\_\_. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n. 19, p. 1-25, 2020d.

\_\_\_\_\_. A obra de Julius Platzmann (1832–1902) e a Linguística Missionária no Brasil: leitura crítica da descrição da mudança do fonema [r] a [n] na gramática de Anchieta. *Revista de Letras (UFPR)* v. 107, p. 66-84, Curitiba, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v108i0.89696>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/89696>. Acesso em: 08 agosto 2024.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. C. S. Anchieta gramático: a ecologia do contato de línguas na América portuguesa e os fonemas [b] e [p] mediais e finais na língua tupinambá. *Confluência*, v. 66, p. 71-89, Rio de Janeiro, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n66.1343>. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1343>. Acesso em: 08 agosto 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. & o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre: o conceito de uso no pensamento linguístico de Anchieta. *Revista da Abralin*, Campinas, v. 23, p. 1-13, 2024b. DOI: <https://doi.org/0.25189/abralin.v23i1.2254>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2254>. Acesso em: 08 agosto 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Folclore brasílico no segundo ato de Na festa de São Lourenço, de Anchieta (1587). *Revista Gragoatá (UFF)*, v. 29, p. e58856, Niterói, 2024c. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v29i63.58856.pt>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/58856>. Acesso em: 08 agosto 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. History of Linguistic Thought and Grammar Praxis in Brazil: It Possible to Periodize? *Cadernos de Linguística*, v. 4, p. e679, Campinas, 2023a. DOI: <https://10.25189/2675-4916.2023.v4.n1.id679>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/679>. Acesso em 08 agosto 2024.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O conceito de letra nas gramáticas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Anchieta (1595): Uma leitura historiográfica. *Fortunatae. Revista Canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas*, v. 37, p. 29-48, Tenerife, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2023.37.02>. Disponível em: <https://www.ull.es/revistas/index.php/fortvnatae/article/view/4741>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80

ZWARTJES, Otto. The description of the indigenous languages of portuguese america by the jesuits during the colonial period. The impact of the Latin Grammar of Manuel Álvares. *Historiographia Linguistica*, n. XXIX:1/2, p. 19-70. Amsterdam: John Benjamins, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/7972042/The\\_description\\_of\\_the\\_indigenous\\_languages\\_of\\_Portuguese\\_America\\_by\\_the\\_jesuits\\_during\\_the\\_colonial\\_period\\_The\\_impact\\_of\\_the\\_latin\\_grammar\\_of\\_Manuel\\_%C3%81lvares](https://www.academia.edu/7972042/The_description_of_the_indigenous_languages_of_Portuguese_America_by_the_jesuits_during_the_colonial_period_The_impact_of_the_latin_grammar_of_Manuel_%C3%81lvares).

**O JEITINHO BRASILEIRO E O PERIGO  
DOS ESTEREÓTIPOS: BREVES REFLEXÕES À LUZ  
DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA**

*Patrícia Rebouças Oliveira (UNEB)<sup>37</sup>*  
[reboucaspatricia1@gmail.com](mailto:reboucaspatricia1@gmail.com)

**RESUMO**

O jeitinho brasileiro é um aspecto cultural amplamente difundido em nossa sociedade. Concebido como forma de resolver situações usando a esperteza ou a inteligência em prol de um objetivo pessoal, pode ser entendido como positivo ou negativo. Dito isso, pretende-se, com este artigo, apresentar algumas reflexões acerca do estereótipo do jeitinho brasileiro e o perigo de propagar a identidade deste povo, unicamente, por meio de uma imagem pejorativa, estigmatizada e reducionista. A discussão está fundamentada na teoria da Análise de Discurso de linha francesa, fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux (1997), com as contribuições de Orlandi (2009), com foco no conceito de interdiscurso, por recuperar e ressignificar esse sentido sobre o brasileiro. Além disso, são utilizados os estudos sobre estereótipos de Charaudeau e Maingueneau (2004) e Amossy e Pierrot (2022) e os trabalhos dos autores DaMatta (1986), Ribeiro (2017), Adichie (2019) e Alvarez (2020), para incrementar a discussão sobre a imagem que se perpetua sobre a nacionalidade brasileira. O trabalho realizado foi baseado numa metodologia de caráter qualitativo e bibliográfico acerca dessa prática. Desta forma, se estabeleceu uma relação entre a linguagem, a sociedade e os sujeitos, observando como a imagem do brasileiro é frequentemente estereotipada, excluindo outras identidades.

**Palavras-chave:**

**Estereótipo. Jeitinho brasileiro. Análise de Discurso Francesa.**

**RESUMEN**

El modo brasileño es un aspecto cultural ampliamente difundido en nuestra sociedad. Concebida como una forma de resolver situaciones utilizando la astucia o la inteligencia en favor de un objetivo personal, puede entenderse como positiva o negativa. Dicho esto, el objetivo de este artículo es presentar algunas reflexiones sobre el estereotipo del estilo brasileño y el peligro de propagar la identidad de estas personas únicamente a través de una imagen peyorativa, estigmatizada y reduccionista. La discusión se basa en la teoría del Análisis del Discurso francés, fundada por el filósofo francés Michel Pêcheux (1997), con aportes de Orlandi (2009), centrándose en el concepto de interdiscurso, para recuperar y resignificar ese significado sobre el brasileño. Además, se utilizan los estudios sobre los estereotipos de Charaudeau y Maingueneau (2004) y Amossy y Pierrot (2022); y las obras de los autores DaMatta (1986), Ribeiro (2017), Adichie (2019) y Alvarez (2020), para incrementar la discusión sobre la imagen que se perpetúa sobre la nacionalidad brasileña. El trabajo realizado se basó en una metodología cualitativa y bibliográfica sobre esta práctica. De esta manera, se estableció una

---

<sup>37</sup> Agradeço à FAPESB pelo fomento da bolsa de pesquisa.

**relación entre lengua, sociedad y sujetos, observando cómo la imagen de los brasileños muchas veces es estereotipada, excluyendo otras identidades.**

**Palabras clave:**

**Estereotipo. Modo brasileiro. Análisis del Discurso Francés.**

### **1. *Primeiras palavras***

Por mais frequente que seja o discurso de que o Brasil é o país do trambique, da malandragem e da corrupção, não se sabe, com exatidão, de onde surgiram essas ideias ou o que fez elas se tornarem tão utilizadas. O que se sabe é que, na nossa sociedade, fatores históricos e sociais formaram um aspecto cultural bastante peculiar e característico nomeado *jeitinho brasileiro*.

Para os estudiosos desse aspecto social, é difícil encontrar uma definição precisa para essa expressão, mas ela é comumente apontada em situações que envolvem tirar proveito e é inegável que ela faz parte da nossa cultura. Segundo Capra (1996, p. 13), “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”.

Desta forma, apesar de parecer ser uma questão bastante trivial, existem vários pesquisadores que se dedicam ao estudo desse constructo cultural ligado às habilidades cognitivas dos indivíduos, como é o caso dos antropólogos DaMatta (1986) e Barbosa (1982); e do historiador e sociólogo Holanda (2016).

Para complementar essa ideia de *jeitinho*, faz-se necessário falar sobre a noção de estereótipo. Amossy e Pierrot (2022, p. 12), afirmam que “os estereótipos e os clichês remetem à questão da opinião e da expressão individual, eles acabaram se transformando em temas de reflexão dos diferentes campos das ciências humanas”. Desta forma, efeitos de sentidos ligados a esse estereótipo são possíveis, ponderando a imagem que se tem do Brasil e, conseqüentemente, do brasileiro, tendo em vista o *jeitinho* como uma espécie de patrimônio nacional, por meio de uma imagem reconhecida e propagada também internacionalmente.

Seguindo essa linha de pensamento, a escritora Chimamanda Adichie (2019, p.7) afirma: “o que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história”; nesse caso, ao estereótipo do *jeitinho brasileiro*, que embora também possa refletir um lado

positivo de ser, é muito mais utilizado quando se trata do aspecto negativo, altamente difundido em nossa sociedade.

Deste modo, o jeitinho brasileiro é amplamente difundido em nossa cultura. Entretanto, segundo Paixão e Madureira (2019, p. 43), “entre palavras e sentidos não há uma correspondência direta”, produzindo, frequentemente, deslizamentos de sentidos. Desta forma, ora é caracterizado como positivo, quando se trata de uma maneira criativa e inovadora do brasileiro frente a problemas do dia a dia, ora é identificado como negativo, quando se refere a uma atitude ilegal, que fere normas e leis em prol de um objetivo pessoal. Assim, definir esse jeitinho enquanto positivo ou negativo não é um trabalho simples; antes, se faz necessário compreender o contexto que o envolve.

A corrente teórica escolhida para embasar essa discussão é a Análise de Discurso de linha francesa proposta pelo filósofo Michel Pêcheux, na década de 60 do século XX. Essa teoria permite a problematização das maneiras de ler, abandonando a ideia de sentido único e verdadeiro que se tinha sobre um determinado texto. É um campo de conhecimento que investiga e analisa a linguagem, considerando-a uma prática em que se relaciona o simbólico e o político e que nos leva a um outro nível de criticidade.

Dito isto, pretende-se, neste artigo, discutir a noção de estereótipo relacionada à prática do jeitinho enquanto elemento caracterizador da identidade do brasileiro visto como malandro e corrupto, observando como essa identidade foi se constituindo ao longo do tempo, pois, segundo Leite (1992, p. 99), essa discussão gira “em torno de duas questões fundamentais: de um lado, a relação entre cultura e personalidade; de outro, a existência de culturas nacionais”. Isso porque todo discurso é uma construção social que reflete uma visão de mundo vinculada a de seus sujeitos e à sociedade em que estão inseridos.

## **2. O jeitinho brasileiro: resquícios da colonização**

O jeitinho brasileiro é conhecido por caracterizar um conjunto de práticas e soluções para situações conflituosas ou de difícil resolução adotando métodos de caráter contestável, burlando leis estabelecidas previamente. Não se sabe, com precisão, a origem deste termo, entretanto, momentos históricos apontam situações que contribuíram para que esses dizeres fossem validados no tocante à representação identitária do que é ser



brasileiro, construindo uma imagem que pode ir da criatividade até a ilegalidade.

Segundo o antropólogo DaMatta (1986), diante da rigidez das normas que regem uma sociedade,

[...] o ‘jeito’ é um modo e um estilo de realizar. Mas que modo é esse? É lógico que ele indica algo importante. É, sobretudo, um modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis por falta de divulgação, confusão legal, ambiguidade do texto da lei, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, feita para uma dada situação, mas aplicada universalmente etc.), com um problema impessoal. (DAMATTA, 1986 p. 101)

Como já dito, observa-se a frequência do discurso de que o Brasil é o país do trambique, da malandragem e da corrupção. Refletindo sobre a questão, percebe-se que essa imagem é validada e reconhecida tanto por estrangeiros quanto pelos próprios brasileiros, o que não quer dizer que todo brasileiro tenha essa característica e nem tampouco que esse traço identitário não exista em outros países e seja uma exclusividade do Brasil.

Isso porque, segundo Paixão e Madureira (2019), essa imagem não deve ser pensada individualmente e, sim, de forma coletiva; ideia complementada por Alvarez (2020), sobre o estereótipo da baianidade, trazida aqui para pensar sobre o jeitinho brasileiro

[...] como um conjunto de características e traços que constituem um modo de ser peculiar [...], diferenciando-o de outros povos, [...] uma forma de caracterização histórica desse povo, o que envolve a existência de estereótipos, de sentidos cristalizados, e indica características únicas do povo. (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Para o antropólogo DaMatta (1986), vários fatores influenciaram essa forma de ser do brasileiro, entre eles a colonização, resposta encontrada para o seguinte questionamento: “Como um povo se transforma em Brasil? A pergunta, na sua discreta singeleza, permite descobrir algo muito importante. É que no meio de uma multidão de experiências (...) o Brasil foi descoberto por portugueses e não por chineses” (DAMATTA, 1986, p. 16).

Para Ribeiro (2017, p. 43, 44), “esses questionamentos são fundamentais para que possamos entender lugares de fala. Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” Assim, essa herança colonial portuguesa pode ter gerado o efeito de sentido de que o trabalho inferioriza o homem, gerando discursos como “É possível ganhar mais sem fazer tanto esforço” ou até mesmo “Trabalhar para quê?”.

Aprofundando ainda mais o pensamento, além da religião e da língua, a cultura e os costumes praticados pelos portugueses também foram incutidos nesse processo de colonização. De acordo com Amossy e Pierrot (2022, p. 53), “a origem dos estereótipos desvalorizantes atribuídos ao outro é frequentemente concebida em termos de tensões sociais mais que em termos de personalidade”. Assim, partindo de uma troca, da concepção de suborno, a prática do jeitinho passou a se constituir desde os primórdios da nação.

Por esta razão, para pensar na construção do discurso do jeitinho brasileiro, antes, se faz necessário falar sobre poder. Segundo Adichie,

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019, p. 12)

Vale pontuar que, de forma geral, essa prática está intimamente ligada à educação e ao fato do país, no caso específico do Brasil, ser um país altamente desigual, fazendo dessa ação uma forma de sobrevivência. Essas práticas corroboram a noção de identidade que paira sobre o país quando pensadas além do aspecto individual. Antes, considera o coletivo a partir da imagem que se assenta sobre a malha social em questão.

Tomando como base os estudos de Alvarez sobre a baianidade, quando pensamos no jeitinho brasileiro, tem-se

[...] uma ideia, que parte de uma construção social que diferencia os povos a partir de suas características gerais, mas, ao mesmo tempo, desconsidera os aspectos heterogêneos de um povo para representá-lo a partir de elementos homogeneizantes. (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Fato é que a prática desse jeitinho não é realizada apenas por pessoas relacionadas ao poder. Essas práticas se assentam, também, em ações cotidianas como: furar ou facilitar a passagem para conhecidos em filas, estacionar em lugares proibidos ou em vagas para deficientes e gestantes, pedir uma informação rápida e tomar a frente de outras pessoas, andar pelo acostamento ou avançar o sinal vermelho por estar com pressa, dentre outros inúmeros acontecimentos.

Conforme Alvarez (2020), é importante pontuar o papel da mídia e dos meios de comunicação, como redes sociais e televisão, na manutenção

de estereótipos. No tocante ao jeitinho brasileiro, a repetição de discursos que levam a esse efeito de sentido faz com que sujeitos se identifiquem ou desidentifiquem com essa formação discursiva. Segundo Althusser (1980, p. 63), a mídia atua como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado responsável pela atualização desta e de outras noções, pois “o aparelho de informação insere, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os «cidadãos», doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.”

Nesse sentido, são criados e veiculados programas, músicas, postagens, séries e muitas piadas sobre o jeitinho, fato que contribui para a homogeneização da identidade brasileira. Conforme Adichie (2019, p. 12), “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” Todavia, se faz imprescindível mostrar o outro lado da moeda, afinal, como já dito, esse jeitinho também pode ser positivo e até mesmo constituir um lugar de fala daqueles que buscam formas alternativas de sobrevivência em meio a tantas injustiças ou burocracias do nosso país.

A partir desse pensamento, segundo Ribeiro,

[...] pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Diante do exposto, define-se o jeitinho brasileiro como uma essência flexível de ser, podendo causar prejuízos a terceiros ou não. Ele é um fenômeno multifacetado: criatividade, corrupção e quebra de normas sociais. A prática generalizada do jeitinho cria condições de aceitação social: como todo mundo já está fazendo, não deve ser errado. Por isso, o jeitinho brasileiro, juntamente com o estereótipo, se mostra um caminho muito arriscado, porque aponta para uma forma de driblar regras que raramente permitem flexibilidade, uma espécie de reprodução da forma de administração herdada dos portugueses no processo de colonização.

### **3. Nas entrelinhas do estereótipo do jeitinho brasileiro**

Sabe-se que o Brasil é um país conhecido mundialmente por suas praias, festas populares, clima tropical, belas paisagens, carnaval, futebol, cerveja, feijoada e samba. Além disso, é conhecido por ter um povo receptivo e harmonioso, criando uma imagem positiva do país. Também é

frequente ter como resposta Rio de Janeiro, carnaval, Pelé quando a pergunta é: O que é o Brasil? Essas ideias que vão se fixando ao longo do tempo, são baseadas no senso comum e “dizem respeito tanto à linguagem quanto aos comportamentos (...). Elas são frases prontas para dizer, prontas para pensar, prontas para fazer, prescritas pelo discurso social.” (AMOSSY; PIERROT, 2022, p. 32).

Existem alguns dizeres além desses citados anteriormente que são propagados pelo mundo e corroboram a construção do imaginário sobre o país, dentre eles, a ideia de que todo brasileiro já nasce com samba no pé é muito forte, chegando a ser considerado um absurdo quando a resposta para a pergunta “você sabe sambar?” é negativa. Inclusive, para muitos estrangeiros, o único ritmo existente no Brasil é o samba. Segundo Alvarez,

[...] as identidades culturais, a exemplo da baianidade e outras, não são elementos fixos que correspondem à essência dos sujeitos sociais, antes de tudo são construções sociais, ou seja, são ideias que circulam no imaginário social e que caracterizam os diversos grupos nos seus modos de agir, vestir, pensar, falar etc.” (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Assim, também é forte a ideia de que todo brasileiro sabe jogar e ama futebol. Seguindo a linha de pensamento das estudiosas Amossy e Pierrot (2022, p. 32), o que define essas ideias preconcebidas é a “relação com a opinião, assim como seu modo de asserção. Elas inscrevem julgamentos, crenças, maneiras de fazer e de dizer, em uma formulação que se apresenta como uma constatação de evidência e uma afirmação categórica”. Todavia, para os dois casos, é preciso entender que existem outros ritmos musicais e outros esportes que os brasileiros se interessam e praticam.

Nesse sentido, o antropólogo DaMatta afirma:

[...] temos no Brasil carnavais e hierarquias, igualdades e aristocracias, com a cordialidade do encontro cheio de sorrisos cedendo lugar, no momento seguinte à terrível violência dos antipáticos “sabe com quem está falando?” E também temos samba, cachaça, praia e futebol, mas de permeio com “democracia relativa” e “capitalismo à brasileira”, um sistema onde só trabalhadores correm riscos, embora, como se sabe, não tenham lucro algum. (DAMATTA, 1997, p. 16)

Não poderia ficar de fora dessa análise a imagem de que, no Brasil, é carnaval o ano todo. Muitos chegam a propagar a ideia de que ano só começa após o carnaval, o que não deve ser considerado um axioma. Além dessas ideias preconcebidas que circulam quando o assunto é o Brasil, também são disseminados comentários como: “No Brasil têm animais

selvagens andando pelas ruas de várias cidades”; “Todo mineiro ama pão de queijo”; “Paulistano só trabalha”; “Baiano é preguiçoso”; “O português do Brasil é o mesmo de Portugal”; “Todo brasileiro come feijão com arroz e vive na praia”.

Ressalta-se aqui que esse processo de imaginar o outro, o diferente e o novo é percebido como natural, já que se trata de uma visão sobre algo desconhecido, assim como os brasileiros também têm suas ideias a respeito de outras nacionalidades, pois “seja tomando-o num sentido pejorativo, seja tomando-o num sentido neutro, as ciências sociais fazem do estereótipo um conceito bem definido, que permite analisar a relação do indivíduo com o outro e consigo mesmo ou as relações entre os grupos e seus membros. (AMOSSY, PIERROT, 2022, p. 37).

Para Charaudeau e Maingueneau (2004), o estereótipo está diretamente ligado ao pré-construído, sendo complementado por Pêcheux (2009), quando afirma que o pré-construído diz respeito ao “sempre-já-ai”. Além dessas referências, as pesquisadoras Amossy e Pierrot (2022) apresentam uma série de contribuições acerca dessa noção de estereotipia também utilizadas neste artigo, pois

[...] de maneira mais geral, o pré-construído procede de uma concepção do sujeito que não é o sujeito idealista intencional da pragmática linguística, mas um sujeito tomado numa linguagem, na qual o pré afirmado governa o afirmado. O estereótipo emana, assim, de duas maneiras do pré-construído: no sentido em que designa um tipo de construção sintática que desencadeia o pré-afirmado e no sentido, mais amplo, em que o pré-construído é compreendido como o traço, o rastro no enunciado individual, de discursos e julgamentos prévios cuja origem está apagada. Evidência sem história, o estereótipo apresenta, como as frases enciclopédicas do dicionário, esse efeito de ‘verdade imediata’ [...] (AMOSSY; PIERROT, 2022, p. 125)

Culturalmente falando, o estereótipo, por vezes, tende a ser uma reprodução de um pensamento reducionista sobre algo ou alguém, como o caso abordado aqui. Parte disso deve-se ao aparelho ideológico de informação – mídia – que acaba veiculando e reforçando essas ideias preconcebidas. Para Charaudeau (2017, p. 573), antes de se debruçar sobre a noção de estereótipo propriamente dita se faz imprescindível pensar sobre o que o envolve, pois “a forma com que concebemos a noção da linguagem à realidade e o lugar que damos ao fenômeno das representações sociais”, são fatores que culminam na produção e reprodução deste.

A palavra estereótipo vem do latim “*stereos*” e “*typos*” e significa “impressão sólida”. Era um termo usado para se referir às impressões de moldes de placas metálicas que reproduziam cópias, porém, em 1922, esse

termo passou a ter uma nova significação, de cunho sociológico, depois que o jornalista americano Walter Lippman usou para se referir a um conjunto de crenças generalizadas e comuns a pessoas e coisas.

Com o desenvolvimento das sociedades, os estereótipos passaram a ser usados para padronizar ou tentar tornar fixo os diversos aspectos relacionados ao ser humano e suas ações, de modo que foram se repetindo com o passar do tempo, resultando em padrões impessoais. Eles são reproduzidos pelas culturas, veiculados em diferentes meios e podem ser relacionados a conceitos históricos, culturais e físicos relacionados a crenças e costumes.

Em uma palestra proferida em 2009, a escritora Chimamanda Adichie narrou histórias pessoais que, em seguida, resultaram em um livro intitulado *O perigo de uma história única*. Para ela, reafirmar histórias negativas é simplificar a história de um povo. Ainda segundo Adichie (2019, p. 14), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” Dito de outro modo, os estereótipos são versões hiper simplificadas sobre pessoas ou grupos e não costumam condizer com a realidade.

De maneira geral, essa imagem simplificada a que chamamos estereótipo é propagada sob a perspectiva de uma característica, podendo ser positiva ou negativa, como já explicado. A grande questão é que os estereótipos tentam tornar tudo homogêneo, além de considerar uma ideia que, na maioria das vezes, leva ao constrangimento de um grupo. São sempre vários pensamentos idealizados pelo ponto de vista do senso comum que, ao serem utilizados para categorizar um indivíduo ou grupo quanto a sua identidade ou comportamento, se mantêm, porém eles só são eficientes através da repetição exaustiva. Sendo assim, as mídias sociais e televisivas, por exemplo, cumprem esse papel utilizando os estereótipos, tornando-os incansavelmente repetidos, para que a mensagem seja assimilada no menor tempo possível.

Essa discussão nos leva, diretamente, ao conceito de interdiscurso, que, segundo Orlandi (2009, p. 31), “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Sendo assim, o trabalho de memória, que faz o discurso ter ligação com os já ditos, chamado de interdiscurso é inatingível, pois comporta tudo o que já foi dito organizado por meio da linguagem, que se apropria de outras ideias configuradas anteriormente.

Ou seja, tudo o que já foi dito por alguém, em algum lugar, em outra época, mesmo que muito distantes, tem efeito sobre o que está sendo produzido agora ou que ainda será produzido, pois é através dele que o saber discursivo torna possível todo dizer e volta sob a forma do pré-construído, não como um todo, mas em partes que o identificam. Além das noções já explicadas, ressalta-se que o interdiscurso tem o seu papel definido, pois todo discurso remete a um outro, nunca é isolado. Então, o discurso ao ser produzido constitui uma ação social em um contexto ideologicamente marcado, tanto no tocante ao jeitinho brasileiro, quanto para qualquer outro.

#### 4. *Considerações finais*

O trabalho apresentado apontou para possibilidade de efeitos de sentidos sobre a identidade do brasileiro, revelando como o discurso se transforma de forma inesperada e diferente para cada ser. A capacidade de se reinventar e se atualizar impressiona e se volta para a arte de se dar bem sem muito esforço. É importante ressaltar que uma mesma palavra ou expressão pode assumir sentidos opostos para sua significação, no caso do jeitinho brasileiro, porque envolve fatores aparentemente simples, mas que alcançam questões extremamente complexas, pois abarcam fatores históricos, sociais, culturais, éticos, morais e psicológicos.

Nesse sentido, o trabalho realizado buscou destacar acontecimentos, imagens, crenças e dizeres que estigmatizam mais que um grupo, uma nação, e está relacionado ao exercício necessário de reflexão das representações coletivas como forma de compreender o impacto mundial existente sobre a identidade nacional e como isso afeta as conexões entre os grupos e seus respectivos membros. Vale ressaltar que analisar esse jeitinho brasileiro sob o viés da Análise de Discurso de linha francesa possibilitou observar essas ações de forma coletiva, sobre o que é aceito ou não em nossa sociedade, contribuindo para a reflexão acerca dessa imagem que se propaga sobre identidade brasileira.

Vale acrescentar que, neste artigo, se estabeleceu uma relação entre a linguagem, a sociedade e os sujeitos, observando como a imagem estereotipada do brasileiro é frequentemente propagada. Em outras palavras, este trabalho saiu da perspectiva de se considerar apenas a estrutura linguística, indo além ao investigar de que maneira o social interfere nessa representação e como os sujeitos se apropriam de dizeres. É uma junção entre linguagem, discurso e sociedade.

Por fim, parafraseando as palavras de Adichie (2019), é preciso se desprender do estereótipo da história única e olhar para as inúmeras identidades e características do nosso país e do nosso povo. Dito isso, é importante entender o outro e compreender as diferenças e semelhanças entre as culturas. O positivo e o negativo coexistem na ótica das representações, não se deve desconsiderar que a existência de binarismos justamente porque eles são inversamente dependentes e a representação do outro é, antes, um ato de partilha.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 6-17. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras\\_digitalizadas/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_-\\_2019\\_-\\_o\\_perigo\\_de\\_uma\\_historia\\_unica.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. p. 41-104

ALVAREZ, Palmira Heine. Toda menina baiana tem um jeito? Corpo, memória e discurso sobre a mulher baiana em postagens na internet. In: ABBADE, Celina Márcia de Souza; CARVALHO, Cristina dos Santos; SANTOS, Elisângela Santana dos. (Orgs.) *Linguagem, discurso e sociedade: caminhos que se entrecruzam*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 31-46. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33311/3/linguagem-discurso-e-sociedade> Acesso em: 23 jul. 2024.

AMOSSY, R. PIERROT, A, H. *Estereótipos e clichês*. São Paulo: Contexto, 2022.

BARBOSA, Livia. *O Jeitinho Brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. da trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.



DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil: Edição crítica – 80 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional do brasileiro. História de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MADUREIRA, André. Sujeito, linguagem e discurso: análise discursiva do livro didático de Língua Portuguesa. *Linguagem & Ensino*. v. 20, n. 1, p. 5-20, Pelotas, jan./jun. 2017.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas-SP: Pontes, 2009.

PAIXÃO, Alissan; MADUREIRA, André. Are We Carnival? O discurso da identidade baiana. In: MADUREIRA, A.; ABBADE, C.; SOBRAL, G. *Estudos de Linguagem: Léxico e Discurso*. Curitiba: Appris, 2019. p. 43-56

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *O discurso: Estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pucinelli Orlandi. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017. p. 30-50. (Feminismos Plurais)

## O PAPEL DAS PREPOSIÇÕES COMPLEXAS NA PROGRESSÃO TEXTUAL

Carla Barbosa de Farias Santos (FFP-UERJ)

[prof.carlafarias@gmail.com.br](mailto:prof.carlafarias@gmail.com.br)

Marcos Luiz Wiedemer (FFP-UERJ)

[mlwiedemer@gmail.com](mailto:mlwiedemer@gmail.com)

### RESUMO

Neste artigo, analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), que compõem o esquema [preposição<sub>(em)</sub> + substantivo + preposição<sub>(de)</sub> X<sub>(SN)</sub>]. Nossa hipótese de análise é de que essas preposições complexas operam na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto. Para tal finalidade, lançamos mão do arcabouço teórico da Linguística Textual, mais especificamente, sobre a foricidade. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>). Os resultados evidenciam que as microconstruções analisadas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação, promovendo a progressão textual e o desenvolvimento da argumentação.

### Palavras-chave:

Foricidade. Coesão textual. Preposições complexas.

### ABSTRACT

In this paper, we analyze the phoric role of microconstructions (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), which make up the scheme [preposition<sub>(em)</sub> + noun + preposition<sub>(de)</sub> X<sub>(SN)</sub>]. Our analysis hypothesis is that these complex prepositions operate in the structuring and progression of discourse, acting as textual connectors that establish logical relationships between different parts of the text. To this, we used the theoretical framework of textual linguistics, more specifically, foricity. The methodology used is qualitative, based on data extracted from the *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>). The results show that the microconstructions analyzed take up and connect previously mentioned elements or detail new information, promoting textual progression and the development of argumentation.

### Keywords:

Foricity. Complex prepositions. Textual cohesion.

## 1. Introdução

As preposições complexas embora muito comum em português (Cf. WIEDEMER; PAIVA, 2020; COSTA, 2018), seu estatuto gramatical é debate em relação à forma e ao seu significado (Cf. LEITÃO; SOUZA;

KEWITZ, 2018). Em geral, as gramáticas descritivas assinalam a existência de um *continuum* que varia de unidades livres a unidades fixas, bem como reconhecem a existência de preposições complexas (CASTILHO, 2010; NEVES, 2011). Além disso, essa ideia de um *continuum* tem recebido validação empírica em estudos baseados no uso (WIEDEMER; PAIVA, 2020; WIEDEMER; COSTA, 2019; WIEDEMER; COSTA, 2021, entre outros).

Em relação ao significado, a maioria das preposições complexas, comumente, é vista a partir da localização espacial/eixos espaciais (TYLER; EVANS, 2003; LEHMANN, 2016; CASTILHO, 2010), em que denotam uma relação de um objeto e uma entidade localizada (WIEDEMER, 2014). Embora esse modelo possa prever diferentes facetas semânticas das preposições complexas, não apresenta uma sustentação explicativa para significados fora deste escopo, conforme estudos desenvolvidos por Costa (2018) que mostra que as preposições complexas desempenham a função de advérbios preposicionais; por Paiva (2016), de relatores circunstanciais; por Leite & Wiedemer (2021) e Monteiro (2024), do uso como encapsulamento promovido por preposições complexas, bem como as pesquisas desenvolvidas por Silva (2024) que indica o uso em construções de concernência.

Além disso, Santos (2023), atesta que o esquema [preposição<sub>(em)</sub> + substantivo + preposição<sub>(de)</sub> X<sub>(SN)</sub>] instancia noções de conformidade, causa/consequência, contraposição e condição. A autora também indica que essas preposições complexas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Sobre isso, retomamos a pesquisa desenvolvida por Santos (2023) e aqui analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*). Desse modo, tratamos mais especificamente sobre a questão da retomada dos referentes, conforme podemos observar no enunciado (01), a seguir, em que é perceptível que a construção aqui analisada colabora no processo de progressão textual, conforme o exemplo:

(01) “Essa é uma particularidade das favelas da capital portenha: os moradores muitas vezes se organizam em cooperativas para prestar os serviços que em teoria são função do Estado, praticamente ausente nessas regiões. **No caso da Villa 31**, além dos refeitórios, a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos ‘vecinos’”. (Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/como-a-crise-na-argentina-mudou-a-vida-na-favela-mais-antiga-de-buenos-aires.ghtml>)

Em (01), a construção “no caso de” inicia um novo segmento e, ao mesmo tempo, exemplifica o tipo de favela “Villa 31”, além de retomar o referente “favelas” e o tópico já introduzido anteriormente no texto: a discussão sobre a organização comunitária em favelas da capital portenha, ou seja, Buenos Aires. O pronome “essa”, no início do trecho, se refere a uma característica previamente mencionada sobre as favelas. Ao utilizar “no caso da Villa 31”, o enunciador especifica um exemplo dentro desse universo mais amplo, particularizando a discussão e focando na Villa 31 como um caso representativo ou exemplar. Assim, a preposição complexa atua juntamente como SN e orienta na compreensão dos referentes dentro do enunciado, colaborando na coerência e progressão textual, pois na retomada do termo anterior, uma nova informação é apresentada “a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos “vecinos”, promovendo assim, uma conexão direta com a informação previamente apresentada. A expressão não apenas retoma o tema das favelas, mas direciona o foco da interpretação para essa favela em particular. Isso cria uma expectativa de que informações adicionais ou detalhadas sobre a Villa 31 seguirão.

Em termos metodológicos, esta pesquisa é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do Corpus do Português (<https://www.corpus-doportugues.org/>).

## **2. Foricidade e progressão textual**

A foricidade ou a anáfora é um mecanismo linguístico de coesão que contribui para a manutenção dos sentidos e expansão temática textual. Pode ser considerada uma estratégia de remissão de termos anteriores ou subsequentes, estabelecidos dentro do texto (referenciação endofórica) e fora do texto (referenciação exofórica), esta última quando a retomada provém de inferências promovidas pelo contexto discursivo e pela ativação cognitiva do conhecimento prévio do leitor (KOCH, 1994). Nesse sentido, Ferreira e Rebello (2011, p. 13) ponderam que a anáfora ocorre “quando a interpretação de uma expressão depende de outra presente no contexto verbal (o antecedente)”.

De acordo com Ferreira e Rebello (2011), a anáfora é um recurso coesivo que busca promover a unidade temática dos textos, num processo de retomada dos referentes. Além do processo de coesão referencial, as autoras propõem que a anáfora é um mecanismo de organização de ideias. Assim, para as autoras, a anáfora também pode ser tratada como um fenômeno de memória operativa ou de trabalho do leitor/interlocutor do

discurso. Essa estratégia é utilizada quando o leitor encontra o referente por meio de inferências e ideias implícitas no contexto discursivo.

Sobre isso, Krüger (2003) afirma que o conceito de anáfora sofre um alargamento, na medida em que as ligações estabelecidas entre os elementos textuais acontecem com base em processos mais complexos e se desenvolvem no ato comunicativo e em operações sociocognitivas. Dessa maneira, o processo de retomada das anáforas é constituído no texto ou na memória discursiva que o interlocutor tem do referente. A autora preceitua o seguinte entendimento:

Apesar de toda expressão anafórica sofrer forte condicionamento por parte do antecedente ou da sentença em que está inserida, os leitores/falantes são capazes de reconhecer o funcionamento de uma cadeia anafórica que abrange ligações não explícitas. (KRÜGER, 2003, p. 49)

Nesse íterim, Figueiredo (2000) reitera que a definição de anáfora, seja ela textual ou de memória (cognitiva) implica a necessidade de se encontrar no texto ou na memória discursiva a entidade pertinente para a sua interpretação.

Cabe ressaltar que o processo de retomada dos referentes estabelece a continuidade temática no texto. Além disso, a ligação entre a informação nova e a informação dada promove a coerência e coesão textual. Por exemplo, quando um texto introduz um tema e, em seguida, utiliza as micro-construções “no caso de” ou “a respeito de”, ele não só retoma o referente, mas também direciona o foco do leitor para uma informação específica, criando uma expectativa de detalhes ou particularidades sobre aquele ponto. A foricidade contribui para organizar o fluxo de informações. Assim, a retomada dos referentes, associada ao uso adequado da foricidade, não só estabelece a continuidade temática como também colabora na coesão e na coerência textuais. Vejamos um exemplo:

(02) “Estamos abertos (ao diálogo), mas do ponto de vista do TCE vejo como desnecessário esse debate. De 2014 a 2018, (o TCE) já repassou R\$190 milhões e a nossa disposição atual é de continuar efetuando os repasses, até fazendo intervalos menores do que repassar apenas no final do ano. Até já sinalizei essa disposição (de fazer os repasses em intervalos menores) para o governador. Mas em função dessa discussão se criou uma situação de insegurança. Precisamos ver como ficará nosso orçamento para programar os repasses. Muitas vezes me parece que há uma crítica por haver sobras orçamentárias”.

Em (02), temos o lexema “discussão” retomando de maneira coesiva o item “debate”, num processo de *referenciação endofórica*, pois retoma uma ideia previamente mencionada, no caso, o debate sobre os

repasses realizados pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). A micro-construção "em função dessa discussão" conecta a situação atual (insegurança em relação ao orçamento) à discussão que ocorreu anteriormente. Essa expressão não só faz a retomada do tópico principal do trecho (o debate sobre os repasses) como também estabelece uma relação causal entre essa discussão e a insegurança mencionada (Cf. SANTOS, 2023). Já em (03), o referente está fora do texto, em que temos uma *referência exofórica*.

(03) “No caso do PIS, para quem é correntista da Caixa, o pagamento foi feito 2 dias antes do restante dos outros trabalhadores”. (Fonte: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/06/27/mais-de-16-mil-trabalhadores-ainda-nao-sacaram-o-abono-salarial-pispasep-2018-2019-em-sergipe.ghtml>)

Em (03), os lexemas “Caixa” e “PIS” indicam ao leitor que o foco da discussão está sendo restringido a um aspecto específico, neste caso, o PIS (Programa de Integração Social) da Caixa Econômica Federal. As expressões direcionam a atenção do leitor para uma informação de conhecimento externo ou de conhecimento de mundo, além de indicar uma situação particular dentro de um contexto possivelmente mais amplo. Assim, o uso de “PIS” pressupõe que o destinatário do enunciado tenha familiaridade com o termo. Isso cria uma dependência de um conhecimento externo ao texto para que a comunicação seja eficaz. Além disso, o termo “PIS” se insere em um contexto sociocultural específico, onde as pessoas conhecem os benefícios sociais relacionados ao trabalho. A referência exofórica, portanto, conecta o enunciado ao mundo real, onde o PIS é uma realidade concreta para muitos trabalhadores brasileiros.

### **2.1. Tipos de anáforas**

Krüger (2003) esclarece que as anáforas são reconhecidas como um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial, sendo capazes de “ativar um novo referente cuja interpretação está dependente de outras expressões referenciais presentes no texto” (FERREIRA; REBELLO, 2011, p. 12). Nesse caso, temos a definição de anáfora indireta ou não-correferencial. Sobre o assunto, Silva e Ferreira (2008, p. 130) apresentam a classificação para essas duas subclasses:

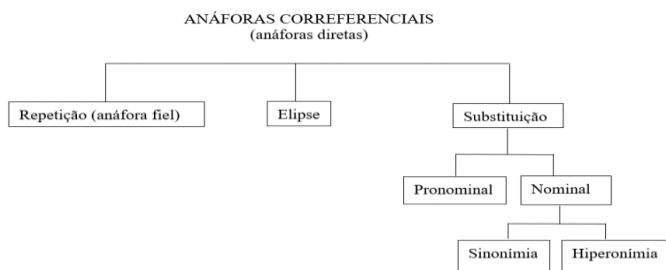
As anáforas diretas caracterizam-se pelo facto de o nome em posição anafórica e o nome em posição antecedente serem co-referentes, ao passo que, nas anáforas indiretas, há uma relação de não-co-referência, estabelecendo-

se uma ligação entre o antecedente e a expressão anafórica com base numa relação de implicação. (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 130)

### 2.1.1. *Anáfora Correferencial*

A anáfora correferencial, também conhecida como anáfora direta, consiste na retomada coespecífica do referente no texto. Marques (2009) apresenta o seguinte esquema ilustrativo:

Figura 1: Tipologia das anáforas correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A figura (1) representa a classificação das anáforas em três classes: anáfora por repetição ou anáfora fiel, anáfora por elipse e anáfora por substituição. A anáfora por substituição está subdividida em duas categorias: pronominais e nominais. Esta também se ramifica em anáforas por sinonímia e anáforas por hiperonímia.

A seguir, analisamos um exemplo de *anáfora por repetição*:

(04) “Valores não utilizados pelos fundos FCO, FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) no ano em curso seriam direcionados para que os Estados apliquem, como finalidade específica, na implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura nos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. “**No caso da Região Centro-Oeste**, o setor produtivo tem acesso aos recursos do FCO desde 2007. O importante é mantê-lo com o setor privado dos Estados. Nossa preocupação é perder até 30% deste recurso, que correm o risco de ficar parados no fundo porque, hoje, os Estados não têm capacidade de investimento”, alertou Longen”. (Fonte: <https://fecomercio-ms.com.br/fecomercio-ms-alerta-para-riscos-de-corte-nos-servicos-do-sistema-s/>)

No exemplo (04), o núcleo nominal Centro-Oeste é reiterado no segmento seguinte com o objetivo de exemplificar e focalizar a região. No

processo de retomada dos referentes, a mesma expressão se mantém, trazendo pouco conteúdo novo ao texto. A preposição complexa “no caso de” contribui para o contexto semântico de retomada informacional.

Já em (05), temos um exemplo de *anáfora correferencial por elipse*, processo de retoma por meio do apagamento do termo anafórico.

05) “O outro ponto importante é desenvolver ainda mais o futebol feminino no País. Atualmente, existem duas divisões nacionais. Na Série A-1 são 16 equipes e o torneio, que foi paralisado em razão do Mundial, está na 9ª rodada. O Corinthians lidera, seguido pelo Santos. Além dos dois rivais, outros exemplos de grandes times que estão na elite são Internacional, Flamengo, Vitória e Sport. Já na Série A-2, a segunda divisão, são 36 clubes e a competição está nas quartas de final. Sobem quatro equipes para a elite. Os jogos são: Ceará x Cruzeiro, América-MG x Grêmio, Chapecoense x Palmeiras e Taubaté x São Paulo. A disputa será retomada a partir de 12 de julho”. (Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2019/06/30/apos-mundial-feminino-caminho-esta-aberto-para-o-talento-das-jogadoras-do-brasil-382054.php>)

Em (05), a vírgula após a expressão “lidera” retoma anaforicamente o núcleo nominal “torneio” de maneira elíptica. Esse processo tem o objetivo de evitar a repetição vocabular e apesar da supressão do termo, podemos considerar, mesmo que implicitamente, a seguinte seqüência: “O Corinthians lidera o torneio seguido pelo Santos”.

### **2.1.2. Anáfora Não Correferencial**

A anáfora não correferencial, também classificada como anáfora indireta, introduz uma entidade ainda não mencionada no texto, mas cuja especificidade depende da entidade denotada pelo antecedente. Diferentemente da anáfora correferencial, que retoma um referente anterior de mesmo valor semântico, apresenta uma *temática* e *remática*, ou seja, uma parte da informação antiga (fornecida pelo antecedente) e uma informação nova (constituída pela entidade nova introduzida pelo antecedente), assegurando, dessa forma, a continuidade e a novidade (MARQUES, 2009). Por esse motivo, podemos considerar a anáfora indireta um recurso híbrido, tendo em vista, conforme Silva e Ferreira (2008), a relação de não correferência, estabelecida pela ligação entre o antecedente e a expressão anafórica que tem por base uma implicação.

Para Marques (2009, p. 46), existem três propriedades essenciais na definição das anáforas não correferenciais. Vejamos:

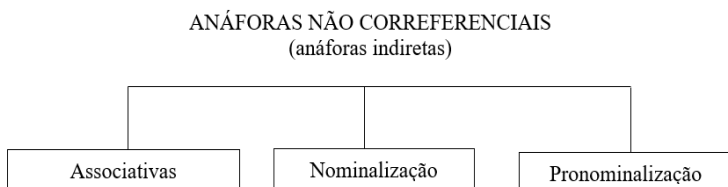
- (i) o termo anafórico e o antecedente não possuem a mesma referência virtual;
- (ii) as anáforas indiretas introduzem um referente novo;
- (iii) o



processo anafórico estabelece-se com base numa relação de dependência interpretativa, cuja resolução se baseia num cálculo de natureza inferencial. (MARQUES, 2009, p. 46)

No entanto, é importante salientar, que a definição de anáfora não correferencial não é consensual entre as variadas áreas de estudos linguísticos. Nesse contexto, esta pesquisa se baseia na proposta de Marques (2009) e Ferreira e Rebello (2011), conforme ilustrado na figura (2) que apresenta o modelo esquemático das anáforas não-correferenciais:

Figura 2: Tipologia das anáforas não correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A *anáfora não correferencial associativa* estabelece uma relação de implicação (subentendido) entre os lexemas e uma relação da parte do todo. Sendo assim, de acordo com Ferreira e Rebello (2011), caracteriza-se por aspectos particulares de natureza léxico-semântica e conceitual (baseados em conhecimento de mundo e em inferências). Vejamos o exemplo (06):

(06) “Além da continuação de uma estratégia de ‘eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente - em particular as isenções e benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis’ –, o partido liderado por António Costa quer proceder a uma revisão da fiscalidade sobre os veículos, tendo em vista ‘reforçar a discriminação positiva dos veículos de melhor desempenho ambiental, mantendo a tributação **em função das** emissões de CO2 e conferindo uma clara vantagem fiscal aos veículos elétricos””. (Fonte: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/ps-quer-aumentar-impostos-na-poluicao-e-menor-carga-fiscal-sobre-o-trabalho>)

Neste exemplo ocorre uma anáfora não correferencial associativa, tendo em vista que a expressão “emissões de CO2” está ancorada em “eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente”. Dessa maneira, “em função das emissões de CO2” reativa a expressão destacada, de modo que se relaciona com o antecedente por referência e não por correferência. Nesse sentido, a relação não é de retomada do termo anterior, mas de relação através de elementos semânticos e inferenciais.

Já a *anáfora não correferencial por nominalização* é um fenômeno que contribui para fazer lembrar o ouvinte/leitor o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas, de ligações de partes do texto e resumos de partes do discurso.

(07) “Com os ataques de 11 de setembro de 2001, os ‘neocons’ tiveram o pretexto perfeito para a implementação da sua estratégia de guerra permanente, em substituição ao confronto bipolar da Guerra Fria, voltada para impedir a emergência de um mundo multipolar baseado na cooperação para o desenvolvimento compartilhado, **em lugar da** confrontação bélica favorecida por eles, agenda em pleno vigor”. (Fonte: <https://www.defesanet.com.br/tecnologia/lorenzo-carrasco-sobre-%C2%93trotskistas-de-di-reita%C2%94-e-%C2%93neoconservadores%C2%94/>)

Em (07), o termo nominalizado “confrontação” condensa e resume toda a informação apresentada anteriormente. Podemos afirmar também que a expressão complexa “em lugar de” colabora para a natureza semântica da sumarização e substituição anafórica. Sobre isso, Ferreira e Rebello (2011, p. 18) asseveram que ocorre um “laço predicativo” ou a aparência de uma simples retoma – que é fator de coesão textual – e permite fazer o texto avançar para uma nova direção. Para Marques (2009), alguns autores consideram esse processo como *anáfora encapsuladora*:

Portanto, o termo anafórico opera uma rotulação do segmento anterior do texto, – o antecedente – empacotando-a numa expressão referencial e, simultaneamente, abre a possibilidade de progressão textual, na medida em que indica ao leitor como a extensão de discurso encapsulada por ele deve ser interpretada, fornecendo o esquema de referência dentro do qual o próximo segmento de texto vai ser desenvolvido. Tal facto explica porque é que alguns autores consideram que este tipo de *anáfora* se realiza por rotulação encapsulada. (MARQUES, 2009, p. 51)

Ferreira e Silva (2008) asseveram que o processo de encapsulamento sob um rótulo significa que não se nomeia um termo específico, mas referentes textuais ou abstratos, como nomes genéricos, que são relacionados e inferidos pelo contexto textual. As autoras também afirmam que os nomes em posição anafórica constituem rótulos que descrevem como deve ser tomado o enunciado.

A *anáfora não correferencial por pronominalização* é caracterizada pela presença do pronome pessoal ou demonstrativo ao retomar um sintagma nominal. De acordo com Ferreira e Rebello (2011, p. 18), a utilização do pronome nas *anáforas não correferenciais* é baseado na atribuição de novas categorias aos segmentos do discurso precedente. Vejamos o exemplo (08):

08) “Ou seja, um eclipse observado hoje irá repetir o seu tipo e formato daqui a 18 anos, com um detalhe, ele só não irá ocorrer próximo ao mesmo local, devido o seu ciclo, além dos dias, ter cerca de 8 horas adicionais no dia. No caso de um eclipse solar, isso significa que a região de ocorrência do eclipse solar irá se deslocar a cerca de 120° a oeste, **em razão da terra ter girado** em 8 horas, 1/3 de seu percurso de rotação de um dia”. (Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/eclipse-solar-total-ocorre-nesta-ter%C3%A7a-na-am%C3%A9rica-do-sul-1.348572>)

Em (08) o pronome demonstrativo “isso” apresenta valor sintético e resume toda a informação anterior sobre o eclipse solar. Além disso, funciona como constituinte de fechamento e continuidade, de forma simultânea. No entanto, Ferreira e Rebello (2011), afirmam que ao contrário da anáfora por nominalização, não acrescenta qualquer conteúdo argumentativo, pois o pronome é isento de determinação semântica.

Sendo assim, as anáforas não-correferenciais apresentam uma referência virtual e uma relação de dependência interpretativa constituída através de subentendidos, pressupostos e inferências.

## 2.2. A retomada de referentes

Nesta seção, analisamos qualitativamente o processo anafórico que as microconstruções “no caso de”, “em consequência de”, “em função de”, “em lugar de” e “em razão de” apresentam na retomada de referentes. Conforme mencionado, as anáforas constituem uma estratégia discursiva de progressão e coesão textual, tendo em vista que no processo de retomada entre os elementos do texto, os significados são estabelecidos.

Dessa forma, o processo de retomada de referentes impulsiona a progressão textual, bem como o desenvolvimento da argumentação. Conforme observamos, as microconstruções aqui analisadas desempenham papel adverbial, ou seja, complementando a informação textual anterior desenvolvida, a partir de diferentes nuances, seja, apresentando uma causa, seja apresentando uma contraposição ou outros papéis.

Conforme a classificação disposta na figura (1), a anáfora por elipse, ou por substituição pode se subdividir em anáforas pronominais e nominais. Vejamos os exemplos a seguir:

(09) “Como são os personagens de vocês e o que eles estão enfrentando? Hunter Schafer: A Jules é nova na cidade, vai começar o desafio do ensino médio e rapidamente encontra uma melhor amiga, a Rue. A Jules tem uma rotina **em função da** sexualidade dela. Ela quer se sentir bem consigo mesma, então desenvolveu uma rotina para isso, por exemplo se relacionar

com homens brancos mais velhos, casados e cisgênero para afirmar a sua feminilidade. Mas esse caminho não é saudável, é tóxico”. (Fonte: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/30/penso-no-que-as-pessoas-da-congregacao-vao-achar-diz-atriz-trans-de-euphoria.htm?cmpid=copiaecola>)

No enunciado em (09), temos os pronomes “dela” e “consigo” se referindo a mesma pessoa: Jules. Observamos que o uso do pronome é uma estratégia discursiva de substituição cujo objetivo é evitar a repetição dos vocábulos e estabelecer a progressão textual. Dessa forma, temos uma *anáfora correferencial por substituição de categoria pronominal*.

(10) “A administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Inalda Conceição, afirmou que a proposta é consensual e surge em função do pedido feito por várias associações do sector produtivo nacional.” (Fonte: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/mais-de-190-empresas-publicas-angolanas-vao-ser-privatizadas-460847>)

(11) “Já seu Valmir sofreu uma parada cardiorrespiratória, precisou ser reanimado pela equipe de socorristas ainda no local antes de ser encaminhado às pressas ao HGR. No começo da madrugada de ontem, 30, a vítima morreu em consequência dos traumas. A Polícia Militar também esteve no local da ocorrência, isolando a área e relatando os fatos que serão entregues na Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT). (Fonte: <https://fo-lhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Dois-morrem-na-Capital-vitimas-de-acidentes/54946>)

No exemplo (10), observamos a *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por sinonímia*. O termo “pedido” foi empregado como sinônimo para retomar a expressão “proposta”. Esse recurso é uma estratégia discursiva de trocar nome por nome, além de evitar a repetição vocabular, mantém o fluxo textual e o valor semântico do referente. O mesmo ocorre em (11), em que o seguimento “em consequência dos traumas” se refere à “parada cardiorrespiratória”. A expressão “traumas” foi utilizada para retomar uma informação já fornecida no texto. Observamos que a própria natureza da construção “em consequência de” colabora com a relação de retomada, uma vez que apresenta o valor de causalidade entre os termos dos enunciados.

(12) “Importante dizer que os gatos costumam se tornar hospedeiros do *Toxoplasma gondii* ao consumirem alimentos contaminados. “Por isso, é importante não dar para eles carne crua”, sugere Lívia. No caso dos bichanos gciados em lugares onde podem caçar roedores ou aves, a profissional sugere o uso de coleira com guizo, dificultando a captura desses animais – que podem ter um cisto do parasita em seu tecido muscular”. (Fonte: <https://www.otempo.com.br/interessa/toxoplasmoze-gatos-nao-sao-os-maiores-viloes-1.2202316>)

(13) “De acordo com o Expresso, 70% dos especialistas não estão em dedicação exclusiva. No caso dos médicos hospitalares, a presença intermitente é ainda maior e chega aos 80%. A todos estes profissionais sem exclusividade é permitido trabalhar em simultâneo no privado e trocar as horas extras nas Urgências das suas unidades por outras que pagam mais à tarefa, incluindo no SNS”. (Fonte: <https://zap.aeiou.pt/sns-nunca-tao-medicos-exclusividade-265189>)

No exemplo (12), o termo “bichanos” seguido da construção complexa “no caso de” é hiperônimo do termo “gatos”. Nesse processo, recruta-se o termo “gatos” pertencente a uma categoria mais específica de bichos. A retomada através do termo generalizado é um mecanismo de substituição e além do valor semântico de exemplificação que “no caso de” introduz, também evita a repetição vocabular e promove a progressão textual. Nesse caso, podemos classificar a estratégia de retomada como *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por hiperonímia*. Segundo Marques (2009):

A utilização de hiperônimos é um recurso que contribui para assegurar a coesão textual, verificando-se que o hiperônimo pode substituir o hipônimo em todos os contextos, mas o hipônimo não pode substituir o hiperônimo, uma vez que o hiperônimo tem um sentido mais genérico. (MARQUES, 2009, p. 42)

Em (13) também temos o mesmo funcionamento, uma vez que a exemplificação apresentada pelo termo “médicos” retoma anaforicamente “especialistas” através de uma hiperonímia. Nesse sentido, há uma relação de sentidos entre um termo mais abrangente com um termo mais específico.

Já as anáforas classificadas como *não correferenciais ou infleis*, apresentam um mecanismo de retomada da informação antiga e acréscimo de uma informação ainda não mencionada no texto, ou seja, uma informação nova. Vejamos os exemplos (14) a (18).

(14) “A mudança não vai afetar procedimentos considerados urgentes, como manifestações em processos em que o réu esteja preso, audiências e licitações. No caso da Justiça, a medida se aplica a todas as comarcas, mas o funcionamento dos gabinetes no Tribunal de Justiça fica a cargo dos desembargadores. O TJ é a instância mais alta do Judiciário estadual”. (Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/06/30/horario-de-atendimento-da-justica-e-do-mp-serao-reduzidos-durante-o-mes-de-julho.ghml>)

Em (14), temos a construção “no caso da Justiça” ancorado de forma associativa em “processos”, por meio de uma implicação estabelecida pelo contexto discursivo e pela natureza semântica e conceitual termo “processos”. Essa relação é baseada através do conhecimento de mundo e

através de inferências, pois o lexema “Justiça” ativa cognitivamente vários outros elementos semânticos, como “processos”, “réus”, “audiências” e “procedimentos”, que servem como apoio para a interpretação do contexto.

(15) “Os governadores afirmaram que o debate sobre a reforma da Previdência é importante para o país, mas que o foco deve ser outro. “Em lugar de medidas contra os mais frágeis, consideramos ser fundamental que setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira”. (Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/14/governadores-nordeste-reforma-da-previdencia-capitalizacao.htm?cmpid=copiaecola>)

Já em (15), temos uma *anáfora não correferencial por nominalização*. A construção “em lugar de medidas” retoma o segmento “debate sobre a reforma da Previdência” através de um laço predicativo, pois além de retomar o termo anterior, apresenta valor semântico de substituição e permite que o texto avance com novas informações. Além disso, o termo nominalizado “medidas” condensa as informações apresentando um valor resumitivo.

(16) “Eis que, em 28 de maio de 2019, este Desembargador Erivan Lopes estava no Plantão Criminal do Tribunal de Justiça, conforme escala previamente definida por sorteio e devidamente publicada no Diário de Justiça, quando recebeu no período do plantão dois pedidos de habeas corpus, um de Luís Nunes Neto e outro de Madson Roger da Silva Lima, havendo deferido liminar em ambos os processos para substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares. Em razão dessas liminares, o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles externou todo seu inconformismo nos autos dos habeas corpus, chegando a pedir reconsideração para este Desembargador, ...”. (Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/302743/fui-vitima-de-umacalunia-diz-desembargador-erivan-lobes>)

(17) “Segundo essa teoria, em momentos de rápido desenvolvimento econômico haveria uma escassez de mão de obra qualificada. Como o mercado de trabalho não encontrava trabalhadores qualificados para preencher esses postos de trabalho, estaria disposto a pagar mais por profissionais qualificados e, em função disso, pessoas com graduação em áreas estratégicas, por exemplo, poderiam ter salários muito altos”. (Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/06/as-razoes-da-desigualdade-de-renda-do-trabalho-sao-politicas-e-nao-educacionais/>)

(18) “Carlos Almeida afirma que é nas urnas que o PSD de Castelo Branco quer ganhar as eleições, não na barra dos tribunais. “Somos um partido moderado. Até ao momento, nunca pedimos a demissão de Luís Correia, apesar de todas as polémicas conhecidas. Mas, em função desta condenação, somos consequentes com os nossos princípios e não podemos permitir que a imagem de Castelo Branco continue a ser manchada”, frisa, sublinhando que “ao contrário do que muitos possam pensar, não estamos

satisfeitos com esta situação”, defendendo que “o PSD quer o melhor para Castelo Branco”. (Fonte: <https://www.reconquista.pt/articles/politica--psd-pede-demissao-de-luis-correia-->)

No trecho em (16), temos o tipo mais comum de anáfora: a *anáfora não correferencial por pronominalização*. A construção focalizada “em razão dessas liminares” com valor semântico de causa, retomando e apontando simultaneamente para o termo “liminares “por meio do pronome “dessas”. Em (17), a construção “em função disso” apresenta o pronome demonstrativo “isso” funcionando como um encapsulador anafórico resumitivo. Além de retomar toda a informação apresentada, resume todo conteúdo informacional através do elemento anafórico. Em seguida, apresenta uma nova informação, como resultado da coisa, estabelecendo uma relação de causa e consequência. Já em (18), um exemplo de anáfora não-correferencial por pronominalização. O pronome demonstrativo “desta” aponta cataforicamente para o elemento subsequente “condenação”. É interessante observar que o segmento “não na barra dos tribunais” também está intrinsecamente relacionado com a construção “em função desta condenação”, uma vez que o enunciado aponta para um discurso político que implica penalidade na justiça.

Observamos, nos exemplos analisados, que a retomada do referente da anáfora não correferencial acontece através de uma relação interpretativa e por meio de inferências, tendo em vista que o antecedente não possui a mesma referência virtual. Nesse sentido, todos os elementos do contexto discursivo contribuem para a implicação e análise dedutiva.

### 3. *Considerações finais*

As preposições complexas aqui analisadas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Ao analisar sua função fórica, podemos observar como elas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação. As anáforas não-correferenciais ou infíeis, como a associação, a nominalização e a pronominalização, mostram como essas expressões não apenas retomam, mas também agregam novas informações ao texto, expandindo a compreensão do leitor. Já as anáforas correferenciais, como a repetição direta, a elipse e a substituição por pronomes ou termos sinônimos, ilustram como essas

microconstruções são utilizadas para fazer referência a conceitos ou termos anteriores, mantendo a coesão textual e promovendo uma transição entre as ideias.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, F. R. G. *Os advérbios preposicionais antes de, diante de, em frente a/de e em face de: gradiência e fixação de padrões construcionais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, L. C. V.; REBELLO, L. S. *Anáfora: mecanismo coesivo de referenciação textual*. Especialização (Gramática e Ensino de Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FIGUEIREDO, O. M. F. G. *A Anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso*. Tese (Doutorado em Linguística Geral e Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2000.

KOCK, I. *A coesão textual*. (Repensando a língua portuguesa). 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KRÜGER, S. L. *Anáforas indiretas e sua ancoragem a antecedentes implícitos*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LEHMANN, C. *Complex prepositions from Latin to Castilian*. Societas Linguistica Europea, 2016.

LEITÃO, M. L.; SOUZA, J. L. KEWITZ, V. Preposições complexas: moldes e modos. In: TENUTA, A.M.; COELHO, S.M. (Orgs): *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 157-180

LEITE, J. G.; WIEDEMER, M. L. Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora de objetos de discurso: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual. In.: ABREU, M.T.T.V.; CORREIA, C.M.C. (Orgs): *Contribuições da semiótica ao ensino de português no mundo*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2021. p. 548-569



MARQUES, I. G. *Anáfora Associativa – propostas de abordagem em contexto escolar*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

MONTEIRO, L. O. M. *Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.

PAIVA, M. P. *Relatores circunstanciais: a gradualidade categorial das preposições acidentais*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – UERJ, 2016.

SANTOS, C. B. F. *Uma abordagem construcionista da gramática para preposições complexas [no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de e em razão de]*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, F.; FERREIRA, I. A. *Anáfora nominal e modificação adjectival*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2008.

SILVA, M. E. O. *Construções de concernência: retomada e especificação na articulação textual*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

TYLER, A.; EVANS, V. *The semantics of English prepositions: Spatial scenes, embodied meaning, and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WIEDEMER, M. L. Para uma visão conceptual das preposições que complementam verbos de movimento no português brasileiro. *Veredas*, v. 18, p. 102-22, 2014.

\_\_\_\_\_; COSTA, F. R. G. O advérbio preposicional 'antes de' em construções hipotáticas de realce não finitas. *Revista Odisséia*, v. 4, p. 89-110, 2019.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Gradiência contextual e mudança construcional em advérbios preposicionais. *Estudos da língua(gem)*, v. 19, p. 333-360, 2021.

\_\_\_\_\_; PINTO DE OLIVEIRA, M. P. O estatuto categorial das preposições acidentais/atípicas: a proposição dos -relatores circunstanciais- como classe gramatical. *Confluência*, v. 59, p. 105-105, 2020.

## OS ESTUDOS HISTÓRICO-COMPARATIVOS NO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

*José Mario Botelho* (FFP-UERJ)  
[jomartelho@gmail.com](mailto:jomartelho@gmail.com)

### RESUMO

Discorrer sobre os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX com o método histórico-comparativo, remete-nos ao advento da Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De fato, poder-se-á verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos daquela Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia ou Linguística Românica, que é a própria Linguística Histórica ou Comparativa, elemento de reflexão do presente estudo.

#### Palavras-chave:

Filologia. Linguística Histórica. Estudos histórico-comparativos.

### RESUMEN

Hablar de los estudios histórico-comparativos, que se desarrollaron en el siglo XIX con el método histórico-comparativo, nos lleva al advenimiento de la Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De hecho, se puede comprobar que, hacia mediados del siglo XIX, los estudios sobre las lenguas originarias del latín – lenguas romances – se realizaban bajo una orientación histórica, y por tanto, eran estudios romanísticos de esa Linguística Histórica, también llamado Filología o Linguística Românica, que es la propia Linguística Histórica o Comparativa, elemento de reflexión en el presente estudio.

#### Palabras clave:

Filología. Linguística histórica. Estudios histórico-comparativos.

### 1. Introdução

Os estudos das divergências entre línguas da mesma origem, que já aconteciam muito antes do advento da Linguística saussuriana do século XX, são um exemplo de atividade especificamente filológica, porquanto somente um linguista-filólogo estaria capacitado para efetivar esse trabalho, cuja natureza histórico-comparativa é inegavelmente linguístico-filológica. Ou seja, trata-se de um trabalho do filólogo, porque constitui uma análise linguística das línguas que se efetiva sob a orientação da Filologia fundamentalmente. Tal estudo foi expressivo entre os comparativistas do início do século XIX e já tinha sido usado no final do século XVIII pelo incipiente comparativista Sir Willian Jones, orientalista e juiz inglês da

Suprema Corte em exercício em Calcutá-Índia, que comparou o sânscrito com outras línguas e concluiu existir a protolíngua indo-europeu – língua hipotética de um povo ariano que habitava no centro do continente asiático por volta do 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa.

Sabe-se que o século XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães. Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico. Desse estudo, corrobora-se a existência do indo-europeu e a importância do sânscrito na identificação das línguas indo-europeias.

Também é daquele estudo de Bopp que surge a Filologia Moderna em 1816.

De certo que, ainda hoje, se acredita que a Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna, tenha surgido cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Linguística Geral* (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910. Logo, Filologia e Linguística se distinguem, mas são áreas de estudos afins. Primeiramente, constatamos o elo comum entre elas: o estudo da língua, como um sistema de possibilidades linguísticas.

Observamos, também, que o campo de estudo da Filologia, contudo, é mais amplo, pois cabe à Filologia, por exemplo, o estudo de ortografia e certos aspectos literários, e à Linguística, os fenômenos de mudança no uso da língua ao longo do tempo (numa perspectiva diacrônica) e o estudo descritivo das estruturas linguísticas e o seu funcionamento (numa perspectiva sincrônica). Contudo, pode-se constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia (Cf. ALTMAN, 2004; BOTELHO, 2008b).

Sobre a Romanística e os estudos que se desenvolveram sob esse rótulo no final do século XVIII, por volta de 1786, como uma Romanística moderna (que no século seguinte se denominaria Linguística Românica), pode-se dizer que estreou com os estudos do comparativista Sir William Jones (Cf. FARACO, 2005, p. 132). Esse momento, que precede o surgimento da Linguística Histórica (ou Diacrônica), com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos, marca o início das atividades da Linguística em si.

Para essa tarefa, vou desenvolver o referido tema, tendo como *leitmotiv* a leitura do texto “Os grandes períodos da linguística histórica”, do item 5, em Faraco (2005). A partir da leitura desse texto, será traçado um breve histórico dos estudos acerca da linguagem, que, naquela época, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos romanísticos, mas que não tinham tal denominação. Também não eram propriamente linguísticos nem filológicos; não havia uma delimitação do que seria a Filologia, mais especificamente a Filologia Românica, e também nos faltava uma fundamentação teórica, própria da Linguística, já que o termo “linguística” ainda não tinha sido criado, o que veio a acontecer por volta de 1873, do francês: *linguistique* (MACHADO, 1973?). Todavia, a atividade dessa Linguística propriamente inicia-se nos fins do século XVIII com Sir William Jones (1786), desenvolve-se no início do século XIX com o estudioso alemão Fraz Bopp (1816), e se estabelece no início do século XX, com linguista suíço Ferdinand de Saussure (1916).

Logo, os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, marcam o advento de uma Linguística Histórica (Cf. ILARI, 1992; FARACO, 2005). De fato, poder-se verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos da Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia Românica ou simplesmente Linguística Histórica.

## 2. *A interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia*

A interdisciplinaridade entre a Filologia e a Linguística ocorre, como por exemplo, quando se relacionam os conteúdos de estudos históricos de uma dada língua e uma análise linguística de um fato gramatical que se tenha desenvolvido ao longo do tempo. Estudos de gramática histórica do português sob uma abordagem linguística têm sido considerado um estudo de Linguística Românica, quando na verdade constitui um estudo filológico com um escopo linguístico. Tem-se, nesse caso, a interdisciplinaridade entre Filologia e Linguística, já que se estabelece a uma orientação acadêmica, que apresenta um processo de solucionar um problema ou de abordar um tópico que abrange os estudos filológicos e os estudos linguísticos concomitantemente.

Outros estudos complexos para serem tratados de forma adequada por uma única disciplina, como é o caso da formação das formas verbais de futuro no português, constituem o que denominamos um estudo

filológico-linguístico ou linguístico-filológico – de acordo com o objetivo do analista. Essa e outras abordagens interdisciplinares (linguístico-filológica ou filológico-literária) constantemente ocorrem em uma sala de aula dos Cursos de Letras, cujo objetivo do professor (linguista, filólogo, gramático ou literato) é simplesmente o de construir uma compreensão mais abrangente do fato analisado.

De fato, a interdisciplinaridade, que se pode constatar em determinados estudos linguístico-filológicos ou filológico-linguísticos, segundo a intenção de seu autor, tem suas raízes na convivência diacrônica entre os estudos filológicos e linguísticos. Além disso, não se pode deixar de considerar a noção de uma “linguística filologizada”, a que se referiu Anttilla (1973), visto que já consideramos anteriormente que determinados estudos linguísticos se realizam sob uma orientação filológico-metodológica.

Tomando a Linguística como “o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico”, Elia (1973, p. 94) observa que, embora a Filologia tenha precedido a Linguística, hoje os estudos filológicos “devem situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos” (*Idibidem*, p. 94).

Também o Prof. Edward Lopes (1995), que expressou a sua dificuldade em estabelecer os limites entre Linguística e Filologia, declara: “Sob um certo prisma é possível dizer que a Filologia constitui uma modalidade e uma etapa histórica da Linguística (Linguística Diacrônica).” (LOPES, 1995, p. 26).

Outro exemplo de encontro bem-sucedido dos estudos filológicos e linguísticos é o conjunto de análises lexicográficas sob a perspectiva sócio-histórica que vêm sendo desenvolvidas por equipes multidisciplinares, compostas de terminólogos, lexicólogos, etimólogos, filólogos e tradutores e especialistas no domínio da linguagem em muitas Instituições Acadêmicas brasileiras.

Sob essa perspectiva, muitos são os projetos, mormente, para a criação de atlas, que vêm surgindo em todo o país. Com o objetivo de fazer o registro e o levantamento dos topônimos da língua e dos padrões dialetais brasileiros, desenvolve-se o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup> Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pela Universidade de São Paulo (USP). Dele, surge o Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (Projeto ATESP), também pela USP. Em seguida, surgem outros projetos de Atlas toponímicos pelo Brasil: o Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), pela Universidade Estadual de

Londrina (UEL); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) e o Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO), ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); o Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e o Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), pela Universidade Federal do Acre (UFAC), em que se enfatizam os nomes de lugares em línguas orais e línguas de sinais do estado do Acre. Também há o Atlas do Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Geografia da UERJ; o Projeto de Extensão Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense, pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e o grande Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que constitui o único projeto interinstitucional, uma vez que congrega quinze instituições universitárias em todo o país e reúne uma série de projetos. O ALiB tem, por meta, elaborar um atlas geral do Brasil acerca da língua portuguesa.

Todos esses projetos de atlas têm o objetivo de investigar a escolha dos nomes de espaços geográficos ao longo do tempo e os analisar linguisticamente, estabelecendo o perfil toponímico das diferentes regiões brasileiras.

Para a análise estrutural e semântico-motivacional do topônimo, muitos desses projetos de atlas seguem as propostas teórico-metodológicas de Dick (1990; 1992; 1998), que concebe na toponímia brasileira contornos de ordem geoambiental, antropocultural, socioeconômico, sócio-históricos, além dos linguísticos:

O intérprete-receptor, tornado sujeito do novo ato enunciativo, poderá, nesse momento, alterar o mecanismo criador do primitivo enunciado, tornando-o nome, e deslocando-o da base linguística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social. Cria-se, assim, um novo plano sincrônico, às vezes sintópico, quando distinto da língua *standard* ou distante da compreensão comum dos falantes. (DICK, 1998, p. 2)

Sem dúvida nenhuma, nesse produtivo diálogo entre a Filologia e a Linguística diacrônica, todo o texto configura-se como suporte do repertório vocabular de uma dada língua e, como tal, reflete a cultura do povo usuário dessa língua, como observa Abbade (2008):

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. (ABBADE, 2008, p. 716)

Certamente, nos produtivos estudos lexicais e semânticos de natureza diacrônica, verifica-se um feliz encontro entre a Filologia e a Linguística, em que se estabelece a relação de uma dada língua e os diversos aspectos de sua sociedade, compondo a respectiva cultura.

Também se verifica um perfeito encontro entre essas duas ciências (que certos estudiosos as querem diferentes), nos árduos trabalhos de elaboração de dicionários – tarefa da Lexicografia e/ou da Terminologia: esta procura atribuir denominações a conceitos, atuando, pois, do conceito para o termo (processo onomasiológico), e aquela parte da denominação, que é a entrada no dicionário, e a caracteriza funcional e semanticamente, atuando, portanto, do termo para o conceito (processo semasiológico) (Cf. CABRÉ, 1993, p. 32-3).

Na busca de identificação, listagem, seleção do vocabulário, elaboração de conceituações etc., normalmente se envolvem diferentes especialistas entre pesquisadores e informantes e um sem-número de entrevistados – usuários de uma dada língua –, que servem como uma das fontes de consulta; muitas obras antigas – dicionários antigos e outros tipos de textos (antigos e contemporâneos) – normalmente são consultados também. Logo, são analisadas muitas estruturas linguísticas numa perspectiva semântico-linguística e diacrônica na busca do léxico da língua em pauta. Ou seja, o trabalho de elaboração de um dicionário constitui-se, obrigatoriamente, num estudo essencialmente linguístico-filológico, e essa característica é ainda mais acentuada, se se tratar de um dicionário etimológico. Normalmente, uma obra dessa natureza resulta da síntese e da convergência de um tipo de pesquisa que constitui uma verdadeira simbiose entre itens lexicais de existência restrita ou generalizada em uma sociedade, os seres a que se referem e as suas possíveis acepções, que se verificam no tempo, no espaço e nos diferentes usos, o caracteriza uma língua em plena atividade.

Após serem definidas as palavras que entrarão na obra, é hora de preparar o texto dos seus significados, além de pesquisar outras informações que podem complementar os verbetes, como a origem do vocábulo e a data em que ele passou a ser usado na língua. Todo esse trabalho pode levar anos ou até décadas e, invariavelmente, envolve uma grande equipe de pesquisadores. O dicionário Houaiss levou 15 anos para ser feito, contando com mais de 200 colaboradores e lexicógrafos do Brasil e de outros países de língua portuguesa. (Trecho de uma reportagem da Revista Mundo



Estranho, de 18/04/11. “Como são feitos os dicionários?”. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-sao-feitos-os-dicionarios/>

Enfim, muitos são os momentos convergentes nos estudos filológicos e linguísticos, que se podem enumerar, apesar de serem frutos de duas ciências “específicas”. A divergência mais acentuada entre Linguística e Filologia fica mesmo por conta da especificidade de seus “objetos formais”, isto é, “pelo seu ângulo particular de enfoque”, como observa Lopes (1995, p. 26), o qual assevera:

O primeiro interesse do filólogo não coincide com o primeiro interesse do linguista. Aquele busca encontrar num *texto antigo* (um documento escrito) o seu significado, à luz dos conhecimentos daquela etapa cultural. Mas o linguista antepõe ao estudo da modalidade escrita de um idioma o estudo da sua *modalidade oral* e (embora julgemos mais do que discutível a legitimidade desse desideratum) pode antepor, igualmente, ao estudo do significado a investigação exclusiva da *forma* de expressão desse idioma. [*sic*] (LOPES, 1995, p. 26) (grifos do autor)

Contudo, até mesmo nessa divergência, é possível vislumbrar uma tendência à convergência no estudo de cada uma delas, como sabiamente observou Silva Neto (1988):

Cumpramos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. [...] Por sua vez, porém, o linguista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral. [*sic*] (SILVA NETO, 1988, p. 16)

Certamente, ao anunciar resumidamente os princípios gerais de uma “Linguística Histórica” (ou “Diacrônica”), o autor faz remissão às tarefas da Linguística, enumeradas por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Desta feita, não se pode ignorar a concepção de Saussure, tido como o Pai da Linguística, acerca das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas, que puder conhecer, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de maneira permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. [*sic*] (SAUSSURE, 1969, Capítulo II, p. 13)

Constata-se, nessa descrição, a especificidade do escopo da Linguística, mas que revela, em certa medida, aquela noção antiliana<sup>38</sup> de uma orientação teórica de natureza filológico-metodológica (de que tratei anteriormente) dos estudos linguísticos. Afinal, como seria possível “fazer a história das línguas”, “reconstituir as suas protolínguas” e “deduzir todos os fenômenos históricos de sua formação”, se não sob a orientação teórica filológica?

Mais adiante, nesse mesmo Capítulo II, Saussure faz a seguinte asserção:

Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam. (SAUSSURE, 1969, p. 14)

O linguista genebrino acaba por confirmar que entre Filologia e Linguística há, inexoravelmente, uma interdisciplinaridade. E, ainda que as dicotomias saussureanas difundidas naquele seu *Curso*, mormente a “*diacronia X sincronia*”, nos leve a presumir serem os estudos filológicos e linguísticos fundamentalmente distintos ou, até certo ponto, opostos ou contrapostos, assevero que Filologia e Linguística são ciências afins e que compartilham muitos estudos, porquanto há mais pontos de contatos entre elas do que pontos específicos.

Em suma, ainda que haja uma fronteira entre esses estudos, de modo que se possa reconhecer a existência tanto da Linguística quanto da Filologia sincrônica e diacrônica, não se opõem uma à outra. Não nego que compõem modos legítimos de análise de uma língua e, nisso, Filologia e Linguística são, claramente, distintas e autônomas. Em certo sentido, porém, até mesmo os modos de se estudar as problemáticas linguísticas são complementares, pois nenhuma delas pode prescindir da outra na descrição dessas problemáticas (que se espera ser convincente).

### **3. *Estudos linguístico-históricos que apontam para o surgimento da Linguística Histórica***

Koerner (1989) sugere voltarmos a atenção para o contexto histórico da relação tradicional entre Filologia e Linguística e atentarmos para os significados que, por volta do século XIX, nos países de língua anglo-saxônica, foram associados aos termos em diferentes períodos:

---

<sup>38</sup> Referente à tese de Raimo Antila, estudioso alemão, que concebe uma “Linguística filologizada” (1973. p. 177-91).

No entanto, para compreender estas tendências recentes, especialmente nos países anglo-saxões, devemos saber algumas coisas sobre o contexto histórico da relação tradicional entre ‘filologia’ e ‘linguística’, bem como os significados associados aos termos em diferentes períodos no desenvolvimento do estudo da linguagem como ciência<sup>39</sup>. (KOERNER, 1989, p. 233) (tradução livre)

Segundo Koerner (1997), os termos francês e alemão para “Linguística Histórica” (*linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft*, respectivamente) não lhe pareciam problemáticos, enquanto os termos em francês e em alemão, sugeridos para o termo inglês *Philology* (*philologie*, formas para o francês e para o alemão), não lhe pareciam convenientes. Grande parte do uso inglês se associou ao “estudo histórico de textos”, na medida em que se usava tradicionalmente no sentido de “Linguística Histórico-Comparativa”, como ocorria em terras de língua alemã, em que era chamado de “Sprachwissenschaft”, especialmente nos finais do século XIX até meados do século XX, momento em que se dá o surgimento da Linguística Moderna, como estudos autônomos em relação aos estudos filológicos.

A partir do início do século XX, os estudiosos, segundo Koerner (1997), fizeram pouco mais do que simular reflexões acerca da já redefinida relação entre Filologia e Linguística, e reconhecer até que ponto a Linguística poderia se beneficiar do trabalho filológico. Koerner conclui que a “linguística filologizada”, de Anttila<sup>40</sup>, pode não estar mais distante da prática científica normal. Ou seja, para o autor, Linguística e Filologia não só se confundem, mas se fundem num único estudo ou constitui uma linguística de orientação filológica, como propôs Anttila (1973), o qual procura conciliar a dicotomia tradicional, advogando em favor de uma orientação filológico-metodológica da Linguística. Para Anttila, os linguistas devem conhecer linguagens e não apenas a sua língua materna.

E é exatamente esse aspecto, de que fala Anttila, que torna os estudos filológicos e linguísticos tão semelhantes. Portanto, não se pode negar que, apesar de terem suas particularidades, Filologia e Linguística se nos mostram semelhantes, uma vez que a Linguística se efetiva sob uma

---

<sup>39</sup> “However, in order to understand these recent trends especially in Anglo-Saxon countries, we must know a few things about the historical background to the traditional relationship between ‘philology’ and ‘linguistics’ as well as the meanings associated with the terms in different periods in the development of the study of language as a science.”.

<sup>40</sup> Raimo Aulis Anttila, estudioso alemão e autor de “Linguistik und Philologie”. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91.

orientação filológico-metodológica sobre ter o mesmo objeto de estudo da Filologia – a linguagem. Ou seja, a abordagem linguística que praticavam os “filólogos” (ou filologistas) sobre a linguagem humana passou a ser de responsabilidade da Linguística, que a vem desenvolvendo e incorporando especificidades, mas, em certa medida, mantendo aquela orientação filológica.

### **3.1. A Linguística durante o século XIX**

Antes de tudo, convém relacionar o termo “linguística<sup>41</sup>” à Linguística Românica, que é uma disciplina ou ciência de orientação histórica, que surgiu na segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica (Cf. ILARI, 1992, p. 17-24), a partir dos trabalhos dos comparativistas Friedrich Christian Diez e Wilhelm Meyer-Lübke sobre línguas românicas – línguas advindas da dialeção do latim vulgar. Esses seus estudos de gramática comparativa, Diez, em 1836–1844, com a sua emblemática *Gramatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1853, com o seu *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* (*Dicionário etimológico das línguas românicas*), e Meyer-Lübke, em 1890, com sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1930, com o ensaio *Romanische Philologie* (*Filologia Românica*), anunciam a Linguística (ou Filologia) Românica (ou estudos romanísticos). Na prática, tais estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas já se desenvolviam bem antes, como se pode depreender da seguinte asserção de Ilari (1992):

[...] [Friedrich Diez], cujos textos fundamentais (*Gramática das línguas românicas*, de 1836 e *Dicionário etimológico das línguas românicas*, de 1853) deram um exemplo marcante de rigor e método no tratamento histórico das línguas românicas, mostrando a possibilidade de trata “cientificamente” de uma série de temas que haviam preocupado os intelectuais durante séculos, mas que haviam sempre sido abordados com certa dose de impressionismo e assistemática. (ILARI, 1992, p. 17)

Além de certas atividades específicas da Filologia, o filólogo também se preocupava com identificação de diferenças e semelhança entre as línguas existentes, sem que se tivesse para isso um aparato teórico-metodológico adequado. Contudo, estudiosos do século XIX passaram a se ocupar com as divergências entre línguas de uma mesma origem de uma forma adequada e sob um método conveniente. Daí, ter sido o século XIX

---

<sup>41</sup> O termo também se refere, em ciência jurídica, ao fundamento do direito romano, que não se relacionam com os estudos linguístico-filológicos, de que trato no presente trabalho.

marcado pelos estudos dos neogramáticos alemães, os quais procuravam estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, aplicando e aprimorando o método histórico-comparativo.

Frans Bopp fez uso desse método no seu estudo sobre as línguas indo-europeias; Jakob Grimm também o utilizara no seu estudo acerca das línguas germânicas. Mais tarde, Friedrich Diez, que é considerado o pai da Filologia Românica, utilizara-se do método histórico-comparativo no seu emblemático estudo com as línguas românicas e seus dialetos, cujos conhecidos resultados marcam o nascimento da Filologia Românica. Meyer-Lübke, que combinou certos princípios daqueles neogramáticos com o método histórico-comparativo, conseguiu dar aos estudos de Filologia Românica uma perspectiva histórica mais coerente e adequada.

Com a aplicação desse método foi possível estruturar um sólido estudo dos metaplasmos ocorridos em um grupo de línguas originárias do latim, determinar os seus significados e elucubrar sobre novos campos semânticos e definir o(s) motivo(s) de tais formações. Em suma, o método histórico-comparativo mostrou-se eficaz na comparação de grupos de línguas e/ou dialetos genealogicamente afins, já que se trata de uma excelente ferramenta para a análise da relação entre línguas supostamente de uma mesma origem.

Todo esse trabalho do filólogo (ou linguista-filólogo) em busca das origens das línguas e dos linguistas-filólogos romanistas na análise das relações entre línguas de uma mesma origem, que até então se concebiam como sendo de natureza filológica são modernamente atribuídos à Linguística Histórica. Estudos dessa natureza, que se faziam, tendo como objeto de cotejo as línguas e os dialetos de origem latina e suas literaturas, constituem o que se convencionou denominar Romanística ou Filologia Românica ou Linguística Românica, que se confunde com a Linguística Diacrônica ou Histórica ou Comparativa.

Houve um tempo em que se conceituava Filologia Românica como sendo o estudo científico de uma língua românica ou grupo de línguas afins, atestadas por documentos escritos. Nos dias atuais, porém, Filologia Românica designa o estudo comparado e histórico das línguas neolatinas. Logo, estabelece-se uma sinonímia entre os termos Filologia Românica e Linguística Românica.

O termo “Romanística”, que se refere à dedicação aos estudos das línguas e literaturas românicas (ou neolatinas), começa propriamente com os tratados do filólogo alemão Friedrich Christian Diez: *Gramática de las*

*lenguas românicas* (1842) e *Diccionario etimológico de las lenguas românicas* (1854). Porém, como já declarei anteriormente, os estudos românicos ou filológicos das línguas românicas começam bem antes.

Já em fins do século XVIII, estudiosos europeus davam início aos estudos de uma língua dos hindus – o sânscrito. Em 2 de fevereiro 1786, em Calcutá na Índia, Sir William Jones, um estudioso juiz inglês, apresentou à Sociedade Asiática de Bengala (*Asiatic Society*) uma comunicação, em que demonstrou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Afirmou ele:

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua idade, é de uma linda estrutura; mais perfeita que o Grego, mais copiosa que o Latim, e mais precisamente refinada que ambas, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, que não pode ter sido criada por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham nascido de uma fonte comum, que, talvez, nem exista mais. (JONES, 1786, Comunicação oral)

Essa fonte comum, a que se refere Sir William Jones seria uma língua protoindo-europeia (PIE), como denominou o próprio filólogo inglês. Trata-se de um falar ancestral comum hipotético de línguas europeias e hindus, que provavelmente fora falado há mais de 5000 anos, pelos povos indo-europeus, supostamente nas proximidades do mar Negro, o qual originalmente era denominado Ponto Euxino pelos antigos.

Em 1808, Friedrich Schlegel publicou seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder*, dando início aos estudos comparativistas na Alemanha, pois corroborou a tese de Sir William Jones, que comparou o sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, e verificou o parentesco entre essas línguas, sugerindo a existência de uma origem comum entre elas.

Mais tarde, em 1816, é a vez de Franz Bopp, que publica um tratado sobre o sistema de conjugação dessas línguas – o seu *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*. E, desse estudo, nasce a Linguística Histórica, o que se pode considerar um marco em relação aos estudos de linguagem.

### 3.2. *Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica*

No item anterior, vimos que já ocorriam os estudos linguístico-diacrônicos anos antes de 1816, quando se dá uma nova Filologia, cujos estudos se estabelecem, propriamente, com o desenvolvimento das atividades de natureza diacrônica dos comparativistas. Agora vamos ver como os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, cunharam os estudos linguístico-filológicos ou diacrônicos com o advento da Linguística Histórica.

Vimos que foi Friedrich Schlegel quem deu início aos estudos comparativistas em 1808, na Alemanha, corroborando a tese de Sir William Jones acerca do parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, sugerindo a existência de uma origem comum entre tais línguas. Entretanto, não havia uma prática teórico-metodológica estruturada nesses estudos comparativos e o objetivo principal daqueles filólogos era o de buscar definir uma protolíngua de línguas europeias e asiáticas. Logo, os estudos de Schlegel e seus contemporâneos, que comparavam diferentes línguas, possibilitaram aos estudiosos da época – os comparativistas – a supor a existência de uma protolíngua para aquelas línguas comparadas – o indo-europeu –, que tem sido aceita como a língua-mãe (ou língua-origem) de inúmeras línguas europeias e asiáticas, que têm parentesco empiricamente comprovado.

Vejamos, a partir deste momento, como os estudos histórico-comparativos, desenvolvidos, por volta do meado do século XIX, fizeram emergir a Linguística Histórica ou Linguística Comparativa.

Esses estudos, que se desenvolveram sob o rótulo de estudos histórico-linguísticos durante o século XIX, como uma ciência humana e, sobretudo, como um divisor de águas em relação aos estudos sobre a linguagem, constitui exatamente o que se tem como Filologia ou Linguística Românica, que, grosso modo, é a própria Linguística Diacrônica ou Histórica.

Vimos, também, que Franz Bopp, com o seu tratado sobre o sistema de conjugação das línguas sânscrito, grego, latim, persa e o alemão, em 1816, proporcionou o surgimento dessa Linguística Histórica, que também pode ser considerada uma Linguística Comparativa (ou Linguística Histórica Comparativa). Nesse estudo, Franz Bopp demonstrou, comparando a morfologia verbal daquelas línguas, as correspondências sistemáticas entre elas, e demonstrou metodicamente seu parentesco. O autor também

definiu as leis fonéticas que as regem e, ainda, estabeleceu as origens das suas formas gramaticais.

Mais tarde, surge uma nova geração de estudiosos, que impulsioanam as pesquisas dessa linha comparativa, porém sob uma nova perspectiva teórico-metodológica. Essa nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig, na Alemanha, do século XIX era constituída de estudiosos muito jovens e que surgiram, criticando a postura dos seus antecessores. Estes, por sua vez, os chamavam de *Junggrammatiker*, que era um termo jocoso para assinalar a incipiência daqueles linguistas alemães, tais como: Karl Brugmann (1849–1919), August Leskien (1840–1916) e Hermann Osthoff (1847–1909), Hermann Paul (1846–1921) entre outros, mas que, paulatinamente, se impuseram e demonstraram competência. Apesar desse reconhecimento da Academia da época, não faltaram críticas aos neogramáticos, como a do linguista austríaco Hugo Schuchardt (1842–1927) em seu *Der Vokalismus der Vulgärlatein (O vocalismo do latim vulgar)*, em 1866. Esse importante linguista do final do século XIX ficou conhecido por seus estudos de natureza sociolinguística sobre línguas crioulas e, principalmente, pela oposição aos neogramáticos, a quem desfechou uma pesada crítica com sua obra *Über die Lautgesetze Gegen die Junggrammatiker (Sobre as leis fonéticas. Contra os jovens gramáticos)*. Para desconstruir a teoria dos neogramáticos, Schuchardt apresenta a sua teoria das ondas, que descreve as mudanças linguísticas como fruto de influências externas, e não somente de influências e regras internas, conforme concebiam os neogramáticos (Cf. MORAES, 2019, p. 115-36). Com essa teoria, Schuchardt destacava dois aspectos: a “lei da causalidade” e a “inclusão do espontâneo”. Constata-se, nesses trabalhos de Schuchardt, uma prévia anunciação dos pressupostos da Teoria Variacionista (ou Sociolinguística Laboviana).

Leskien, que se aprofundou nos estudos sobre línguas eslavas e bálticas, foi um dos inspiradores mais influentes do movimento neogramático, juntamente com Karl Brugmann e Hermann Osthoff. Sua maior contribuição consiste na formulação da regularidade das mudanças fonéticas. Segundo ele, essas mudanças não ocorrem aleatoriamente, porquanto são produto de condições observáveis.

Brugmann asseverou acerca da inviolabilidade das leis fonéticas e enfatizou a importância da analogia como um fator linguístico nas línguas modernas.

Osthoff debruçou-se sobre os estudos da reconstrução do tom vibratório indo-europeu, a soante líquida [r], que podia assumir funções



silábicas. Também tem o seu nome a lei relativo a uma abreviatura de uma vogal indo-europeia longa antes de uma nasal ou líquida, seguida de uma consoante, que ocorre em algumas línguas (entre elas o latim e o grego).

Em consequência disso, tiveram o seu valor reconhecido e passaram a ser chamados de “neogramáticos” (*neogrammatiker* ou *neugrammatiker*), que, grosso modo, faz uma sinonímia com aquele *Junggrammatiker*, porém com uma considerável diferença na carga semântica de cada termo. Logo, o termo “neogramáticos” tem uma carga semântica positiva, que ressalta o respeito de seus pares no universo acadêmico da época.

Esses neogramáticos do final do século XIX desenvolveram aquela prática comparativa com a elaboração do método histórico-comparativo, e a sua consolidação no final do século XIX marca o início das atividades da Linguística Histórica consolidada. Fato é que os neogramáticos passaram a ser respeitados pelos seus contemporâneos, apresentando um programa revolucionário em relação às orientações comparatistas de seus antecessores. Para eles, não era fundamentalmente importante encontrar uma protolíngua; a atenção dos pesquisadores deveria voltar-se para as línguas vivas, em que se podiam observar os processos de evolução linguística em plena atividade.

Sabemos que o método histórico-comparativo consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo, por isso foi largamente utilizado pelos neogramáticos, que, numa hipótese genética, formulavam questões referentes à sua natureza e destacavam as relações entre as línguas, que eram classificadas em famílias e consideradas como “organismos vivos” – ideia combatida pelos linguistas atuais, principalmente pelos sociolinguistas, que veem a língua como um fenômeno social.

Os primeiros comparativistas do século XIX, os neogramáticos Franz Bopp e Jakob Grimm, e os comparativistas da nova geração de neogramáticos, Friedrich Diez e Meyer-Lübke, fizeram uso do método histórico-comparativo em seus estudos de comparação entre línguas de diferentes regiões.

Assim, o método histórico-comparativo passa a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica. A existência de correspondências sistemáticas entre diversas línguas da Europa e da Ásia, reveladas pelos estudos sob esse método, possibilitou a esses primeiros neogramáticos fazerem elocubrações sobre a gramática de línguas afins.

Pode-se dizer que os neogramáticos deram continuidade aos estudos da história das línguas, iniciados pelos comparatistas antecessores,

retomando as atividades da Filologia Clássica. Entretanto, eles se concentraram, especialmente, na gramática dessas línguas, o que justifica os rótulos *neogrammatiker* (“neogramáticos”) e *Junggrammatiker* (“jovem gramático”). Convém atentar para a seguinte asserção de Faraco (2005):

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em linguística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado. (FARACO, 2005, p. 119)

Essa neogramática se fundamentava em princípios de leis fonéticas, que regeriam as alterações da língua, ou seja, para os neogramáticos, toda língua sofre alterações através de fatores fonéticos. Não reconheciam fatores morfológicos ou sintáticos, visto que as alterações se justificariam pela lei do “menor esforço” e/ou da “economia fonética”, a partir das quais a língua se acomodaria com as mudanças fonéticas e a espontaneidade da produção dos sons; o mesmo fenômeno se daria em línguas distintas, cujas alterações poderiam coincidir, pela acomodação entre os sons mais próximos.

Hermann Paul, em 1880, sistematizou a teoria desses estudiosos e a reformulou em uma edição em 1920. De fato, esse neogramático influenciou, sobremaneira, o pensamento linguístico. Em suas pesquisas, embrião da Sociolinguística, Hermann Paul já procurava explicar como se efetivava a mudança no usuário da língua e também na sua comunidade linguística. Esse pensamento foi muito importante para a identificação das regularidades das variações linguísticas.

Logo, o método histórico-comparativo conferia um destacável refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, desenvolvido por aquela nova geração de linguistas. Pode-se dizer, porém, que essa nova abordagem negou, mas não anulou o trabalho comparativo de seus antecessores; apenas sugeriu um novo escopo para os estudos históricos que prioriza o caráter da mudança linguística propriamente. Portanto, desde então, muitas possibilidades de respostas se apresentam para o questionamento acerca do fenômeno da mudança e tudo aquilo que a ela está relacionado como o contexto social de ocorrência, seus partícipes, o momento etc.

Em sintonia com essa nova perspectiva, Linguística ou Filologia Românica também toma novo rumo; o método de natureza comparativa assume, então, propósitos genéticos, voltados para a reconstituição de elementos de uma dada língua neolatina. Assim, a semelhança constatada

entre expressões linguísticas de duas ou mais línguas neolatinas provaria que elas teriam a mesma origem em uma mesma expressão do latim, i.é, a forma atual em uma dada língua neolatina indicaria a forma da expressão originária em latim.

Para ilustrar tal proposta, Ilari (1992, p. 21) nos mostra que “quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum”. Podemos perceber que a primeira sílaba dessas palavras começa com a consoante “s”, que representa um fonema sibilante /S/, e na segunda sílaba, que é tônica nas três formas, uma consoante bilabial ou labiodental (a saber: “p”, “b” e “v”). Como sabemos que na passagem do latim para o português e para o espanhol, num estudo de metaplasmos, é regular a sonorização do /p/, surdo e intervocálico, que passa a ser /b/, e que se dá a apócope do /e/ final da desinência de infinitivo latina “-re”, temos “saber” do verbo latino “*sapere*” (Cf.: *sapere* > *sabere* > *saber*). Percebe-se que, também em francês, a mesma apócope do /e/ se dá; a surda intervocálica /p/ passar a /v/, sonora, e o /e/ longo das sílabas tônicas não travadas passa a /ei/, depois /oi/, /oe/, /eu/ e /wa/ (sendo que a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma /oi/: *sapere* > *savere* > *saveire* > *savoire* > *savoir*).

Logo, constata-se que a forma originária comum de *saber* (port. e esp.), *savoir* (fr.) e *sapere* (it.) é a forma latina *sapere*, já que aqueles metaplasmos não ocorreram em italiano (Cf.: *sapere* > *sapere*, como em outras formas verbais: *cantare* > *cantare*, *perdere* > *perdere*, *venire* > *venire*).

Vale afirmar que tais ocorrências não são isoladas; são regulares e sistemáticas e compõem um grupo de metaplasmos<sup>42</sup>, que ocorreram na formação do vocabulário das línguas românicas. A reconstituição desse estrato oral, apesar da falta de um material para análise, pôde ser feita a partir de elocubrações com a aplicação do método histórico-comparativo, como observei em outro estudo sobre a história externa da língua portuguesa:

O método histórico-comparativo foi muito útil na reconstituição do léxico de línguas neolatinas, justificando inúmeras de suas formas vocabulares, além de ter sido fundamental na reconstituição do léxico do latim coloquial

<sup>42</sup> Metaplasmos são as alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução, causadas pelos princípios, relativamente, inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo, estudados no item anterior. (BOTELHO, 2022, p. 207)

tardio<sup>43</sup> e o medieval (do pós-Império), o qual se revelou ser a principal fonte léxica das línguas românicas, embora muitas formas vocabulares latinas do seu uso corrente tenham-se perdido ao longo do tempo. (BO-TELHO, 2012, p. 68)

Desta forma, com o método histórico-comparativo, foi possível aos romanistas encontrarem, nos textos latinos que nos legaram os romanos e romanizados, muitas formas originárias para diversas formas vocabulares de línguas neolatinas como o português. Em outras palavras, formas vocabulares originárias de inúmeros vocábulos portugueses, por exemplo, podem ser confirmadas mediante provas documentais, já que são inúmeros os textos escritos em latim pelos escritores latinos da época em que o latim era a língua do vasto Império Romano.

Pôde-se, com o auxílio desse método, portanto, criar uma sistematização de alterações morfo-fonético-ortográficas – metaplasmos –, que sofreram as palavras durante a sua evolução nas diferentes línguas românicas.

Seguindo por esse caminho, a denominada Filologia Românica (ou Linguística Românica), por ser o estudo histórico-comparativo de línguas que se originam do latim, tem o seu principal representante o linguista e filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1794–1876). Diez é considerado o iniciador desse ramo de investigações, porquanto publicou, entre 1842 e 1854, uma gramática histórico-comparativa e um dicionário etimológico das línguas românicas. Ele se dedicou, ainda, pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico. Esse trabalho era de orientação semelhante ao da Filologia Clássica e, por isso, possibilitou a criação da Filologia Românica, com o estudo textual e da consolidação das línguas românicas (ou neolatinas) e de investigação genética dessas línguas.

Assim, a Filologia Românica com o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos passa a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem.

Proliferavam-se, pois, os estudos sobre a linguagem sob a perspectiva histórica; na verdade, essa perspectiva era intensa e, praticamente, a preferida de muitos estudiosos da época, se não única, como se pode depreender no seguinte comentário de Silva Neto (1988), que soa como uma crítica à atitude daqueles linguistas-filólogos:

---

<sup>43</sup> O latim coloquial tardio inclui o período patrístico (filosofia cristã dos três primeiros séculos) e é do século II ao século V, e que se publicou a Vulgata de São Jerônimo, as obras de Santo Agostinho e de Boécio.

Nas atividades filológicas, há Marta e Maria<sup>44</sup>.

[...]

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’.

[...]

Graças, porém, à reação de um Saussure, um Gilliéron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua.

Em sua erudita síntese de história dos estudos lingüísticos e filológicos, Iorgu Iordam caracteriza, como tendência moderna, o estudo da língua viva, dos falares. Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. (SILVA NETO, 1988, p. 17)

#### 4. *Considerações conclusivas*

Como é possível observar, a Linguística tradicional já se fazia sentir naquela época, em que predominava a abordagem de natureza diacrônica sobre a linguagem, primeiramente com Hugo Schuchardt (1870), que, contrariando os neogramáticos, já abordava em seus estudos os aspectos da mudança linguística sob uma perspectiva de natureza sociolinguística; depois, com Jules Gilliéron (1910), que também contrariava as propostas dos neogramáticos com seus estudos também sob uma perspectiva sociolinguística; e em 1910–1916, Saussure, no estabelecimento de suas célebres dicotomias e das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia.

Em suma, aquela nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles,

---

<sup>44</sup> Na Bíblia, lê-se que, em certa ocasião, Jesus visitara um povoado, onde moravam as irmãs Marta e Maria, e hospedou-se em sua casa. “Maria ficou sentada aos pés do Senhor, ouvindo a sua palavra. Marta, porém, estava ocupada com muito serviço. E, aproximando-se dele, perguntou: ‘Senhor, não te importas que minha irmã tenha-me deixado sozinha com o serviço? Dize-lhe que me ajude!’ Respondeu o Senhor: ‘Marta! Marta! Você está preocupada e inquieta com muitas coisas; todavia, apenas uma é necessária. Maria escolheu a boa parte e esta não lhe será tirada.’” (Lucas 10, versículos 32–42). Com essa referência bíblica, Silva Neto parece querer dizer que tanto os estudos sincrônicos quanto os diacrônicos são importantes e necessários, assim como a intensa Marta e a passiva Maria eram importantes para Jesus.

dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

Logo, a Linguística Histórica ou Comparativa, que é um ramo da Linguística em si, tem como objetivo principal o estudo das relações entre diferentes línguas, considerando a sua evolução ao longo do tempo, podendo, assim, reconstituí-las.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o Estudo do Léxico. *Cadernos do CNLF*, Série X, p. 716-21, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_244.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf).

ANTTILA, Raimo Aulis. Linguistik und Philologie. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. v. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2001.

BOPP, Franz. *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreätschen, 1816. Disponível em: <https://archive.org/details/uberdasconjugat00bopp/goog/page/n14/mode/2up>.

BOTELHO, José Mario. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

\_\_\_\_\_. Estudos romanísticos sobre a linguagem no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica. *Revista Philologus*, v. 27, n. 81 Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021a. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/955/1023>.

\_\_\_\_\_; OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80, p. 11-26, Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2021b. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/588>.

\_\_\_\_\_. Filologia: “o que é e qual é o seu campo de atuação?”. Um legado de Bruno Bassetto. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76 Supl., Anais do XII

SINEFIL, p. 209-321, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/24.pdf>.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*, Ano 4, v. 10, p. 61-69, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1998. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/10/07.pdf>.

\_\_\_\_\_. Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

JONES, William. Os hindus. Trad. e notas de Rerisson Cavalcante de Araújo, a partir do texto publicado em suas obras completas, *The works of Sir William Jones*. v. 1, 1799, p. 19-34, editadas por sua esposa Anna Maria Shipley Jones. Disponível em: “On hindus” – William Jones (1786) – Linguagem & Linguística ([alinguagem.org](http://alinguagem.org)) ou em: William Jones - Sobre os hindus (traducao).pdf - Google Drive.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: \_\_\_\_\_. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 233-44

\_\_\_\_\_. Linguística e Filologia: o eterno debate. Tradução de Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca. *Revista Filologia e Língua Portuguesa*, n. 1, p. 7-20, 1997; In: KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de Histiografia e Linguística: estudos selecionados*. Trad. por Cristina Altman *et al.* Organizado por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola. 2008.

MORAES, J.V. Hugo Schuchardt, os neogramáticos e as leis fonéticas: um debate de interesse historiográfico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.

43, p. 115-36, jul-dez 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/cronicas.pdf>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cutrix, 1969. Título original: *Cours de Linguistique Générale*, [1916].

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa: história, problemas, métodos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1988.



## POR UMA PALETA DE CORES DE MINAS GERAIS

Ludmila Reis Pinheiro (UFMG)  
[ludmilarpletras@hotmail.com](mailto:ludmilarpletras@hotmail.com)

### RESUMO

O estudo da Toponímia possibilita descortinar realidades contextuais de povoaamentos, seu ambiente e costumes. O processo de nomeação, portanto, é um ato designativo a partir da relação homem e sociedade. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo descritivo – línguocultural – dos topônimos relacionados às cores, isto é, cromotopônimos, presentes no estado de Minas Gerais. O arcabouço teórico que ampara esta é pesquisa é o conceito de cultura de Duranti (2000), os pressupostos teórico-metodológicos de Dick (1990a, 1990b; 2004; 2006) e na teoria da mudança e variação de Labov (1974). O *corpus* da pesquisa é proveniente do banco de dados do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais. Pertencem à categoria dos cromotopônimos 589 dados, que foram analisados quantitativa e qualitativamente. Em uma análise inicial, constatou-se o uso predominante das cores vermelho, preto, dourado, verde e malhado nos cromotopônimos mineiros, o que pode ser explicado pelo ambiente de atividade mineradora, pecuária e de agriculturas, tão fortemente presentes no estado quando de seu povoamento.

### Palavras-chave:

Cromotopônimos. Cultura. Léxico.

### ABSTRACT

The study of Toponymy makes it possible to uncover the contextual realities of settlements, their environment and customs. The naming process, therefore, is a designative act based on the relationship between man and society. This work aims to carry out a descriptive study – linguistic-cultural – of toponyms related to colors, that is, chromotoponyms, present in the state of Minas Gerais. The theoretical framework that supports this research is Duranti's (2000) concept of culture, Dick's theoretical-methodological assumptions (1990a, 1990b; 2004; 2006) and Labov's theory of change and variation (1974). The research corpus comes from the database of the ATEMIG Project – Minas Gerais Toponymic Atlas. 589 data belong to the category of chromotoponyms, which were analyzed quantitatively and qualitatively. In an initial analysis, the predominant use of the colors red, black, gold, green and spotted in Minas Gerais chromotoponyms was found, which can be explained by the environment of mining, livestock and agricultural activities, so strongly present in the state at the time of its creation. population.

### Keywords:

Chromotoponyms. Culture. Lexicon.

## 1. Introdução

Esta pesquisa teve como foco apresentar parte dos resultados gerais sobre a topônimos referentes a cores – cromotopônimos – presentes em

todo o estado de Minas Gerais. Os estudos toponímicos oferecem um valioso conjunto de indícios para descortinar evidências de cenários natural e cultural de uma região, uma vez que, como importante fator de comunicação, permitem a identificação e a recuperação de fatos linguísticos recorrentes no ato denominativo bem como o reconhecimento e a conservação das tradições e costumes de uma comunidade. Dessa maneira, esta pesquisa visa contribuir para as investigações linguístico-culturais que vêm sendo feitas no Brasil referentes à língua portuguesa, ao investigar e descrever os nomes de lugares motivados por nomes de cores presentes em todo o território mineiro.

Os dados do *corpus* desta pesquisa foram extraídos do banco de dados sincrônicos do Projeto Altas Toponímico do Estado de Minas Gerais – ATEMIG – desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), desde 2005.

O objetivo desta pesquisa foi identificar, analisando o sintagma toponímico, as cores que mais figuram e representam espaços e tempos no processo de povoamento do estado de Minas Gerais.

## **2. Aspectos teóricos-metodológicos**

A linguagem é uma instituição humana, um instrumento de comunicação, produto da sociedade, tal instituição é imutável e varia conforme pressão de necessidades diversas e influência de outras comunidades (MARTINET, 1973). A capacidade da linguagem do ser humano permite-lhe traduzir o mundo em palavras cuja construção lexical advém de recortes do mundo real. A língua teria, portanto, uma palavra para cada categoria. Desse modo, o falante reconhece uma realidade, memoriza-a (por meio da associação da imagem a um nome), distingue-a caso a língua lhe ofereça uma nova palavra para tal (BROWN; LENNEBERG, 1954 *apud* BIDERMAN, 1981). Dessa forma, as noções de cultura e linguagem se conectam, de forma que a segunda pode ser vista como recurso da primeira (DURANTI, 2000). Concorda-se, assim, com a definição de que “a cultura não é um fenômeno material; não se trata de coisas, genes, comportamento ou emoções, mas de uma organização de todos eles” (DURANTI, 2000, p. 47). A língua é um fato social sendo influenciada por pressões sociais que operam continuamente sobre ela, portanto o contexto social deve ser considerado (LABOV, 2008 [1972]).

O sistema linguístico permite que os indivíduos se expressem, manifestando elementos da experiência humana advindos de interações com

o ambiente físico e cultural (Biderman, 1981), como valores, ideias, atitudes e condutas, de forma consciente ou não, em situação concretas (necessidade humana), tornando-os personagens históricos (DICK, 1990a). O léxico de uma língua natural registra o conhecimento do mundo (Biderman, 1987).

Nesse cenário, o acervo verbal de um idioma, o português como exemplo, resulta do processo de categorização secular na cultura (BIDERMAN, 1981), constituindo o léxico “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, *mots-témoins*.” (SEABRA, 2015, p. 73). De tal modo, as línguas organizam seu léxico de acordo com suas necessidades práticas. A variabilidade no léxico reflete o ambiente social, tendo alcance no tempo e espaço. Dependendo da complexidade cultural de um grupo, seu léxico se configura mais ou menos robusto e ramificado (SAPIR, 1961).

Na Lexicologia, estuda-se a Onomástica, que é campo que pesquisa os nomes próprios. Do grego *onoma*, ela tem como objeto de estudo os nomes próprios de lugar ou de pessoa. Ela possui como áreas de estudo: a Antroponímia (do gr. *antropos* – homem) que engloba nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos e a Toponímia (do gr. *topos* – lugar) que investiga nomes próprios de lugares. A Toponímia do grego *topos*, ‘lugar’, investiga o léxico toponímico por meio do estudo dos nomes próprios de lugares. Tem como objeto de estudo – o topônimo – e métodos de pesquisa bem definidos, em que se investigam “os designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades etc.)” (DICK, 1990a, p. 119). Este trabalho é vinculado a esta disciplina.

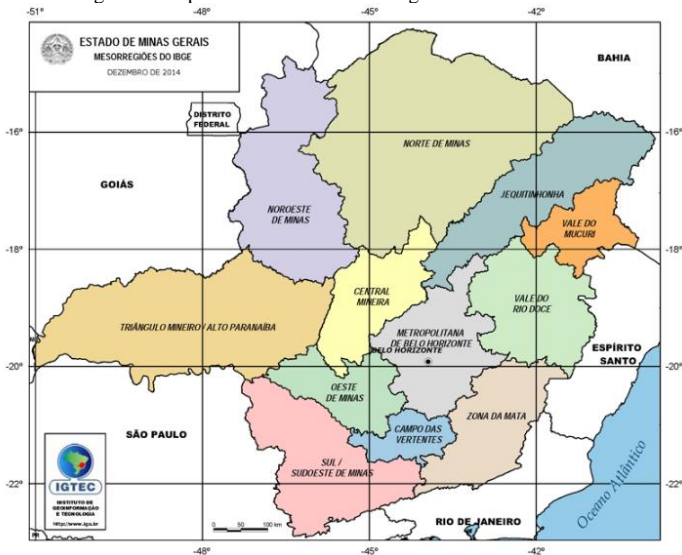
A pesquisa toponímica brasileira deve estar pautada nestes dois aspectos importantes: (i) no estudo da natureza linguística dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira e (ii) – no estudo da motivação ou da natureza semântica dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, configurando categorias taxonômicas. (DICK, 1990)

Este projeto abrange o “método das áreas”, utilizado por Dauzat, que propõe o remapeamento da divisão municipal de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão, e a distribuição toponímica em

categorias taxonômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, as quais foram sugeridas por Dick (1990).

Visando constituir um corpus de dados contemporâneos para posteriores análises sincrônicas e diacrônicas, a equipe do Projeto ATEMIG coletou topônimos em todo o território mineiro, seguindo a divisão proposta pelo IBGE, que recorta o estado em 12 mesorregiões, a qual esta pesquisa também seguiu, conforme pode ser visto no mapa a seguir:

Figura 1: Mapa da divisão das mesorregiões de Minas Gerais.



Fonte: Site do Governo do estado de Minas Gerais.

Após coletados os dados de cromotopônimos, eles foram analisados por meio da ficha lexicográfica em que se classifica as ocorrências dos topônimos.

A seguir, um exemplo dessa classificação adaptado e proposto por Seabra (2004) e Carvalho (2014) para a divisão regional de Minas Gerais.

(18) PRETO

cor

**DADOS CONTEMPORÂNEOS – BANCO DE DADOS DO PROJETO ATEMIG**

Total de topônimos no Estado: 100

Origem da base léxica cromotoponímica: português

Gênero: Masculino e feminino

Número: singular e plural

**Distribuição dos topônimos nas doze mesorregiões:**

CAMPO AS VERTENTES	CENTRAL MINEIRA	JEQUITINHON HA	METROPOLIT ANA DE BH	NOROESTE	NORTE	OESTE	SUL/SUDOEST E DE MINAS	TRIÂNGULO MINEIRO	VALE DO MUCURI	VALE DO RIO DOCE	ZONA DA MATA
3	5	12	6	7	3	7	6	1	35	15	

**Distribuição dos topônimos entre acidentes físicos e humanos:**

Acidentes Físicos: 95

Acidentes Humanos: 5

**Descrição morfológica de variantes (ocorrências). Exemplos:**

Capão Preto = Nm [ADJsing]

Rio Preto = Nm [ADJsing]

Rio Preto de Itambé = NCm [ADJsing + {Prep + Ssing}]

Lagoa Preta = Ncf [ADJsing]

Lagoa Preta de Baixo = Ncf [ADJsing + {Prep + ADV}]

Lagoa Preta de Cima = Ncf [ADJsing + {Prep + ADV}]

Ilha das Pretinhas = Nf [{Prep + Artigo plural + Spl}]

Morro Preto = NCm [ADJsing]

Fazenda Pretinho = Nf [Ssing]

**Informações Enciclopédicas:**

**Preto.** preto (ê), [Do lat. "prettu." Adj. 1. Que tem a mais sombria de todas as cores; da cor do ébano, do carvão. [Rigorosamente, no sentido físico, o preto é a ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores. v. cor (1).] 2. Diz-se dessa cor. 3. Diz-se de diversas coisas que apresentam cor escura, sombria; negro: *O céu ficou preto de fumaça.* 4. Sujo, encardido. 5. Diz-se do indivíduo negro. 6. Diz-se da cor da pele desses indivíduos, ou da cor da pele clara queimada pelo sol; negro. 7. *Tip.* Diz-se do tipo (ou fio) de traços acentuadamente mais fortes que o normal; negro, gordo. [Nesta acepç., v. *meio-preto.*] 8. *Bras.* Difícil, perigoso; roxo: *Eu vi as coisas pretas.* V. bode, café, chá, fava-a, frades-s. naipes-s, pão e terra-a. **S. m.** 9. Indivíduo negro. [Aum., nesta acepç.: *pretalhão.*] 10. A cor preta [v. de cor (3)]: "Toda de preto vestida / como um poema fechado / num envelope de luto" (Raul Bopp, Putirum, p. 147); "Andava quase sempre de preto, cor muito da época." (Carlos Lacerda, *A Casa do Meu Avô*, p. 77). [Sin. (salvo na acepç. 7): *negro.* Pl.: *pretos* (ê). Cf. *preto*, adv., *Preto*, mit. e antr., e pl. Pretos.] Pôr o preto no branco. Passar a documento escrito qualquer declaração verbal.

Origem: Português&lt;Latim

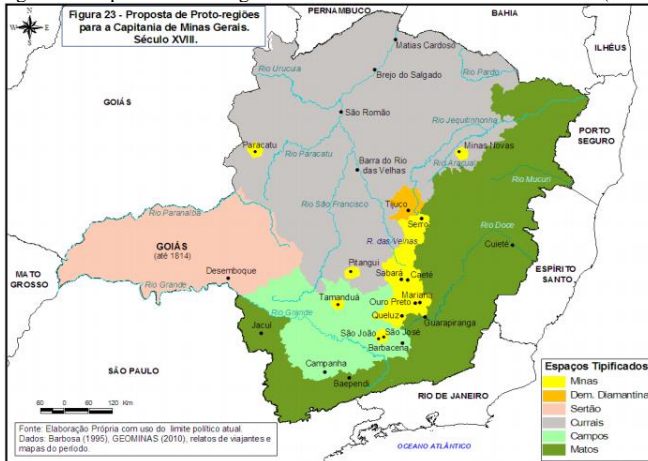
Voltando a discorrer sobre o estado de Minas Gerias, entende-se que a ocupação humana acontecia nos centros da mineração, configurando-se, assim, a partir da base econômica da exploração das minas (ouro e diamantes). Dessa forma:

Os rios descendo em busca do mar cortaram o planalto em sulcos profundos, cada grupo de afluentes do mesmo conjunto hidrográfico dando a imagem exata da mão humana aberta em leque. No fundo desses vales, quando a torrente encachoeirada toma-se em manso rio, as águas depositaram pepitas de ouro no meio do cascalho. Os bandeirantes, subindo o rio, instalaram-se nos vales (TORRES, 2011 [1943], p. 68)

Das águas do Rio São Francisco, caminhos eram trilhados para o povoamento, picadas se abriam, e nelas o gado passava, por onde se ouviriam o chiado dos carros de boi. (DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Uma diferenciação interna para a Capitania de Minas Gerais no século XVIII seria a baseada em “proto-regiões”, isto é, “uma determinada extensão do espaço geográfico em formação e diferenciação precoce, com a predominância de algum atributo peculiar, responsável por fornecer o critério chave de distinção” (CARNEIRO, 2013, p. 303).

Figura 2: Mapa das Protoregiões de Minas Gerais conforme Carneiro (2013).



A consolidação da povoação se ligava à institucionalização do controle da terra (MONTE-MÓR, 2001). Levando-se em consideração tal perspectiva, na primeira metade do século XIX, a organização da economia mineira teria sido marcada por fortes contrastes regionais, tendo como

principal fator a distribuição da população e a grande variação do nível de atividade econômica, sobretudo a mineração. Logo, as formas de ocupação e exploração econômica definiam processo de desenvolvimento do povoamento e sua fixação (CUNHA; GODOY, 2003).

A respeito do fenômeno da cor, entende-se que sua percepção advém de um processo físico e cultural, dessa maneira, as cores são encontradas nas paisagens que compõem o território mineiro. Por isso, para aproximar dessas percepções cromáticas, baseou-se no trabalho de Carneiro (2013), tendo em vista o conceito de protorregião, quais sejam: minas, sertões, matas, campos e currais. Além dessa descrição física, também se apresentam as atividades econômicas e culturais – características das mesorregiões, a saber, mineração por excelência, seguida da pecuária e agricultura, no intuito de descrever como as cores se relacionam e representam as atividades que possibilitaram a fixação do homem no ambiente formando grupos sociais. Essas informações foram extraídas do IBGE bem como de Cunha e Godoy (2003). Dessa forma, correlacionou o conceito de protorregião (CARNEIRO, 2013), em suas classificações de minas, sertões, matas, campos e currais, ao de mesorregião e suas atividades econômicas-culturais. Por exemplo, a mesorregião Norte é considerada uma paisagem que tem características de protorregiões de campos, currais e sertões, e, sendo assim, a base lexical da cor “malhada” – que muito se refere à pelagem de animais/gado – foi mais encontrada nessa região.

### 3. *A problemática das cores*

Um leque de teorias de origens diversas – filosófica, psicológica, fisiologia, física, estética – vem estudando o fenômeno da cor. Desde Platão e Aristóteles, passando por Leonardo da Vinci (O tratado da pintura e da paisagem – sombra e luz), Newton (óptica – ou um tratado das reflexões, refrações, inflexões e cores de luz) e Goethe (Doutrina das cores), no século XV (GUIMARÃES, 2000).

Todo o espaço tridimensional é constituído por vetores luminosos que carregam as informações visuais de um objeto e a projeção desses feixes luminosos atinge as pupilas dos olhos do homem (GUIMARÃES, 2000). O mundo material se apresenta sob duas formas: substância e luz. Esta tem sua existência condicionada pela matéria, tratando-se de radiação eletromagnética emitida pela substância. Newton descobre o mecanismo de coloração dos corpos através da absorção e reflexão dos raios luminosos

determinado pela a propriedade que convencionou chamar de “cores permanentes dos corpos naturais” (PEDROSA, 1977).

A luz solar (o espectro óptico) contém todas as cores que o homem pode visualizar. A faixa projetada por várias cores se denominou espectro (latim *spectrum*). Qualquer ambiente juntamente com seus objetos materiais muda efetivamente de cor conforme suas fontes de luz. A cor dos objetos se altera conforme a luz que os atinge, devido a cor não ser característica dos objetos (FARINA *et al.*, 2006).

O ser humano, ao enxergar a cor, experencia a constância e o contraste perceptual dela, permitindo-lhe ver tonalidades de cor e instanciá-las em categorias, bem como ver diferentes tonalidades da mesma cor e instanciá-las na mesma categoria. As categorias de cor parecem, ainda, exibir certa similaridade através da cultura, na medida em que a aquisição cultural de certas categorias e as limitações acerca da percepção e da representação categórica fazem com que algumas categorias tenham uma distribuição similar para as categorias de cor, como pode ser visto em seres humanos de diferentes culturas (OLIVEIRA, 2015). Um dos aspectos da formação e da percepção da imagem ambiental é dado pela cor – informação latente no objeto (GUIMARÃES, 2000).

A sensibilidade humana permite enxergar cores e seu deslumbramento provocado pela sensação dos atributos coloridos da fauna, da flora, do ambiente físico (mares, rochas, céu, asfalto) (BIDERMAN; NASCIMENTO; PEREIRA, 2007). A flora e a fauna brasileiras são os campos em que mais se detectam nomes de cor (MARTINS; ZAVAGLIA, 2013).

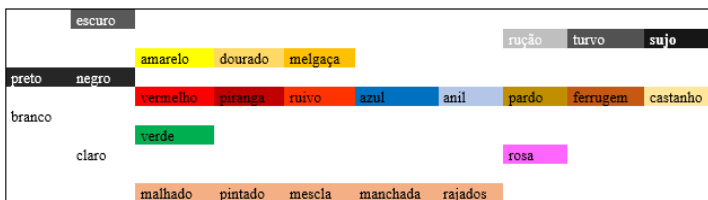
A partir da percepção visual e da decodificação neurônica das cores, o repertório de signos é adquirido, consolidando a linguagem das cores. O microsistema das cores traduz a estreita relação entre léxico, sociedade e cultura, principalmente do ponto de vista linguístico. Está-se diante de um fenômeno de percepção sensorial, de aspectos físicos e fisiológicos, bem como envolve aspectos psicológicos e culturais (Gonçalves, 2017).

#### **4. Análise**

Pertencem à categoria dos cromotopônimos desta pesquisa 589 dados. Foram encontradas as seguintes cores.



Figura 3: Cores/bases lexicais encontradas nos sintagmas toponímicos



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A seguir se encontram os resultados obtidos das bases lexicais mais encontradas compondo os cromotopônimos:

Figura 4: Cores/bases lexicais encontradas nos sintagmas toponímicos.

Cores	Mesorregiões											total_cores	
	Metropolitana	Central Mineira	Noroeste	Jequinhonha	Campo das Vertentes	Sul/Sudeste de Minas	Oeste	Norte	Triângulo Mineiro	Rio Doce	Vale do Açu		Zona da Mata
preto	12	3	6	5		7	3	7	6	35	1	15	100
vermelho	17	1	2	5	1	13	4	12	3	15	0	20	93
dourado	4		1	2		18	2	3	32	1	4	1	68
verde	1	3	4	2	1	12		14	5	3	1	1	47
malhado	2	4	1	4		3	1	19	1				35

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Como se pode observar, a base lexical preta foi a que mais ocorreu, tendo 100 casos, seguida de vermelho (93 ocorrências), dourado (68), verde (47) e malhado (35). A seguir, analisam-se esses casos.

#### 4.1. Preto

O significado de preto se relaciona, geralmente, a aspecto materiais como sombra, fumaças, coisas obscuras, sujas, poluídas, e afetivamente, estas se ligam a sentimentos de tristeza e melancolia (HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006). As seguintes características faziam parte da paisagem física do ambiente mineiro:

Antes de mais nada, temos que concordar que os efeitos de uma paisagem constituída por montanhas pretas, dominando o conjunto, montanhas que parecem estar pesando sobre o coração dos homens, só poderia realçar os efeitos da tristeza produzida pelo clima e pelo solo. (TORRES, [1943] 2011, p. 70)

De repente, passaram, aos galopes e gritos, uns companheiros, que tocavam um boi preto que iam sangrar e carnear em beira d'água. (ROSA, 1956, p. 35)

Preto se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

35 ocorrências no Rio Doce / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

17 ocorrências na Zona da Mata / ambiente de matas e sertões / atividade de agricultura

12 ocorrências na Metropolitana / ambiente de alternância de minas (por excelência), campos e currais / atividade de mineração

No que se refere às atividades econômicas de mineração, pecuária e agricultura, a cor preta está ligada a elas de formas direta e indireta, via nuances. Na mineração, o preto aparenta ser cinza e turvo. Por exemplo, na mesorregião Metropolitana foram encontrados 12 cromotopônimos de base preta, como Rio Preto. Em se tratando de uma região onde se iniciou a exploração de ouro, há muita poluição e devastação causadas pela mineração, portanto, essas tonalidades podem qualificar os acidentes, como rio, de forma negativa, uma vez que a cor preta tem também por definição ser algo sujo e sombrio.

Na pecuária, encontrou-se o preto está ligado à cor da pelagem os animais e alguns solos enegrecidos de cinza e poeira. De fato, se encontraram cromotopônimos nas zonas características de tal atividade, Triângulo Mineiro (6), Norte (7) e Jequitinhonha (5).

Na agricultura os solos, muitas vezes, têm cor preta, assim como o fruto do café, cuja cultura foi predominante no estado, tem uma cor escura, preta e avermelhada. Nas lavouras cafeeiras, o fruto do café passa a maior parte de sua existência junto ao pé, quando sua coloração é avermelhada, e escurece ao preto sazonalmente, até que chegue o momento de colheita dos frutos. E, de fato, tiveram ocorrências de cromotopônimos de base preta/negra nas áreas Zona da Mata (15) e Sul/Sudoeste de Minas (7), zonas de plantio de café.

#### 4.2. Vermelho

A base lexical de cor vermelha foi a segunda mais encontrada compondo os cromotopônimos.

A base lexical vermelha foi encontrada em todas as mesorregiões, exceto em Vale do Mucuri. Teve alta frequência em Zona da Mata, 20 ocorrências, Metropolitana, 17, Rio Doce, 15, Sul/Sudoeste de Minas, 13, Norte, 12, nas demais teve baixos índices. Essa tonalidade colore todo o espaço de Minas Gerais.

Ela é a cor por excelência, a primeira de todas as cores, sendo a cor do sangue, da vida. É cor da terra, o início de tudo, onde se minera, pasta e colhe (HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006)

E começando pela lavra desta, se o ribeiro depois de examinado com socavão faiscou ouro, é sinal infalível que o tem também a terra, na qual, dando ou abrindo catas e cavando-a primeiro em altura de dez, vinte ou trinta palmos, em se acabando de tirar esta terra, que de ordinário é vermelha (...) (ANTONIL, 2012 [1650-1716], p. 197-98)

De repente, passaram, aos galopes e gritos, uns companheiros, que tocavam um boi preto que iam sangrar e carnear em beira d'água. (ROSA, 1956, p. 35)

Vermelho se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

20 ocorrências na Zona da Mata / ambiente natural de matas e sertões / atividade de agricultura

17 ocorrências na Metropolitana / ambiente de alternância de minas (por excelência), campos e currais / atividade de mineração

15 ocorrências no Rio Doce / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

13 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

12 ocorrências no Norte / ambiente natural de campos, currais e sertões / atividades de pecuária

A cor vermelha foi muito encontrada em elementos/referentes que constituem a terra: para minerar (a terra boa era considerada a vermelha), para pastar (pelagem, bem como ao abate, processamento e armazenamento de produtos de origem animal) e para plantar. É possível afirmar,

ainda, ter havido um processo de metáfora, mais no sentido de homenagear a exuberância da cor vermelha advinda da vivacidade do solo, do sol, das matas, dos rios, bem como da potência das atividades de mineração, agricultura e pecuária. Mas, em contrapartida, por analogia e metáfora, também se tem o vermelho nomeando rios e serras, mas não no sentido de homenagem e de relevância, mas sim sob o ponto de vista de uma crítica negativa, a algo sombrio e violento das atividades econômicas mencionadas.

### **4.3. Dourado**

A base lexical dourada foi encontrada em quase em todas as mesorregiões, exceto em Vale do Mucuri e Central Mineira. Teve alta frequência no Triângulo Mineiro, 32 casos, Sul/Sudoeste de Minas, 18, as demais regiões tiveram entre 1 a 4 ocorrências. Essa cor é a cor do ouro, relacionando-se a status e poder. É preterida pelos poetas, sendo mais reluzente que o pálido amarelo. É também a cor do sol, tão característico do horizonte das gerais. (HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006). Ademais, é a cor da pelagem dos animais, seres sagrados para formação do território mineiro.

Ao relançar das labaredas, e o refreixo das cores dando lá acima nos galhos e folhas, essas trocavam tantos brilhos e rebrilhos, de dourado, vermelhos e alaranjado às brasas, essas esplendências, com mais realce que todas as pedras de Araçuaí, do Jequitinhonha e da Diamantina (ROSA, 1956, p. 536)

Dourado se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

32 ocorrências no Triângulo Mineiro / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

18 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

Dourado foi muito encontrado no Triângulo Mineiro, região agropastoril, sendo caracterizado por temperaturas altas, extensas planícies, chapadões, forte atividade de pecuária, protorregiões de campos e de currais, bem como região de vegetação exuberante. Em seguida, a escala foi encontrada no Sul/Sudoeste de Minas, isto é, liga-se à atividade agrária por excelência, sobretudo, à cafeeira.

#### 4.4. Verde

A base lexical verde foi produtiva nas mesorregiões Norte, 14 casos, seguida da Sul/Sudoeste de Minas, 12, e Triângulo Mineiro, com 5. As demais regiões tiveram entre 1 a 4 ocorrências, com exceção de Oeste que não teve a base lexical.

O verde é a cor característica dos elementos da natureza. (Heller, 2022; Farina et al., 2006). Minas Gerais é banhada pela Mata Atlântica, de potência e exuberância, do sombrio e enegrecido verde das matas.

Verde se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

14 ocorrências no Norte / ambiente de campos, currais e sertões / atividade de pecuária

12 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

No geral, o Norte tem característica de ter grandes chapadões de montanhas, muitas gramíneas, domínio do ecossistema cerrado para a caatinga. Esse mar de montanha pode apresentar a cor verde – “versicolores”, ou seja, “Todavia, cabe dizer que, em suas nuances de verde, enfeitadas de outras cores, as matas, os campos e serras de Minas acabam por ser versicolores, isto é, “de várias cores (...)” (Borges, 2004, p. 112). No Sul/Sudoeste de Minas teve forte presença da atividade agricultura, daí a se encontrar os expoentes representativos da cor verde.

#### 4.5. Malhado

A base lexical malhada também foi bastante encontrada constituindo cromotopônimos. Malhado ocorreu em todas as mesorregiões, exceto em Campo das Vertentes, Vale do Mucuri, Rio Doce e Zona da Mata. Pintado se manifestou em Norte, Jequitinhonha, Metropolitana. Esta cor de difícil precisão se relaciona à pelagem de animais. Por meio da pata do boi, descobriu-se o sertão, símbolo de progresso. O gado vacum consagrou a alimentação do povo da montanha, bandeirantes, mineradores.

A gente ia para o Buriti-Pintado. A lá, consta de dez léguas, doze, – “Na hora, cada um deve de ver só um algum judas de cada vez, mirar bem e atirar. O resto maior é com Deus...” – já vai que falava. [...] E as malocas de bois e vacas que se levantavam das malhadas, de acabar de dormir, suspendendo corpo sem rumor nenhum, nomeio-escuro, como um açúcar se

derretendo no campo. [...] Diadorim, mesmo, a cara muito branca, de da alma não se reconhecer, os olhos rajados de vermelho, o encovo. Aquilo era o crer da guerra. [...] Agora, daquela hora, era meu o cavalo grande, com suas manchas e riscas – ah, como ele pisava peso no chão, e como ocupava tão grande lugar! (ROSA, 1956, p. 126, 403, 500 e 614)

Malhado se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

19 ocorrências no Norte / ambiente de campos, currais e sertões / atividade de pecuária

Essa cor é encontrada na obra de Guimarães Rosa se remetendo à pelagem de animais, podendo se referir a muitas cores, como malhado-vermelha, malhado-amarela, malhada de preto (Borges, 2004). Notou-se que essa base lexical se relaciona e nomeia majoritariamente o referente de mundo cor da pelagem de animais. No entanto, parece se referir mais ao animal que à própria cor, a ponto de se reconhecer e designar o animal pelo hipônimo malhada em vez do hiperônimo gado. Além de designar nomes comuns, essa base lexical motiva, também, a criação de nome próprio, bem como em topônimos.

##### **5. Considerações finais (ou Conclusão)**

Ao olhar para os sintagmas toponímicos – cromotopônimos – examinando-os, fez-se uma viagem ao passado, no intuito de poder descobrir os aspectos físicos, históricos, culturais, econômicos e sociais relacionados aos termos de cores, servindo como fator motivacional no ato de nomeação dos lugares. Analisou-se, assim, o léxico das cores do estado de Minas Gerais nomeando acidentes físicos e humanos.

Este trabalho demonstrou que as cores estão relacionadas ao ambiente físico, econômico e cultural de Minas Gerais. As bases lexicais mais encontradas foram: preto, vermelho, dourado, verde e malhado. As cores nomeiam tanto o ambiente físico, isto é, quando o homem luta com o meio para se fixar, bem como as relações sociais e econômicas que estabelece para sobreviver. O ambiente físico desta pesquisa foi descrito sob a definição de protorregiões (CARNEIRO, 2013), já o social foi trabalhado tendo em vista o modelo de regionalização das doze mesorregiões que compõem Minas Gerais, sendo historicamente, classificada como região cultural mineradora (CUNHA; GODOY, 2003).

Conclui-se, portanto, que a paleta de cores representativa de Minas Gerais foi formada pelas escalas cromáticas de vermelho, preto, dourado, malhado e verde.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2012. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/cultura-opulencia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de filologia e Linguística*. São Paulo: EDUSP, 1981.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*, v. 22, n. 4, p. 81-96, Porto Alegre, dez. 1987.

BORGES, Maria Zélia. *Coleta de cores: uma ode a Minas Gerais*. São Paulo: SGuerra, 2004.

BROWN, R.; LENNEBERG, E. A study in language and cognition. *The Journal of Abnormal Psychology*, Washington, v. 49, n. 3, p. 454-62, 1954.

CARNEIRO, Patrício Aureliano S. *Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-95SMJC>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Paula. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9PMR2U>. Acesso em: 10 maio 2021.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003. Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: [https://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_alexandre\\_mendes\\_cunha\\_marcelo\\_magalhaes\\_godoy\\_-o-espaco-das-minas-gerais-proces](https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alexandre_mendes_cunha_marcelo_magalhaes_godoy_-o-espaco-das-minas-gerais-proces)

sos-de-diferenciacao-economica-espacial-e-regionalizacao-nos-seculos-xviii-e-xix.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

\_\_\_\_\_. Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia linguística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.

GONÇALVES, Maria Filomena. O 'Campo das cores' no dicionário histórico do português de Portugal (sécs. XVI-XVIII). In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., Simpósio 52 – Estudos históricos do léxico e lexicografia do português, 1177-1194. 2017. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17856>. Acesso em: 9 ago. 2021.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. 4. reimpr. São Paulo: Olhares, 2022.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARTINS, Sabrina de Costa; ZAVAGLIA, Claudia. *Léxico e cores: as expressões cromáticas contribuindo para a ampliação lexical*. 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/10347>. Acesso em: 24 mar. 2023.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *O relativismo linguístico dos nomes populares das espécies da fauna e da flora*. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/176860/178824>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Trad. de Jorge Moraes Barbosa. 5. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1973.



MONTE-MÓR, R. A fisionomia das cidades mineradoras. *Texto para discussão*, CEDEPLAR-UFMG, n. 163, p. 1-13, 2001a.

OLIVEIRA, Debora Fontoura. *A percepção*: um processo objetivo, categórico e não conceitual. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed Léo Cristiano, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente*. Linguística como ciência. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969.

\_\_\_\_\_. *Linguística como ciência*. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, cultura, léxico. In: SOBRAL, G.N.T.; LOPES, N. da S.; RAMOS, J.M. *Linguagem, sociedade e discurso*. São Paulo: Blucher, 2015.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha*: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

Outra fonte:

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Disponível em: [mg.gov.br](http://mg.gov.br). Acesso em: 20 out. 2023.

**REFLEXÕES TEÓRICAS E DISCURSIVAS DA ABORDAGEM  
SEMIOLINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA E LITERATURA**

*Antonio Cilírio da Silva Neto* (UEMA)

[antonioneto5@professor.uema.br](mailto:antonioneto5@professor.uema.br)

*Maria Vitória Sousa Franco de Carvalho* (UEMA)

[vitoriasousafranco@gmail.com](mailto:vitoriasousafranco@gmail.com)

*Paulina da Silva Sena* (UEMA)

[paulinasenna11@gmail.com](mailto:paulinasenna11@gmail.com)

*Rebeca Campos Silva* (UEMA)

[rebecacampos504@gmail.com](mailto:rebecacampos504@gmail.com)

**RESUMO**

O objetivo do presente artigo foi refletir teórica e discursivamente a abordagem Semiollingüística no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, a partir da Cartilha do participante do ENEM 2023 (BRASIL, 2023). Apresentar questões teóricas sobre Semiologia e Semiollingüística voltadas a esse ensino em Orlandi (2008), Charaudeau (1995; 2005; 2014), Fidalgo (2003), Maingueneau (2008), Ducrot (1987) e Rosado (2014). Dessa forma, é explicada como a comunicação se apropria de elementos como o objeto, o referente, o código, o meio de transmissão, o emissor e o receptor. Além disso, são abordadas reflexões acerca do aporte teórico e a construção de mapas mentais sobre a abordagem do discurso e da semiollingüística. Bem como, a apresentação de uma intervenção discursiva e semiológica para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Posto isso, perceber-se-á, como exemplo, as reflexões teóricas e discursivas da abordagem semiollingüística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura na construção semiollingüística e psicossocial da comunicação.

**Palavras-chave:**

Comunicação. Abordagem semiollingüística. Ensino de língua.

**ABSTRACT**

The aim of this article was to reflect theoretically and discursively on the Semiollingüistic approach in Teaching Portuguese Language and Literature, based on the ENEM 2023 Participant's Handbook (BRASIL, 2023). Present theoretical questions about Semiology and Semiollingüistics focused on this teaching in Orlandi (2008), Charaudeau (1995; 2005; 2014), Fidalgo (2003), Maingueneau (2008), Ducrot (1987) and Rosado (2014). In this way, it is explained how communication appropriates elements such as the object, the referent, the code, the transmission medium, the sender and the receiver. Furthermore, reflections on the theoretical support and the construction of mental maps on the approach to discourse and semiollingüistics are discussed. As well as, the presentation of a discursive and semiological intervention for the teaching of Portuguese Language and Literature, based on the aforementioned theorists. Having said that, we will see, as an example, the theoretical and discursive reflections of the semiollingüistic approach to

**teaching Portuguese Language and Literature in the semiolinguistic and psychosocial construction of communication.**

**Keywords:**

**Communication. Language teaching. Semiolinguistic approach.**

## **1. Introdução**

A Análise do Discurso (AD) é apresentada por Orlandi (2008) como o estudo da linguagem de uma maneira particular. Esse estudo foi desenvolvido para explicar como o discurso ocorre, o que o motiva e por que ele existe da forma que existe. O presente trabalho relaciona Análise do Discurso, Semiologia e Semiolinguística, em conjunto, com suas reflexões teóricas e discursivas para o ensino na Língua Portuguesa e Literatura em sala de aula.

Segundo Orlandi, a Análise do Discurso “(...) não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso” (2008, p. 15), e isso traz o questionamento: “O que é discurso?” De acordo com a autora, o discurso traz a ideia de algo que está em movimento, como um caminho. Então, pode-se entender que o discurso nada mais é que a prática da comunicação, o dito e o entendido pelo homem, o jogo de palavras criados para intercomunicação entre duas ou mais pessoas.

Charaudeau (1995) caracteriza a Semiolinguística como uma parte da comunicação entre pares na sociedade. Para que exista uma transmissão de pensamentos, é necessário que exista uma habilidade desenvolvida entre os sujeitos falantes e ouvintes, a fim de garantir que a mensagem seja entregue e recebida de acordo com determinadas configurações.

Como parte da Semiolinguística, a Semiótica é a área em que, de acordo com Fidalgo (2003) tem como ênfase a criação de significados e a formação das mensagens a serem transmitidas “para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente” (FIDALGO, 2003, p. 19).

Conforme as considerações acima, indagou-se: Por que apresentar reflexões teóricas e discursivas da abordagem semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura? Porque acreditamos que a abordagem semiolinguística pode ser utilizada no ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

Desta maneira, abordamos os conceitos de signo, semiótica e semiolinguística para a compreensão dos ideais teóricos. Posto isso, tem-se como objetivo geral refletir teórica e discursivamente a abordagem Semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura, e como objetivos específicos a construção de mapas mentais sobre a abordagem da Análise do Discurso e da Semiolinguística; e a apresentação de intervenções discursivas e semiológicas para esse ensino.

Assim, portanto, justificamos que a Semiolinguística, como uma área que abarca estudos semióticos, possibilitou a reflexão teórica e discursiva da sua utilização para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

## **2. Metodologia**

A metodologia empregada nesta investigação foi a leitura e análise crítica e argumentativa da bibliografia referente ao tema, a Cartilha do participante do ENEM 2023 (BRASIL, 2023). As análises argumentativas estão apoiadas e discutidas à luz da literatura secundária e crítica. Os resultados obtidos foram discutidos à luz das leituras de Orlandi (2008) em Charaudeau (1995, 2005, 2014), Fidalgo (2003), Fidalgo e Gradim (2005), nas bibliografias de Maingueneau (2008) e Ducrot (1987), Indicou-se, além disso, a leitura da Teoria semiolinguística e alguns pressupostos de Rosado (2014), além de outras leituras complementares.

## **3. Semiolinguística: estudos teóricos e discursivos**

A conceituação de sinais, signos e da própria semiótica é inerente ao discurso. Segundo Fidalgo os sinais são: “(...) tudo aquilo que pode servir para identificar uma coisa, no sentido de distinguir das demais” (2003, p. 10). O autor, ainda, apresenta diversos exemplos que caracterizam os sinais, como sendo: gestos, objetos, intenções e mais. Com essa definição, temos as palavras como sinais, e assim, identificamos como estes sinais estão presentes na fala e no discurso.

Em seguida, Fidalgo (2003) explicita o que são os signos, e como usualmente são mais compreendidos e utilizados do que os sinais. No dicionário *Oxford Languages*, o signo dentro da semiótica é “qualquer objeto, forma ou fenômeno que representa algo diferente de si mesmo e que é no lugar deste numa série de situações (a balança em lugar de ‘justiça’; a suástica, de ‘nazismo’ etc.)” (OXFORD LANGUAGES, 2023).

O teórico segue a mesma linha de pensamento ao apresentar o significado da palavra, mesmo que de forma menos concisa inicialmente, instigando o leitor: “signo é um termo erudito (...) que não sofreu os percalços de uma utilização intensiva como o termo sinal e (...) não foi enriquecido com os termos dele derivados” (FIDALGO, 2003, p. 15).

Analogamente o autor apresenta, finalmente, o que é a semiótica, ressaltando que seu significado e sentido varia de acordo com o que se entende por comunicação:

O modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente (FIDALGO, 2003, p. 19).

A propósito da Semiologia, Charaudeau introduz seu significado como:

*Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção de sentido e sua configuração se fazem através de uma relação de forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 1995, p. 1)

Dessa maneira, é possível entender que *semio-*, trazendo sentido de meio, metade, incompleto, funciona em conjunto com a linguística, tornando-a completa no sentido da comunicação. O autor exemplifica isso ao mostrar o duplo processo de semiotização do mundo, onde o significante passa a ser significado, entre o sujeito falante e o destinatário:

Figura 1: O duplo processo de semiotização do mundo.



Fonte: Charaudeau, 2005.

Na comunicação, esse processo envolve uma interação interdiscursiva entre quem fala e quem ouve. Como afirma Charaudeau (2014) o

locutor é central nesse processo, estabelecendo uma conexão com o interlocutor. O discurso não se limita apenas ao que é dito, mas também à forma como é comunicado e compreendido, considerando os fatores que moldam o contexto linguístico, incluindo aspectos psicossociais. Dessa forma, é possível perceber uma intencionalidade naquilo que é comunicado.

Considerando o pressuposto de que o psicossocial influencia diretamente a situação de comunicação, o discurso se posiciona como elemento “vivo”, que se manifesta quando os saberes de produção e interpretação são ativados e interagem entre si (CHARAUDEAU, 2005). Isto é, a produção de sentido se dá pelo fenômeno discursivo que se manifesta da seguinte forma:

O sujeito se apropria da língua, de formas-sentido, para engendrar-las no discurso, em um quadro de ação e tendo um determinado projeto de influência social. Logo, para construir o sentido, o sujeito realiza o procedimento de semiotização do mundo. (ROSADO, 2014, p. 5)

Por isso, o esquema de semiotização de mundo considera: **a) Processo de Transformação:** a parte em que o “mundo a significar” se torna um “mundo significado” a partir da ação de um sujeito falante e suas escolhas discursivas; **b) Processo de Transação:** o mundo já significado (desenvolvido pelo emissor) se insere como objeto de interação entre dois sujeitos falantes: Emissor e Destinatário (CHARAUDEAU, 2005). De acordo com o teórico da semiolinguística, este cenário de troca é a base e principal mecanismo para uma análise semiolinguística, visto que o discurso interliga a carga psicossocial de ambos os sujeitos.

#### **4. A Semiolinguística no ensino de Língua Portuguesa e Literatura: uma reflexão**

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2023) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2022, de 2,3 milhões de participantes que realizaram as provas, apenas 32 alunos tiraram a nota máxima – 1000 – na redação. O número é uma realidade que vem assolando a educação básica nos Censos Escolares há muitos anos e é o reflexo de uma educação pouco focada no ensino do discurso efetivo, que pode ser desenvolvido, a partir do eixo da Semiolinguística, da Semiótica e da Análise de Discurso.

Para que isso aconteça, a área da Semiolinguística traz alguns princípios enunciados por Charaudeau que justificam o seu funcionamento, como: o princípio da alteridade, da pertinência, de influência e de

regulação. Em suma, o autor explica que os postulados de intencionalidade a seguir possuam algumas “regras” para que a comunicação exista (CHARAUDEAU, 1995):

- Linguagem como fenômeno de troca entre dois parceiros que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes;
- Os parceiros devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira;
- Todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento;
- (ligado ao princípio anterior) Toda influência pode corresponder uma contra influência. (CHARAUDEAU, 1995, p. 3)

Por certo, ao seguir os postulados enunciados por Charaudeau (1995), o comunicante conseguirá construir seu discurso conforme os processos de semiotização de mundo para a comunicação realizada na síntese atual em todos os seus aspectos, sejam eles sociais, políticos, gramaticais ou educacionais.

Haja vista que, segundo o autor, “a análise do discurso não é experimental, mas empírico dedutiva, e a linguagem já está configurada em uma certa substância semiológica (verbal)” (CHARAUDEAU, 1995, p. 3), o falante deve entender e conseguir exercitar a sua capacidade de formalização do discurso de acordo com o ambiente que se está inserido, as pessoas com quem deseja falar, a mensagem que quer passar e como prefere fazer isso para que haja a melhor aceitação possível.

A Cartilha do Participante do ENEM 2023 prevê algumas competências que devem ser seguidas para que os estudantes consigam a nota máxima na redação do certame. São elas (BRASIL, 2023):

- Competência I: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;
- Competência II: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa;
- Competência III: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;
- Competência V: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos. (BRASIL, 2023)

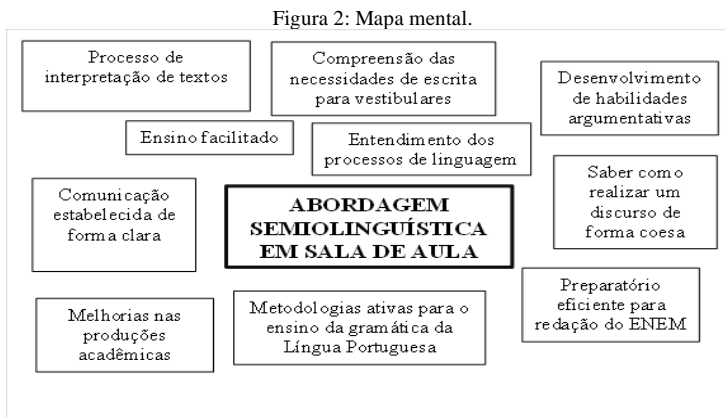
Todas as competências fazem a utilização de ensinamentos básicos que são dispostos ao decorrer do ensino fundamental e médio: gramática, norma culta, boa escrita etc. Outrossim, todas utilizam a semiolinguística de forma oculta em suas especificações para o desenvolvimento de uma boa redação. Isto é, se o vestibulando que for realizar uma prova como o ENEM (ou similares, como certames próprios para as universidades) tiver conhecimento mínimo de análise de discurso, semiótica e semiolinguística, a nivelção e capacidade de escrita dele será aumentada indubitavelmente, visto que as possibilidades que o conhecimento traz nesses casos são inúmeros.

A cartilha traz, por exemplo, algumas recomendações que são estudadas na semiótica como forma de coesão textual:

**referenciação** – pessoas, coisas, lugares e fatos são apresentados e, depois, retomados, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante o uso de pronomes, advérbios, artigos, sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, além de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas. (BRASIL, 2023, p. 18)

Em síntese, conseguimos notar a similaridade e a importância da semiolinguística de forma propriamente dita dentro das salas de aula para auxílio e melhora dos níveis educacionais.

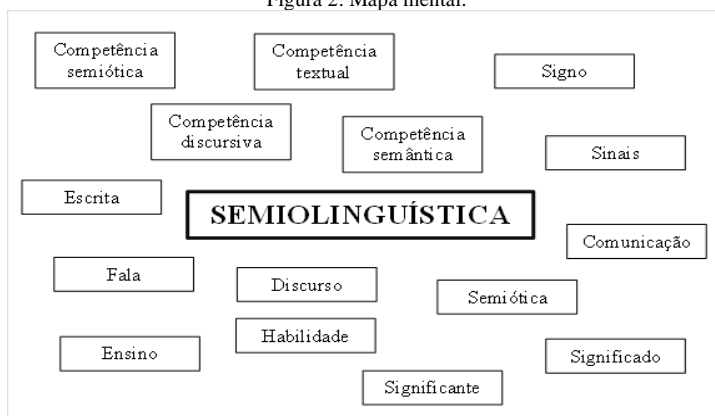
Para fixação do conteúdo, apresentado acima, elaboramos dois mapas mentais, em forma de nuvens, de palavras sobre a abordagem semiolinguística e da análise do discurso em sala de aula:



Fonte: Os autores, 2024 (baseados nos teóricos deste artigo).



Figura 2: Mapa mental.



Fonte: Os autores, 2024 (baseados nos teóricos deste artigo).

#### 4. Considerações finais

A Semioliingüística em conjunto com o conhecimento geral de Semiótica, Análise de Discurso, Signos e Sinais são de extrema importância para o ensino e aprendizados qualitativos em sala de aula nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, em quaisquer níveis de ensino, em que estejam sendo lecionados.

Assim, com o intuito de maximizar os ganhos estudantis, se faz necessário que estes conteúdos sejam de fato expostos em sala de aula, garantindo um ensino de qualidade, visando uma estruturação válida e a preparação necessária para práticas de ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, o estudo e desenvolvimento de habilidades de análise de discurso desde a educação básica devem ser tratados como prioridade com propósito de melhorar índices comunicacionais do povo brasileiro de forma geral, assegurando os direitos básicos de sociabilidade em todas as áreas que um ser humano deve possuir.

Dessa forma, através do estudo, foi possível refletir teórica e discursivamente a abordagem semioliingüística no ensino de língua portuguesa e literatura. Para isso, apresentamos as ideias de semioliingüística, semiótica, signos, sinais e reflexões teóricas e discursivas a respeito destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A Redação do Enem 2023: cartilha do participante*. Brasília, 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.L.; GAVAZZI, S. Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do discurso. *Le site de Patrick Charaudeau*, 1995. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiologique-du,64.html>. Acesso: maio de 2023.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. de Ingedore G. V. Koch *et al.* Campinas: Pontes/EDUNICAMP, 1987.

FIDALGO, António. GRADIM, Anabela. *Manual de Semiótica*. Universidade da Beira Interior: UBI, Portugal, 2005.

FIDALGO, António. *Semiótica: a Lógica da comunicação*. Covilhã: UBI-Pt, 1995.

\_\_\_\_\_. António. *Manual de Semiótica*. UBI. Covilhã-Pt: Universidade da Beira Interior, 2003-2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GALHARDO, Alexandre. GIESEL, Claudia. MOTA, Graziela Borguignon. O livro didático de língua inglesa na construção da identidade do aluno: um estudo à luz dos pressupostos da análise crítica do discurso. *Revista Philologus*, Ano 29, n. 85, Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai/ago. 2023.

GUIRAUD, Pierre. *A semiologia*. Santos: Presença, 1973.

MAIGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

ROSADO, Leonardo. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. *Revista Memento*, v. 5, n. 2, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2014.

Outra fonte:

OXFORD Languages. Signo. Londres: Oxford University Press, 2023.  
Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt>. Acesso em: 28 de dezembro, 2023.

**SOBRE O ESFORÇO NA *RECENSIO* DA OBRA  
DE MOACYR DE ALMEIDA EM PERIÓDICOS**

Mario Newman de Queiroz (UFRRJ)  
[mcnqsofocles@gmail.com](mailto:mcnqsofocles@gmail.com)

**RESUMO**

Quando começamos a realizar a *recensio* da obra de Moacyr de Almeida (1902–1925), logo percebemos que a presença de seus textos em jornais e revistas era bastante significativa para um poeta de vida tão breve. Seguindo indicações de seu principal biógrafo, Martins de Oliveira, buscamos publicações nos jornais e revistas em que Moacyr de Almeida trabalhou ou já se identificavam publicações. Eram esses: Gazeta de notícias, A Noite, Boa noite, A Rua, A Razão, Correio da Manhã, Careta e Fon-Fon. O número proporcional de poemas encontrados, inclusive encontrando inéditos, foi significativo, mas a maior quantidade deles estava fora desse mapeamento. Não era de causar surpresa também, as revistas Para todos, D Quixote publicavam poemas e textos literários em geral, mas seria na requintada Revista Souza Cruz que saíam o maior número dos poemas, antes da publicação do livro póstumo, organizado pelo irmão e financiado por amigos. Após a morte do poeta, mesmo decorridas décadas, alguns textos de artigos dele, como homenagem, aparecem em jornais e revistas, por exemplo, o artigo “Hércules e seu último feito”, em 1932, na Souza Cruz. Essas publicações póstumas deixam entrever que a *recensio* não se fechara. Os problemas que se abrem são, localizar a Revista Vanguarda, em que trabalhou no último ano de vida, e, sobretudo, buscar identificar textos anônimos ou sob pseudônimos publicados pelo poeta.

**Palavras-chaves:**

Ecdótica. Moacyr de Almeida. Poesia e periódicos nos anos 1920.

**RESUMEN**

Cuando comenzamos a revisar la obra de Moacyr de Almeida (1902–1925), pronto nos dimos cuenta de que la presencia de sus textos en periódicos y revistas era bastante significativa para un poeta de vida tan corta. Siguiendo instrucciones de su biógrafo principal, Martins de Oliveira, se buscaron publicaciones en periódicos y revistas en las que trabajaba Moacyr de Almeida o publicaciones ya identificadas. Estos fueron: Gazeta de Notícias, A Noite, Boa Noite, A Rua, A Razão, Correio da Manhã, Careta y Fon-Fon. El número proporcional de poemas encontrados, incluidos poemas inéditos, fue significativo, pero la mayoría de ellos quedaron fuera de este mapeo. No fue sorpresa tampoco, las revistas Para todos, D Quijote publicaron poemas y textos literarios en general, pero sería en la exquisita Revista Souza Cruz donde aparecería la mayor cantidad de poemas, antes de la publicación del libro póstumo, organizado por su hermano y financiado por amigos. Después de la muerte del poeta, incluso décadas después, algunos textos de sus artículos, a modo de homenaje, aparecieron en periódicos y revistas, por ejemplo, el artículo “Hércules e su mais feat”, de 1932, en Souza Cruz. Estas publicaciones póstumas dejan claro que el *recensio* no había terminado. Los problemas que surgen son localizar la Revista Vanguarda, donde trabajó en el último año de su vida, y, sobre todo, buscar identificar textos anónimos o bajo seudónimos publicados por el poeta.

**Palabras clave:****Ecdótica. Moacyr de Almeida. Poesía y publicaciones periódicas en la década de 1920.****1. *Moacyr de Almeida***

Poeta que já teve surpreendente notoriedade nacional, Moacyr de Almeida (1902–1925) hoje precisa ser apresentado toda vez que se fala sobre ele. Há bem pouco, havia apenas dois bustos de poetas no Passeio Público do Centro do Rio, numa entrada o de Castro Alves, na outra, o de Moacyr de Almeida. Havia, o de Moacyr de Almeida primeiro foi dado por sumido, depois constatou-se que fora retirado e não mais retornou. A notoriedade que alcança o nome do poeta nos anos de 1920 somente se pode dar por uma série de circunstâncias favoráveis. Pois o poeta nasceu numa família pobre e morando longe do circuito chique e cultural da então capital da República. O que a rigor deveria ser obstáculo para a construção da fama de poeta, ainda mais de fama rápida. No mesmo período, apenas por comparação, outro poeta que obtinha atenção das luzes da nomeada em jovem era Raul de Leoni, pouco mais velho, porém rico, filho de delegado, chefe da polícia, e posteriormente Ministro do Supremo Tribunal, Carolino de Leoni Ramos. O próprio Raul, formado em Direito, foi nomeado embaixador, chefe de Gabinete do Presidente do Estado Nilo Pessanha, eleito deputado distrital (estadual). Nada desses “méritos” tangiam a vida do moço franzino Moacyr.

Como se fez a difusão do nome e da poesia de Moacyr de Almeida é fenômeno interessante que se deve a fatores locais e de época muito específicos. O poder e prodigalidade da imprensa na então Capital; a moda de recitais de poesia que favorecia um tipo de oralidade inflamada; ter irmão mais velho já trabalhando no meio da imprensa; formação escolar com colegas de pais influentes em circuitos de poder; ele mesmo tão logo termina a escola, com 17-18 anos, ir trabalhar na imprensa fazendo de tudo e qualquer coisa. Mas nada disso teria feito dele o nome que teve se não houvesse talento poético. Suas primeiras poesias publicadas foram aos 14 anos na prestigiosa revista *Fon-Fon*, noticiado por sua precocidade. A partir dessa data não cessaria mais de publicar poemas em jornais e revistas. Sua poesia transporia rapidamente, pelo poder irradiador da imprensa da capital, as barreiras regionais, tornando-o poeta reputado nacionalmente, assim, em novembro de 1922, a revista *D. Quixote*, na linha do humor, o convidaria para falar sobre as correntes modernas do Futurismo e do Peñumbrismo.

**Figura 1: Entrevista de humor com Moacyr de Almeida na revista D.Quixote, n. 288, de 1922.**



De saúde frágil, levando uma vida muito difícil, em que apesar de trabalhar a fome sempre esteve presente, trabalhou em vários jornais e era figura frequente nos saraus, pessoalmente ou através de suas poesias de forte marca declamatória. Não sem razão, como já analisamos num artigo publicado na Revista Graphos (UFPB, 1922), Massaud Moisés ressaltou a presença inconsciente de fortes traços do movimento surrealista, que começava a surgir na Europa, atuando na poesia do jovem carioca. Viria a falecer com 23 anos em 01 de maio de 1925. O seu único livro publicado é póstumo, Gritos Bárbaros, com capa por Cornélio Pena. Foi custeado pelo irmão, Pádua de Almeida e amigos. Mas a obra publicada em periódicos era grande, muita em pseudônimo ou nem assinada. A poesia, esta era assinada, foi relativamente fácil de localizar, embora ainda possam surgir novas em outras fontes. Descobrimos alguns poemas com diferenças por vezes significativas entre a primeira publicação e a em livros, assim como alguns inéditos.

## **2. Poesias**

Na busca por publicações impressas anteriores à da publicação póstuma do único livro, localizou-se na imprensa, 1 poema em Careta; 1 em Correio da Manhã; 1 poema em Para Todos (que também será publicado em Fon-Fon); 16 poemas publicados na revista Souza Cruz (1 deles também publicado em Fon-Fon); 11 publicados em Fon-Fon, 4 deles nunca publicados em livro antes. De modo que, dos 58 poemas que compõem Gritos Bárbaros, 20 pelo menos tiveram publicação anterior ao livro vir à luz pelas páginas de jornais ou revistas. Três destes somente surgiriam a partir da segunda edição, como “outros poemas”. E quatro deles nunca

entraram nas publicações em livro. Esses poemas, que denominaremos de “desconhecidos”, encontramos em 3 números da Fon-Fon, de 1916. O poeta teria 14 anos.

Figura 2: Dois sonetos “desconhecidos” publicados sob o Título geral de “Paisagens”, na revista Fon-Fon, de 26/08/1916.

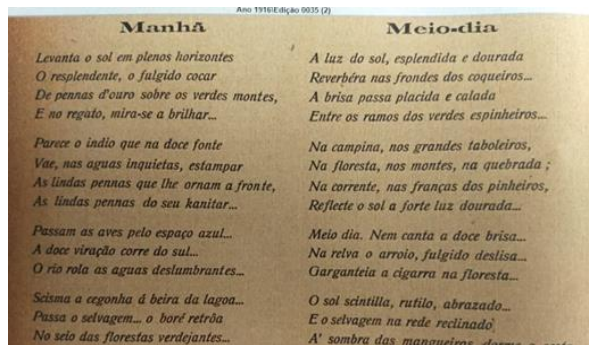
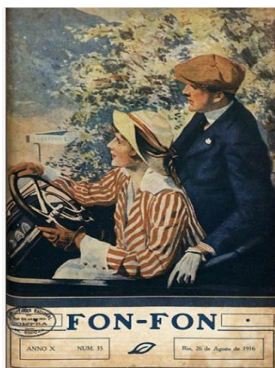


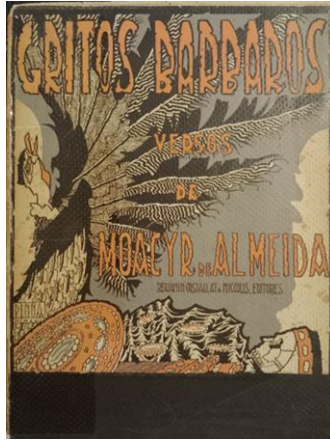
Figura 3: Capa do número 35, ano X, de a 26 de agosto de 1916, em que foram publicados os sonetos Manhã e Meio-dia.



As edições em livro são quatro, todas póstumas, apresentam pequenas variações entre si, conforme tratamos em artigo que publicamos na Revista Filologia e Linguística Portuguesa (USP), em 2022, todas buscam ter por referência a edição de Gritos Bárbaros, organizada por seu irmão no ano da morte do poeta. Mas a edição de 1948, sob a supervisão do mesmo irmão que organizara a primeira edição, Pádua de Almeida,

organizada e publicada pela casa Zélio Valverde, já acrescentava 21 “outros poemas” e tomava por título, *Poesias completas*.

Figura 4: Capa da primeira edição de *Gritos Bárbaros*, 1923.



As edições em livro foram as seguintes:

ALMEIDA, Moacyr de. *Gritos Barbaros*. Com gravação de Manoel Del Valle sobre desenhos de Cornélio Penna, na capa e no corpo do livro. Coordenação de Pádua de Almeida. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1925. A primeira edição pelas iniciais do seu organizador responsável, Pádua de Almeida: **PA**.

ALMEIDA, Moacyr de. *Poesias Completas*. Supervisão de Pádua de Almeida. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1948. A edição da Livraria Zélio Valverde por: **ZV**.

ALMEIDA, Moacyr de. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Prefácio “Moacyr de Almeida”, de D. Martins de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. A edição da Livraria São José por: **SJ**.

CERQUEIRA, Luiz Carlos Oliveira. *Ante as sombras: Moacyr de Almeida, o poeta e sua obra*. Brasília: Thesaurus, 2009. E a edição da antologia pelas duas iniciais finais de seu propositor, Oliveira Cerqueira: **OC**.

Textos em prosa, resenhas, crônicas, críticas.

A dificuldade maior na *recensio* da obra de Moacyr de Almeida está na sua produção em prosa. Sabemos dessa produção através de



publicações póstumas, em revistas, em homenagem. Na edição 189, de 1932, da Revista Souza Cruz, é publicado o texto “Hércules e seu último feito”, declarado texto inédito. Outro, apresentado enquanto conto histórico, é publicado em Careta, de 26 de junho de 1954, “El traidor”. Se fora publicado antes e onde, não conseguimos saber.

Outras publicações podemos atribuir a ele por via indireta, por exemplo, através do depoimento de D Martins de Oliveira, artigos sobre a causa irlandesa levou membros da colônia irlandesa a trazerem uma cesta de flores para render homenagens ao articulista, teriam ficado surpresos quando lhes apresentam não mais que “um simples menino, tímido e desajeitado, com cara de subalimentado”.

Isso teria se dado na redação do jornal A rua, onde de fato, a partir de 8 de setembro de 1920, uma série de artigos começa a noticiar a greve de fome do prefeito de Cork, pela causa da independência da Irlanda. “É ali que ele levanta a voz solitária pela defesa da Irlanda, quando do protesto da fome de 74 dias do prefeito de Cork, em artigos memoráveis pela beleza, pela singularidade do evento, pela energia do combate” (OLIVEIRA, 1960, p. 38).

Nenhum desses artigos, acompanhando o caso dia a dia, está assinado. Como assegurar se tratar de textos de Moacyr de Almeida, teriam sido todos escritos pelo jovem poeta jornalista? Era comum à época artigos sem assinatura, ou assinados sob pseudônimo, muitas vezes para encobrir que um mesmo jornalista desenvolvia múltiplas tarefas.

Há publicações que tomamos ciência inteiramente por via indireta, comentários sobre a existência de dado artigo ou resenha crítica, assim se dá sobre sua produção de crítica e resenha teatral em Vanguarda. Na edição de A Rua, de 06 de junho de 1924, numa resenha sobre a peça “A última ilusão” de Oduvaldo Vianna, no Teatro Nacional, o articulista anônimo reúne ao fim uma série de opiniões surgidas em outros periódicos, então, sabemos da existência de resenha de Moacyr de Almeida, em Vanguarda.

Figura 5: Trecho da resenha de A Rua em que o poeta é referido com sua crítica em Vanguarda.



Conforme Martins de Oliveira, seria naquele periódico que firmaria sua “capacidade de jornalista” (idem, p. 38). No entanto, revista ou jornal, **Vanguarda** não se encontra na Hemeroteca Digital da FBN, para piorar a consulta nessa base de dados atravessa por problemas técnicos há mais ne ano (como se pode ver em observação na página da FBN). Ainda não conseguimos encontrar se estão microfilmados e por motivos diversos não pudemos descobrir se ela se encontra em originais nos arquivos da FBN. Assim, não temos nem como saber se esses artigos eram assinados nominalmente, por pseudônimo, ou anônimos. Há ainda indicação, indireta, da participação dele na revista América, também não localizada na FBN ou na Casa Rui Barbosa.

Figura 6: Trecho de tela da página da FBN, em que, numa nota, justifica a impossibilidade de acesso a fontes de periódicos.



Desse modo, pode-se presumir que a obra de Moacyr de Almeida, em sua curta vida, pode ser muito significativa, diversa em aspectos, gêneros e temas. Mas estamos diante de dificuldades de localização e atribuição.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Moacyr de. Paisagens: Manhã, Meio-dia. *Fon-Fon*, n. 35, 26 ago; Anno X, [s.p.], Rio de Janeiro: 1916.

\_\_\_\_\_. *Entrevistado em Futurismo, penumbrismo e Co. D.Quixote*. Rio de Janeiro, 1922; n. 288, 15 de nov; Anno VI, p. 12.

\_\_\_\_\_. *Gritos Bárbaros*. Com gravação de Manoel Del Valle sobre desenhos de Cornélio Penna, na capa e no corpo do livro. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1925.

\_\_\_\_\_. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1948.

\_\_\_\_\_. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Prefácio “Moacir de Almeida”, de D. Martins de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

CERQUEIRA, Luiz Carlos Oliveira. *Ante as sombras: Moacir de Almeida, o poeta e sua obra*. Brasília: Thesaurus, 2009. (Traz uma antologia que reproduz muito do conforme publicado pela Livraria São José)

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: simbolismo*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

OLIVEIRA, D. Martins de. Moacir de Almeida. In: ALMEIDA, M. de. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

QUEIROZ, Mario Newman de. Palimpsesto surreal em *Gritos bárbaros*. *Revista Graphos (UFPB)*, v. 24, n. 2, p. 108-34 João Pessoa- PB: UFPB, 2022.

\_\_\_\_\_. *Entre Gritos bárbaros e jornais: a vida poética de Moacyr de Almeida*. *Filologia e Linguística Portuguesa (Online)*. USP, v.24, p. 9-28, 2022.

\_\_\_\_\_. *Gritos bárbaros na modernidade carioca: rumo a uma edição crítica de Moacyr de Almeida*. *Cadernos do CNLF*, v. XXV, p. 380-8, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2022.

**UM OLHAR INÉDITO SOBRE O MUNDO:  
ASPECTOS SINGULARIZADORES DE CESÁRIO VERDE  
NO POEMA “NUM BAIRRO MODERNO”**

Lírian Daniela Martini  
[lirian\\_paulista@yahoo.com.br](mailto:lirian_paulista@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo mostrar um Cesário Verde completamente inovador na maneira de observar o cotidiano, procurando perceber que é por meio de um olhar agudo e seletivo que o eu poético flagra manifestações impressionistas e surrealistas do mundo que o envolve. Esse olhar agudo não tem somente o objetivo de fazer de Cesário um simples poeta do cotidiano, que já se tornou, aliás, uma afirmação um tanto que estereotipada de sua obra, mas, principalmente, demarcar a expressividade moderna desse olhar semelhante ao olhar agudo e seletivo de uma câmera, que é capaz de captar dimensões que antes eram imperceptíveis, de modo a transcender as imagens dos seres e da paisagem, desconstruindo-as e recriando sobre elas outra realidade. Serão abordados os efeitos contraditórios da linguagem geradores de tensão no poema a fim de evidenciar um Cesário inserido na Modernidade, mas que não está passivo diante dela, e sim voltado para a questão das relações humanas entre as classes sociais.

**Palavras-chave:**

Modernidade. Cesário Verde. Relações humanas.

**ABSTRACT**

This work aims to show a completely innovative Cesário Verde in the way he observes everyday life, seeking to perceive that it is through a sharp and selective gaze that the poetic self captures impressionist and surrealist manifestations of the world that surrounds him. This sharp gaze does not only aim to make Cesário a simple poet of everyday life, which has already become, in fact, a somewhat stereotypical statement of his work, but, mainly, to demarcate the modern expressiveness of this gaze similar to the sharp and selective gaze of a camera, which is capable of capturing dimensions that were previously imperceptible, in order to transcend the images of beings and the landscape, deconstructing them and recreating another reality on them. The contradictory effects of language that generate tension in the poem will be addressed in order to highlight a Cesário inserted in Modernity, but who is not passive in the face of it, but rather focused on the issue of human relations between social classes.

**Keywords:**

Modernity. Cesário Verde. Human relations.

**1. Considerações gerais**

Em “Num Bairro Moderno”, Cesário Verde realiza um realismo singular, porque focaliza o espaço de maneira a fazer a realidade aparecer

como uma visão deformadora e grotesca, em que as imagens expressam a decadência do homem.

É um poema que tem aproximação com a prosa em relação à sua natureza narrativo-descritiva, uma vez que narra o percurso do “eu poético” pelo espaço urbano. Conforme Gomes (1976), em *Num Bairro Moderno*, Cesário Verde ilustra a “vulgarização” da poesia, pois não interessam mais os motivos burgueses, o cotidiano é agora utilizado como elemento de matéria poética e o eu poético deixa transparecer sua inconformidade diante dos dramas sociais. Para esse autor, “Cesário não se interessa pelo objeto em si, mas pelas ressonâncias que o mesmo possa ter no sujeito” (GOMES, 1976, p. 60).

Um dos aspectos singularizadores da poesia de Cesário Verde são os *flashes* que contribuem para acentuar o dinamismo do espaço focalizado. Um outro aspecto singularizador é a presença de flagrantes do cotidiano, registrados a partir de uma notação realista precisa, por um olhar agudo, semelhante ao de uma câmera. Georg Rudolf Lind, ao se pronunciar sobre as poesias de Cesário Verde, afirma que “as suas imagens da Lisboa de 1880 poderiam substituir a contemplação das gravuras da época” (LIND, 1986, p. 47).

O olhar visualizador se faz presente em todo poema. Tal olhar singularizador não tem somente o objetivo de fazer de Cesário um simples “poeta do cotidiano”, que já se tornou, aliás, uma afirmação um tanto que estereotipada, mas, principalmente, de demarcar a expressividade moderna desse olhar semelhante ao olhar agudo e seletivo de uma câmera. Para Aumont (1993) a câmera ao focalizar o objeto, mergulha tão profundamente nele que evidencia o que antes era imperceptível, captando dimensões que o transcendem. É nesse olhar atento que se constrói a originalidade da poesia de Cesário Verde.

Segundo Eduardo Lourenço (1991), esse olhar inédito sobre o mundo deriva da integração audaciosa de duas perspectivas diversas sobre a realidade: uma reflete “um olhar frio, natural” que caracteriza o eu poético como “positivo e prático”, porque tem o espírito voltado para o concreto, para a verdade, para a observação e não para a intuição, já a outra expressa “um olhar simultaneamente crítico e visionário”, que é o olhar artístico responsável pela ultrapassagem da fugacidade do cotidiano, pelo desvelamento do “espírito secreto” das coisas. Ainda segundo Lourenço (1991), a dupla postulação do olhar de Cesário Verde permite a representação de um mundo “cruel e dolorido”, que está presente na sociedade

portuguesa do final do século XIX e que também se faz presente na moderna civilização capitalista do Ocidente.

## 2. *Análise*

Em “Num Bairro Moderno” o eu poético perambula em busca do que possa ser o objeto da matéria poética, ou seja, consegue enxergar o banal como elemento de construção da linguagem.

Um aspecto da modernidade que se faz presente nesse poema, constituindo um importante processo criador, é o estilo impressionista, ou seja, a realidade exterior existe, mas há também a presença de um eu poético que retira impressões dessa realidade. O importante são as repercussões que o fora provoca dentro do artista. Percebe-se, então, que as imagens do cotidiano assumem dimensões mais exóticas e diferentes, encaminhando-se para um realismo impressionista. Conforme Gomes (1976, p. 60), esse estilo impressionista conduz a um paradoxo, pois se o mundo exterior é o que determina o que o “eu” deve poetizar, então não estamos diante de poesia, e sim de prosa. Mas deve-se levar em conta que Cesário Verde é um poeta Moderno e não lhe interessa mais as convenções de estilos porque, como se sabe, a Arte é feita seguindo ou quebrando as leis que regem a própria Arte.

Cesário Verde, nesse poema, rompe com a tradição artística conservadora, inovando a poesia e, dessa maneira, fazendo-a adquirir inusitadas dimensões que conduzem o leitor a um estranhamento que constitui o ponto de partida para a descoberta do sentido. Para Gomes (1976, p. 60), Cesário não se interessa pelo objeto em si, mas pelas ressonâncias que o mesmo possa ter no sujeito; as coisas do mundo objetivo evocam no Poeta um determinado estado de espírito (...).

As três primeiras estrofes correspondem ao primeiro momento da poesia, evidenciando visualizações do eu poético sobre o despontar físico da cidade através de largos, ruas macadamizadas, casas apalaçadas com jardim.

Na segunda estrofe, é imprescindível observar que as imagens dos objetos têm uma aparente desordem que se faz em flashes, sugerindo a própria multiplicidade e dinamismo da vida moderna. Essa multiplicidade de flashes é evidenciada no registro de pormenores e flagrantes do mundo exterior, num movimento com a linguagem que quase elimina os nexos:

*Rez-de-chaussée* repousam sossegados,

Abriram-se, nalguns, as persianas,  
E dum ou doutro, em quartos estucados,  
Ou entre a rama dos papéis picados,  
Reluzem, num almoço, as porcelanas.

Percebe-se que nas três primeiras estrofes as descrições dos elementos concretos aparecem de modo vivo. Para alcançar esse efeito, o poeta reúne fragmentos de espaços diferentes que são expostos de maneira instantânea, proporcionando um dinamismo constante às estrofes. Em Cesário Verde, a percepção do real acontece através de um processo seletivo, em que se privilegiam os fragmentos através do olhar. De acordo com a análise de Gomes (1976, p. 59), os olhos propiciam a integração do “eu” com a realidade, na medida em que se supõe a anulação da subjetividade e a supremacia dos dados do mundo objetivo.

A terceira estrofe mostra um “eu” ciente da miséria social e dos privilégios em torno dele:

Como é saudável ter o seu aconchego  
E a sua vida fácil! Eu descia,  
Sem muita pressa, para o meu emprego,  
Aonde agora quase sempre chego  
Com as tonturas duma apoplexia

A sinestesia é latente. Para Gomes (1976, p. 59), a apreensão dos objetos pelos sentidos parece surgir no texto quase incólume, sem o necessário trabalho da consciência para depurar e analisar os fenômenos da realidade, que se manifestam quase só como sensações. A apoplexia sentida pelo eu poético é resultado das desigualdades presenciadas pelo olhar de *flanêur* que ele lança sobre a cidade e pessoas que vivem nela, evidenciando um poeta inconformado com a realidade que observa. O sentimento da apoplexia demonstra um eu poético desestabilizado com a realidade que presencia. Embora a apoplexia seja uma condição nada agradável, é através dela que o eu poético expande sua sensibilidade e passa a perceber o ambiente que o cerca de maneira mais humanizada, tomando consciência de seu espaço com um olhar mais livre e crítico. É um “eu” que perambula pelo espaço urbano “sem muita pressa”, no desejo de sentir o impacto da multiplicidade do real, introjetando em si as sensações despertadas por esse contato.

Como observa João Gaspar Simões, em Cesário Verde, o real e o concreto funcionam como “estimulantes poéticos”, existindo permanentemente, entre ele e o real, uma “reciprocidade de forças disponíveis” (SIMÕES, 1971).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

O segundo momento do poema abrange a quarta, quinta e sexta estrofes. É o momento em que o “eu” observa uma “rapariga vendedora de hortaliças”.

É uma mulher pertencente à classe baixa, mas que desperta a atenção do poeta, preocupado com os problemas sociais. A imagem dessa mulher sugere a negação da modernidade burguesa com seus valores materiais e de coisificação da vida, já que seu meio de trabalho é bastante rudimentar e dotado de natureza, oposto aos objetos concretos que circundam o cenário. Os adjetivos *rota*, *pequenina*, *azafamada* contrapõem a riqueza das casas apalaçadas, da rua *macadamizada* e das louças de *porcelana*.

Apesar de todas as inovações tecnológicas e econômicas motivadas pela Revolução Industrial, o eu poético deflagra seu olhar sobre um ambiente urbano que está longe de apresentar características cosmopolitas, ao contrário, o que vê é um local urbano que evolui sem perder as características provincianas de antes.

O cesto de vegetais levado pela mulher harmoniza-se com o natural que se contrapõe ao ideal de progresso imposto pela modernidade. Somente uma minoria da população é que foi beneficiada pela acumulação e circulação de riquezas, enquanto a classe baixa, majoritariamente, permaneceu nos moldes elementares de antes, sendo posta à margem da sociedade por estar ainda atrelada ao setor primário.

Na quarta estrofe, a singularização é tão intensa que a imagem da mulher se funde com os legumes e frutas:

Notei de costas uma rapariga,  
Que no xadrez marmóreo duma escada  
Como um retalho de horta aglomerada,  
Pousara, ajoelhando, a sua giga.

Tem-se a sensação de que a mulher se confunde com o xadrez frio, materializado do mármore, sendo difícil separar as duas imagens. Constrói-se, então, um espaço urbano marcado pela “coisificação”, o ser confunde-se com o objeto.

Os verbos “ajoelhando”, na quarta estrofe, e “se curva”, na quinta estrofe, mostram um ser humano obediente e subserviente a outra classe social. É preciso considerar, conforme Gomes (1976, p. 61), que essa atitude submissa da mulher já nos adianta o conflito que se estabelecerá na sexta estrofe, nas relações comerciais entre classes alta e baixa.

Na sexta estrofe um criado humilha a vendedora de hortaliças, revelando que ele não tem sensibilidade para com a classe baixa. Há, nesse



momento, uma contradição, pois mesmo o criado trabalhando em uma “casa apalaçada”, ele continua sendo um proletário porque não é o proprietário do imóvel. O criado, ao humilhar a mulher, demonstra aversão à sua própria classe social. Essa contradição assume um valor relevante na poesia, sugerindo que o patrão se apodera tanto da força de trabalho, como da própria consciência do empregado. Neste trecho do poema, fica evidente a divisão social do trabalho que separou os detentores e não detentores dos meios de produção, emergindo ideologias que resguardam os interesses da burguesia.

A partir da sétima estrofe, o eu poético propõe transformar vegetais em ser humano, mostrando o desejo de mudança. A partir dessa transformação, cria-se outra realidade, modificando a visão que o eu poético tinha da mulher. O eu poético sai do espaço do real e se transpõe para outro plano, o da imaginação. O advérbio *subitamente*, iniciando a estrofe, serve para marcar esse caráter de mudança. É necessário observar também que o sol favorece essa nova projeção: *à luz do Sol, o intenso colorista*. É nesta sétima estrofe que o eu poético toma ares de artista, desconstruindo o espaço referencial, e criando sobre ele imagens distorcidas, quase que surreais. Há nesse momento uma desautomatização do ambiente frio e estático imposto da primeira a sexta estrofe, onde são descritos os espaços apalaçados da classe alta; o eu poético recria uma realidade peculiar que transcende o cotidiano, com uma figura feminina deformada, que agora é dotada de vivacidade. É através desse ato de recriação que o eu poético passa a olhar com olhos livres, desconstruindo as amarras sociais às quais a rapariga estava exposta, provocando uma dinamicidade inovadora no ambiente. Abandona-se, pois, o determinismo histórico e o eu poético torna-se agente de uma transformação no cenário artístico, revolucionando-o e contestando normas sociais já instituídas. Nesse novo cenário a rapariga não é mais a mulher franzina e pequena dos versos anteriores; na sétima estrofe ela é reconhecida como figura humana que se move e existe, cheia de contornos sensuais com suas “belas proporções carnisais”.

Na oitava estrofe a imagem da rapariga some e, repentinamente, imagens do real saltam aos olhos do eu poético, onde a sinestesia atinge um ápice, e concomitantemente sentidos como olfato (*aromas*), visão (*claros*), audição (*campainha, toca*) envolvem o ambiente:

Boiam aromas, fumos de cozinha;  
Com o cabaz às costas, e vergando,  
Sobem padeiros, claros de farinha;  
E às portas, uma ou outra campainha  
Toca, frenética, de vez em quando

Os seres e coisas da oitava estrofe se contrastam com a lentidão do eu poético, porque as imagens que os veiculam estão arranjadas em *flashes*, dando a sensação de rápido movimento, até mesmo a campainha toca buliçosa. Enquanto o eu poético perambula devagar, tendo tempo de lançar um olhar mais agudo sobre as coisas do mundo de modo a desconstruí-las e recriar sobre estas novas formas e contornos, ressignificando-as no cenário poético, os objetos do espaço no seu entorno se dispõem em ligeireza. A presença de vírgulas separando os sintagmas, sem qualquer conjunção entre eles, reforça a rápida profusão de imagens concretizadas em *flashes*. Faz-se presente uma tensão entre a vagareza do eu poético e o dinamismo à sua volta; o eu poético apesar de estar imerso nesse contexto, não se enquadra nele e passa a deflagrar objetos e pessoas sob uma ótica outra, na qual os valores tradicionais tornam-se questionáveis.

Da nona até a décima segunda estrofe, o olhar agudo do eu poético começa a recriar o corpo da rapariga a partir das frutas, legumes e verduras, produzindo uma imagem do inconsciente que desafia a lógica e a realidade convencional. Os legumes e verduras tomam proporções imaginativas inusitadas. Tem-se a sensação de que o poeta constrói uma composição surreal com as palavras e a fantasia prevalece sobre a realidade, implicando uma transcendência do senso comum. Ao criar essas transformações, aparentemente absurdas e desconexas, o poema de Cesário Verde sugere que a obra de arte está renegando os padrões de ordem social até então estabelecidos.

Neste momento um cenário surreal se instala. A pintura que o eu poético constrói com as palavras se faz através de uma figura quase imperceptível que ele encontra em seu deambular pela cidade. O eu poético não caminhava com a intenção de encontrar a mulher, esse encontro se dá desprentiosamente. A distorção de uma figura feminina encontrada ao acaso vai ao encontro do que Bradley (1999) coloca, quando trata da definição de Surrealismo proposta por Breton que

[...] enfatiza a natureza absoluta do automatismo surrealista: poesia, prosa e supostamente a pintura deveriam se originar do encadeamento das primeiras palavras ou imagens que ocorressem à mente. Para os escritores, isso significava confiar no poder criativo da linguagem, por si só. (BRADLEY, 1999, p. 21)

A “musa inspiradora” do eu poético não é a mulher bela, perfeita, mas uma mulher advinda de uma classe social desprovida de posses, que faz uso de um trabalho cujos recursos são extraídos da natureza, humilhada por um criado de um palacete burguês que “lhe atira um cobre lívido, oxidado”.

A mulher rota e azafamada ganha emancipação aos olhos do eu poético e passa a ocupar espaço fascinante no cenário da arte. O eu poético liberta seu inconsciente e uma nova realidade ilógica ganha proporções no poema; as imagens apresentam-se distorcidas, aproximando-se do grotesco, e disposições inovadoras formam uma realidade outra. Giraldes (2021), em sua publicação *Surrealismo – acaso e revolução* apresenta uma passagem que vai ao encontro dessa nova realidade:

O momento surreal é quando a realidade absoluta apresenta-se diretamente como totalidade condensada para além da mera factualidade da reprodução social do mundo das mercadorias. É quando os desejos reprimidos e as possibilidades de outro devir (reais) cortam a realidade imediata (irreal). Ou seja, o surreal comporta um duplo significado: é tanto a realidade absoluta, que inclui o interno e o externo ao ser, a materialidade e o sonho, quanto o maravilhoso que emerge no cotidiano [...] (GIRALDES, 2021)

Essa nova maneira de enxergar as coisas pode ser compreendida como uma crítica que o poeta faz aos valores sociais impostos pela burguesia:

O artista que está em Cesário não está a fazer uma cópia do real. Sua poética é muito mais produtora do que reprodutora de sentidos de realidade (Margato, 2008, p. 46). O único critério que a imagem fragmentária do real acolhe acaba por ser o de uma sensibilidade poética que reconhece a impossibilidade de uma representação mimética do real. O poeta é um homem de imaginação que dá sentidos à realidade e a (re)cria a partir da imagem que ele tem em sua mente. Cesário não pinta as coisas, mas as sensações e os sentimentos em relação a estas coisas que o rodeiam. (BOTELHO 2010, p. 7)

A deformação sofrida pelas frutas é uma estratégia de negação à tradição artística burguesa com seu ideal de beleza perfeita. Na transposição do real, o poeta desprende-se do racionalismo e dá vazão à distorção da realidade circundante; ocorre agora um privilégio das sensações e experimentação poética. A deformação dos vegetais e da rapariga instaura um conflito entre a libertação do imaginário e a razão opressora do mundo capitalista. Ao construir uma linguagem surreal com as imagens da mulher, frutas e hortaliças, o eu poético tem a intenção de interferir na realidade, provocando alterações que a libertem, pelo menos no imaginário, daquele sistema opressor no qual ela vive.

À medida que os vegetais vão se transformando diante do olhar agudo e seletivo do eu poético, começam a aparecer sugestões sensuais de um corpo feminino, emergindo desejo e ruptura dos tabus impostos pela sociedade da época. A mulher que vai se transformando é dotada de curvas e o erotismo se faz presente: *seios injectados, colo, ombros, boca, semblante, carnes tentadoras*. A fertilidade feminina é insinuada pelo “ventre”

e pelo “feto”. O vermelho do sangue, na décima segunda estrofe, acentua ainda mais a expressão envolvente dessa mulher-vegetal que vai sendo (de)formada pela sensibilidade surreal do eu poético; há nesta estrofe uma intensificação da cor vermelha o que confere ainda mais projeção sensual à figura feminina: *sangue, escarlate, rubro*. Aos olhos do processo de criação do poeta, a imagem da mulher deixa de ser marmórea, fria, estática e assume um viés mais dinâmico com o despontar de novos *tons* e *formas*. No espaço evidenciado, o real e o abstrato existem concomitantemente, mas esse real desautomatiza o eu poético observador, favorecendo-lhe a oportunidade de olhar com olhos livres.

O quarto momento da poesia se dá a partir da décima terceira à décima quinta estrofe, onde é constatado um diálogo entre a vendedora de hortaliças e o eu poético. Ao contrário do ocorrido na sexta estrofe, em que o criado não ajudou a mulher, o *flâneur* a ajuda, *sem desprezo*. Tem-se a sensação de que o conflito social será resolvido. A classe privilegiada oferece ajuda à classe baixa, representando um rompimento com a individualidade do mundo burguês capitalista: *Nós levantamos todo aquele peso/Com um enorme esforço muscular*. É um momento em que deixa de ocorrer o egoísmo, pois o eu poético, ao se solidarizar com a mulher, ultrapassa a fronteira do “eu” construindo um “nós” e o esforço físico de ambos consegue levantar o cesto do chão. Essa passagem do texto faz lembrar as palavras de Guilherme Gontijo Flores (2024) quando trata do fazer poético:

A poesia quase nunca garante bens materiais – pelo ponto de vista do capital, é uma grande perda de tempo. Mas é feita pelo gesto de comunidade. Para mim é uma projeção de comunidades possíveis. É um circuito infinito de recepção e doação que não está interessado em posses. (FLORES, 2024)

Por mais ínfima que seja a atitude do eu poético em relação à mulher, pode-se observar que há uma maior sensibilização às relações humanas.

O que chama a atenção na décima quinta estrofe é que a mulher demonstra “força, alegria e plenitude” e que essas características brotam de uma “digestão desconhecida”. Esse sintagma provoca um estranhamento na linguagem, já que a “digestão” é força que motiva o eu poético a re(criar) uma nova realidade a partir de seu olhar atento e singular; um olhar agudo que o faz enxergar o mundo sob outra ótica. A “digestão” pode ser entendida como uma metáfora da própria poesia, uma vez que esse gênero literário é “liberação interior capaz de transformar o mundo” (PAZ 1982, p. 7).

As quatro estrofes finais correspondem ao quinto momento da poesia, evidenciando um distanciamento entre o eu poético e a mulher, já que cada um segue seu próprio caminho; a realidade mostra-se inalterada, a exploração permanece sobre os menos favorecidos e a indiferença da classe alta se recompõe.

### 3. Conclusão

Percebe-se no poema que existe um confronto entre duas realidades; a realidade do mundo e a realidade sensível do poeta. Esta última motiva-o a construir imagens irreais, esteticamente capazes de despertar uma libertação interior. Faz-se importante frisar que a irrealidade construída pelo eu poético provém do real. Assim, do mesmo modo que “a poesia revela este mundo; cria outro.” (PAZ 1982, p. 7)

A engenhosidade do poema tem por objetivo chamar atenção para algo que perturba a fim de desestabilizar o que já está instituído. Vemos um Cesário completamente inovador, um artista singular na maneira como transforma o real em elemento de matéria poética.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUMONT, J. *A Parte da Arte*. In: \_\_\_\_\_. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- BOTELHO, P. P. A Criação Poética de Cesário Verde: uma nova forma de representação da realidade portuguesa. *Darandina revisteletrônica* – Programa de Pós-Graduação em Letras/UFJF. v. 02, p. 01-10, 2009.
- BRADLEY, F. *Surrealismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- FLORES, G. G. Disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Noticia/ENTREVISTA-Guilherme-Gontijo-Flores>. Acesso em: 02/08/2024.
- GIRALDES, M. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/surrealismo-acaso-e-revolucao>. Acesso em: 18/03/2024.
- GOMES, A. C. A Consciência em crise em Cesário Verde. *Língua E Literatura*, 5, 57-66, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Estética Surrealista*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LIND, G. R. *O Real e a Análise*: o mundo poético de Cesário Verde. *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio n. 93, p. 29-40, 1986.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

LOURENÇO, E. *Os Dois Cesários*. In: \_\_\_\_\_. *Estudos Portugueses*. Lisboa: Difel, 1991. p. 969-73

PAZ, O. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SIMÕES, J. G. *O Mistério da Poesia*: ensaios de interpretação da gênese poética. 2. ed., Porto: Inova, 1971.